

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**TESE DE DOUTORADO**

**DE VIDAS INFAMES À MÁQUINA DE GUERRA:  
ETNOGRAFIA DE UMA LUTA POR DIREITOS**

**Tiago Lemões da Silva**

**Porto Alegre, 2017.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**TESE DE DOUTORADO**

**DE VIDAS INFAMES À MÁQUINA DE GUERRA:  
ETNOGRAFIA DE UMA LUTA POR DIREITOS**

**Tiago Lemões da Silva**

**Tese de Doutorado em Antropologia Social,  
apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia Social da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, sob a orientação da Professora Patrice  
Schuch.**

**Porto Alegre, 2017.**

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Tiago Lemões da  
De vidas infames à máquina de guerra: etnografia  
de uma luta por direitos / Tiago Lemões da Silva. --  
2017.  
298 f.  
Orientadora: Patrice Schuch.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Engajamento. 2. Mobilização social. 3. Direitos  
humanos. 4. População em situação de rua. I. Schuch,  
Patrice, orient. II. Título.



**ATA PARA ASSINATURA Nº** 12

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
ANTROPOLOGIA SOCIAL - Doutorado  
Ata de defesa de Tese

Aluno: Tiago Lemões da Silva, com ingresso em 01/03/2013  
Título: **De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos**  
Orientador: Profª Drª Patrice Schuch

Data: 25/09/2017  
Horário: 14:00  
Local: Miniauditório IFCH

Banca Examinadora	Origem
Ceres Gomes Victora	UFRGS
Paula Mendes Lacerda	UERJ
Claudia Turra Magni	UFPEL

Porto Alegre, 25 de setembro de 2017.

Membros	Assinatura	Avaliação	Indicação de Voto de Louvor
Ceres Gomes Victora		Aprovado	SIM
Paula Mendes Lacerda		Aprovado	Sim
Claudia Turra Magni		Aprovado	SIM

Conceito Geral da Banca: ( Aprovado ) Correções solicitadas: ( ) Sim ( X ) Não  
Indicação de Voto de Louvor: ( X ) Sim ( ) Não

**Observação:** Esta Ata não pode ser considerada como instrumento final do processo de concessão de título ao aluno.

Aluno

Orientador

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43311 - 104A - Bairro Agronomia - Telefone 33086638  
Porto Alegre - RS

## **AGRADECIMENTOS**

Concluir uma tese de doutorado é um dos maiores desafios que se pode ter na vida acadêmica. Requer estabilidade financeira e emocional, imunidade aos percalços e problemas pessoais, isolamento, foco, organização, amadurecimento de ideias e uma capacidade gigantesca de abstrair o mundo lá fora – sobretudo entre os anos de 2016 e 2017, quando assistíamos o desenrolar de rupturas político-institucionais e de suas nefastas consequências sobre os parcos direitos conquistados a duras penas ao longo da história recente do Brasil. Finalizar a escrita sob essas condições não seria, de fato, possível, sem a participação ativa de muitas pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para a conclusão dessa pesquisa. Pelas palavras de incentivo, pelas companhias nos momentos mais tensos e difíceis, pelo compartilhamento de ideias, saberes, opiniões, críticas e conselhos extremamente produtivos, pelos abraços, afagos e, sobretudo, pelas compreensões – sem isso, a tese que aqui se apresenta não existiria.

A todas e todos os apoiadores e militantes do Movimento Nacional da População de Rua, agradeço por me permitirem aprender muito ao longo desses quatro anos, período em que compartilhamos conquistas, revoltas, aprendizados, e também transformamos nossas formas de ver e atuar no mundo. Sou eternamente grato pelo acolhimento, pela partilha de concepções e por me permitirem experimentar as múltiplas experiências que atravessam o universo da mobilização social e da luta por direitos. Da mesma forma, me sinto honrado e privilegiado por ter contado com a colaboração de vocês na leitura atenciosa e na elaboração de críticas e sugestões em relação aos artigos que escrevi ao longo da pesquisa e aos capítulos finais da tese.

Foram valiosos, também, todos os ensinamentos transmitidos ao longo dos quatro anos de doutorado no PPGAS/UFRGS. Agradeço a todos os professores e colegas de curso e também do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi), pelas trocas ininterruptas e enriquecedoras de nossas experiências e reflexões de pesquisa. Em especial, agradeço à Paula Bolzan, Eduardo Martinelli, Pâmela Francisca, Marcelo Silva, Valéria Aydos, Helena Fietz, Helena Lancellotti, Jorge Scola, Fernando Tivane, Helisa de Castro e Marília Kosby – pela

amizade, pela parceria e pelos momentos importantes de descontração que tivemos nessa caminhada, tão necessários e revigorantes.

À professora Patrice Schuch, pelos diálogos sinceros, pela aposta no meu trabalho, pelo constante estímulo na continuidade e finalização da escrita, pela liberdade na elaboração de ideias e reflexões, pela leitura atenta dos textos preliminares e pelas provocações, críticas e sugestões que fizeram toda a diferença no resultado final do trabalho. Muito obrigado, também, pelas palavras cotidianas de incentivo nos momentos de maior ansiedade durante os dias que antecederam a entrega do trabalho.

Às professoras Paula Lacerda (UERJ), Ceres Víctora (PPGAS/UFRGS) e Cláudia Magni (PPGAnt/UFPel), por se disporem a compor a banca de avaliação deste trabalho.

À Cláudia Magni, pela amizade, pela inspiração de sempre, por todo o apoio, incentivo, cuidado, preocupação, pela mediação fundamental para a realização do estágio doutoral na França e pelas ótimas contribuições na banca de qualificação da pesquisa.

À professora Cláudia Fonseca, pelas valiosas críticas e sugestões realizadas na banca de qualificação.

Agradeço, também, aos amigos e colegas de pesquisa, Pedro Leite e Bruno Fernandes. Foi uma honra vivenciar ao lado de vocês tantas experiências inesquecíveis em campo. Muito obrigado sobretudo, por se tornarem amigos tão especiais, com os quais pude aprender e intercambiar ideias de pesquisa e de vida.

Às historiadoras Fernanda Oliveira e Krishna Predebon e aos historiadores Caiuá Al-Alam e Jonas Vargas: quatro grandes profissionais e amig@s que tanto admiro. Valeu muito pelas conversas, conselhos, dicas de fontes históricas, arquivos e bibliografias específicas – indicações que foram fundamentais para a elaboração dos dois primeiros capítulos da tese.

Aos amigos de longa data, Josiane Wedig, João Ramos, Vania Pierozan, Stella Pieve, Ricardo Gregianin, Edegar Ribeiro, Bruno Kauss, Aline Lima, Tiego Rebello, Stela Rocha (a nossa alegria de vida!) e a todos os integrantes do Intergalácticos. Não há palavras para agradecer a presença de vocês na minha vida, sem a qual eu não teria conseguido seguir adiante nas situações mais sombrias e delicadas dos últimos tempos. Vocês são demais!

Ao Livio Claudino, por tudo o que vivemos e aprendemos juntos em Porto Alegre e em Paris e por todas as descobertas, experiências, ensinamentos e, sobretudo, pelos amadurecimentos que tivemos juntos.

Aos meus familiares, que foram pacientes e entenderam o isolamento necessário, não deixando de demonstrar o cuidado e a preocupação de sempre.

Obrigado à CAPES, pelo financiamento do curso de doutorado e pelo total custeio, ao longo de nove meses, do estágio sanduíche na Universidade de Paris VIII, na França.

Ao *Povo de Aruanda*, pela força, proteção e amparo de sempre.

## RESUMO

A pesquisa tem como tema o cenário de visibilidade política nacional de “pessoas em situação de rua” no Brasil e de organização política dessa população, promovida pelo surgimento do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), em 2005. Especificamente, busca compreender os processos que fazem da mobilização social, conduzida por integrantes do MNPR em sua base regional na cidade de Porto Alegre/RS (MNPR-RS), um campo de reivindicação de direitos múltiplo e ambíguo, atravessado por forças ordenadoras e contestadoras (forjadas e atualizadas historicamente), mobilizadas por diferentes agentes, instituições, valores e interesses que, inseridos no MNPR-RS, coproduzem condutas, subjetividades, denúncias e ideias de Estado, de direito e de participação política.

**Palavras-chave:** antropologia, mobilização social, direitos, população em situação de rua.



## RÉSUMÉ

Ce travail de recherche se propose de dresser le tableau de la visibilité politique des personnes sans domicile fixe à l'échelle nationale, au Brésil, ainsi que de leur organisation politique, favorisée par l'irruption du « Movimento Nacional da População de Rua » (MNPR), en 2005. En particulier, nous allons analyser les processus qui font de la mobilisation sociale, menée par des membres du MNPR depuis son antenne régionale de la ville de Porto Alegre (état du Rio Grande do Sul, ou RS), un champ de revendication des droits multiple et ambigu, traversé par des forces organisatrices et contestatrices (instituées et actualisées sur un plan historique), mobilisées par différents agents, institutions, valeurs et intérêts qui, insérés au MNPR-RS, concourent à produire des conduites, des subjectivités, des dénonciations et des idées relatives à l'Etat, au droit et à la participation politique.

**Mots-clés:** anthropologie, mobilisation sociale, droits, sans domicile fixe.

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
“Nós não somos bichos” .....	15
A inserção em campo e o lugar dos afetos na pesquisa etnográfica.....	30
Inspirações teórico-analíticas e a organização dos capítulos .....	40
<b>PARTE I – MODERNIDADE, POLÍTICAS DE EXTERMÍNIO E A EMERGÊNCIA DE UMA LUTA</b>	
<b>Capítulo 1 – O lado brutal da modernidade. Sobre a produção histórica de corpos desviantes, recuperáveis e extermináveis no Brasil .....</b>	<b>47</b>
1.1 Silenciamentos .....	47
1.2 Brutal modernidade .....	53
1.3 Medo público e corpos que rastejam.....	56
1.4 Corrigindo o vício e branqueando o sangue .....	59
1.5 Enclausurando corpos .....	63
1.6 A cor da prisão, a cor do trabalho .....	71
1.7 Corpos vagabundos, andarilhos, criminosos .....	75
1.8 O sangue de corpos doentes .....	81
<b>Capítulo 2 – Os indesejáveis em Porto Alegre do século XX. Das políticas de remoção ao nascimento da mobilização pelos direitos da população em situação de rua.....</b>	<b>87</b>
2.1 Da Colônia Africana aos abrigos e albergues .....	88
2.2 Da produção de imagens e um outro discurso sobre a pobreza.....	92
2.3 O nascimento de uma população que luta .....	99
2.4 Massacre, luto e luta.....	107
2.5 De olhos bem abertos .....	114
<b>PARTE II – CONDUITAS, NORMATIVIDADES E A LUTA CONTRA CATEGORIAS DEPRECIATIVAS</b>	
<b>Capítulo 3 – O “sangue das ruas”. Embates entre saberes e capacitações políticas .....</b>	<b>122</b>
3.1 Assembleia na carpintaria .....	123
3.2 O movimento é inerente à rua .....	133
3.3 “Não precisa de muito argumento para dizer que queremos comer” .....	136
3.4 A exposição pública dos desacordos .....	142

3.5 O sangue das ruas.....	148
3.6 Mundos em atrito.....	153
3.7 Mundos cruzados.....	155
<b>Capítulo 4 – De armas e ferramentas. Normatividade e a produção de condutas ideais para a luta política .....</b>	<b>160</b>
4.1 Condutas exemplares .....	163
4.2 “Sempre tem grades na minha vida” .....	169
4.3 Discursos da não-confiança .....	174
4.4 Enunciações críticas.....	179
4.5 Enfrentando riscos .....	183
4.6 “Não falam a verdade sobre nós” .....	189
4.7 A luta contra verdades perversas .....	194
4.8 De armas e ferramentas .....	197
<b>PARTE III – PRODUÇÕES ESTATAIS E A MÁQUINA DE GUERRA</b>	
<b>Capítulo 5 – Corpos mutilados e vidas enclausuradas. A produção de verdades sobre a violência estatal.....</b>	<b>201</b>
5.1 A gestão da pobreza urbana entre o cuidado e a repressão .....	201
5.2 Quando a ocasião faz a proteção .....	205
5.3 Uma segunda chance ao Ministério Público .....	211
5.4 O condomínio horizontal.....	219
5.5 Sem documento não tem corpo .....	226
5.6 O Estado em demasia .....	237
<b>Capítulo 6 – O Estado tóxico e a máquina de guerra nômade .....</b>	<b>244</b>
6.1 Ouro ao bandido .....	244
6.2 A máquina de guerra e a fazenda de domesticação.....	248
6.3 A toxidade das palavras.....	252
6.4 Desintoxicações.....	257
6.5 Espiões e reféns .....	263
6.6 Forças que se cruzam, mas não se fundem.....	267
6.7 “Eu já fui morar na rua para não ser mandado” .....	274
<b>Considerações finais: o luto, a luta e os efeitos da pesquisa .....</b>	<b>280</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>286</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Mesa de abertura do III Encontro Nacional da População de Rua .....</b>	<b>16</b>
<b>Figura 2 – Público na mesa de abertura do III Encontro Nacional da População de Rua.....</b>	<b>18</b>
<b>Figura 3 – Reforço policial .....</b>	<b>19</b>
<b>Figura 4 – Atendimento a ferido.....</b>	<b>20</b>
<b>Figura 5 – Ministério da Saúde.....</b>	<b>25</b>
<b>Figura 6 – Capa de cartilha do Rio de Janeiro.....</b>	<b>125</b>
<b>Figura 7 – Capa de cartilha “Direitos do Cidadão em Situação de rua” .....</b>	<b>127</b>
<b>Figura 8 – Contracapa de cartilha de Direitos do morador de rua .....</b>	<b>129</b>
<b>Figura 9 – Capa de cartilha “Conhecer para lutar” .....</b>	<b>130</b>
<b>Figura 10 – Cartaz de divulgação de campanha do MPF.....</b>	<b>212</b>
<b>Figura 11 – Para prevenir abusos, grupo visita moradores de rua .....</b>	<b>220</b>
<b>Figuras 12 e 13 – Ocupação de terreno impede obras .....</b>	<b>240</b>
<b>Figura 14 – Entrada do restaurante popular.....</b>	<b>269</b>
<b>Figura 15 – Cerimônia de abertura do restaurante popular.....</b>	<b>270</b>
<b>Figura 16 – Jornal Boca de Rua, n. 63, 2017.....</b>	<b>282</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

**CENTRO-POP** – Centro de Referência Especializado para População de Rua.

**CNDDH** – Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

**CEDECONDH** – Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidos.

**CMAS** – Conselho Municipal de Assistência Social

**CR** – Consultório de Rua

**CAPS-AD** – Centro de Assistência Psicossocial – Álcool e Drogas.

**DPU** – Defensoria Pública da União.

**DPERS** – Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**FASC** – Fundação de Assistência Social e Cidadania.

**LOAS** – Lei Orgânica de Assistência Social.

**MNPR** – Movimento Nacional da População de Rua.

**MNPR-RS** - Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul.

**MS** – Ministério da Saúde.

**MDS** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**MNCR** – Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável.

**MP** – Ministério Público.

**OSP** – Ouvidoria de Segurança Pública.

**PPDDH** – Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos.

**SDH** – Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

**SIMPA** – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre.

**SAJU** – Serviço de Atendimento Jurídico.

**SSP** – Secretaria de Segurança Pública.

Momento importante este em que uma sociedade emprestou palavras, torneios e frases, rituais de linguagem à massa anônima de pessoas para que pudessem falar de si mesmas – falar delas publicamente e sob a tripla condição de que esse discurso fosse dirigido e posto em circulação em um dispositivo de poder bem definido, que fizesse aparecer o fundo até então apenas perceptível das existências, e que a partir dessa guerra ínfima das paixões e dos interesses ele desse ao poder a possibilidade de uma intervenção soberana [...] Como o poder seria leve e fácil, sem dúvida, de dismantelar, se ele não fizesse senão vigiar, espreitar, surpreender, interditar e punir; mas ele incita, suscita, produz; ele não é simplesmente orelha e olho; ele faz agir e falar.

Michel Foucault, 1975.

As máquinas de guerra têm uma potência de metamorfose, pela qual elas certamente se fazem capturar pelos Estados, mas pela qual também elas resistem a essa captura e renascem sob outras formas, com outros “objetos” que não a guerra (a revolução?).

Gilles Deleuze e Félix Guattari, 1996.

## Introdução

### “Nós não somos bichos”

Brasília, 20 de outubro de 2015. O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) iniciava a programação de seu terceiro encontro nacional. Com o lema *fortalecendo o protagonismo da população de rua*, reuniram-se caravanas das mais de 14 bases regionais do MNPR, originárias de várias capitais brasileiras, para discutir políticas voltadas à garantia dos direitos da população “em situação de rua”, contando com a presença de representantes do Ministério da Saúde e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. No primeiro dia, encontros e reencontros, abraços, sorrisos e confraternização em torno de uma bandeira comum: a celebração e a avaliação de 10 anos de luta pela efetivação dos direitos humanos.

Somando mais de 20 pessoas, entre apoiadores e militantes<sup>1</sup>, saímos de Porto Alegre em direção à capital federal, já sabendo que o espaço onde ocorreria o evento (o mesmo onde ficaríamos alojados) era precário, mesmo tratando-se de um Centro de Referência Especializado para a População de Rua (Centro-Pop) – um serviço instituído em 2009 pelo governo federal e voltado ao desenvolvimento de relações de solidariedade, respeito e convívio social de mulheres e homens que vivem nas ruas. Não havia alojamento para todos, de modo que dormimos sobre papelões, abrigando-nos no espaço entre os ônibus estacionados no pátio frontal do Centro-Pop. Outras pessoas conseguiram abrigar-se em barracas fornecidas pela defesa civil, mas tendo que dormir, igualmente, sobre papelões ou cobertores.

Na primeira noite, embora pudéssemos perceber a insatisfação com a exposição dos corpos e com a falta de privacidade nos sanitários e nos espaços para banho (que não tinham portas), nada foi tão incômodo quanto a presença de guardas de segurança privada, contratados para a segurança do local durante o evento e para manter o portão fechado e

---

<sup>1</sup> As designações de “apoiador” e “militante” são utilizadas pelos integrantes do MNPR para diferenciar dois grupos principais. Os “militantes” são as pessoas “em situação” ou com “trajetória de rua” (que viveram nas ruas no passado e que hoje utilizam os espaços institucionais ou possuem casa própria); já os “apoiadores” são os sujeitos que apoiam a mobilização, como os profissionais da rede socioassistencial, dos órgãos jurídicos, das universidades e outros tantos atores que, por razões diversas, aproximam-se do MNPR, nele permanecendo por intensidades e tempos variados. Ao longo da tese, utilizarei estas mesmas designações para localizar as pessoas em seus lugares de fala e ação.

intransitável após às 22 horas. Para muitos, aqueles personagens eram presenças incômodas, que atravessavam nossos espaços com cassetetes em mãos e olhares desconfiados. Tal incômodo foi reforçado a partir de um enfrentamento inicial, quando, ainda na primeira noite, por volta das 23 horas, um jovem foi impedido de entrar no local, o que desencadeou um breve desentendimento entre apoiadores, militantes e os guardas noturnos, até que finalmente o rapaz pôde juntar-se a nós.

No dia seguinte, a abertura oficial do evento e os debates subsequentes iniciaram cedo, em um espaço enfeitado com balões azuis e vermelhos, onde foram afixados alguns cartazes confeccionados pelos militantes. Em um deles, comemorava-se os “10 anos de luta, 10 anos de garra, 10 anos de conquistas, 10 anos de MNPR”. Representantes regionais do MNPR, do Ministério da Saúde (MS), do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Defensoria Pública da União (DPU) e do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) apresentaram-se ao público antes de comporem a mesa. A continuidade das falas centrou-se na apresentação dos avanços das políticas implementadas e dos esforços realizados para que elas se mantivessem. Anunciou-se que uma nova comissão da secretaria executiva do CNDH estava sendo constituída a fim de tratar temas especificamente voltados à “população em situação de rua”. A esse respeito, um defensor público acrescentou “você serão a nossa clientela e nós vamos levar os direitos de vocês onde vocês estiverem”.



Imagem 1: mesa de abertura do III Encontro Nacional da População de Rua. (Perola Prymonnd, 2015<sup>2</sup>).

---

2 O autor das fotografias utilizadas na introdução, Pérola Prymonnd, é um jovem de 29 anos, educador popular que atua em projetos sociais de desenvolvimento social comunitário em Porto Alegre, com inserção na arte e na cultura, bem como na garantia dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênicos



A despeito do tom otimista apresentado pelos componentes da mesa, uma sequência de relatos e narrativas exposta pela plateia explicitou os limites e os desafios que se apresentavam para se pensar a especificidade das políticas de direitos humanos para a “população de rua”. Uma moça de São Paulo pediu a palavra para reivindicar uma república feminina, mas que não se assemelhasse a uma prisão e que “não tivesse mais exclusão, pois somos uma minoria, mas somos seres humanos também”. Do Paraná, outro militante comunicou que os problemas da saúde não se resolveriam “sem a visibilidade necessária à população de rua, mesmo com a presença de autoridades aqui”. Um senhor de Minas Gerais parecia querer apenas desabafar: “eu nunca tive casa na minha vida. Estou na rua desde os oito anos de idade e hoje eu puxo um carrinho de quase 300 quilos por dia”. Um representante regional de Santa Catarina afirmou que “a mão que dá é a mesma que agride: não somos presidiários ou criminosos! Somos população de rua e isso não é culpa de ninguém, pois foram as políticas públicas que produziram essa situação de vulnerabilidade”. Um homem de meia idade, em cadeira de rodas, afrontou a proposta de convívio social presente nos objetivos do Centro-Pop, revelando que, no Espírito Santo, o referido serviço “é um depósito de ser humano: é dormir, comer e mais nada”. Militantes do Rio Grande do Norte, por sua vez, disseram que os albergues da cidade “são como um campo de concentração”. A mesma postura de denúncia foi mantida por um militante do Rio Grande do Sul, que resolveu “começar pelos banheiros: não tem porta e não tem higiene! E nós não somos bichos para ficarmos trancados aqui com a guarda e com a polícia”. Encerrando a primeira rodada de manifestações da plateia, um jovem de Minas Gerais também expôs toda a sua indignação com a presença de guardas armados no local, pois bastava olhar para eles de verdade e ver que não havia perigo: “somos abandonados igual cachorro, e mesmo assim não somos criminosos! Estamos aqui fazendo políticas públicas. Isso nos massacra! Eu tenho vergonha de saber que um deputado ganha 26 mil por mês e eu cato lata e não ganho nada. Tenho vergonha dessa política vagabunda! ”.

---

(LGBTTT), através da ONG Nuances. Atua, igualmente, no Centro de Assessoramento Multiprofissional (CAMP), onde integra coletivos de economia solidária com a população “em situação de rua”. Agradeço enormemente a este fotógrafo e ativista, pelo compartilhamento de suas fotografias, muitas registradas em momentos tensos, e pela parceria e troca de ideias ao longo da viagem para Brasília.



Imagem 2: público na mesa de abertura do III Encontro (Perola Prymonnd, 2015).

O tom da mesa de abertura foi o mesmo até o fim: denúncias de violações e a exposição dos “buracos” nas políticas públicas, apontando sobretudo para discursos preconceituosos difusos e para a continuidade de práticas perversas no interior das instituições socioassistenciais. Mal sabíamos, no entanto, que naquele mesmo dia, após uma pausa para o almoço, antes de iniciar uma discussão sobre “a crise e seus impactos na população de rua”, cenas de violência seriam vivenciadas literalmente “na pele” por militantes e apoiadores.

Ainda descansávamos sobre papelões, na sombra, minutos antes do início da programação daquela tarde, quando avistamos duas viaturas da polícia militar e um grupo de policiais revistando três pessoas (uma apoiadora e dois militantes) em frente ao pátio do Centro-Pop, que nos separava da rua principal por um cercado de arame e um enorme portão gradeado. Foi tudo muito rápido. “Filma logo, filma logo!” – disse, apreensivo, um homem de meia idade que estava ao meu lado. Imediatamente, com o celular, passei a registrar aquela ação, enquanto outros policiais desciam da viatura para impedir que visualizássemos o que acontecia. Em poucos minutos, todos os participantes do encontro já haviam atravessado o pátio, aos gritos contra os policiais, rumo ao portão principal. Nessa multidão em movimento, muitos conseguiram sair pelo portão e ficar frente a frente com os agentes, que já haviam estacionado ao menos 10 viaturas do outro lado da rua.

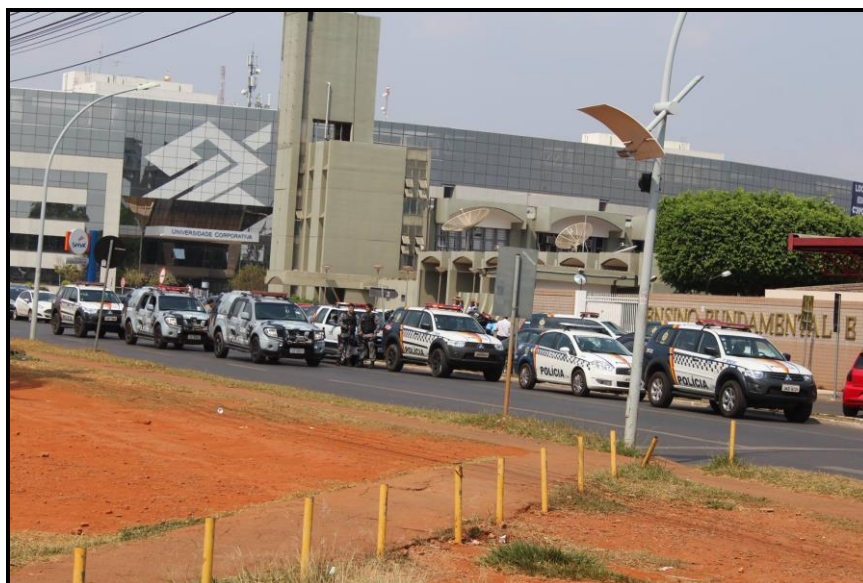


Imagem 3: reforço policial (Perola Prymonnd, 2015).

O confronto foi inevitável, embora, entre os participantes do evento, muitos tentassem conter uns aos outros e evitar o pior. O maior incômodo dos agentes policiais eram as filmagens da ação, o que provocou uma série de investidas contra os que estavam na linha de frente dos embates. Inesperadamente surgiu uma tropa da cavalaria policial, que parecia já estar posicionada estrategicamente, pronta para atuar na dispersão dos que ousassem atrapalhar a ação dos agentes da segurança pública. Enquanto tentávamos nos defender dos incessantes jatos de *spray* de pimenta, presenciamos três cenas simultâneas, que marcaram os acontecimentos daquela tarde: uma senhora de 60 anos, com dificuldades para caminhar devido a um problema recente no joelho, recebendo fortes golpes de cassetete nas costas; um psicólogo e apoiador imobilizado e agredido no rosto, também com um cassetete e, por fim, um jovem negro caído no asfalto, inconsciente e com a cabeça ensanguentada. Machucada, com marcas imensas nas costas, a senhora abrigou-se logo no interior do Centro-Pop; com um profundo corte no queixo, o psicólogo recebeu voz de prisão por “desacato” e foi encaminhado à delegacia; o jovem inconsciente foi carregado por alguns apoiadores até um local mais seguro, próximo ao portão principal. Algumas camisetas brancas, confeccionadas especificamente para o evento, estavam, agora, sujas de sangue.

Muita energia foi gasta para conter o revide à agressão perpetrada pelos policiais e fazer com que as pessoas retornassem ao pátio. Quando os momentos mais tensos cessaram, três coordenadoras regionais do MNPR conversaram com um dos policiais – homem branco, de aparentemente 35 anos. “Ele está machucado! O meu sargento está machucado!” –

exclamou ele, indignado. “Mas nós temos um morador de rua que está sangrando, que foi espancado”, argumentou uma das mulheres. “Sim, ele está machucado aí, mas como é que fica o meu policial que está machucado? Para ele não tem direitos? Para a polícia não tem direitos humanos?” – questionou novamente o policial. Em resposta, elas advertiram que “não é disso que nós estamos falando. Se estamos aqui é porque estamos nos organizando pelos nossos direitos, e vocês precisam se organizar pelos de vocês também! Teve abuso de autoridade na cara do senhor e o senhor não quer ver!”. Finalizando bruscamente aquele diálogo, o agente afirmou que as coisas se resolveriam quando a pessoa agredida fosse levada à delegacia para registrar ocorrência contra quem achasse necessário.

A rua permaneceu trancada por viaturas, enquanto um grupo de policiais observava a nossa movimentação. A partir desse momento, privilegiamos o socorro aos mais gravemente machucados. Os ânimos foram se acalmando com a chegada de uma ambulância, que não entrou no pátio do Centro-Pop, obrigando o rapaz machucado a ser novamente carregado nos braços de seus companheiros, até o outro lado da rua. “Ele está consciente, vai ficar bem. O ferimento dele é interno”, disse um enfermeiro, enquanto iniciava um curativo. “Mas não foi pedra, isso foi cassetete”, retrucou a irmã do agredido, enquanto acariciava o seu rosto e pedia, em vão, que ele conversasse com ela.



Imagem 4: atendimento a ferido pela polícia (Perola Prymonnd, 2015).

Enquanto aquele atendimento ocorria, algumas pessoas aglomeradas ao redor do ferido iniciaram uma nova discussão. Um dos coordenadores nacionais do MNPR disse em alto e bom tom: “não temos que ter cuidado com as nossas palavras! O que não queremos é ser agredidos por isso. Está todo mundo dizendo que vai nos proteger, mas aqui, na realidade, ninguém protege! O Estado nos agride! O sistema nos agride! ”. Aparentemente ofendido, um homem pertencente ao quadro de funcionários do Centro-Pop retirou-se após argumentar que ele não era “o Estado”. Aproximou-se, em seguida, o coordenador do Centro-Pop, para explicar que a instituição ficou sabendo do evento num espaço muito curto de tempo, o que dificultou a antecipação de uma estrutura adequada. O mesmo coordenador nacional do MNPR inferiu que “o movimento pediu espaço, pediu estrutura, mas se o governo nos jogou aqui a culpa não é do movimento”. Já alterado, o coordenador da instituição retrucou: “mas a culpa também não é do Centro-Pop”. Concluindo que, de fato, não tínhamos muito o que fazer, o coordenador do MNPR aconselhou que voltássemos para “o nosso movimento, para a nossa situação de rua”.

Os policiais foram se retirando vagarosamente do local, embora as viaturas continuassem passando nas redondezas, acionando sirenes em tom de ameaça. A sensação latente era de medo, revolta e cansaço. Todos estavam absolutamente consternados e era difícil esconder a indignação e o receio de vivenciar, novamente, momentos de tensão – o que não tardou muito a acontecer. À noite, enquanto preparávamos algo para comer, ouvimos gritos desesperadores que vinham de um grupo de mais ou menos 10 homens que, no meio do pátio, tentavam conter um senhor, que gritava e debatia-se pelo chão. Tentamos imobilizar ao menos as suas pernas, para que não se machucasse tanto entre as pedras. Os gritos atormentadores e os movimentos bruscos duraram, seguramente, uns 30 minutos. Exaustos, muitas pessoas, assim como eu, desistiram de segurá-lo. Passamos, em seguida, a manter nossos corpos rentes a um poste de luz próximo, a fim de evitar que a cabeça daquele homem batesse contra o concreto. Nesse momento, ficamos sabendo que a ambulância havia sido chamada há quase 40 minutos, o que provocou a ira de muitos, ainda que, para um coordenador regional de Minas Gerais, “para morador de rua, sempre foi assim. Às vezes a ambulância nem vem! Lá em Belo Horizonte, eles nunca vêm”.

\*\*\*

Os acontecimentos acima descritos, vivenciados já nos últimos meses de trabalho de campo, me permitem circunscrever uma espécie de microcosmo das experiências de mobilização social conduzidas pelo Movimento Nacional da População de Rua. Isso porque, a partir de um intenso engajamento, como antropólogo e apoiador do MNPR, entendo que esse espaço de mobilização social é conformado por: narrativas e enunciações em nome dos direitos humanos, da participação e do protagonismo; por relações e intersecções tensas, travadas com um Estado que, através de “novas” leis, saberes, discursos, serviços, comissões e campanhas especializadas, se produz como engajado e comprometido, ao mesmo tempo em que se presta à reprodução de práticas perversas; pela impressionante ebulição de conquistas, comemorações e exposição física e discursiva de violências, desrespeitos e maus-tratos perpetrados dentro e fora das instituições e dos serviços, fundados justamente sob a promessa de mudança de uma história de violência, “abandono” e “invisibilidade”.

Partindo dessa perspectiva, meus esforços analíticos e reflexivos, empreendidos nesta tese, debruçam-se justamente sobre essa multiplicidade que perpassa a luta produzida pelo MNPR, ao mesmo tempo que a constitui e a concede legitimidade<sup>3</sup>. Mais especificamente, busco entender os processos que fazem da mobilização social, conduzida por integrantes do MNPR em sua base na capital do Rio Grande do Sul (MNPR-RS), mais do que um campo de reivindicação de direitos, um espaço múltiplo, ambíguo, atravessado por forças ordenadoras e contestadoras, mas que, acima de tudo, tem muita produtividade, tanto em função do próprio contexto em que emerge como uma “luta”, quanto pelas inúmeras mediações e interlocuções que lhe sustentam e conduzem.

Vindo ao mundo há exatos 12 anos, o MNPR nasceu do luto, das lágrimas e da comoção coletiva frente ao brutal assassinato de um grupo de pessoas que dormia na Praça da Sé, coração de São Paulo, em idos de 2004<sup>4</sup>. Enquanto a cidade dormia, golpes precisos de cassetete tiravam a vida de sete pessoas “em situação de rua”. Noticiários nacionais e

---

<sup>3</sup> Muitas ideias e perspectivas apresentadas ao longo da tese foram realizadas graças aos frutíferos diálogos que travei com Helena Lancellotti, Pedro Leite, Bruno Fernandes e Gabriela Jacobsen – estudantes de graduação e pós-graduação da UFRGS, inseridos no projeto “Direitos humanos, moralidades e subjetividades nos circuitos de atenção à população em situação de rua”, coordenado pela antropóloga Patrice Schuch. Agradeço imensamente a colaboração de todos e todas, pelo compartilhamento de experiências e aprendizados, resultados da dedicação ao trabalho antropológico em coletivos articulados.

<sup>4</sup> Os detalhes dos processos históricos e contextuais que permitiram o surgimento do MNPR serão expostos e analisados no capítulo 2.

internacionais deram visibilidade aos assassinatos, comparando-os à Chacina da Candelária. Lágrimas, flores, homenagens coletivas e um luto que se transforma em luta para grupos religiosos, militantes e entidades ligadas aos direitos humanos. Sobre as ruínas de um massacre, a insurgência do novo: um movimento social articulado por diferentes organizações sociais, instituições de acolhimento, “moradores de rua” e “ex-moradores de rua” (alguns sobreviventes do “Massacre da Sé”). Da condição de vítimas, passam a cultivar uma “comunhão entre vítimas” (DE LUCCA, 2016), reivindicando justiça, direitos e dignidade. Nascia, assim, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), espalhando-se, em pouco mais de 10 anos, por 14 estados da federação – incluindo o Rio Grande do Sul a partir de 2013.

De lá para cá, muita coisa surgiu junto com um emergente campo de intervenção, reflexão, proposição, e mobilização social: políticas públicas específicas, espaços nacionais e regionais de participação (conferências, conselhos, comitês), monitoramento e avaliação das políticas; programas voltados ao recebimento e registro de denúncias de violação de direitos; campanhas nacionais contra remoções e internamentos forçados; pesquisas censitárias encomendadas por diferentes esferas de governo; projetos de pesquisa e extensão universitária, monografias, teses e dissertações acadêmicas; reportagens e documentários, encontros, seminários, audiências públicas, reuniões e muito, mas muito debate entre atores extremamente diversos em suas motivações e pertencimentos institucionais, que passaram a integrar o contingente de apoiadores e de militantes “em situação de rua” engajados no MNPR.

Em pauta na agenda pública desde 2005, o tema também foi alvo de um tremendo esforço de reformulação compreensiva, a fim de qualificar as políticas públicas em curso. A categoria pessoas “em situação de rua” passou a ser largamente utilizada. Alguns autores atribuem a essa nomeação uma potência positiva, na medida em que a noção de “situação” permite atentar para a dinamicidade e heterogeneidade das experiências sociais, em contraposição às qualificações historicamente depreciativas (vadiagem, vagabundagem, ociosidade) marcadas pela criminalização, culpabilização individual, e, mais recentemente, pela ideia da “falta”, carência, dependência e total destituição de capacidades transformadoras. Para Patrice Schuch, a categoria “população em situação de rua” representa um esforço em atentar para a situacionalidade da experiência nas ruas, combatendo, ao mesmo tempo, processos históricos de estigmatização, afirmando o “habitar a rua” como uma



forma de vida possível – distanciando-se, assim, de uma visão negativa calcada somente na destituição (SCHUCH, 2015; *apud* SCHUCH *et al* 2008).

A partir destas transformações recentes, os mais de 50 mil homens e mulheres que atualmente vivem nas ruas das capitais brasileiras<sup>5</sup>, identificados e autoidentificados como pessoas “em situação de rua”, passaram ser incluídos em programas sociais instituídos na Era Lula, (como programas de transferência de renda, qualificação profissional e acesso a serviços especializados de assistência) através de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). A partir de 2009, multiplicaram-se os Centros de Referência Especializado para a População de Rua<sup>6</sup> (os Centros-Pop, amparados pelos serviços de Proteção Especial do Sistema Único de Assistência Social), com objetivos declarados de promover o convívio, a socialização, o protagonismo e a participação social dos que “moram ou sobrevivem nas ruas” (MDS, 2015). Dois anos depois, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH) implantou o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH), com o escopo de sistematizar dados, produzir conhecimento sobre as violações de direitos e planejar capacitações que viabilizassem a eficácia das denúncias<sup>7</sup>. No campo da saúde pública, o Sistema Único de Saúde instituiu, em 2011, a Política Nacional de Atenção Básica, criando equipes de Consultórios de Rua (CR) para atuar de forma itinerante no atendimento às pessoas “em situação de rua”, operando diretamente em seus territórios de fixação e/ou circulação. No mesmo ano, o Ministério da Saúde publicou a Portaria n. 940/2011, dispensando a condicionalidade de documentos de identificação e de endereço fixo para a obtenção do Cartão SUS, e garantindo o direito das pessoas “em situação de rua” de serem atendidas em qualquer unidade, independente do estado de suas roupas e de suas condições de higiene.

---

<sup>5</sup> Os números foram apresentados em 2007 pela primeira contagem nacional de pessoas “em situação de rua”, realizada numa parceria entre a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e pela Secretaria Nacional de Assistência Social.

<sup>6</sup> A criação do Centro-Pop integra a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, instituída pelo Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009, especificando a organização, a descrição dos serviços ofertados e o público alvo do Sistema Único de Assistência Social.

<sup>7</sup> A criação do CNDDH atendeu demandas conjuntas do MNPR, do Movimento Nacional de Catadores (MNCR) e do Fórum Nacional da População de Rua. Conforme folder explicativo lançado em 2014 pelo CNDDH, os Núcleos de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) atuavam em 440 cidades, abrangendo todos os estados brasileiros (com exceção de Roraima). Em sua atuação, o CNDDH contou com diversos parceiros envolvidos na defesa da população em situação de rua, quais sejam: a Secretaria de Direitos Humanos do Paraná, a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público de Minas Gerais, o MNPR, o MNCR, a Pastoral Nacional do Povo da Rua e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).





Imagem 5: Ministério da Saúde, 2014.

A formulação de todos esses, e tantos outros, instrumentos governamentais de garantia de direitos e de combate às violações, coproduzidos por espaços de participação social (tão estimados e anunciados desde a Constituição de 1988), mobilizações sociais, setores governamentais e narrativas de direitos humanos (SCHUCH, 2015) hoje são comemorados por integrantes do MNPR como conquistas históricas, que possibilitam o reconhecimento de uma população antes “invisível” aos órgãos governamentais e à sociedade. Refletindo sobre as técnicas de legibilidade estatal representadas pelos guias dos novos serviços especializados e pelas pesquisas censitárias sobre “população de rua” (realizadas desde 2007 à nível nacional), Schuch (2015) observa que certas políticas são importantes para as lutas por reconhecimento, pois, ao registrarem, identificarem e inscreverem determinados grupos no foco de um campo de intervenção governamental, também inscrevem as pessoas em um cenário de atenção pública extremamente importante para a potência e alcance de suas lutas e demandas por direitos.

Mas se existe, atualmente, uma visibilidade a ser celebrada, também os percalços e impasses são muitos no que se refere ao campo dos direitos. No cenário internacional, por exemplo, vemos a associação entre direitos e a expansão plena da democracia, como uma forma de mascarar políticas de aquisição de bens e saberes pertencentes a sociedades

fragilizadas por violentos processos de colonização (BATES, 2013). Tal idealização também exhibe suas armadilhas quando se percebe que assim como os fundamentos democráticos não se universalizam, o acesso às suas garantias também não. Atravessada por quadros históricos e sociais de extremas desigualdades, a triagem de acesso aos direitos tem acompanhado as hierarquias sociais e raciais vigentes em determinados contextos pós-coloniais, forjando os “humanos direitos”, idealizados como legítimos mercedores de vozes em sua defesa (RIBEIRO, 2004).

Ao mesmo tempo, é frente a tal situação que se depreendem novas linguagens e mobilizações de grupos que passam a reivindicar tanto o reconhecimento do “direito a ter direitos”, quanto a distribuição igualitária do poder de fala e de decisão sobre os rumos das políticas públicas. Nesse cenário, movimentos sociais têm emergido a partir de uma gramática de luta contra injustiça e sofrimento social, desestabilizando a produção estatal das “zonas de não-direito”, contestando processos de dominação, positivando identidades “subalternas” e lutando não somente por reconhecimento, mas, sobretudo, por mudanças nas relações de poder (LAMOUREUX, 2013).

Toda essa produtividade deixa claro que a linguagem dos direitos não configura somente discursos, saberes, táticas e práticas conformadoras de específicas tecnologias de governo (FOUCAULT, 2006; ROSE, 2001), mas também possibilitam a emergência de performances contestatórias e de importantes espaços de expressão pública. No caso específico das pessoas “em situação de rua”, as ambiguidades e desafios são latentes no que se refere ao engajamento na luta por direitos. É isso que Daniel de Lucca (2007) deixa claro, ao evocar os impasses enfrentados por militantes que precisam lidar com inúmeras inferências religiosas, demográficas, políticas e urbanas que perpassam a constituição e o desenrolar da reivindicação de direitos conduzida pelo MNPR, ao mesmo tempo em que mediam e articulam essa multiplicidade de atores e interesses em jogo, apropriando-se dos esquemas classificatórios e das convenções historicamente produzidas por dispositivos institucionais diversos (DE LUCCA, 2007).

Ainda há que se considerar, nessa ebulição de sujeitos, interesses, engajamentos e garantias de proteção, os desafios colocados por uma dimensão mais difusa, relacionada à continuidade de múltiplas concepções depreciativas e ações violentas contra os que vivem nas ruas. Ações estas que vão desde as insistentes remoções forçadas dos espaços públicos, realizadas por órgãos de segurança pública e assistência social, passando pelas

desqualificações midiáticas que, com frequência, criminalizam, culpabilizam, apoiam ou cobram iniciativas enérgicas e truculentas do poder público. Para termos uma ideia, em 2013, um vereador de Pirai, no Rio de Janeiro, em sessão ordinária sobre os 25 anos da Constituição Federal, afirmou, com convicção, que “mendigo não tem que votar. Mendigo não faz nada na vida. Ele não tem que tomar atitude nenhuma. Aliás, eu acho que deveria até virar ração para peixe” (GRELLET, 2013, *apud* STRAPASSON & PAMPLONA, 2014).

Não menos importante é a indiferença do poder judiciário, que vem fechando os olhos para os repetidos casos de homicídio, perpetrados sobretudo por jovens brancos pertencentes às classes mais abastadas da população brasileira e por agentes atuantes em nome da segurança pública e privada. São emblemáticos os episódios de morte por imolação, hipotermia e espancamentos contra pessoas “em situação de rua”. Recentemente, ainda durante o inverno excepcionalmente rigoroso de 2016, justamente quando noticiários publicavam a “fatalidade” do frio intenso sobre aquelas pessoas em várias cidades do país – inclusive com o falecimento de uma criança de seis anos ao lado do próprio pai, “morador de rua” da região metropolitana de São Paulo<sup>8</sup> – a prefeitura da capital paulista ordenou, mesmo já tendo registrado ao menos cinco mortes pelas mesmas causas, que a guarda municipal confiscasse todos os cobertores dos que dormiam nas ruas, para evitar, segundo o prefeito Fernando Haddad, a “privatização do espaço público”<sup>9</sup>.

São vidas que continuam sendo produzidas como descartáveis, não apenas por suas supostas “improdutividades” em um sistema capitalista cada vez mais perverso e desigual, mas porque também provocam e desestabilizam valores, certezas e classificações hegemônicas sobre o mundo. Desde 2013, Taniele Rui, em estudo que conjuga diferentes cenários de uso e comércio de *crack*, entre as cidades de Campinas e São Paulo, vem insistindo na potência dos mecanismos pelos quais o Estado produz zonas de degradação espacial e moral ao capturar, “recuperar”, assujeitar ou rejeitar determinadas “populações”. Um dos argumentos centrais de Rui (2014) é de que o encontro entre saberes médicos sobre supostos efeitos devastadores do *crack* e os conhecimentos de patogenia, mobiliza percepções simbólicas, morais, de higiene e de sujeira, de modo que, boa parte da violência, da repulsa e

---

<sup>8</sup> TV BERNO. Filho de morador de rua morre de hipotermia no Rudge Ramos; voluntários entregam sopa e cobertores por SBC. TV Bernô, 10 de junho de 2016. Disponível em: <http://cotidiano.tvberno.com.br/filho-de-morador-de-rua-morre-de-hipotermia-no-rudge-ramos-voluntarios-entregam-sopa-e-cobertores-por-sbc-15219/>

<sup>9</sup> SANSONE, Felipe. Com frio Recorde, GCM tira cobertas de moradores de rua em São Paulo. Diário de São Paulo, 14 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/93017/gcm-tira-cobertas-de-moradores-de-rua-em-sao-paulo>

do pânico gerado em torno dos “usuários” advém da radical inversão das nossas concepções de autonomia individual que a droga e seu consumo contrapõem, mas também do questionamento de nossas noções de asseios corporal, de cuidado, saúde, estética e dos próprios limites da experiência humana que a figura do “usuário de *crack*” desafia (RUI, 2014).

Argumentos semelhantes estão presentes em parte da bibliografia sobre “população em situação de rua”, crescente no Brasil desde a década de 1970, quando o estudo de Marie Ghislaine Stoffels (1977), sobre “os mendigos na cidade de São Paulo”, apontou a “segregação ideológica da mendicância” através de processos de estigmatização e institucionalização do desvio frente às “ideologias dominantes”, sustentadas por sistemas repressivos e assistenciais que delimitam fronteiras entre o “trabalho honesto”, como ordem, e a “mendicância”, como transgressão. Já na década de 1980, o trabalho de Delma Neves (1983), ao compreender a figura do “mendigo” na chave da precarização do trabalho, aponta para os efeitos da perda de referências e padrões de vida, identitários, de organização familiar e da inversão ou confusão dos princípios de classificação dos espaços públicos e privados (NEVES, 1983). Dez anos depois, Cláudia Magni (2006 [1994]) faria coro a argumentos parecidos, mas analisando, a partir de uma etnografia sobre os “nômades urbanos” de Porto Alegre, os processos de subversão das funcionalidades espaciais, dos objetos e das corporalidades que orientam as referências hegemônicas da sociedade sedentária. Finalmente, em etnografia com “meninos de rua” nos espaços centrais do Rio de Janeiro dos anos 1990, Hélio Silva e Cláudia Milito apontam para uma “cultura da evitação”, formada por disposições genéricas e paranoicas, que criam objetos e atitudes de indiferença ou de convivência com a violência contra os “indesejáveis” e “perigosos das ruas” – vistos como subversivos e ameaçadores por excelência.

Todas estas experimentações reflexivas mostram a produção de grupos que afrontam, desafiam e desestabilizam valores, classificações e concepções de ordem, trabalho, família e infância. Por isso, não é por acaso que, em um evento destinado à comemoração de 10 anos de lutas e conquistas do MNPR, no qual autoridades envolvidas diretamente com as políticas de direitos humanos explicitavam seus avanços e anunciavam novos dispositivos de proteção, a violência estatal tenha se manifestado sem nenhuma cerimônia e – o mais impressionante – sem nenhuma explicação, retratação ou resolução posterior. Com medo, todas aquelas pessoas que haviam atravessado grandes distâncias de ônibus para ir até a capital federal para um

debate coletivo sobre os seus direitos, tiveram de voltar para as suas cidades no segundo dia de evento, após passarem por situações constrangedoras e truculentas.

Mesmo fora de um espaço formalizado de organização política, a literatura especializada vem mostrando, há décadas, que as pessoas que habitam as ruas não raro desenvolvem uma série de mecanismos narrativos, corporais, estéticos e performáticos para comprovar tanto as suas condições de penúria, aceitáveis para o merecimento da caridade alheia (STOFFELS, 1977; ESCOREL, 1999; MAGNI, 2006), quanto as suas adesões aos padrões valorativos dominantes, de modo a anunciar transformações rumo à “recuperação de suas vidas” (NEVES, 1983; SILVA e MILITO, 1995; LEMÕES, 2013) – sem, no entanto, deixar de avaliar criticamente as desigualdades e perversidades que lhes cercam por todos os lados.

O fato é que precisam, o tempo todo, “reivindicar humanidade” e, sobretudo afirmar o que não são, muito mais do aquilo que são, esforçando-se para deslegitimar categorias acusativas, discriminatórias e hierarquizantes que perpassam olhares, percepções, políticas e equipamentos institucionais a eles direcionados. É como se precisassem lutar por um reconhecimento mínimo e, ao mesmo tempo, fundamental para a retórica dos direitos: ser humano. “Não somos bichos, somos seres humanos”; “não somos criminosos”; “olhe nos meus olhos, eu sou um ser humano”; dentro de instituições que se assemelham a “depósitos de seres humanos” e a “campos de concentração”, nos tratam “como cachorro” – são narrativas e enunciações recorrentes.

É a partir dessa analítica, que aponta para a coexistência de garantias de proteção, direitos, visibilidade política, discursos de ódio, narrativas de extermínio, indiferença e criminalização – que busco situar a dinâmica de mobilização social a ser analisada nesta tese, a partir de tudo aquilo que se produz *entre os* e *a partir dos* diferentes sujeitos que entrecruzam os caminhos do MNPR-RS em Porto Alegre, que precisam lidar com essas coexistências e encontrar soluções estratégicas para se constituírem como “sujeitos de direito”. Por esse caminho, justifico a atenção que direcionei aos recursos discursivos manejados por apoiadores e militantes do MNPR-RS, sobre suas próprias condutas, de modo a explicitarem a legitimidade de suas lutas e, ao mesmo tempo, deslegitimarem difusas concepções negativas que, todavia, recaem sobre eles – trazendo à tona os entrelaçamentos complexos entre saberes, normatividades, intervenções, resistências e contestações.

Situando a discussão no mesmo contexto, analiso a atuação de sujeitos vinculados às instituições estatais (como o Ministério Público, Defensoria Pública, instituições de segurança pública e assistenciais) que, em diálogo com as demandas do MNPR-RS, acabam por produzir ideias de Estado – engajado, humanitário, sensível às causas dos “mais vulneráveis” – e, ao mesmo tempo, articulam, em nome dos direitos humanos, modos particulares de proteção, que em alguns casos beiram à repressão. Não menos importante, nesse processo, são os contrapontos, formulados pelos integrantes do MNPR-RS, que afirmam o Estado como “o maior violador de direitos humanos”, mantendo aceso um debate sobre poder, violência e direitos, desenvolvendo recursos para evitar que sujeitos identificados como estando “ao lado do Estado” tenham poder de decisão, autoridade e representação em nome das pessoas “em situação de rua”.

Portanto, a finalidade primordial desse trabalho é mostrar empiricamente como todos esses processos são produzidos e se deixam ver a partir da posição dos atores que integram o MNPR-RS ou que dele se aproximam em circunstâncias específicas. Acredito que assim posso contribuir com uma reflexão acerca da complexidade que envolve a mobilização pelos direitos da “população em situação de rua”, que talvez fariam subsumidas caso o meu olhar estivesse restrito a intenções explicativas da “situação de rua” – já tão explorada pela bibliografia específica – ou de prováveis “mudanças de vida” que o ingresso na mobilização social supostamente acarretaria.

### **A inserção em campo e o lugar dos *afetos* na pesquisa etnográfica**

Em 2007, ainda na graduação em História, concluída pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), meu interesse pela temática da “população em situação de rua” foi despertado. Ao ler *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*, de Cláudia Magni (2006) – obra que estimularia definitivamente a minha curiosidade por tal universo de pesquisa – decidi, também influenciado por estudos da antropologia da alimentação, estudar as representações e as classificações que as pessoas “em situação de rua” produziam sobre a comida que consumiam nas ruas. Finalizei, assim, a monografia de conclusão de curso sobre dois locais de doação alimentar em Pelotas/RS (um restaurante vegetariano e um grupo religioso), privilegiando experiências etnográficas que me ajudassem a pensar sobre a interface entre comida, desigualdade e estigma.

Para além desses locais estudados, aquela primeira experiência de pesquisa me permitiu identificar um circuito de doação alimentar esparramado pela cidade, conformado pela iniciativa de restaurantes e grupos religiosos católicos e evangélicos. Com um projeto voltado ao estudo etnográfico das relações estabelecidas entre grupos doadores e seus beneficiários, ingressei, em 2010, no mestrado em Ciências Sociais da UFPel e, orientado por Cláudia Magni, realizei pesquisa etnográfica percorrendo o referido circuito. Com o tempo, percebi que as relações que pretendia discutir extrapolavam o eixo doador-beneficiário e direcionavam a atenção para a configuração dos vínculos mantidos, criados e atualizados no universo familiar, na interação mantida com diferentes personagens do espaço público e entre os próprios grupos de pessoas “em situação de rua” – o que me levou a sair da relativa estabilidade espacial dos espaços de doação para circular diretamente pelas ruas da cidade, buscando apreender outras dinâmicas relacionais.

Resumidamente, finalizei o estudo demonstrando que: a tão disseminada caracterização oficial daquelas pessoas, ancorada na ruptura de laços sociofamiliares, não considerava as dinâmicas particulares de relacionamentos que se davam numa dinâmica de circulação cultivada antes mesmo do ingresso à vida nas ruas; que, apesar das forças repressivas que buscavam retirá-los do centro da cidade, aqueles interlocutores lançavam mão de uma série de mecanismos relacionais para a construção de pontos vinculativos com pessoas, grupos e instituições, as quais permitiam a circunscrição de um itinerário relacional importante do ponto de vista material e afetivo; e por fim, refleti sobre os códigos de sociabilidade assentados na ajuda e proteção entre os “pares de rua”, no compartilhamento de bens e na vinculação afetiva, questões que também me permitiram relativizar o argumento comum de que “na rua é cada um por si”.

Mesmo que todas as minhas energias estivessem direcionadas para o universo dos vínculos, dos afetos e das sociabilidades, já era notório, entre alguns de meus interlocutores, o diálogo com os espaços de participação social e de formulação de políticas públicas que se desenrolavam a nível nacional. Era o caso de Tânia, mulher de 50 anos uma das pessoas mais cativantes que conheci no final da pesquisa de mestrado e com quem estabeleci forte relação de amizade e confiança. Com um *passé livre*<sup>10</sup> em mãos, adquirido em função de um problema no músculo da perna esquerda, ela viajava para outras cidades do país, sobretudo,

---

<sup>10</sup> Benefício concedido pelo Ministério dos Transportes, que permite aos portadores de deficiência viajar gratuitamente para qualquer cidade brasileira.

para Brasília e Belo Horizonte, onde participava de encontros e seminários para debater os “direitos da população em situação de rua”. Retornando a Pelotas com folhetos informativos e com leis e decretos em mãos, Tânia argumentava com os demais “companheiros de rua” que existiam direitos que precisavam ser exigidos dos órgãos públicos, apontando para o cenário mais amplo de formulação das políticas públicas, onde *“a população de rua está se organizando e nós temos que fazer o mesmo”*.

Já envolvido com a estruturação da dissertação de mestrado, interrompi o trabalho de campo em outubro de 2011. Ao longo da escrita, soube que Tânia passava muito mais em Brasília do que em Pelotas. Nessas idas e vindas, no entanto, a sua caminhada seria inesperadamente interrompida. Em 2013, na capital federal, Tânia faleceu enquanto realizava um tratamento de saúde e participava de eventos temáticos sobre políticas públicas.

Tenho absoluta certeza de que Tânia teve enorme influência no direcionamento de meus interesses de pesquisa, formulados para o doutorado. De fato, eu estava absolutamente influenciado por tudo que ouvira sobre os técnicos dos serviços socioassistenciais em Pelotas. Outros interlocutores, mas principalmente Tânia, sempre expuseram toda a sorte de precariedades, indiferenças, maus tratos, preconceitos e inclusive agressões físicas perpetradas por profissionais que trabalhavam em abrigos, albergues e casas de passagem gerenciadas pela prefeitura de Pelotas. Talvez por isso tudo, eu idealizasse a configuração da mobilização social das pessoas “em situação de rua”, relatada por Tânia, imaginando que ela seria conduzida essencialmente pelos que mais sofriam por tal “situação”, voltando-se contra aqueles modos negativos de atendimento e tratamento.

Engano meu. Residindo em Porto Alegre, iniciei a pesquisa junto a um grupo de pessoas (profissionais da assistência social e usuários dos serviços socioassistenciais) que retomava, em 2013, a militância em nome dos “direitos da população de rua” na capital gaúcha. Pesquisando na internet, encontrei, no site do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA), a divulgação das reuniões semanais do MNPR-RS, que estavam ocorrendo todas as sextas-feiras à tarde. Sem nenhum problema ou hipótese de pesquisa em mente, eu tinha a curiosidade de saber como aquele movimento se organizava, como se relacionavam seus integrantes e quais eram suas principais pautas de reivindicação. Com pouca experiência pessoal em movimentos sociais, adentrei nos espaços de discussão do MNPR-RS em 19 de



junho de 2013, em uma de suas primeiras reuniões em formato nacionalizado<sup>11</sup>. A partir de então, passei a fazer parte das reuniões semanais que ocorrem no SIMPA, com a presença de militantes “em situação de rua” e apoiadores do movimento, como assistentes sociais, monitores de albergues, psicólogos, enfermeiros e outros profissionais vinculados aos serviços socioassistenciais da cidade.

A presença daqueles profissionais parecia acompanhar o cenário mais amplo das políticas públicas. De fato, em 2013, quando eu começava o trabalho de campo, a prefeitura de Porto Alegre já vinha reformulando seus serviços socioassistenciais, atendendo às normativas da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada em 2009 pelo Conselho Nacional de Assistência Social, que instituiu a padronização dos serviços, estabelecendo conteúdos, público a ser atendido, propósitos de cada tipo de serviço ofertado (albergues, abrigos, repúblicas, Creas, Creas-Pop), condições e formas de acesso e impactos esperados. Em 2011, a prefeitura também implantou o Sistema Único de Assistência Social, passando a organizar suas ações de assistência social entre Proteção Social Básica (destinada à prevenção de riscos sociais, por meio de benefícios a pessoas em “vulnerabilidade social”) e Proteção Social Especial (destinada aos casos de violação de direitos).

Agregadas à formulação e reformulação de políticas governamentais a nível federal, algumas pesquisas censitárias e de perfil populacional tinham sido encomendadas pela FASC, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apontando, em 2007, a existência de 1203 pessoas adultas em situação de rua e, em 2011, o mesmo público cresceu para 1347 pessoas (SCHUCH, 2015). O cenário local e nacional, portanto, colocava a temática no centro dos debates sobre a reformulação das políticas públicas.

Posteriormente, compreendi que aquelas primeiras reuniões do MNPR-RS estavam sendo convocadas por duas educadoras sociais e sindicalistas, Joana e Ana Paula, juntamente com um jovem “em situação de rua”, Diego – que à época vivia em um abrigo onde aquelas profissionais também trabalhavam – e Otávio, um senhor de 60 anos, com “trajetória de rua”. Como os encontros estavam recuperando o fôlego, após a desintegração de mobilizações anteriores, as principais pautas de discussão, ao longo dos primeiros oito meses, eram as alternativas para que outras pessoas aderissem ao MNPR-RS, principalmente pessoas “em situação de rua”, o que parecia ser um dos maiores desafios. Para superar a carência deste

---

<sup>11</sup> No capítulo 2, perfaço o histórico de diferentes grupos de mobilização pelos direitos da “população de rua” em Porto Alegre, que tiveram visibilidade local entre as décadas de 1990 e 2000, antes de vincularem-se ao movimento nacionalizado.

perfil específico de participantes, algumas “saídas de campo” foram realizadas para divulgar, nas ruas, e retomada da mobilização na cidade, mas sem surtir muitos efeitos.

Em parte, tal configuração explica alguns de meus estranhamentos. Ao me apresentar como doutorando interessado em conhecer e pesquisar a mobilização conduzida pelo MNPR-RS, eu imaginava (ou romantizava) que profissionais da rede socioassistencial não teriam poder de decisão e influência sobre os temas debatidos e encaminhados nas reuniões. Foi um estranhamento, ao perceber que, naquele espaço, algumas pessoas prezavam pela necessidade do cultivo de outras posturas e condutas, como o trabalho em grupo, o “respeito” mútuo, a “solidariedade” e a “escuta”<sup>12</sup>. Honestamente impactado, nos primeiros seis meses de pesquisa, participei de uma a duas reuniões por mês, não avançando muito em minhas reflexões e muito menos nas relações com os integrantes do MNPR-RS, sobretudo porque o que mais me impressionava era a dimensão pedagógica que parecia perpassar aquele espaço e criar uma espécie de bloqueio interacional. Obviamente, percebendo que eu pouco explicitava o meu posicionamento no interior daquele coletivo, as pessoas não me davam muita abertura e, com razão, pareciam desconfiar de minhas reais intenções. Na maioria das reuniões, eu entrava mudo e saía calado. Era um desastre.

Certamente eu tinha ciência que o coletivo era muito mais complexo do que imaginava e que precisava complexificar minhas próprias reflexões. E isso era desafiante porque tudo o que eu aprendi com Tânia era que, nas instituições socioassistenciais, as vozes das pessoas “em situação de rua” eram sempre caladas pelos profissionais, que apontavam caminhos para a “recuperação” sem a escuta real de suas demandas. Isso me levava a questionar o tempo todo: o que de fato eu estava fazendo ali? Como eu poderia me posicionar e contribuir para o debate público se não conseguia me desvencilhar de alguns pressupostos pessoais, mas também construídos em reflexões e interações anteriores? Essas inquietações permaneciam e me mantinham em relações superficiais com as pessoas, com um sentimento de incapacidade para repensar a pesquisa e para contribuir com os debates internos – mesmo quando entendi, a partir de Ceres Victora (2011), que o mundo real é sempre um recorte efetuado pelo ponto de vista do pesquisador, por seus pressupostos e por uma multiplicidade de processos sociais que, juntos, incidem sobre a formulação do objeto, das perguntas, do recorte teórico e metodológico (VÍCTORA, 2011).

---

<sup>12</sup> Temáticas que me remetiam às oficinas de “convívio social”, realizadas no Centro-Pop de Pelotas, serviço que conheci quando acompanhava alguns interlocutores que utilizavam o local para alimentação, acesso à internet e higiene pessoal.

Mas, mesmo que eu não tenha abandonado, ao longo de todo o trabalho de campo, as reflexões sobre o que, para mim, configurava processos de construção de “condutas ideais” para a luta política, uma experiência particular provocaria uma inflexão crucial na forma com a qual eu olhava para algumas questões, quando, ao longo dos primeiros meses de 2014, as discussões sobre “ações higienistas”, em contexto de Copa do Mundo, intensificaram-se nos debates realizados nas reuniões do MNPR-RS. Nesse momento específico, o número de pessoas participando das reuniões triplicou: pessoas “em situação de rua” narrando episódios de violência policial; advogados e muitos estudantes pertencentes a núcleos e comissões de direitos humanos; promotores e defensores públicos, agentes da ouvidoria de polícia e da secretaria de segurança pública e profissionais da assistência social – todos mobilizados numa força tarefa para formular estratégias de proteção das pessoas “em situação de rua” contra agressões, remoções e internamentos forçados.

Nesse contexto, narrativas sobre violência policial e intervenções truculentas de algumas secretarias municipais, nos meses que antecederam a Copa do Mundo, 2014, brotavam de todos os lados. Foi nesse cenário que eu passei a me envolver de outra forma com militantes e apoiadores, movido pela indignação e partilhando de um mesmo objetivo coletivo: denunciar aquelas violações e reivindicar efetivas ações de proteção e investigação, o que transformou a forma como eu me relacionava com as pessoas e como lidava com as posições que poderia ocupar naquele contexto, uma vez que eu passei a comunicar e, sobretudo compartilhar, um lugar de enunciação reconhecido pelos apoiadores e militantes.

Especificamente, considero que o principal acontecimento desse processo foi a minha inserção em um grupo informal de investigação sobre o suposto assassinato de um “morador de rua”, algumas semanas antes da abertura da Copa do Mundo. O relato do ocorrido<sup>13</sup>, que nos chegou através de um e-mail, era aterrorizante: o jovem teria sido espancado por cinco policiais no centro da cidade, sofrendo “fraturas nas costelas”, “afundamento de crânio”, e “perfuração dos olhos”. Noites sem dormir, ligações constantes para o IML a fim de encontrar corpo e materialidade para um crime, reuniões emocionadas e envolvimento em situações arriscadas para descobrir qualquer vestígio que comprovasse o suposto assassinato, passaram a fazer parte de meus dias ao longo do mês de junho de 2014 – período em que a

---

<sup>13</sup> A análise do caso e seus desdobramentos serão expostos no capítulo 5.

última preocupação que eu tinha era com o registro dos acontecimentos em diário de campo<sup>14</sup>. De certa forma, essa experiência parecia exemplificar a assertiva de que, em campo, não somos o tempo todo somente antropólogos preocupados com a revelação de uma racionalidade encoberta aos atores sociais (OLIVEIRA FILHO, 2009), mas somos, sim, constantemente posicionados e reposicionados por processos interativos que extrapolam a empatia e o engajamento político e apontam para o desafio de reconhecimento da diferença e de suas ambiguidades na interação pesquisador-interlocutor (FONSECA, 2017).

Mas acredito que a referida inflexão, produzida nas relações que travei em campo, pode ser potencializada pela noção de *afecção*, elaborada por Jeanne Favret-Saada (1977, 2005), para dar conta de um conjunto de intensidades e experiências que nos coloca no lugar onde as mesmas forças afetam a todos, no contexto de um diálogo não planejado, concedendo “estatuto epistemológico às situações de comunicação involuntária e não intencional” (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Movida pelo interesse etnográfico nas formas de regulação da violência e do homicídio em sociedades camponesas, Favret-Saada viveu de 1968 a 1971 na região do *Bocage de l'Ouest*, na França, por conta de um estudo sobre a feitiçaria e suas formas de regulação social. Em campo, somente quando passou a apresentar sintomas que permitiram aos camponeses diagnosticá-la como detentora do dom de desenfeitiçar e, posteriormente, como enfeitiçada, que sua localização, dentro do sistema de feitiçaria, abriu caminhos para que uma modalidade específica de comunicação fosse cultivada: aquela movida pelos afetos, pela interação involuntária, sem a intenção de sistematizar a experiência, deixando-se agitar por sensações, percepções e pensamentos agenciados pelos que ocupam um lugar naquele sistema. Ser afetado, nesse sentido, é se permitir envolver, atingir-se pelas intensidades, sentimentos, revoltas e desejos que animam os atores engajados em determinado coletivo social: é, no limite, desprender-se da constante posição analítica em campo, respaldada pela observação participante, e permitir-se assumir lugares múltiplos nos quais nossos interlocutores nos colocam, nos chamam a existir.

Considero que fui afetado em campo, no sentido que Fravret-Saada concede ao fenômeno. No entanto, não se trata de pensar em uma conversão do pesquisador – como se outras situações não tivessem me afetado antes, em diferentes relações de pesquisa, como

---

<sup>14</sup> O envolvimento de apoiadores e militantes do MNPR-RS na investigação dos supostos casos de remoção forçada e homicídio, assim como a análise dos efeitos práticos e discursivos de toda uma rede de agentes e instituições que estimulou as investigações, serão descritos em detalhes e analisados no capítulo 5.

aquelas que estabeleci com Tânia, durante a pesquisa de mestrado. Para Favret-Saada, não basta estar afetado pelo interesse em estudar feitiçaria, ou “população em situação de rua”, embora saibamos que o tema, o recorte e o objeto de nossas pesquisas não são escolhas aleatórias, pois dizem muito de nossas posições políticas, experiências individuais e trajetórias sociais. Definitivamente, a *afecção* não diz respeito a essa parcialidade da relação entre pesquisador e universo de pesquisa. Sua potência revela-se nas relações involuntárias, quando somos capazes de levar a sério a participação, não apenas como antropólogos, mas como sujeitos que se permitem afetar-se pela indignação, pela sede de justiça ou por outros tantos *afetos* que animam as pessoas com as quais nos relacionamos.

Tudo isso também me permitiu enxergar outras facetas do MNPR-RS, na medida em que era preciso ocupar um lugar dentro daquela dinâmica de lutas e enfrentamentos, conflitos, parcerias e ambiguidades (assim como Favret-Saada precisou ocupar um lugar no sistema da feitiçaria). Foi imprescindível entrar, antes de tudo, numa comunidade de indignação e comunicar uma revolta. Também assim eu pude visualizar o quanto os relatos de violência brutal fizeram com que os militantes e apoiadores mobilizassem uma rede de instituições que se empenharam tanto em atender as demandas por investigação quanto em dar visibilidade às ameaças de internações forçadas. Além disso, a proximidade com órgãos jurídicos (como o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Câmara de Vereadores, as universidades e a imprensa) foi crucial para conhecer a burocracia, os termos, a trama de órgãos competentes, dos protocolos a serem seguidos, enfim, do funcionamento institucional daquela rede de proteção, denúncia e investigação que se formara em tempos de Copa, mas que também poderia ser útil futuramente.

Com isso, avalio que levar a participação a sério é uma postura que pode ser compreendida, em alguns contextos, como uma posição ética, de comprometimento com os interesses e percepções dos grupos estudados (VÍCTORA, 2011; FONSECA, 2017). Ainda é possível pensar que ocupar um lugar no interior da mobilização política é uma forma tanto de negociar a participação enquanto pesquisador, quanto de considerar as formas “nativas” de controle sobre o que é produzido sobre eles – como quando exigem que as instituições que se aproximam ofereçam alguma contrapartida, assumam responsabilidades na prática política e de alguma maneira contribuam positivamente para o reconhecimento e visibilidade de suas reivindicações. Sendo assim, parece que as relações de *afecção* estão longe de figurarem como exemplos de envolvimento extremos de antropólogos com seus interlocutores. Ao

contrário, acredito que elas nos alertam para a conexão que possuem com a própria ética antropológica que, em contextos de reivindicação de direitos, é posta em relevo e desafia o trabalho etnográfico: em específicos universos de pesquisa, permitir-se afetar pelas mesmas forças que afetam os sujeitos de pesquisa é assumir, também, compromissos éticos e políticos que extrapolam angústias e impasses individuais do pesquisador.

Ter sido afetado pela brutalidade de um suposto assassinato, facilitou minha compreensão de que, sem ocupar um lugar na luta política da “população em situação de rua”, e sem ser, de fato, aceito pelos sujeitos de pesquisa, não haveria nada para observar (VÍCTORA, 2011). Por isso, entendo que a centralidade reflexiva dada à *afecção* é uma operação que amarra respeito e valorização da experiência alheia, abertura de canais afetivos de comunicação, posicionamento ético e político ao longo da pesquisa etnográfica. Além do mais, sem me reposicionar e ser reposicionado pelos outros, acredito que não conseguiria visualizar toda a potencialidade do que antes, para mim, relacionava-se à reprodução de práticas institucionais no seio de um movimento social.

Assim, as pessoas me mostraram, a medida em que eu também me colocava e atuava como apoiador do MNPR-RS (assumindo tarefas, redigindo e revisando documentos, organizando eventos, mediando debates e, com o tempo, criando laços sólidos de amizade) toda a complexidade que perpassa as ações, os discursos, as relações, os interesses e a atuação dos múltiplos sujeitos que dão vida e visibilidade à luta das “pessoas em situação de rua” em Porto Alegre. Nessa dinâmica, também deixavam claro que a minha inserção no grupo não serviria para brindar a academia com a conclusão exitosa de mais uma pesquisa. Tampouco aguardariam os resultados positivos que a defesa de uma tese de doutorado supostamente traria para a visibilidade de suas reivindicações. Mais do que tudo, a “mão na massa” teve de ser posta “aqui e agora”, no envolvimento diário, político e afetivo, por meio do qual fui assimilando modos distintos de fazer política e, ao mesmo tempo, desfazendo-me de algumas posições pré-concebidas.

Trata-se, assim, de uma experiência através da qual fui aprendendo, com eles, seus modos de reivindicar direitos, partilhando revoltas, indignações e sentimentos de injustiça. Pela intensidade do envolvimento e pela potência das experiências que tive ao longo dos três anos de pesquisa, eu optei por não realizar entrevistas gravadas com os integrantes do MNPR-RS e apostar somente nos registros que conseguia redigir em casa, compondo um diário de campo, que, ao final do trabalho, contou com mais de 300 páginas impressas. Confesso que

algumas entrevistas foram marcadas, mas nunca tínhamos tempo ou ocasião propícia para que fossem efetivamente gravadas. Eu também não insistia muito, pois sabia que as pessoas matavam um leão por dia e, assim como eu, assumiam uma série de compromissos em relação à militância, que precisavam ser conciliados ainda com outros trabalhos e afazeres que envolviam suas vidas pessoais. Lembro que o senhor Otávio, que atuou como representante da região sul nos encontros nacionais do MNPR, sempre me falava que a entrevista com ele seria em pequenas doses, pelas quais ele falaria um pouco de sua vida nas diferentes ocasiões em que nos encontrássemos – o que de fato deu certo algumas vezes, antes que ele se afastasse da mobilização por cerca de um ano.

Ao mesmo tempo em que posso ter deixado de situar a trajetória e a biografia dos sujeitos de pesquisa, explorando suas experiências e motivações para a militância, por exemplo, acredito que fui privilegiado pelas experiências que pude vivenciar e registrar e pelas informações que tive acesso, não por entrevistas, mas pelas confidências e cumplicidades que nutri com grandes amigos que, dentre outras coisas, também são sujeitos de minha pesquisa. Investi, assim, em um mergulho que exigiu um trabalho posterior de recorte, articulação e reflexão sobre práticas e discursos apreendidos em ato, buscando explicitar os contextos particulares em que aparecem e as modalidades concretas de seus usos e atualizações (GOLDMAN, 2006).

Ao finalizar este estudo, percebo que tudo o que vivi, ouvi e senti em campo – e que pretendo compartilhar nesta tese – é que o MNPR-RS conforma fenômenos difíceis de apreender e compreender apressadamente. Por isso, entendo que a luta pelos direitos da “população em situação de rua” é terreno fértil para tantas outras possibilidades analíticas que serão exploradas ou indicadas ao longo da tese. Por isso, as observações que faço serão sempre parciais e passíveis de serem redirecionadas por outras perspectivas. Sem a pretensão de esgotar todos os debates prováveis, meu objetivo é apontar suas multiplicidades e potências, indicando os meandros, contradições, ambiguidades e incertezas de uma luta por direitos que hoje ganha visibilidade a nível nacional.

## Inspirações teórico-analíticas e a organização dos capítulos

Dar conta de todas as experiências e articulá-las a um arcabouço teórico coerente é desafiante. Assim como o fez Rui (2014), assumo que os dados etnográficos não são jamais registrados em separado das formas subjetivas e interpessoais com as quais os acessamos, o que faz do campo não um lugar onde se prova hipóteses, mas onde se confronta teorias acadêmicas com tudo aquilo que se vê, ouve e sente (RUI, 2014). Aproximando-me dos caminhos trilhados pela autora, eu também reconheço que não há, nesta tese, autores ou teorias unívocas que sustentem ou engessem as reflexões rumo a confirmação de uma hipótese central. Para iluminar a complexidade e multiplicidade de relações e de possibilidades analíticas, são vários os autores utilizados. Ao longo do texto etnográfico, eles serão evocados para potencializar discussões variadas sobre modos de gestão da pobreza urbana, tecnologias de governo, dispositivos de controle, violência policial, formas de luta e engajamento, cidadania, linguagens e tipos de organização coletiva, direitos humanos, práticas e saberes estatais e produção do Estado, dentre outros que serão explorados, não para esgotar o debate, mas para iluminar aspectos relevantes de minhas análises.

Há, no entanto, três grandes inspirações teórico-analíticas que incidem sobre a tese. De Michel Foucault (2006), retomo um texto escrito em 1977, sobre *a vida dos homens infames*, por considerar sua pertinência sobre as relações de poder e sobre as condições práticas e discursivas nas quais a população “em situação de rua” tornou-se foco de intervenções e discursos múltiplos. Debruçando-se sobre registros de internamentos hospitalares redigidos no início do século XVIII, Foucault deparou-se com *vidas ínfimas* e “desgraçadas” (obscuras, sem riqueza, santidade ou genialidade reconhecidas e atravessadas por violências, malvadezas e desprezos) registradas brevemente em poucas linhas nos livros institucionais. O seu argumento é bem conhecido: *homens infames* só deixaram rastros porque tiveram um encontro com os jogos de poder, sem os quais nenhuma palavra, nenhum foco de existência seria registrado pelo poder que, a partir de determinado momento, passou a espreitar aquelas vidas. Esse encontro seria a expressão de uma transformação nos modos de produzir verdades no Ocidente: da confissão ritual e religiosa à proliferação de interrogatórios, consultas, narrativas, registros hospitalares e ordens de prisão que colocaram em discurso toda uma



agitação de vidas breves e de seus pequenos sofrimentos, indignações e súplicas. A partir disso, “um murmúrio que não cessará começa a se elevar: aquele através do qual as variações individuais de conduta, as vergonhas e os segredos são oferecidos pelo discurso para as tomadas do poder” (FOUCAULT, 2006, p. 216).

Me parece que uma dinâmica semelhante opera nos processos que deram visibilidade aos debates sobre as pessoas “em situação de rua”, as quais, em um dado momento histórico, foram igualmente colocadas em discursos pela emergência concomitante de uma série de dispositivos jurídicos, repressivos, assistenciais e de participação social que produziram um debate público nacionalizado, além de categorias enunciativas e classificatórias. No entanto, como sempre nos alerta Foucault (2006, p. 384), “o poder não é uma substância”. Isso significa dizer que o poder é algo que circula e que funciona no seio de relações e correlações de forças, tendo como traço distintivo as tentativas de alguns em determinar a conduta de outros, mas nunca de maneira exaustiva ou totalmente coercitiva, pois pressupõem relações sempre reversíveis de enfrentamento, revanche e resistência (FOUCAULT, 2006, 2013, 2014). Pensar o governo de condutas a partir dessa chave analítica, me permite olhar para as relações estabelecidas em torno do MNPR-RS, não inseridas em aparelhos de dominação, mas em uma luta constante e multiforme que produz muitas coisas, ao invés de sucumbir ao enclausuramento de supostos esquemas uniformizantes. Será essa espécie de orientação analítica que tentarei seguir ao longo do texto.

Ao mesmo tempo, me parecem fascinantes as contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996; 1997), para pensar fenômenos simultâneos de captura e escape, materializados nas forças estatais que buscam tudo interiorizar e neutralizar, mas também nos questionamentos, nas indisciplinas, nos motins, nas traições, nos deboches e em tudo aquilo que promove a fuga – ainda que momentânea e situacional. A concentração estratégica destas forças de escape, é denominada pelos autores de *máquina de guerra*, que atua por oposição aos conjuntos hierarquizados de controle e centralização, criando zonas de impotência dos poderes ordenadores e acionando vetores nômades, minoritários e micropolíticos, voltados à implosão de forças de fixação e sedentarização (DELEUZE & GUATTARI, 1997). Como ficará mais claro no último capítulo, dialogar com a noção de *máquina de guerra* me permite indicar a dimensão combativa das relações travadas entre integrantes do MNPR-RS e os agentes e instituições estatais, de modo a iluminar os modos pelos quais, a um só tempo, se acessam e se conjuram focos de autoridade e captura totalizantes.

Por fim, o diálogo com um conjunto de autores específicos, explorados na primeira parte da tese, me permite acrescentar uma modesta contribuição aos já mencionados trabalhos que analisam processos de produção, rejeição e estigmatização de grupos hoje categorizados como “população em situação de rua” no Brasil. Para tal, busco inspiração em autores pós-coloniais (GILROY, 2002; HALL, 2003; SAID, 2004; SPIVAK, 2010; MBEMBE, 2011) e decoloniais (MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2000; SEGATO, 2010) – que exploram a relação entre modernidade, Estado e racismo – e também com uma vasta bibliografia histórica sobre as formas de domínio, extermínio e “recuperação” elaboradas no mesmo movimento dos debates sobre liberdade, raça, nação, identidade nacional, desenvolvimento, segurança, cidadania e direitos humanos no Brasil<sup>15</sup>.

Considero que essa abordagem, atenta aos projetos de terror e brutalidade que sustentaram e sustentam a ideia de modernidade, permite levar a sério os inúmeros mecanismos de subjugação ainda latentes na contemporaneidade, sobretudo pelos discursos e pelas práticas que negam o estatuto de humanidade a certos contingentes populacionais – produzidos pela brutalidade dos processos de expansão, exploração, conquista, colonização e hegemonia do mundo ocidental. Se a edificação de corpos sub-humanos foi imprescindível à elevação do próprio sentido de civilização europeia (HALL, 2013), explicitando as ambiguidades dos supostos avanços humanistas, a existência de grupos que hoje afrontam estruturas hegemônicas de valores, não somente é fruto de um poder colonial atualizado, quanto é parte fundamental da afirmação contínua de modos civilizatórios de constituição da realidade social. Essa analítica reporta-nos à *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2000): um modo latente e contínuo de classificação e hierarquização dos mundos não-europeus que, em nome de supostas “desumanidades”, “selvagerias”, “ameaças”, “perigos” e “desvios”, elaboraram práticas, discursos e instituições para “recuperar”, “salvar”, enclausurar ou mesmo exterminar existências indesejadas.

Partindo desses aportes teórico-analíticos, a organização dos capítulos etnográficos acompanha, de certo modo, a sequência das experiências vivenciadas ao longo dos três anos

---

<sup>15</sup> As perspectivas teóricas pós-coloniais e decoloniais, assim como o debate historiográfico sobre a produção de corpos desviantes, recuperáveis e extermináveis no Brasil dos séculos XIX e XX, serão aprofundados no primeiro capítulo da tese. É importante explicar que o contato com a bibliografia específica ocorreu no primeiro semestre de 2016, através da disciplina *Racismo no debate pós-colonial*, ministrada, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, pelo professor José Carlos dos Anjos, a quem agradeço imensamente pelos ensinamentos e trocas de ideias ao longo da disciplina. A partir dos diálogos com os autores e com as discussões em aula, foi ficando cada vez mais claro para mim a necessidade de situar, historicamente, a constituição e a genealogia das políticas e categorias sobre as pessoas “em situação de rua” no Brasil, indicando suas ressonâncias na contemporaneidade.

de envolvimento com os integrantes do MNPR-RS – com exceção dos capítulos 1 e 2, de caráter essencialmente teórico e historiográfico.

A parte I é composta por dois capítulos. O primeiro capítulo busca refazer o percurso sócio-histórico das práticas, políticas e modos de intervenção estatais sobre populações assistidas ou eliminadas no Brasil, lançando mão de uma historiografia específica, referente aos séculos XIX e XX, para argumentar que a cruzada contra a “vadiagem” foi um destes planos absolutamente marcados pelas concepções racistas do período, radicalizadas ante a inevitabilidade do fim do sistema escravista, com incrível continuidade ao longo de todo o século XX. O capítulo 2 dedica-se à compreensão das transformações ocorridas em contexto urbano de Porto Alegre ao longo do século XX, com destaque para: as forças de remoção e expulsão de grupos indesejáveis das regiões centrais da cidade; para a concomitante constituição de categorias, classificações, discursos e instituições específicas para abrigar e esconder a pobreza urbana e, por fim, para o contexto de emergência dos coletivos de mobilização pelos direitos da “população de rua” em Porto Alegre, com ênfase em suas demandas e formas de organização, do contexto pós 1988 até os anos 2000.

Mais dois capítulos integram a segunda parte da tese. O capítulo 3 explora a dinâmica de debates e tensões produzidas por militantes e apoiadores em torno de certos atributos valorativos para a militância. Partindo de uma análise inicial dos conteúdos inscritos em cartilhas nacionais de formação política, exponho as formas como esses conteúdos são problematizados e contestados na prática e, ao fim, mostro como os militantes constroem um estatuto político para a “vida nas ruas” (o “sangue das ruas”) que tanto se opõe aos conhecimentos registrados em cartilhas oficiais, quanto os complementam, dependendo das situações e interações em jogo. O capítulo 4, por sua vez, analisa o cruzamento entre os discursos sobre a mobilização social e as práticas de intervenção institucional que integram o trabalho de alguns apoiadores vinculados à rede socioassistencial, destacando a produção de condutas, corpos e comportamentos ideias, que potencializam a mobilização coletiva. Ao final, argumento que o investimento em certas condutas aciona, a um só tempo, condicionalidades e potentes oposições discursivas contra históricas incivilidades atribuídas às pessoas “em situação de rua”.

A terceira e última parte também é composta por dois capítulos. O capítulo 5 descreve a atuação do Estado nas suas *margens* e com as suas *margens*, durante a Copa do Mundo, 2014, destacando seus efeitos e enunciações em nome dos “direitos humanos”.

Acompanhando e analisando a articulação de múltiplos agentes, práticas e discursos direcionados à investigação de violações e possíveis assassinatos contra “pessoas em situação de rua”, aponto para a articulação entre práticas de proteção e de gestão de territórios e populações; para as formas discursivas de produção do Estado (engajado e comprometido) e para os modos como os agentes estatais acionam ilegibilidades para impedir suas responsabilizações em casos específicos de violência. O sexto e último capítulo, privilegia o empenho dos integrantes do MNPR-RS em expurgar autoridades, hierarquias, prestígio individual e poder de fala, por parte de agentes identificados como estando “ao lado do Estado”, destacando os processos de construção de um *Estado tóxico* (do qual se deve manter certa distância), assim como dos inimigos e aliados da mobilização social. Ao final, argumento que o conjunto etnográfico das experiências permite compreender o MNPR-RS como uma *máquina de guerra*, produtora de uma luta nômade que, se não prescindir do Estado, aposta todas as suas fichas na explicitação de seus traços violentos.

Por fim, esclareço que os nomes utilizados para referenciar os interlocutores são fictícios e foram alterados sobretudo porque algumas situações específicas, tanto de conflitos e embates internos, quanto em relação a uma série de ações estratégicas elaboradas pelo MNPR-RS, embora descritas com cuidado, poderiam ser utilizadas por terceiros em atitudes imprevistas, tal como me explicaram alguns apoiadores e militantes que leram alguns artigos que publiquei ao longo da pesquisa. Alguns, inclusive, apontaram para o perigo de retaliações por parte de certos órgãos e agentes estatais, reforçando a necessidade de não revelar nomes verdadeiros – o que também evidencia o quanto suas mobilizações são entrecruzadas pela continuidade de riscos, intimidações e ameaças diversas. De minha parte, busquei valorizar suas ações críticas e combativas, garantindo, ao longo do texto, o anonimato de seus nomes verdadeiros, mesmo sabendo que isso não garante a total preservação de suas identidades, na medida em que estão inseridos publicamente em um movimento que se coloca nos debates e na cena pública da cidade. Marcio Goldman (2006), por exemplo, já alertou para a incompletude das estratégias de anonimato, uma vez que muitos informantes gostariam de ver seus nomes mencionados, o que nos coloca frente a impasses éticos sem receitas prontas. Reconhecendo a incompletude de qualquer alternativa, a minha opção foi manter o anonimato e compartilhar com alguns interlocutores os textos que foram sendo escritos ao longo da pesquisa e, a partir de seus apontamentos, eliminar ou disfarçar alguns eventos, acontecimentos e lugares. Mantive, no entanto, o nome verdadeiro de algumas autoridades

públicas que passaram a dialogar com o MNPR-RS e que, a partir dessa interlocução, tiveram visibilidade na grande mídia. Admito a imperfeição dessa estratégia e assumo responsabilidade sobre incômodos futuros que dela possam resultar.

## **PARTE I**

# **MODERNIDADE, POLÍTICAS DE EXTERMÍNIO E A EMERGÊNCIA DE UMA LUTA**

## Capítulo 1.

### O lado brutal da modernidade.

### Sobre a produção histórica de corpos desviantes, recuperáveis e extermináveis no Brasil.

Todos os impérios que já existiram, em seus discursos oficiais, afirmaram não ser como os outros, explicaram que suas circunstâncias são especiais, que existem com a missão de educar, civilizar e instaurar a ordem e a democracia, e que só em último caso recorrem à força. Além disso, o que é mais triste, sempre aparece um coro de intelectuais de boa vontade para dizer palavras pacificadoras acerca de impérios benignos e altruístas, como se não devêssemos confiar na evidência que nossos próprios olhos nos oferecem quando contemplamos a destruição, a miséria e a morte trazidas pela mais recente *mission civilisatrice*.

Edward Said, 1978.

#### 1.1 Silenciamentos

Exploradores da caridade e da bondade alheia, usurpadores de seus próprios corpos, manipuladores da sensibilidade pública, perturbadores da moral, reprodutores do degrado, predispostos ao crime, foco e disseminadores de doenças, semeadores da violência e do medo, depravados, viciados, vadios, ociosos, desordeiros, desregrados, indigentes, homens e mulheres de má conduta, prostitutas, velhas e velhos imprestáveis, pobres envergonhados, falsos mendigos e mendigos legítimos. Códigos criminais, leis de contravenções penais, casas de correção, colônias penitenciárias, policiamento, corporações de ofício, asilos, abrigos de mendicidade, orfanatos, conventos, sanatórios, hospitais, missões religiosas, campanhas

contra a vadiagem, intervenções médico-sanitárias, remoções urbanas, limpeza social, repressão, isolamento, controle e disciplina – conjunto de nomeações, categorias acusatórias, classificações, instituições e práticas de controle decorrentes de uma conhecida estruturação de saberes e poderes que, ao erigirem fronteiras entre a razão e a loucura, a lei e a ilegalidade, a norma e o desvio, lançaram, também, o relógio moral do trabalho sobre os corpos (DINIZ, 2004) e organizaram dispositivos de sujeição e maximização de suas utilidades.

Já sabemos, quase como lição decorada, que essa verdadeira decomposição utilitária da pobreza se vincula às transformações técnicas e valorativas do trabalho na Europa, onde se formularam as primeiras leis contra a vadiagem (MAUCH, 2004) dentro de um processo de inscrição do projeto de modernidade em corpos, mentalidades e subjetividades. Estimulada como fonte de redenção e humildade, a “mendicância” foi um modo de vida exemplar de santificação valorado pela igreja católica no período medieval. Os sinais de desmoronamento da sociedade feudal, com a dissolução dos laços servis, o aumento considerável da pobreza urbana e rural, as revoltas camponesas e o impacto de epidemias mortais teriam multiplicado ondas de “mendigos” a viverem de esmolas e trabalhos não regulamentados pelas nascentes cidades burguesas. Os séculos seguintes teriam sido palco de uma verdadeira “caçada aos vadios”, com a emergência de uma parafernália de classificações, intervenções, discursos e instituições normativas voltadas à punição, assistência ou recuperação de grandes contingentes de “pobres” e “desocupados” que vagavam pelas bordas do mundo europeu industrial (STOFFELS, 1977; DINIZ, 2004; MAGNI, 2006).

É frequente que a retomada destes argumentos de ordem histórica seja realizada para elucidar o surgimento e o gerenciamento de corpos e populações refratárias no meio urbano – alvos de piedade, repulsa, medo, rejeição, repressão e debate público sobre as possibilidades de “resolução” do que se configurou num dos grandes problemas sociais do “mundo ocidental”. Seríamos, assim, herdeiros, junto com um vasto “patrimônio europeu”, das formas pelas quais as populações nômades foram percebidas e tratadas socialmente no Velho Mundo (MAGNI, 2006). A esse “patrimônio”, acrescenta-se a proliferação de categorias acusatórias, como “vagabundos”, “falsos mendigos”, “bons pobres” ou “mendigos verdadeiros”, utilizadas pela ação conjunta de órgãos repressivos, caritativos e assistenciais (STOFFELS, 1997; ESCOREL, 1999; FRANGELLA, 2009; MAGNI, 2006; SCHUCH *et al*, 2008; MELO, 2011).



Essa concepção patrimonial dos modos de intervenção sobre a “pobreza” e a “mendicância”, quando evocada pela bibliografia específica sobre “população de rua”, guarda particularidades instigantes na análise de sua “aplicação” no cenário latino-americano, mais especificamente no Brasil. É significativo que o foco de nossas atenções diacrônicas, no que concerne às “primeiras investidas” públicas sobre os referidos grupos, concentre-se no final do século XIX, quando transformações urbanas, sustentadas por concepções médico-sanitárias, provocaram o desamontoamento das regiões centrais das cidades brasileiras e a periferização da população mais pobre. Essa atenção analítica é parcialmente compreensível. Trata-se de um período tomado pela preocupação com a construção de uma “sociedade civilizada”, ordeira e assentada no trabalho assalariado, o que intensificou a associação entre pobreza e criminalidade, formulada dentro da noção de “classes perigosas”, apreendida dos compêndios europeus para designar os pobres reincidentes e irrecuperáveis do crime<sup>16</sup> (CHALHOUB, 2001).

A questão é que entre essas “contextualizações” históricas sentimos uma espécie de hiato historiográfico, como se um corpo de ideias, legislações e instituições tivesse sido transplantado da França ou da Inglaterra diretamente para o Brasil, no eufórico momento de construção republicana do país. Raríssimos são os estudos específicos sobre “população de rua” que recuam no percurso histórico brasileiro, para além do período imediatamente pós-abolição. Mesmo quando o fazem, sentimos novamente um certo isolamento contextual, como nos casos em que o Código Criminal do Império, instituído em 1830, é localizado para expor as origens jurídicas da criminalização da vadiagem no Brasil e suas relações com novos valores do trabalho imposto aos “desajustados” da cidade (ALVES, 2002; MÜLLER, 2009; MELO, 2011; STRAPASSON & PAMPLONA, 2014). O que mais impressiona é que essa incursão é realizada muitas vezes sem considerar o fato de que, fundado no seio do sistema escravista, aquele código só poderia criminalizar nada mais do que corpos negros que aos poucos “adquiriam” suas “liberdades”.

---

<sup>16</sup> O aumento populacional das cidades e o afrouxamento dos laços de dependência pessoal também potencializaram um “embate cultural” entre a moralidade popular e os preceitos de ordem e legalidade que a República tentava impor. É nesse contexto que os “perigosos” e “indesejáveis” recebem uma “visibilidade negativa” em vários periódicos que, década após década, pressionaram o poder público por investidas enérgicas e eficazes contra a ameaça que o desregramento moral representava para a nova sociedade que se pretendia construir (MAUCH, 2004).

Os estudos que se reportam ao período, o fazem de forma tangencial e ilustrativa. Magni (2006) nos lembra que na primeira metade do século XIX, em Porto Alegre, os serviços de higiene ficavam a cargo dos proprietários e eram executados pelos escravos. Décadas depois, continua a autora, as concepções sanitaristas corroboram “a necessidade burguesa de disciplinamento e educação da população pobre e do segmento escravo recém ingresso no mercado de trabalho” (p.26). Já Escorel (1999), vai um pouco mais longe ao afirmar que a especificidade do caso brasileiro na abordagem da pobreza foi delineada pela “escravidão de africanos”, cuja intensidade e duração tiveram “uma configuração particular para as representações sociais da pobreza na qual interferem não apenas a etnia – aqui a pobreza urbana será sempre majoritariamente não-branca – mas também o lugar que o trabalho tem no imaginário social” (p.35). Nascimento (2000), por sua vez, ao elucidar a existência dos “excluídos necessários” na história brasileira<sup>17</sup>, argumenta que os “negros escravos” “eram necessários à economia, mas excluídos da cidadania, à semelhança dos índios que não eram considerados cidadãos” (p. 72).

Não obstante o rigor e a relevância teórico-analítica desses estudos sociológicos e antropológicos sobre a realidade a que se propõem analisar, não encontramos o peso, por exemplo, de questões relacionadas às teorias raciais na formulação de discursos e práticas de intervenção sobre a pobreza urbana ou sobre os considerados “vadios” e “mendigos”. Aliás, quando raramente identificamos referências a essa questão, é como se os seus efeitos não tivessem tido nenhuma continuidade após a assinatura da Lei Áurea. Constantemente, as posições explicativas para a existência de “pessoas em situação de rua” retomam as contradições do sistema capitalista, chamando atenção para as mudanças estruturais na economia, as sucessivas crises mundiais, o acirramento das desigualdades socioeconômicas (ROSA, 2005; BURSZTYN, 2000; NEVES, 2010, entre outros) e a produção de exércitos de reserva que se transformam, cada vez mais, em lixo industrial sem serventia para o mercado de trabalho, excluídos dos espaços de cidadania (NASCIMENTO, 2000) ou ingressos na massa de “trabalhadores que não deram certo” (NEVES, 1983).

---

<sup>17</sup> Ao exemplificar a noção de “exclusão” pela ruptura de laços sociais, Nascimento evoca “três personagens clássicos” na história brasileira: os indígenas, os negros e os trabalhadores rurais. Vistos como “sub-raça” com humanidade extremamente duvidosa, os indígenas foram os “excluídos” fundamentais na produção de mercadorias e conquista de novos territórios. Sem nenhum alcance de cidadania também eram os negros escravizados, embora imprescindíveis ao funcionamento da economia. Por fim, Nascimento (2000) assinala que, após a abolição, entram em cena os trabalhadores rurais como atores indispensáveis ao processo de industrialização, mas o direito ao voto e muito menos de organização sindical.

Nessa tendência analítica, a “exclusão social” ocupa lugar de impressionante destaque. Formulada por teóricos franceses para dar conta de processos de desfiliação e ruptura de laços sociais (CASTEL, 1998; PAUGAM, 1996; QUEIROZ, 1996), essa noção explicativa emerge frente aos problemas no âmbito da integração relacional, produzidos pela crescente precarização do trabalho na sociedade francesa, sobretudo com o aparecimento da “nova pobreza”<sup>18</sup>. Essa marca da ruptura de laços sociais com o universo familiar, comunitário e laboral se mantém para pensar a emergência de “pessoas em situação de rua” no Brasil, seja para reforçar sua singularidade a partir da inserção precária e da cidadania restrita (LEAL, 2004); para marcar o caráter relacional e processual do fenômeno, localizando a exclusão no seio de uma “interação excludente”, que diferencia e hierarquiza os sujeitos em interação (SCOREL, 1999); ou ainda para relativizar a própria ideia de ruptura de laços sociais ao valorizar o agenciamento das pessoas na construção e manutenção de vínculos familiares e afetivos no “universo das ruas” (LEMÕES, 2013).

Mesmo na evocação atenta e cuidadosa dos amplos dispositivos que perpetuam a constituição de zonas de vulnerabilidade e de precarização no acesso a determinados direitos, além de experiências cotidianas atravessadas por situações de estigmas e discriminação, novamente temos a impressão de que a dimensão socioeconômica e as clivagens de classe social (como fenômenos invariáveis histórica e geopoliticamente) encerram as possibilidades de compreensão desses processos. É como se nenhum outro traço de poder tivesse cruzado a história destes corpos, o que abre brechas para respaldar o que Segato (2010) denomina de ponto cego no discurso latino-americano sobre o Outro: uma cegueira sintomática resultante de silenciamentos que naturalizam a presença maciça de populações pobres e negras entre os alvos privilegiados da violência estatal (SEGATO, 2010).

Ainda que possamos reconhecer a circulação e mesmo a imposição de tecnologias de governo sobre corpos e populações formuladas na Europa e adotadas em suas colônias, é

---

<sup>18</sup> A “nova pobreza” faz referência ao contexto de mudanças do processo produtivo e da dinâmica de acumulação capitalista – cujas consequências desastrosas atingiram grupos sociais até então distintos dos tradicionalmente assolados pelas flutuações econômicas, sujeitos que até então usufruíam dos benefícios provenientes do desenvolvimento econômico e da proteção social. O núcleo duro destas transformações ancorou-se na crise do assalariamento como mecanismo de inserção, o que gerou a diminuição de empregos e o encolhimento das oportunidades de solidariedade e de participação social, sobretudo a partir da década de 1980 (SCOREL, 1999). A adoção da noção no Brasil também se ancora em compreensões semelhantes sobre mudanças objetivas e subjetivas da “questão social”, provocadas pela clivagem econômica, social e política, pelos ciclos econômicos recessivos e pela transição do regime democrático (Idem, 1999). Já na década de 1990, surgem os sinais evidentes da precarização das condições de vida da população pobre, cujos principais elementos denunciativos eram a visibilidade contundente da população em situação de rua e da violência urbana (NASCIMENTO, 1993).

desafiante dar conta da reinscrição do poder em terras alhures. O desafio é justamente o de não cair na variante restringida do ocidente como grade analítica aplicável a qualquer contexto ou, como afirma Spivak (2008), numa “versão em miniatura” da análise sobre séculos de imperialismo europeu encerrado em asilos, hospitais e prisões, transformados em alegorias que dificultam o diálogo com uma leitura deslocada rumo à configuração do poder nas periferias do capitalismo – reflexão que nos faz atentar para a perversidade constitutiva do espaço colonial na delimitação de populações extermináveis, racialmente marcadas e destituídas de humanidade. Portanto, não estamos falando de um legado Europeu que se reformula nas colônias, numa generosa concessão de heranças modernas para superar sistemas arcaicos de sociedade, mas de uma política de subjugação e extermínio constitutiva dessa própria modernidade.

Partindo dessa perspectiva, este capítulo concentra um esforço em restituir carne, sangue e cor à gramática de classes (SEGATO, 2010), considerando uma outra história, contada a partir do terror e não da promessa salvacionista da modernidade. Receoso com um certo perigo epistemológico em pensar o fenômeno da “população de rua” somente pela problemática da “moradia” ou da “exclusão social” ((BRUNETEAUX, PRYSKA e LEMÕES, 2015) volto minhas atenções para o percurso sócio-histórico das práticas estatais, algumas modalidades de políticas de intervenção e das relações específicas entre elites econômicas e as populações assistidas ou eliminadas. Para tal, estabeleço um diálogo com a historiografia referente ao século XIX para argumentar que a cruzada contra a vadiagem foi um destes planos absolutamente marcados pelas concepções racistas do período, radicalizadas ante a inevitabilidade do fim do sistema escravista, com incrível continuidade ao longo do século XX, camuflado com as máscaras da luta contra a “criminalidade”. Considero que essa abordagem nos permite levar a sério uma história arquitetada por projetos de dominação extremamente latentes na contemporaneidade e que continuam, ontem e hoje, a valerem-se de categorias semelhantes para decidir quem merece compaixão, “reintegração” ou extermínio. Aqui os acontecimentos mudam de figura e nos servem à mesa a face mais brutal da empresa humanista ou, como diria Walter Mignolo (2005) a face escura da modernidade, assentada em um novo padrão de poder colonial.

## 1.2. Brutal modernidade

Já aprendemos com Latour (1994) que a partição ontológica do mundo entre natureza e cultura, assim como a linha divisória entre sujeito (conhecedor) e objeto (a ser conhecido), é a operação fundacional da modernidade, dualizada em zonas ontológicas distintas de humanos e não-humanos. Foi justamente essa trama ontológica que potencializou as tentativas violentas de aniquilação e subjugação de mundos agrupados neste Outro constituinte da Europa ocidental: a América. Enquanto primeira identidade da modernidade, estes mundos experimentaram, para Quijano (2000), um dos processos históricos fundamentais para a produção de um novo padrão de poder constitutivo das relações de dominação exigidos pela “conquista”: a codificação das diferenças na ideia de raça, operando a suposta distinção biológica de alguns seres em situação natural de inferioridade<sup>19</sup>.

A raça emerge, então, como discurso que outorga legitimidade a um longo processo de realocação de povos colonizados no passado de uma trajetória que parte da natureza para culminar na Europa. O que se vislumbra aqui é justamente a dimensão brutal e atroz que produziu esse Outro colonial, sujeito marcado pela ambiguidade própria do humanismo, um ser não totalmente homem e, por isso, passível de salvação ou aniquilação nos movimentos de expansão, exploração, conquista, colonização e hegemonia que produziram alteridades para que o Ocidente se constituísse enquanto tal (HALL, 2013). Sem construir a selvageria, sem edificar corpos sub-humanos, a civilização ocidental jamais existiria.

---

<sup>19</sup> Os autores utilizados nesta seção e em outras partes deste capítulo, são representativos dos estudos pós-coloniais (Edward Said, Stuart Hall, Paul Gilroy, Gayatri Spivak e Achille Mbembe) e decoloniais (Walter Dignolo e Aníbal Quijano, dentre outros): dois projetos teórico-políticos que exploram a relação entre modernidade, Estado e racismo. Não cabe aqui uma explanação profunda sobre as distintas tendências, obras e conceitos que os compõem, mas uma breve diferenciação é necessária. Podemos dizer que o pós-colonialismo é uma escola de pensamento, com influências de pós-estruturalistas como Michel Foucault e Jacques Derrida, que incide sobre a hierarquização discursiva do colonizador e do colonizado, alimentada pelo eurocentrismo e representada pela produção constante e violenta entre estes “dois mundos”. Os estudos decoloniais, por sua vez, foram fundados na década de 1990 por intelectuais latino-americanos insatisfeitos com o uso de epistemologias europeias na crítica pós-colonial, uma vez que isso minava a pretensão de romper com a tradição eurocêntrica de pensamento. Por isso, a principal marca decolonial é o empenho na descolonização da produção científica latino-americana e na evidenciação da dominação política e econômica na América Latina, justificada por teorias raciais. De minha parte, como inspiração para continuar o texto, retenho o que estas duas escolas possuem em comum: reconhecem a posição hegemônica do mundo europeu na propagação de uma epistemologia moderna que tece a narrativa salvadora de seus projetos globais, silenciando a brutalidade e o terror que a constitui. Para uma aproximação mais profunda com essas argumentações, ver a coletânea organizada por Edgardo Lander (2000), intitulada *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Caracas: Clacso, 2000.

Ainda nos termos de Quijano (2000), a copresença das dimensões de corpo e não-corpo estiveram absolutamente inseparáveis em diferentes concentrações humanas ao menos até a emergência do eurocentrismo, que operacionaliza o fosso cartesiano entre o sujeito dotado de razão e o corpo incapaz de raciocinar – mudança que corresponderia à secularização burguesa do pensamento cristão no que concerne à supremacia da alma sobre o corpo. Um corpo pesado, preso a si mesmo, arrastado por suas dores e emoções. Um corpo que a partir de sua objetivação, passaria ao mundo da natureza, integrado a um domínio a ser conhecido, esquadrihado, explorado e dominado por seres dotados de racionalidade, que pela razão domam corpos selvagens e desprovidos de discernimento a respeito do que são, fazem ou dizem.

Esse cruzamento entre dualismo e evolucionismo – sustentado pela naturalização das diferenças a partir da ideia de raça e pelo distanciamento, em graus de humanidade, entre europeus e o resto do mundo – só foi possível graças à *colonialidade do poder*, esse padrão de controle, hierarquização e classificação do mundo não-europeu (QUIJANO, 2000). A modernidade, então, não teria surgido como pretensa alternativa ao controle colonial ou como uma promessa de libertação de correntes e grilhões. É Edward Said (2007) quem relembra aos esquecidos: a história é sempre feita e desfeita, escrita e reescrita por silêncios e desfiguramentos tolerados. Precisamente, a *colonialidade do poder* insurge como estratégia da modernidade na sustentação de sua “missão civilizadora” e sobretudo no processo mesmo de autodefinição da Europa. Como parte indissociável do capitalismo, a construção do imaginário colonial é silenciada pela imagem reflexiva dos discursos estatais e intelectuais que ovacionam vocações modernas e salvadoras (MIGNOLO, 2000).

Não é demasiado repetitivo lembrar que mais de três séculos de servidão, escravidão e extermínio de povos indígenas e africanos marcaram o processo colonizador no Brasil e em outros territórios, partícipes desse grande encontro marcado pelo imperativo da matança e pela imposição de valores, tradições, percepções e julgamentos pretensiosamente “dignos” e “verdadeiros”. Entre estes, um dos mais significativos foi a dignidade de um “bem viver” branco, católico, metropolitano e, por isso mesmo, ponto de referência positiva para julgar, impor e intervir sobre todos que representassem o seu reverso ou que ameaçassem, pela revolta e ousadia, seus pilares de sustentação. Em nome desses ideais e de tudo que eles justificavam para o imperialismo mercantil, dois milhões e quinhentos mil indígenas foram reduzidos, no período de 1500 a 1820, a não mais do que oitocentos mil sobreviventes; assim

como foram trazidos para o Brasil, até 1850, mais de três milhões de africanos escravizados e mastigados pela máquina de trabalho compulsório e exterminador (MARCÍLIO, 2004, *apud* FLAUZINA, 2006).

Temos, assim, que a *colonialidade* é o que legitima diferenças de ordem biológica e silencia diferenças em termos de poder. É justamente na retórica da salvação da modernidade que ela se oculta. Os operários europeus, que certamente experimentaram no corpo a emergência dos regimes de poder disciplinar e biopolítico, foram logo incluídos na espécie humana pela pretensa universalidade humanista, pois do contrário colocariam em cheque a mercantilização da força de trabalho, elemento chave para a prosperidade e centralidade europeia na empresa capitalista. Mas essa hegemonia não passaria de desejo frustrado não fosse o fluxo de metais preciosos procedente das Américas e o controle do tráfico comercial na região do Atlântico: uma riqueza que, para impulsionar novos movimentos de urbanização europeia, foi escoada por rios de sangue, onde eram abatidos corpos “desprovidos de razão”, e, como diria Mbembe (2011), expulsos para fora da humanidade mesmo quando mantidos com vida, mutilados em um mundo de horror e de existências dessacralizadas.

Na fonte dessa riqueza, o trabalho não-pago associado às “raças inferiores” potencializou o genocídio indígena nas primeiras décadas da colonização. Esse aniquilamento de vidas descartáveis não ocorreu pela violência da conquista ou por novas enfermidades físicas trazidas por corpos brancos, mas pelo fato de que os indígenas eram obrigados a trabalhar até morrer (QUIJANO, 2000). Ao explicitarmos essa face brutal da modernidade – a sua vocação para o terror – estamos, em alguma medida, descentrando a evolução pacífica para a violência imposta (HALL, 2013) e destacando que “o terror racial não é meramente compatível com a racionalidade ocidental, mas voluntariamente cúmplice dela” (GILROY, 2001, p. 127). Como característica marcante na formação desse terror, a humanidade do Outro aparece como sombra personificada na figura do “morto-vivo”: uma vida possuída por outrem, tal como ocorrera na escravidão colonial, quando as primeiras sínteses entre massacre e burocracia foram adotadas como encarnação da racionalidade ocidental (MBEMBE, 2011).

Parece impossível pensar nessa vontade de assegurar o domínio pela perpetuação do terror, a não ser a partir de toda a sua produtividade e continuidade: ergueu troncos de flagelação, aqueceu ferro em brasa para marcar faces em fuga, enlaçou pescoços em praça pública, ergueu paredes de prisões, casas de correção e trabalho forçado, conventos, albergues

e abrigos de mendicidade, estipulou graus de classificação e níveis morais de tolerância para com os corpos negros cada vez mais presentes e visíveis nas ruas do espaço colonial.

Com essas questões em mente, é chegado o momento oportuno de estabelecermos um diálogo historiográfico estrategicamente debruçado sobre múltiplas formas de domínio, rejeição, extermínio e “recuperação” elaboradas em torno de questões como liberdade, raça, nação, identidade nacional, desenvolvimento, segurança, cidadania e direitos humanos. Veremos que essa imersão histórica deixa entrever que a produção de “populações vulneráveis” é parte crucial da violência colonial que não foi, não passou, não cessou. Ela é. Ela está.

### **1.3 Medo público e corpos que rastejam**

Pelo menos até o final do século XVIII, negros e africanos, livres e libertos, vivendo nas cidades brasileiras a partir de diferentes atividades, entre elas a “mendicância”, eram socialmente localizados numa dimensão sagrada, desde que seus comportamentos se adequassem à imagem de humildade, resignação e invalidez, sem a pretensão de “fingir enfermidades” ou valer-se de suas deformações físicas para ludibriar a boa vontade cristã. Eram, de fato, pobres amparados pelos fiéis e protegidos pelas autoridades eclesiais, que lhes concediam licenças para mendigar em locais específicos, possibilitando o exercício controlado da caridade e a satisfação espiritual dos mais afortunados. Mesmo na hora da morte de seus doadores, os humildes serviam à exaltação dos sentimentos de piedade: conforme seus poderes aquisitivos e os desejos de salvação da alma, muitos incluíam os pedintes entre os beneficiários de seus bens; outros desejavam que os pobres acompanhassem seus cortejos fúnebres, rezando por suas almas em troca de boas quantias em dinheiro. Outros, ainda, notáveis exaltadores do desprendimento diante das coisas do mundo, além de solicitarem que a pobreza chorasse sobre seus túmulos, desejavam que seus corpos fossem carregados nos braços de um “pedinte qualquer” até o local de sepultamento (FILHO, 1995). Para a morte branca e afortunada, a vida dos que mendigavam pelas cidades era redentora.

Num só golpe, aqueles homens e mulheres que se empenhavam em corresponder às expectativas morais, simbolizavam a redenção dos pecados e a caridade enobrecedora para os que deles se aproximavam, ao passo que seus próprios corpos, quando deixavam de guerrear



no mundo, imploravam por uma “morte digna”. Filho (1995), nos põe em contato com a maneira pela qual africanos e africanas tombavam mortos por “invalidez”, por “velhice”, por “cansaço” na Bahia do século XIX: rastejavam pelas calçadas, já cadavéricos, implorando por um lugar seguro e digno para o descanso derradeiro, esforçando-se para cerrar os olhos o mais próximo possível de igrejas e capelas, onde outros cadáveres já eram depositados nas escadarias, embrulhados em esteiras na esperança de que as irmandades lhes concedessem um enterro cristão. Salvo exceções, o fim era comum a todos: “uma morte de mendigo, sem reza, sem choro, sem a companhia dos amigos e sem os ritos religiosos vistos como necessários a uma boa morte” (FILHO, 1995, p.58).

Vidas chegavam ao fim rastejando e implorando por dignidade. Muitos passaram décadas servindo a outrem e trabalharam em exaustão até a velhice para, quando o corpo não mais se mantinha, morrerem arrastando-se pelas ruas na esperança de uma sepultura. Eis um traço marcante da relação entre “mendicância” e escravidão: a atitude muito comum de alforriar escravos idosos e incapacitados para o trabalho, desgastados e já adoecidos, não deixava alternativas de sustento além da “mendicância” para os que alcançavam a “liberdade” nos últimos dias de existência. Mesmo libertos, estes sujeitos cansados, quando buscavam tratamento hospitalar, eram obrigados a apresentar carta de alforria sob pena de não serem atendidos (FILHO, 1995; BERNARDO, 2010). Muitos senhores, no entanto, apressavam-se em conceder a liberdade quando internavam seus escravos já em estados precários de saúde, livrando-se do pagamento das diárias do tratamento. Assim, a mendicância resultava do fato de que escravos, uma vez exauridos, recebiam a alforria em idade bastante avançada, ainda que, “na perspectiva dos homens e mulheres que envelheciam na escravidão, mais valia viver mendigo do que morrer escravo” (FILHO, 1995, p. 72).

Mas também é necessário ter em mente que a relação com as massas de pessoas vivendo da mendicância sempre foi ambígua, oscilando entre piedade e repulsa, tolerância e violência. Se a composição dos contingentes libertos vivendo da caridade alheia era de idosos fracos e doentes, a existência, no entanto, de jovens negros livres e forros era motivo de extrema desconfiança. Ao investigar a racialização das relações sociais no Brasil durante a segunda metade do século XVIII, Silvia Lara (2012) nos apresenta corpos suspeitos, imersos em tensões e ambiguidades deflagradas pelas hierarquias raciais vigentes. Se muito já foi dito, afirma a autora, sobre o afastamento da condição escrava que a gradação das cores produzia, também são fartos os episódios em que livres e forros eram presos sob a suspeita de serem

escravos fugidos. Era preciso lançar mão da linguagem visual, de trajés, utensílios e comportamentos que tornassem socialmente reconhecido o status de liberto, lapidando o corpo com subterfúgios a fim de distanciar-se de uma condição socialmente deplorável.

Por isso, valer-se de uma miríade de termos (mulato, pardo, preto ou negro) que oferecia a possibilidade de gradações diversas a homens e mulheres libertos, era fundamental para afastar-se do cativo ou reiterar condições sociais mais elevadas. Tratava-se, assim, de um jogo de forças dependente de tensões sociais e contextuais que passaram a preocupar letrados e autoridades coloniais frente à crescente visibilidade de sujeitos nascidos de “relações espúrias”, bastardos que levavam uma “vida ociosa”, frutos de um considerado mau funcionamento da escravidão e das formas reprováveis de relações entre senhores e escravos. Lara (2012) continua a mostrar os desacordos oficiais com as tropas de “mulatos vadios” que herdavam algumas propriedades e tornavam-se seres “insolentes, atrevidos e ingratos”. Em 1796, O vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende<sup>20</sup>, acusava os senhores por conceder liberdade aos escravos nascidos e criados em casa, o que contribuiria para a formação de uma multidão de libertos que se entregavam a uma vida libertina, tornando-se “gente sem lugar fixo” que “tiravam as esmolas de quem merecia”.

Propostas para barrar a presença dos indesejáveis libertos nas ruas foram muitas. O mesmo conde de Resende sugeriu que todos fossem registrados e enviados para casas de correção, onde passariam de homens insubmissos e a seres socialmente aceitáveis. Manoel Rocha<sup>21</sup>, letrado do período, propôs, por sua vez, transformar o cativo num espaço de educação para a liberdade, onde o senhor mediria os castigos, concederia vestimentas, doutrinas e cuidaria de enfermidades no intuito de formar “bons cativos” que, quando libertos, seriam gratos e permaneceriam sob seus domínios. Da mesma forma, o memorialista Luiz Antônio de Oliveira Mendes<sup>22</sup> apresentou, em 1793, uma proposta na qual os recém libertos teriam um ano para assalariarem-se, caso contrário voltariam ao jugo do senhorio. Com tais intenções políticas, fica claro que um incomodo social começa a ser potencializado pelo crescimento de sujeitos que perambulavam “sem assento”, sempre suspeitos e audaciosos que recusavam a submissão ao trabalho e ao senhorio (LARA, 2012), num comportamento muito distinto dos humildes e resignados libertos idosos ou mutilados que alimentavam a caridade.

---

<sup>20</sup> Carta do conde de Resende a Luís Pinto de Souza Coutinho de 11 de abril de 1796 (LARA, 2012, p. 81).

<sup>21</sup>ROCHA, Manoel Ribeiro. Etíope, resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado (1791 [1758] *apud* LARA, 2012).

<sup>22</sup> MENDES, Luiz Antônio de Oliveira. “Discurso Acadêmico ao programa” (1793 [1793] *apud* LARA, 2012).

A medida em que avança o século XIX, um medo público se instaura ante a possibilidade de se ver refletido, nos espelhos sociais, o mesmo reflexo de corpos não-brancos. O diálogo com parte da historiografia específica sobre o último século de escravidão revela que a emergência de uma onda negra e de um medo branco (AZEVEDO, 1987) insere-se em um movimento paulatino de mudanças no cenário internacional, apontando para o inevitável fim do sistema escravista e acirrando uma preocupação pública com a presença destas populações livres e racialmente marcadas pelas cidades brasileiras do Império (KOWARICK, 1984; FILHO, 1995; AZEVEDO, 1987; CHALHOUB, 2001; DINIZ, 2004; BERNARDO, 2010; LARA, 2012; LIMA, 2014). De uma mendicância sacralizada, ainda que altamente selecionada e moralmente classificada, passa-se a uma condenação da “vadiagem” e da “ociosidade” justamente quando, no alvorecer do século XIX, tanto a força do movimento emancipacionista na Inglaterra, que exerce pressões internacionais contra o tráfico de africanos, quanto o assombro da revolução negra em São Domingos, no Haiti, não deixam dúvidas de que a tranquilidade dos grandes proprietários estava irremediavelmente comprometida. Para estes, um grande esforço para manter seus privilégios aproximava-se, anunciando-se penoso e desafiante, estendendo-se aos legisladores, reformadores e intelectuais do período, que se engajariam, a um só tempo, na formulação de estratégias para erigir o amor ao trabalho e, ao mesmo tempo, postergar a Abolição.

#### **1.4 Corrigindo o vício e branqueando o sangue**

Como amar uma atividade que por mais de três séculos circulou como um veneno pelos corpos daqueles que eram obrigados a ingerir sua toxidade cotidianamente, brutalizados por violências que transformavam suas vidas em breves passagens pelo mundo, rapidamente esmagadas no próprio cativeiro? Como transformar o mesmo veneno em antídoto contra o mal que atingiria os que desafiassem sua moral? Como evitar que as vítimas do trabalho escravo se transformassem em inimigos internos que envenenariam as elites brasileiras com devastadora sede de vingança, luta e resistência – como faziam nos atos cotidianos de insurgência e nas revoltas negras que já começavam a se espalhar pelo país na primeira metade do século XIX? Para os preocupados com o futuro do país, estas indagações atormentavam na medida em que se enraizava a certeza racista de que o negro era inimigo não

só por sua “natureza bárbara”, sem moral e sem lei, mas definitivamente porque, submetidos à crueldade, desejariam tão somente a destruição dos seus opressores e a negação do trabalho “livre”, minando os projetos de construção de uma “verdadeira nação”, burguesa e civilizada.

Bem longe dessa sociedade idealizada pela aristocracia, estava a população de livres e libertos que vivia a itinerância enquanto experiência articulada à negatividade do trabalho forjada no interior da escravidão: trabalhar é deixar-se capturar (KOWARICK, 1984; FILHO, 1995). Por isso, os “pés leves” ou “pés ligeiros”, como eram conhecidos os sujeitos “sem eira nem beira”, se recusavam a fixar raízes, dispensando dependências de senhores ou patrões e violando “o ideal patriarcal segundo o qual todo homem devia ter seu lugar, sua família e seu senhor” (FILHO, 1995, p. 79). Trabalhavam, por assim dizer, empenhando-se em garantir a sobrevivência e desenvolvendo resistências e contrapoderes disseminados e cotidianos frente ao controle de suas vidas, vínculos, tempo e trabalho (AZEVEDO, 1987). Os que assim viviam eram constantemente detidos sob a desconfiança de serem escravos fujões que, na dúvida, eram enquadrados como vadios. Essa suspeição triplicava quando os mesmos não possuíam laços familiares, condição que supostamente alargaria suas possibilidades de empreender viagens em busca de aventuras e empregos esporádicos adquiridos nas margens da ordem senhor-escravo (FILHO, 1985). A violência subjacente ao axioma da animalidade dos africanos escravizados estimularia, assim, a associação entre ociosidade e liberdade, fazendo com que muitos ex-escravos e tropeiros recusassem qualquer tipo de emprego fixo, na certeza de que o trabalho, como atividade mecânica e subordinada, significava a total perda de liberdade e dignidade. Tal entendimento sobre as atividades laborais desembocariam, de outra parte, na certeza de que estes contingentes jamais serviriam ao trabalho livre, vivendo num inevitável mundo de criminalidade cuja crescente adesão – alertava um orador de Recife, em 1878 – representava “um perigo iminente”, “uma revolução adiada”, “uma revolução brutal” (DINIZ, 2004, p. 92).

Urgia, pois, o imperativo de internalização das hierarquias sociais, uma vez que a presença de libertos só aumentaria o risco de convulsões ou escape do mundo social ordenado pela relação senhor-escravo, como já pressentiam e acordavam a aristocracia rural, os intelectuais, legisladores e reformadores sociais. Entre estes, uma verdadeira pedagogia da transição começava a ser debatida e formulada, sendo posteriormente retomada pelos abolicionistas. Pairava o consenso de que não adiantaria o controle administrativo de vidas e a coação policial ao trabalho, se não fossem acompanhados pelo esforço coletivo de

subjetivação das posições sociais e dos limites de aspirações e ascensões a partir da elevação do trabalho e do amor religioso à propriedade como valores supremos da “vida civilizada” (CHALHOUB, 2001). Um horizonte de carência de mão-de-obra também trazia à tona a questão da substituição do escravo pelo trabalhador livre, transição que deveria ser pedagogicamente aplicada ainda nas correntes da escravidão, corrigindo vícios, doutrinando crenças, ensinando bons costumes e preparando didaticamente trajetórias rumo à liberdade. Todo esse planejamento deixava “implícito o desejo de preparar a própria subjetividade dos futuros trabalhadores livres, os quais deveriam continuar a considerar o branco como seu superior” (AZEVEDO, 1987, p. 55).

Mas parece que o fantasma da desordem não deu tréguas. Por mais que se buscasse “corrigir vícios” e “preparar para a liberdade”, nada apagaria a memória do cativo e do terror perpetrado contra sucessivas gerações de homens e mulheres escravizados. Em São Paulo, a partir de 1860, revoltosos iniciaram uma série de crimes contra os senhores e suas famílias, entregando-se voluntariamente à polícia por julgarem-se no direito de matar quem os oprimia. Estes crimes tornaram-se recorrentes, somando-se ao abandono do trabalho forçado nas fazendas por um número cada vez maior de escravos que passou a não mais se esconder em comunidade nas matas, mas a permanecer próximo às localidades de origem, buscando soluções múltiplas para ordenar seus destinos como homens livres, exigindo suas cartas de liberdade e o direito ao trabalho assalariado, reunindo-se em grupo pelas matas, organizando saques em vilas e cidades, degolando senhores na calada da noite (AZEVEDO, 1987). Não adiantaria mais justificar e dosar o castigo, conceder benefícios que estimulassem o amor e o respeito ao superior ou mesmo pensar que o catolicismo motivaria uma submissão fiel aos senhores, transformando o “inimigo doméstico” em um aliado sempre resignado à espera dos mandos de outrem.

Frente aos passos largos e ameaçadores da resistência negra, outras propostas surgiram, transpassadas por uma carência básica cada vez mais nítida entre as elites brasileiras: a nacionalidade. O pensamento dos que almejavam transformar o país recém-independente em uma nação, esbarrava na percepção da heterogenia sociorracial como um entrave ao progresso e à constituição de uma ética nacional. Aos poucos, os projetos de integração dos libertos no mundo do trabalho assalariado cederam lugar às políticas imigrantistas e ao reforço e instrumentalização das teorias raciais diante de um sentimento difuso de crise e da necessidade de uma transição planejada rumo à nova ordem social. O

elemento europeu passou a ser encarado como um eficiente antídoto aos “inimigos do progresso”, que solapavam a tranquilidade das elites imperiais e tiravam o sono dos reformadores sociais ante à possibilidade de maior equacionamento, ao menos no plano jurídico, entre brancos e negros. A força desse medo branco demonstrou em números a sua potência: mais de 3.400.000 europeus ingressaram no país entre 1870 e 1920, quase o mesmo número de africanos ingressos durante os mais de três séculos de tráfico transatlântico (FLAUZINA, 2006).

Desde então, assistimos ao investimento generalizado de uma clara política de branqueamento da nação. Se por um longo período a retórica da escassez de mão-de-obra foi estrategicamente explicada pela falta de “amor ao trabalho” por parte da população liberta, agora a reivindicação de imigrantes brancos escancara muito mais do que uma simples solução para aquele discurso: o deslocamento do elemento negro de todos os setores possíveis, substituindo-os por trabalhadores europeus – símbolo, aposta e promessa de civilização. A inserção destes novos contingentes populacionais relegou os nacionais e libertos ao segundo plano, destes extinguindo praticamente qualquer possibilidade de participação no trabalho assalariado (KOWARICK, 1994). Ao sair da discursiva posição de vítima de um sistema cuja violência secular do cativo supostamente impedia uma relação positiva com o trabalho, o negro entrou no rol de acusações respaldadas cientificamente pelas teorias raciais em voga no período: enquanto raça inferior, o africano escravizado teria determinado o atraso do país<sup>23</sup>. Agora, a ociosidade não se explicaria mais pela potência perversa da escravidão, mas pelas origens raciais inferiores que faziam com que a falta de energia, iniciativa, responsabilidade e disciplina fosse um defeito incontornável. Por tais razões, a imagem fatalista da população negra serviu para descartá-la do presente e lançá-la num futuro incerto, quando seria racial e moralmente regenerada pelos imigrantes europeus.

---

<sup>23</sup> No século XIX, as teorias racialistas reafirmaram-se enquanto explicação científica para as diferenças entre os grupos humanos a partir de uma taxonomia racial baseada em características físicas que, por sua vez, permitiam identificar diferentes estágios de desenvolvimento da espécie humana. A marcha ou o curso deste progresso seria comandado pela raça branca, enquanto as “atrasadas” estariam ainda em uma fase primitiva ou infantil. Com isso, antropólogos daquele período respaldavam a suposta hierarquia entre as raças com a afirmação de que a “civilização” e o “progresso” eram modelos universais que seriam alcançados pelo conjunto da humanidade (GIAROLA, 2010). É, porém, no final daquele século que a ideia de “cruzamento das raças” passa a ser vista como um grande fator de degeneração biológica da espécie e, com isso, o Brasil começa a ser representado como exemplo de uma nação degenerada e comprometida pela “mistura”. É nesse contexto que a teoria do branqueamento surge, no Brasil, como uma espécie de esperança nacional (HOFBAUER, 1999) calcada na certeza de que a extinção da raça negra era uma questão de tempo. Assim, intelectuais do período esforçaram-se em negar o caráter degenerativo da miscigenação e em afirmar uma posição otimista baseada na afirmação de que a miscigenação levaria ao branqueamento da nação – o que estimulou o incentivo de grande fluxo migratório europeu.

Claramente, o negro aparece, mais do que nunca, como o sujeito da falta, desprovido de noções de progresso e civilização que só seriam, em última hipótese, sanadas e transmitidas pelo elemento branco (AZEVEDO, 1987).

Essa discussão atravessou o século XIX, cambaleando entre uma explicação liberal – segundo a qual a escravidão era um regime irracional calcado no trabalho forçado, em contraposição à racionalidade do “trabalho livre” – e a incontornável inferioridade racial dos africanos. Tanto uma quanto a outra problematizavam a ociosidade, a vagabundagem e a criminalidade ora como vícios passíveis de correção a partir de uma postura pedagógica de amor ao trabalho e respeito às hierarquias sociais, ora como traços raciais que só seriam eliminados pelo transbordamento de uma onda branca e europeia, considerando a crença de que o *sangue branco* prevaleceria sobre o *sangue negro*, assim como as virtudes do primeiro sobre os vícios do segundo. Potencializadas pelo consenso racista de inferioridade racial, estes posicionamentos ganharam vida porque vislumbravam, num horizonte próximo, a queda do regime escravocrata. O medo e a incerteza dessa transformação acionaram mecanismos para assegurar a distribuição desigual de poder entre brancos e negros – buscando manter mandos e desmandos em mãos brancas no “trabalho livre” – e a clara vontade de eliminação destes corpos negros, fosse pela perpetuação do terror ou pela política pública de branqueamento.

Tudo isso produziu, obviamente, muito mais do que discursos, ideias e adesões intelectuais às aclamadas teorias europeias sobre a raça humana. A vida prática daqueles anseios assinou e promulgou legislações, ergueu instituições de aprisionamento e correções, desenvolveu estratégias de identificação, controle, repressão e eliminação de corpos que, saindo pouco a pouco dos grilhões desumanos da escravidão, passaram a marcar presença nos espaços urbanos imperiais e republicanos. Contra eles, uma verdadeira caçada foi arquitetada ao longo de todo o século XIX.

### **1.5 Enclausurando corpos**

Instabilidade política, insegurança, pressão internacional pelo fim do tráfico negreiro e descrédito na escravidão cada vez mais generalizado foram alguns dos elementos que se misturaram à exacerbação de confrontos entre escravos e senhores, com as constantes fugas, assassinatos, formação de quilombos e outros afrontamentos e resistências que certamente contribuíram para que as elites dominantes passassem a problematizar, dentre outras

preocupações, a questão da “vadiagem” e da “ociosidade” no Brasil. E aqui essa problematização está relacionada à maneira como Foucault (2014) entende o processo pelo qual, em determinada época, as coisas passam a produzir problemas e permitem a formulação de esquemas de comportamentos, instituições e regimes de cuidado, tornando-se, assim, objeto de reflexão, significação e intervenção – tal como ocorreu com a sexualidade quando de sua tematização pela igreja católica e, depois, pela ciência, tornando-se objeto de confissão e de procedimentos voltados à extração do máximo de detalhes sobre a intimidade, os desejos e as fantasias sexuais manifestas em corpos e condutas.

No caso que me interessa, esse processo ocorreu pelo maior estímulo ao controle, à hierarquia e aplicação da disciplina de forma mais eficaz sobre os trabalhadores e, também, pelas intenções de correção/punição daqueles que não tinham nenhum espaço possível no mundo do trabalho assalariado, sobretudo negros libertos, sob o discurso de não possuírem capacidades específicas para ocupar um lugar na nova ordem social. A propalada “vadiagem” tornou-se, então, um problema. Problema também se tornaram aqueles que se ocupavam apenas consigo mesmo e não se submetiam a outrem. Mas não apenas por isso. Fica cada vez mais evidente que as práticas e discursos contra a “vadiagem” justificaram medidas violentas contra a população negra, ao mesmo tempo em que negavam a existência social de homens e mulheres egressos da escravidão, fechando-lhes as portas para qualquer reconhecimento social a partir de uma retórica de culpabilização pela condição de incapacidade para o trabalho e de permanência nos vícios da “ociosidade”. Até certo ponto, a “vadiagem” se impunha como liberdade em trabalhar para a própria sobrevivência, fazendo com que as elites afirmassem que os que assim vivessem só trabalhariam para outros mediante coerção, ocultando, com isso, a realidade miserável e as portas fechadas para novas possibilidades de ascensão social que encerravam os recém libertos (DINIZ, 2004).

Foi necessário, pois, problematizar a “vadiagem” a partir de seu reconhecimento, esquadramento e planejamento público em busca de soluções eficazes, o que permitia tanto a estruturação de uma ideologia positiva do trabalho quanto a hostilidade contra determinados grupos sociais. Em pouco tempo, aqueles que habitavam as ruas e, de alguma forma, tinham um lugar tolerado dentro dos preceitos caritativos, começaram a ser definidos por uma hostilidade expressa em termos como “peso morto”, “flagelo da sociedade” e “vagabundos”, que realçavam o perigo à modernização institucional dos costumes. Desde então, o tradicional mendigo passou a ser visto como ameaça à ordem urbana e um caso de polícia, provocando a



urgência de internamentos e a necessidade de contabilizar, conhecer e classificar essa nascente problemática.

Enclausurar era uma das formas de aproximação dessa realidade, mensurando o fenômeno e dando corpo às categorias classificatórias que começavam a emergir. Impressiona, por exemplo, o fato de que foi ainda na metade do século XIX que pela primeira vez se buscou, por meios censitários, conhecer uma população refratária – mais especificamente entre os anos de 1854-55, quando na província da Bahia um chefe de polícia determinou que os subdelegados fizessem a relação completa de todos os mendigos existentes na cidade, cumprindo a urgência de se estabelecer um controle mais rígido dos mesmos. Quase quinze anos antes, na mesma província, outro chefe interino de polícia já havia proposto a fundação de “Casas de Socorro” onde seriam abrigados os quinhentos pobres inválidos da cidade, dos quais cem doentes seriam encaminhados aos hospitais e duzentos seriam coagidos a tomar ocupação (FILHO, 1995).

Embora suponha-se que a entrada do poder público na gestão destas pessoas tenha substituído a ação religiosa e a autoridade privada, está claro que, na verdade, estes poderes reinaram de mãos dadas. A vontade de contabilizar e conhecer para intervir permitiu estabelecer um corte entre os mercedores da caridade cristã e os que se aproveitavam, “como parasitas”, forjando doenças, flagelos e desgraças. No compasso com o Estado, a caridade deveria tornar-se mais esclarecida e atenta aos “verdadeiros pobres” a partir da intervenção policial, que passaria a debelar pontos de esmola, controlar a movimentação dos pedintes e, lançando mão de uma “tipologia das capacidades”, recrutar os falsos mendigos para o trabalho, encaminhar os inválidos aos hospitais de caridade e os menores aos orfanatos. Empenhando-se na purificação da mendicância, retirando os elementos perturbadores e avessos à imagem de resignação e humildade, os órgãos repressores asseguravam a segurança das elites, a satisfação das práticas cristãs e a subjugação de corpos negros que, de forma suspeita, vagavam livres pelas cidades. A esse respeito, Filho (1995) nos mostra que quase 90% dos internados em asilos de mendicidade na Bahia, em 1877, eram negros que, em contraposição à totalidade de Salvador, representavam pouco mais da metade da população – dados que escancaram a cor da luta contra a “vadiagem” e a “mendicância”, perpetrada pela conjunção entre os adeptos da caridade cristã e as instituições estatais.

As fábricas, os religiosos e a polícia também alinharam seus passos. Diniz (2004) investiga os contornos do “grande internamento dos pobres” no Nordeste brasileiro, mais

especificamente na Paraíba, a partir da segunda metade do século XIX, e localiza “casas de caridade” funcionando ao mesmo tempo como pronto socorro, orfanato e abrigo de indigentes, tendo como finalidade a “regeneração” e a “reintegração” dos “desajustados” no sistema novo de indústrias e atividades que aos poucos se deslocavam para fora do poder patriarcal. Naqueles espaços religiosos, a educação moral ocorria sob a premissa de que a preguiça era um pecado mortal que atraía seres demoníacos, encarnando o mal no vagabundo e no falso mendigo recolhido pela polícia e submetido às práticas disciplinares emergentes no período de transição para o trabalho livre. Regras rígidas de comportamento, horários para despertar, trabalhar, comer, orar... uma submissão incondicional ao relógio cujo descumprimento implicava uma série de micropenalidades. Era justamente destes lugares que saíam os adultos, crianças e adolescentes recrutados pelas fábricas, já acostumados com a compulsão, a força, o medo, e ambientados aos novos padrões de disciplina exigidos pelo trabalho fabril (DINIZ, 2004).

Núcleos coloniais de trabalho e oficinas de profissionalização também fizeram parte destes intentos. Ainda na Paraíba, em 1857, o então presidente da província, Beaurepaire Rohan, criou colônias agrícolas onde os trabalhadores aprenderiam a ser mais disciplinados, eficientes e produtivos – empreendimento que demonstrava intensa preocupação com o futuro da grande lavoura e propriedade no país, frente a desintegração da escravidão. Para aquele reformador, a questão da “vadiagem” poderia ser resolvida pela criação de uma “autonomia ilusória”: ao acenar com a posse de um pequeno lote de terra próximo aos grandes centros agrícolas, seria mais fácil compelir escravos, livres e mesmo imigrantes a trabalharem para os grandes proprietários, apenas num movimento de substituição da denominação de escravos para a de foreiros. Escolas de educação industrial também foram criadas em consonância a este projeto, no duplo objetivo de familiarização com instrumentos agrícolas e de construção de outra mentalidade em relação ao tempo das ocupações úteis e produtivas (DINIZ, 2004). Em Belém do Pará, por exemplo, nos idos de 1840, a fundação da primeira Casa de Educandos Artífices – instituição que se espalhou pelas demais províncias – tinha o claro escopo de diminuir a ociosidade e livrar crianças e jovens da criminalidade. Com efeito, a justificativa para a criação destas escolas, como as corporações de ofício no Brasil imperial, era a de ocupar o máximo de indivíduos pobres no objetivo de resguardar a sociedade contra o risco de violências e revoltas, retirando os mais jovens das ruas, ensinando-os um ofício, e

transformando “vadios potencialmente perigosos” em trabalhadores obedientes (MÜLLER, 2009).

Todos esses empreendimentos não ocorreram por isolada vontade de seus idealizadores. Na verdade, a legislação imperial e provincial abriu muitos caminhos para a criminalização da “vadiagem” e da “mendicância” ainda na primeira metade do século XIX. Os juizes de paz, desde que foram instituídos em 1827, tinham carta branca para investigar qualquer suspeito de ameaçar a ordem pública. Se flagrados em ociosidade, eram obrigados a assinar um termo de “bem viver”, comprometendo-se a tomar ocupação honesta sob pena de serem expulsos de seus locais de fixação ou punidos com trabalho forçado. Já em 1828, as câmaras municipais receberam total autonomia para legislar sobre o comportamento público dos indivíduos, incluindo a questão da “vadiagem”, acionando dispositivos que permitiam o enclausuramento ou recrutamentos forçados de mendigos para o trabalho em obras públicas (FILHO, 1995). Era o princípio de novos mecanismos de controle do espaço urbano que passaram a operar sobre a fixação de indivíduos em locais de fácil reconhecimento e sobre a moralização de seus comportamentos a partir de práticas cada vez mais respaldadas por instrumentos jurídicos (DINIZ, 2004).

Mas a cereja do bolo desse aparato legislativo foi, sem sombra de dúvidas, o Código Criminal de 1830, que definiu e estipulou penas contra a “mendicância” e a “vadiagem”, estabelecendo como contraventores aqueles que não tomassem “ocupação honesta”. Na esteira das inquietações produzidas pelo inevitável e gradual término do sistema escravista, esse código é incisivo ao prever prisão aos que, se estivessem em condições de trabalhar, fingissem enfermidades ou mesmo inválidos mendigassem em grupo. Flagrados em tais condições, seriam condenados à prisão com trabalho forçado entre oito dias e um mês, de acordo com “as forças do mendigo”. A mesma legislação tipificou uma série de agravantes para crimes cometidos por escravos contra seus senhores, igualmente estipulando, conforme a gravidade do crime, penas que iam do trabalho forçado à pena de morte. Esta última também era aplicada aos casos de insurreição de escravos (capítulo IV), assim como a prisão com trabalho de seis meses a quatro anos em casos de resistência às ordens de autoridade, não deixando, por fim, de arrolar, entre os crimes justificáveis (capítulo II), os castigos moderados dados pelos senhores aos seus escravos, para os quais foram mantidas as penas cruéis como açoites, marcas de ferro e até a morte, embora abolidas para outras categorias de sujeitos (BRASIL, 1830).

De fato, a constituição imperial de 1824 já havia assumido e sofisticado o projeto colonial, mantendo a escravidão e barrando qualquer rastro de cidadania aos possuidores do estatuto de mercadoria. Fica explícito que a punição da “vadiagem” e da “mendicância” estava, na verdade, criminalizando a presença, no espaço público, de corpos negros recém-libertos do trabalho escravo, o que demandou a estruturação de uma rede mais complexa de controle e captura. Em 1829, um ano antes da publicação do Código Criminal, um Decreto de 20 de março, em seu artigo 1º, já determinava prisão e castigo (dado pelos próprios senhores) aos escravizados que perambulassem pela rua sem a autorização assinada pelos seus proprietários. No artigo 3º do mesmo decreto, os “pretos forros” deveriam solicitar passaporte a um Juiz de Paz que concederia a liberação por seu livre arbítrio. Em 1841, a reforma do Código de Processo Penal transferiu poderes de magistratura para a autoridade policial, sinalizando a institucionalização do sistema de vigilância, garantindo a “limpeza das cidades” e a hierarquia das relações sociais (FLAUZINA, 2006).

A fórmula é simples. De um lado, temos os escravizados, sob o jugo do controle privado e de uma rede pública de vigilância que começa a se fazer cada vez mais presente. De outro, temos os “libertos” que, escapando da coisificação, devem ser igualmente adestrados pela disciplina do poder hegemônico. É justamente para suprir essa lacuna que a categoria vadiagem é criminalizada originalmente. [...] Dentro do Império, portanto, na obsessão pelo controle de corpos negros, gera-se o ócio como argumento para a punição (FLAUZINA, 2006, p. 58-59).

A “vadiagem”, nesse contexto, emerge, conforme Flauzina (2006), como um dos símbolos mais acabados do projeto político imperial na disposição de impedir a ocupação livre dos espaços públicos por corpos negros<sup>24</sup>. Na verdade, esses impedimentos também se expressaram na articulação do direito penal público ao direito penal privado-doméstico, encobrendo as mutilações, torturas e homicídios que vitimavam negros em regimes exaustivos de trabalho nos domínios privados. O código penal de 1830, embora figure como uma primeira tentativa de expansão das atribuições estatais, interferindo timidamente nos códigos próprios de servidão, trabalho e violência da “disciplina particular”, foi implementado no intuito de restringir o estatuto de liberdade e cidadania para determinados indivíduos, gerenciando e estabelecendo regras para o exercício pleno dos direitos e operando em

---

<sup>24</sup> Na mesma lógica de aniquilamento, a Guerra do Paraguai (1864-1870) funcionou como uma verdadeira máquina de limpeza racial ao reduzir a população negra em um milhão em termos absolutos, tanto pelas mortes nas frentes de batalha, quanto pela sobrecarga de trabalho aos que escapavam de lutar. Nessa cruzada interna, a guerra escondia a morte sobre a promessa de liberdade (FLAUZINA, 2006) – a mesma liberdade criminalizada pela legislação sobre a vadiagem.

consonância com as “leis costumeiras” que faziam das “distinções de cor” o principal critério na atribuição seletiva de cidadania, perpetuando hierarquias construídas na autoridade familiar e no uso privado da violência (CUNHA, 2002).

Nessa discussão sobre liberdade individual, Olívia da Cunha (2002) circunscreve o debate sobre sua especificidade no Brasil ainda no Império, chamando atenção para a sua vinculação ao imperativo de construção de uma nação unida e homogênea, na qual a liberdade deveria ser estimulada e gerida pelo Estado enquanto uma questão pública e não como monopólio dos indivíduos, tal qual afirmavam as crenças de caráter iluminista e liberal<sup>25</sup>. No processo de gerenciamento público da “liberdade individual”, assiste-se o desenrolar de sua consolidação como um direito do cidadão, assim qualificado a partir da instrução, da participação política e da idoneidade moral – e aqui já sabemos quem fica fora disso, pois “na prática, a regulação da condição de livre continuará a ser constitutiva da alçada da legislação criminal, que sucessivamente aperfeiçoará e reformará a dinâmica de sua aplicação (CUNHA, 2002, p. 395).

Enquanto não totalmente exterminados ou “branqueados”, estes corpos negros deveriam passar cuidadosamente da tutela do senhor para a do Estado, dos grilhões para as algemas. Não deixa de ser emblemático que, meses após a abolição, novas estratégias de repressão repetissem as mesmas preleções sobre o fantasma da desordem e a imprescindível correção dos “vícios dos libertos”. Em 1888, o projeto de repressão à ociosidade, elaborado no Rio de Janeiro pelo ministro Ferreira Vianna, foi discutido sob os ânimos ainda exaltados frente a então recente lei de 13 de maio. Aceito por unanimidade pela Câmara, o projeto sugeria que os libertos fossem recrutados em massa para o exército, sob o argumento de que esses homens não teriam nenhuma noção de justiça, de propriedade, de liberdade, não possuíam inclinação para fazer o bem, trabalhar honestamente e cultivar uma civilidade suficiente para a vida em sociedade (CHALHOUB, 2001).

A visão de ministros e deputados, discutidas por Chalhoub (2001), explicita um processo de construção da ideologia do trabalho a partir da elaboração do conceito de “vadiagem”, reafirmando o mito da preguiça inata do “trabalhador nacional” e acionando um processo de inversão no qual todos os predicados associados ao trabalho são esmagados

---

<sup>25</sup> Cunha (2002) evidencia que em alguns projetos constitucionais do Brasil imperial, liberdade e nacionalidade se confundem quando brasileiros são definidos como livres habitantes e nascidos no país (projeto redigido por José Bonifácio); ou mesmo quando nacionalidade se confunde com cidadania, na medida em que se definem cidadãos como todos aqueles nascidos no Brasil, sejam ingênuos ou libertos (projeto de João Maciel da Costa).

quando a “vadiagem” é o foco da reflexão. O ocioso é aquele indivíduo que desafia a lei suprema do trabalho, colocando-se “à margem da sociedade” e nada produzindo para pagar sua dívida social. O mais interessante destas elaborações conceituais é que agora, nesse período importante de transição, a relação entre pobreza, indigência e ociosidade é potencializada:

Se um indivíduo é ocioso, mas tem meios de garantir a sua sobrevivência, ele não é obviamente perigoso à ordem social. Só a união da vadiagem com a indigência afeta o senso moral, deturpando o homem e engendrando o crime. Fica claro, portanto, que existe uma má ociosidade e uma boa ociosidade. A má ociosidade é aquela característica das classes pobres, e deve ser prontamente reprimida. A boa ociosidade é, com certeza, atributo dos nobres deputados e seus iguais...” (CHALHOUB, 2001, p. 75).

Os atributos que compunham a noção de “vadiagem”, como “preguiça”, “promiscuidade”, “violência” e “imoralidade” foram, na verdade, construídos pelas interpretações dominantes acerca da experiência social dos grupos populares, uma leitura útil e poderosa da realidade rumo à continuidade das subordinações raciais. Na mesma discussão parlamentar, também nos explica Cunha (2002) que é possível identificar tentativas de constituir não apenas um novo *ethos* do trabalho, positivado no seu distanciamento da ideia de servidão, mas também uma nova concepção de ócio que, em vez de decorrência da falta de trabalho, passa a ser percebido como um vício na própria negação da ordem pública ou um comportamento, uma prática de repúdio à vida em sociedade. Assim, cada vez mais as representações positivas em torno do “homem produtivo” são prescritas como terapia corretiva aos ociosos que, acometidos por incapacidades físico-morais, teriam suspenso o estatuto de cidadão, tornando-se objeto de outros tipos de intervenção, notadamente aqueles conduzidos por organismos de correção e disciplinarização (CUNHA, 2002).

Com isso, a fusão entre o não-trabalho, a ociosidade e o crime consolida-se na constatação coletiva da incapacidade de ex-cativos de subsistirem em liberdade e na concepção de que o “estado de pobreza” é potencialmente perigoso, o que justifica a prisão sem que nenhum crime tenha sido cometido: a ausência de domicílio e o não-trabalho serão motivos suficientes para que um indivíduo seja preso, pois se apresentam como sintomas de uma criminalidade latente, ainda que não manifesta em ato. A “vadiagem” então, é afirmada como um tipo de infração à segurança pública na medida em que a habitualidade do ócio pressupõe degradação moral e física e, nesse sentido, ela é prerrogativa para a aniquilação dos

direitos e liberdades de determinados indivíduos. Liberdade e cidadania passam a ser propriedades dos alfabetizados e daqueles que podem representar politicamente os seus interesses, deixando claro que o estatuto de livre não pressupõe o de cidadão, uma vez que é necessário um processo de restauração ou de transformação sobre “homens viciados” (CUNHA, 2002).

Assim, no advento republicano, a liberdade só pode ser compreendida dentro de modelos de moralidade e disciplina nos quais a cidadania deveria ser conquistada em observância a outros deveres civis, como a contribuição no âmbito do trabalho, cuja negação era prova de estados patológicos passíveis de contágio: para os médicos, medidas profiláticas e de higiene pública seriam preventivos ao “problema”; para os legisladores, a vadiagem só poderia ser enfrentada com leis que a proibissem. No seio destas classificações médico-jurídicas, pobreza, miséria e periculosidade embasaram um poderoso discurso de ordenamento e disciplinarização dos espaços (Idem, 2002). Essas formas de compreender e intervir sobre a vadiagem nos levam a constatar que, em 1889, a república recebeu das mãos imperiais um edifício de controle e extermínio racial que seria, novamente, preservado e aperfeiçoado ao longo de todo o século XX (FLAUZINA, 2006).

## **1.6 A cor da prisão, a cor do trabalho.**

Não ao acaso, uma das marcas da primeira república, nas mãos de coronéis e das oligarquias estaduais, foi o esforço empregado para apagar a memória do passado colonial, refletido na passagem de uma prática explícita de racismo para as de recolhimento nos termos da democracia racial (FLAUZINA, 2006) e da busca pela resolução da especificidade e unidade nacional<sup>26</sup>. As intensas transformações verificadas no período deixam entrever uma série de receios, dilemas, paradoxos e preocupações com o ingresso do país na ordem liberal e com a consolidação de genuína identidade nacional. Se, como nos mostra Schwarcz (1994), para muitos o Brasil era uma espécie de paraíso – sobretudo para os naturalistas, devido aos “cruzamentos raciais” que ocorreram – entre políticos, cientistas e juristas, a raça aparece como um argumento partilhado e difuso, integrado a uma interpretação interna e consensual

---

<sup>26</sup> As práticas de apagamento dos vestígios do passado colonial tiveram a primeira manifestação na Circular n. 23, de 13 de maio de 1891, que, assinada por Rui Barbosa, autorizou a destruição de toda a documentação histórica referente ao comércio escravista e à escravidão em geral (FLAUZINA, 2006).

frente ao “espetáculo da miscigenação” (SCWHARCZ, 1994), entrecortado por entusiasmos, esperanças, medos e desilusões com o futuro do país, pois questionar-se sobre a nação era se perguntar, acima de tudo, sobre qual raça a constituiria em essência.

Assim, na letra da lei, a primeira república não faz referência aberta à condição racial dos constantes alvos da intervenção estatal, mas passa a produzir distinções e hierarquizações pautadas nas supostas heranças de incivilidade incrustadas no sangue de determinados corpos passíveis de cura, restauração, correção, punição e isolamento territorial. A cidade, naquilo que ela tem de melhor a oferecer, não pertence a determinados indivíduos – ou melhor, é preciso evitar que certos corpos povoem suas calçadas com aspectos, gestos ou intenções suspeitas e estéticas perturbadoras.

Como parte de um projeto de esquecimento do passado e projeção de “progresso civilizacional”, se fez presente o empenho em apagar dos espaços urbanos centrais, em nome do sanitarismo e do controle social, a presença da “malta de pobres” imorais e desprovidos de nobres costumes, “atrasados” e vivendo, ainda, num mundo animalesco que precisava ser, a todo custo, apagado das lembranças e dos corpos, numa espécie de “segundo branqueamento”. Como defende Andrews (2007), o branqueamento não foi somente uma questão de “transusão de sangue” para as sociedades latino-americanas, pois estas também precisavam ser branqueadas cultural e esteticamente a partir das transformações físicas dos principais centros urbanos. As antigas mansões e casas coloniais subdivididas em habitações coletivas, em sua maioria ocupadas por descendentes de africanos, foram o principal alvo das “reformas urbanas” no escopo de alterar a composição racial das regiões centrais. Demolindo, reconstruindo, abrindo grandes e suntuosas avenidas, os órgãos estatais encurralaram grande parte da população nos subúrbios distantes e miseráveis (ANDREWS, 2007). Era o princípio da proliferação das primeiras favelas, no mesmo passo das tentativas de esquecimento arquitetônico do passado colonial e das marcas do “atraso racial” no espaço urbano. Foi preciso afastar a “barbárie” para a periferia de modo a permitir que a “civilização” desfilasse tranquilamente por grandes e arejadas avenidas e passeios públicos.

Coligado a esse projeto de expulsão da população negra e pobre para longe das ilustres vitrines da *belle époque*, o novo código criminal de 1890 vai conceber a mendicância e a vadiagem como contravenções, estabelecendo punições mais rigorosas, aplicadas por meio de decretos que determinavam a prisão correcional de “mendigos válidos”, “vagabundos”, “vadios”, “capoeiras” e “desordeiros”, negando o direito à fiança para os réus sem domicílio



que andassem maltrapilhos pelas ruas<sup>27</sup> (STRAPASSON & PAMPLONA, 2014). O capítulo XIII, intitulado *Dos vadios e Capoeiras*, penalizava com prisão celular de 15 a 30 dias os que deixassem de exercer profissão para ganhar a vida e não possuíssem domicílio certo, sendo obrigados a assinar um termo no qual comprometiam-se em tomar ocupação dentro de 15 dias. Caso este termo fosse quebrado, o infrator seria detido por um a três anos em colônias correccionais; estipulava-se, ainda, a prisão de dois a seis meses aos que fossem encontrados fazendo exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos como “capoeiragem”, com agravante em caso de pertencimento a alguma “banda ou malta” e pena dobrada para os “chefes ou cabeças” (BRASIL, 1890)<sup>28</sup>.

Alguns dados levantados deixam claro para que(m) o código penal foi reformado. Em novembro de 1904, na capital da república, Nunes (2012) identifica a prisão coletiva de 60 mendigos “sujos e malvestidos”, sob a acusação de viverem mendigando e explorando a caridade pública. Andrews (2007), por sua vez, enfatiza que em São Paulo, na década de 1900, a mão-de-obra na construção e na indústria era composta em 90% por estrangeiros. A maior parte da população negra da cidade foi relegada aos serviços domésticos, ao trabalho informal e à mendicância. No Rio de Janeiro, para o mesmo período, os negros eram encontrados na indústria têxtil, um setor de baixíssima remuneração, enquanto os europeus gozavam de grande preferência no comércio e nos ofícios especializados. Mesmo quando empregados no mesmo setor, os imigrantes eram melhor remunerados, com ganhos acumulados em horas de trabalho, ao contrário dos negros que eram pagos por tarefas executadas – geralmente as piores e de baixa remuneração (Idem, 2007).

De olho nos microconflitos sociais da época, Chalhoub (2001) também reitera a continuidade da subordinação social do “brasileiro de cor”, que não mudou sua posição na

---

<sup>27</sup> Como observa Karvat (1996), no novo código penal da república não há diferenciação entre “mendigos” e “vadios”, de tal modo que os termos “vadiagem”, “vagabundagem” e “ociosidade” são juridicamente equivalentes e considerados comportamentos antissociais.

<sup>28</sup> A capoeira, o samba e o candomblé eram vistos pelas elites brasileiras como antíteses da racionalidade e da disciplina, verdadeiras insistências de um “barbarismo africano” que deveria ser suprimido em todas as suas manifestações. Ainda em 1890, no Rio de Janeiro, Andrews (2007) identifica a prisão de mais de 600 capoeiristas que foram enviados para colônias penais, após serem, com frequência, arrastados nas ruas pela cavalaria policial até as delegacias. Esses temores em relação aos corpos negros com agilidade, destreza e força também se estendiam à complexidade das religiões de origem africana, na medida em que várias campanhas de repressão foram lançadas para elimina-las da vida nacional, embora fossem asseguradas pela cláusula de proteção religiosa na Constituição de 1891. Assim, a presença negra no espaço urbano e a multiplicidade de suas práticas culturais e religiosas, a trama insistente de vínculos e modos particulares de engajamentos com a cidade, desafiavam as pretensões de ordem e civilidade, de tal modo que “quando o branco das classes altas e média deixava sua mansão e casa da cidade todas as manhãs para entrar no mundo fervilhante das ruas, a África começava na entrada da sua casa” (ANDREWS, 2007, p. 157).

estrutural social, ressaltando as competições pela ascensão entre imigrantes e brasileiros como resultado das históricas contradições senhor-patrão branco *versus* escravo-empregado negro, atualizadas nas práticas discriminatórias no momento das contratações, somadas à obsessão das elites em promover o “progresso” por meio da miscigenação – elementos que faziam com que a busca de emprego, para mulheres e homens negros, fosse um percurso humilhante frente a estabelecimentos industriais e comerciais dominados por corpos brancos e ideologias racialistas latentes e atualizadas nas diferenciações assentadas na cor da pele.

A preferência por contingentes europeus para os melhores postos de trabalho e o respaldo jurídico para a criminalização da “vadiagem” encaixavam-se mutuamente. Por uma via, precarizados no campo do trabalho; por outra, condenados à perseguição por “vadiagem”, que mantinha atrás das grades aqueles apreendidos sob a vigência das conhecidas ideologias racistas, dando continuidade à privação destes grupos no acesso à renda e aos bens públicos. A maioria das prisões por “vadiagem”, ocorridas entre as duas últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, eram de pessoas identificadas como “pretas e mestiças”: entre março e abril de 1888, foram registradas 432 detenções por vadiagem no Rio de Janeiro e 481 no período de agosto a novembro do mesmo ano; na mesma cidade, em 1890, os “mestiços” representavam 23% da população, mas nas casas de detenção atingiam um total de 26%, enquanto que os 13% da população negra absoluta, conforme o senso daquele ano, representavam 25% dos detidos (RODRIGUES, 2006).

Ante esse contexto no qual verifica-se com nitidez a cor das prisões por “vadiagem”, Olivia Cunha (2002) aponta a coexistência de um discurso que nega a raça com a permanência de outros que operam distinções calcados em ideologias racialistas, de tal modo que se verificam as noções universalistas de humanidade, índole, vocação e caráter – reiteradas na produção de uma história nacional – operando ao lado das cores da igualdade que tingem diferentemente a nação. Tal paradoxo explicita a raça e a cor das pessoas como sinais diacríticos mais perturbadores nas distinções de classe e nas descrições e classificações de grupos e indivíduos até, pelo menos, a década de 1930. Isso implica reconhecer que para além de algumas tentativas de expurgar a raça dos debates sobre nação, ela permanece não só dentro do discurso homogeneizador, mas serve como poderoso recurso de criminalização verificado nas práticas policiais e na premência de uma ideologia individualista a distinguir aqueles tradicionalmente apreendidos sob a perspectiva da ancestralidade, do coletivismo, da instintividade e da religião – elementos opostos às ideologias modernas e ocidentais

(CUNHA, 2002). Impressiona, no entanto, a sintonia dos recursos de criminalização por critérios raciais com as formulações teóricas que chegaram ao país entre 1870 e 1930, marcando definitivamente os debates políticos, as elucubrações intelectuais e as intervenções estatais.

### **1.7 Corpos vagabundos, andarilhos, criminosos**

Ainda que dados estatísticos sobre as prisões por “vadiagem” e “mendicância” revelem a dinâmica dos axiomas raciais na aplicação das leis penais, os discursos oficiais relativos à nação – preocupação que atravessa pelo menos a primeira metade do século XX – exaltavam valores de igualdade e mistura, embora temessem os possíveis males da miscigenação. Não foi de forma gratuita que uma das maiores preocupações das instituições policiais nas primeiras décadas republicanas tenha sido as prisões por “vadiagem” e “mendicância”, através das quais se produzia uma linguagem científica e jurídica aceitável e creditável, assentada na reincidência e na suposta índole criminal do “vadio”. Também é significativo que, desde Ferreira Viana, “vadios” e “mendigos” sejam definidos como aqueles que ingressam em um estágio pré-delinquencial, vivenciado por todos os que “mendigarem, tendo aptidões para o trabalho [e] os que, tendo quebrado os termos em que se hajam obrigados a tomar ocupação, persistirem em viver no ócio, ou exercendo indústria ilícita, imoral ou vedada pelas leis”<sup>29</sup>. Evidentemente, neste cenário de transformações da ordem legal, não apenas o mecanismo policial foi fundamental, mas também a montagem de uma engenharia sanitária, assistencial, médica e criminológica – expressão da emergência de saberes em disputa frente as possibilidades de recuperação de “corpos desviantes”, em sintonia com arcabouços teóricos europeus centrados sobretudo na debilidade orgânica hereditária de determinados “grupos raciais”.

O medo da degeneração e a realidade de uma “nação mestiça” implicava, para as elites políticas e intelectuais, admitir a inexistência de um futuro civilizacional. Tal paradoxo era reforçado em face do conjunto de modelos evolucionistas que, segundo Schwarcz (1994), condicionava o progresso à pureza das raças e reiterava a mistura como um erro que levaria

---

<sup>29</sup> Trecho citado por Cunha (2002, p. 402) retirado do texto do decreto-lei n. 6.944/1908, que acrescenta novas resoluções ao crime de vadiagem, discriminando normas para a imputabilidade da contravenção e a destinação dos reincidentes a colônias agrícolas, dentre outras alterações.

indivíduos e coletividades à inevitável degeneração. Essa ideia era inspirada principalmente na teoria da degenerescência, cunhada pelo médico francês Bénédict Morel, segundo a qual o desvio de elementos fundamentais à continuidade da “raça” devia-se à hereditariedade da criminalidade, do alcoolismo e das perversões sexuais que constituiriam uma classe de pessoas altamente inclinada ao ataque das normas sociais (KARVAT, 1996). Assim como a degenerescência ocorria no campo da zoologia, em que debilidade e fraqueza biológica manifestavam-se nos tipos híbridos de animais, sua manifestação também poderia ser verificada entre os grupos humanos e, assim, evitada por meio da monogenia – o que, por caminhos cientificistas, respaldava a supremacia do “sangue branco” (SCHWARCZ, 1994).

Estes aportes teóricos prenunciavam uma aproximação da prática médica com a prática policial e com o direito penal, ordenando um olhar médico sobre o criminoso e, aos poucos, tratando-o nos termos de uma “questão de cura” e não mais pelo sofrimento corporal do suplício, da morte pública, da chibata incansável. Em *Vigiar e Punir*, Foucault ([1975] 2014) descreve esse processo pelo qual, no século XIX, a justiça deixa de assumir publicamente a violência de seu exercício para adotar uma definição essencialmente corretiva da pena. Corrigir, curar, reeducar e regenerar passam a compor a ordem efetiva da penalidade, posto que no conjunto dos elementos julgáveis, incluem-se, doravante, as paixões, instintos, anomalias, enfermidades e inaptações físicas e sociais advindas do meio ou da hereditariedade. Sob o pretexto de explicar um ato, desejos e impulsos entram em jogo para qualificar indivíduos. Por isso a psiquiatria, a antropologia criminal e a criminologia introduzirão as violações no campo dos objetos cientificamente analisáveis, concedendo à punição legal “um poder justificável não mais simplesmente sobre as infrações, mas sobre os indivíduos; não mais sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão ou possam ser” (FOUCAULT, [1975] 2014, p. 23).

Podemos inquirir que é no seio destas transformações que entra em cena a figura do criminoso nato, elaborada pela moderna criminologia na busca de explicações causais para o crime. Ao médico italiano Cesare Lombroso é atribuída a criação da antropologia criminal e a concessão de fundamentos teóricos para a escola positiva de direito penal que, por sua vez, fundamentará em princípios evolucionistas as suas interpretações sobre a criminalidade. Basicamente, Lombroso argumentou a favor da predisposição natural para o crime, presente em determinados indivíduos, defendendo, em diálogo com a teoria da degenerescência, que o crime revelaria a temibilidade do criminoso e que a pena deveria atuar tanto como mecanismo

de correção quanto de intimidação. Essa temibilidade permitiria calcular a responsabilidade do “delinquente” a partir dos danos que ele potencialmente causaria à sociedade, o que também autorizaria a aplicação de substitutos penais e a elaboração de meios preventivos baseados no conhecimento das causas criminais (KARVAT, 1996).

As ideias lombrosianas chegaram ao Brasil no período em que a discussão sobre nação e raça estavam absolutamente cruzadas e operando como conceitos negociados e postos em debates deflagrados por variadas soluções e interpretações. Esse cenário, pondera Schwarcz (1994), de alguma maneira fez com que a adoção do ideário científico fosse realizada com importantes divergências acerca de seus respectivos corolários teóricos, sobretudo porque a adoção de modelos deterministas, em alguns momentos, parecia incompatível com constatação da “mistura”. Mesmo nessa encruzilhada, Karvat (1996) assegura que a influência de Lombroso incidiu sobre várias gerações de médicos e juristas brasileiros, que atuaram nas primeiras décadas do século XX – tais como Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Cândido Motta, Silvio Romero, Leonildo Ribeiro, dentre outros, que buscaram pensar o “problema da miscigenação” no Brasil através dos instrumentais disponibilizados pela criminologia italiana, assim como pela teoria da degenerescência e pelas questões postas pela ciência do “melhoramento do patrimônio hereditário”, a eugenia.

Nina Rodrigues, médico, antropólogo e pesquisador vinculado à Faculdade de Medicina da Bahia (instituição de referência nos estudos da medicina criminal), ganhou destaque na utilização das ideias lombrosianas para a “identificação criminológica das raças”. Detendo-se nos estudos da “mente do criminoso”, o pesquisador maranhense compreendia a miscigenação como princípio de retrocesso e degeneração (SCHWARCZ, 1994), que fatalmente desembocaria na produção da criminalidade, atribuída ao “problema do negro” – e quanto a isso, é significativo, por parte daquele autor, o abandono do vocabulário estrito da medicina e a aproximação das explicações policiais e jurídicas acerca do crime (KARVAT, 1996). O político e jurista Cândido Motta, por sua vez, representando as tendências da escola de Direito Penal de São Paulo, escreveu, em 1897, a *Classificação dos Criminosos*, considerada por Lombroso uma obra exemplar sobre as tendências naturais da criminalidade. Em seu estudo, Motta aproxima-se de argumentações psicopatológicas para enfatizar a existência de “tipos particularmente dignos de atenção” pois que acometidos por um conjunto de “taras neuropáticas” e “anomalias da estrutura” que os tornavam congenitamente inaptos à

vida em sociedade, uma vez atingidos também pelo atrofiamento de suas “tendências sociais”. Assim, predispostos a viver à “margem da sociedade”, os criminosos nasceriam como

vagabundos: por vezes –“andarrilhos” – desde a primeira infância, não podem levar a existência tranqüilla, em logar determinado do adolescente adstricto a uma occupação sempre pouco mais ou menos a mesma; cousa alguma amam tanto como a mudança e a liberdade de ir de um logar para outro, seguindo o seu capricho; assim se evadem quando os procuram reter e fazem "fugidas" - analogas á dos hystericos e dos epilépticos (incapazes de resistir a impulsão das viagens) quando, por um esforço de vontade, efficaz somente por mui pouco tempo, tentarem fixar-se n'um logar onde por vezes tudo parece mesmo deve-los reter (MOTTA, 1925, p.81 *apud* KARVAT, 1996, p.66).

Com nitidez, estas argumentações serviram como suporte às práticas repressivas contra a “vadiagem” e a “mendicância”, concedendo tonalidades científicas aos discursos e ao conjunto técnico e interventivo estatal. Doravante, “vadios” e “mendigos” serão classificados como seres degenerados, pois imersos em ambientes de miséria e ignorância, de onde brotavam criminosos irreduzíveis. Por isso que a antropologia criminal, filha do flerte entre medicina social e direito penal, ao buscar explicações causais para o “homem criminoso”, vai circunscrever a “vadiagem” e a “mendicância” como importantes objetos de estudo, por compreender que as formas de negação do trabalho não passavam de “ocasiões de criminalidade” e de “porta de entrada para o crime” dos que cultivavam o “apego por perambular” (KARVAT, 1996). Explicados tanto a partir de uma debilidade orgânica para o trabalho, quanto pela carência de referências morais, os personagens em questão, vistos como o epicentro de uma periculosidade múltipla – verdadeiros parasitas microbianos<sup>30</sup> – deveriam ser medicalizados, reprimidos, isolados e regenerados.

É preciso estarmos cientes, no entanto, que toda essa rede de conceituações, categorias e práticas aplicadas por novas autoridades nos campos da medicina social, higiene pública e esfera jurídica, não encobriu o arsenal de critérios raciais utilizados na verificação da “natureza criminosa”. Foi potencialmente no cotidiano das instituições, como prisões, hospitais e escolas, que se conferiu existência aos indivíduos e às pessoas por meio da distinção e da singularização. Nas relações interpessoais, argumenta Cunha (2002), a

---

<sup>30</sup> Karvat (1996) demonstra que, ainda na década de 1890, o doutor português Júlio Mattos, então diretor do Hospital de Alienados Miguel Bombarda, argumentava em torno da importância das teorias microbianas para as intervenções de saneamento social, insistindo na representação do “delinquente” como um parasita, um ínfimo organismo de “espírito inferior”.

referência aos corpos individuais adquiriu sentido, enquanto síntese da nação, na medida em que eles precisavam ser observados, descritos, classificados, curados e corrigidos. Nesse processo, um discurso particular sobre a raça foi produzido na atribuição da cor como sinal distintivo, graças ao seu poder de reificar heranças, origens e diferenças sociais marcadas em corpos potencialmente criminosos.

Longe de dissimular o poder das classificações raciais, os registros da cor das pessoas localizaram e sinalizaram nos corpos as indexações reverenciadas pelas teorias racialistas. Nessa linha de atuação, era a partir das indexações corporais que os flagrados em ato de “vadiagem” ou “mendicância” eram descritos pelas instituições policiais nos seus aspectos físico-morais, entendidos como deflagradores da vulnerabilidade ao crime e à contravenção<sup>31</sup>. Novamente, não se trata da incidência dos aspectos performativos do delito, mas da repetida afirmação dos atributos, das características, das qualidades que permitiam com que o “vadio” fosse identificado, acusado e que assim se pudesse publicizar um certo perfil cultivado sobre os suspeitos no cotidiano das ruas. O que estava em jogo, portanto, era menos a atitude ou ato flagrado do que as possibilidades de falar sobre o réu e, ao mesmo tempo, produzir as conexões entre feições físicas, comportamentos e imoralidades (Idem, 2002). A propensão ao crime, o perigo e o potencial desarticulador era ao mesmo tempo lido e gravado em corpos específicos – majoritariamente corpos negros (FLAUZINA, 2006).

Corpos racialmente criminosos, produzidos entre as elucubrações científicistas, as práticas policiais e a burocracia estatal. Um corpo que, a despeito de ser o *locus* das pretensões de cura, saneamento e recuperação, não foge à continuidade dos castigos inscritos na carne. Se, como revela Foucault ([1975] 2014), na estruturação dos sistemas penais modernos, a dor deixa de ser objeto último da punição e o corpo deixa de ser território dos castigos públicos insuportáveis para transformar-se em instrumento de suspensão de direitos, então é possível inferir, frente à discussão até aqui empreendida, que o modo como essa modernidade penal foi conduzida em terras brasileiras investiu no corpo as suas possibilidades de dominação – a um só tempo multiplicando suas tecnologias de castigo corporal e de suspensão da cidadania.

---

<sup>31</sup> Olívia Cunha explica que, no Brasil, a preocupação com a constituição físico-anatômica, presente desde os primeiros estudos climatológicos oitocentistas até a emergência do higienismo, foi alvo de uma série de transformações teórico-metodológicas que se encaminharam para o cruzamento do determinismo racial com a fragilidade com a qual alguns indivíduos respondem a determinadas patologias, o que vai se conectar, cada vez mais, com a ideia de “constituição” e não de “raça”, direcionando o olhar especialista para histórias individuais que cada corpo comporta e reproduz (CUNHA, 2002).

A criminalidade começava nas fronteiras do próprio corpo, nas certezas raciais construídas e inscritas nas expressões corpóreas, nas marcas, nos sinais, nas supostas fraquezas, debilidades e restrições físico-morais indubitavelmente atribuídas a heranças, influências do meio e hereditariedades raciais. Estas atonias, se não regeneradas, deveriam ser, em nome da sanidade coletiva, “tratadas” em instituições onde vidas eram interrompidas lenta ou abruptamente, deixadas a vagar com o cadavérico espectro da morte cotidiana – fúnebre governo de corpos sob a retórica científica da regeneração da vida, entre muralhas de colônias correcionais que, para “reabilitar”, aplicavam intensos, constantes e horrendos castigos físicos<sup>32</sup>.

Frente à montagem de toda uma maquinaria de seletividade penal, percebe-se a constituição de uma clientela preferencial, na qual a perseguição, controle e o extermínio construíram e indicaram nos corpos as justificativas para seus modos de funcionamento. Território de múltiplos discursos e intervenções, o corpo passa a operar dentro dos mecanismos de manutenção das hierarquias sociais, por meio de argumentos que escorregavam da cultura para a natureza, do indivíduo para o grupo e da cidadania para a raça (SCHWARCZ, 1994). Em um contexto no qual vislumbrou-se um projeto pretensamente liberal, lançou-se mão de teorias deterministas para transmutar diferenças sociais em irreduzíveis barreiras biológicas, assim como o fez Nina Rodrigues, em 1906, ao defender que “não pode ser admissível em absoluto a igualdade de direitos sem que haja ao mesmo tempo, pelo menos, igualdade na evolução”<sup>33</sup>.

Como fundamento da existência e sustentação dos sistemas penais, não só no Brasil mas em praticamente toda a América Latina, o racismo escancara sua vocação para o extermínio, disponibilizando caminhos para a obstinada busca de um futuro branco e

---

<sup>32</sup> Um exemplo institucional que ficou marcado na história republicana do século XX é sem dúvida o caso da Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, um dos maiores hospícios do Brasil, hoje conhecido como palco do “holocausto brasileiro”, para onde eram enviados mendigos, prostitutas, homossexuais, negros, pobres, desafetos políticos e todos os tipos indesejáveis e desviantes física e moralmente. Estima-se que 70 por cento não tinha nenhum diagnóstico de doença mental – muitos eram internados por “tristeza”, por “gravidez precoce”, por “extroversão” ou por “timidez”, enviados para Barbacena em vagões de trem que partiam de várias regiões do país. Ao longo de seu funcionamento, até o ano de 1979, foram mortas cerca de 60 mil pessoas e mais de 2 mil corpos foram vendidos para faculdades de todo o país entre 1969 e 1980. Muitos outros corpos foram decompostos em ácido, no interior da Colônia, aos olhos dos pacientes, para que as ossadas também pudessem ser comercializadas. Com influência das teorias eugenistas, que sustentavam a ideia de limpeza social, os pacientes eram recebidos por um processo de “destituição de humanidade”, quando tinham o cabelo raspado, o corpo desinfetado e recebiam um novo nome. Tortura, fome, sede, frio, uso de eletrochoque como forma de intimidação e o espectro cotidiano da morte marcaram a experiência de duas gerações dizimadas. Até hoje, nenhum governo foi responsabilizado. Para mais detalhes, ver o impactante trabalho de Daniela Arbex (2013).

<sup>33</sup> Parte de excerto publicado pelo autor na Gazeta Médica e citado por Schwarcz (1994, p. 146).



ocidental, no qual certos grupos terão espaço somente em zonas de contenção e degrado: “sempre os mesmos, sempre pelos mesmos motivos, os criminalizados parecem mesmo representar a parcela da humanidade que não cabe no mundo” (FLAUZINA, 2006, p. 27).

## **1.8 O sangue de corpos doentes**

Com tantos esforços reunidos contra a presença de corpos específicos que habitavam os espaços públicos de forma não-laboral, não é surpreendente o desvelamento público, na década de 1930, de “fracassos” na proclamada tarefa de regeneração, notadamente acionado pela confusão entre correção e punição no interior das instituições correcionais. Cunha (2002) explora um exemplo potente: a Colônia Correcional de Dois Rios, construída ainda no final do século XIX, em Ilha Grande, há 150 km do Rio de Janeiro, foi erguida para “corrigir” pequenos contraventores, sobretudo “vadios”, “mendigos”, “alcoólatras” e “prostitutas” reincidentes. Ainda que guardando pretensões regenerativas, a Colônia foi palco de um regime disciplinar conduzido por intensa violência sobre uma maioria de corpos “negros e pardos” que cotidianamente pereciam em condições insalubres de vida e pelas agressões dos agentes institucionais. Parte do debate que a visibilidade dessa violência provocou entre os juristas girou em torno do desvirtuamento do papel regenerador da instituição e do abuso das prerrogativas legais atribuídas às ações policiais. Outra face da discussão ancorou-se nos perigos do contágio entre “mendigos” e “vagabundos” “misturados” com trabalhadores e presos políticos do Estado Novo. Essa indefinição do estatuto dos detentos alimentava uma premente ideia de contaminação, muito bem articulada com as noções eugenistas da época. Ao invés de regenerar, a instituição estaria contribuindo para a multiplicação de hábitos e condutas desprezíveis.

Mas por mais que um certo consenso sobre a ineficácia da prisão na luta contra a vadiagem atravessasse o campo jurídico, em nenhum momento a anulação das leis foi cogitada. Ao contrário, foi justamente nas leis penais que a missão civilizadora, promovida pelos legisladores, ganhou proeminência e fortaleceu-se com o discurso da “humanização das leis”, voltado para a individualização do “homem biológico”: foco de estudos especializados sobre personalidades, ídolos e tendências ao crime. Não é à toa que, no auge da discussão sobre a reforma do Código Penal, um médico psiquiatra foi designado para a vice-direção da

Colônia Correccional de Dois Rios, trazendo na bagagem as modernas correntes penalistas que compreendiam a “vadiagem” como estado patológico individual. Essa individualização passou a ser cada vez mais aceita no espaço jurídico, tomando a figura do “vadio” como suposto criminoso cuja reincidência deveria ser circunscrita por um poder produtor de um saber individualizado. No fim das contas, parece que essa objetificação científica tinha o propósito de desqualificar o indivíduo como cidadão por meio da afirmação de “estados perigosos” e “pré-delinquenciais” (CUNHA, 2002).

Apesar da constatação negativa das medidas de “correção”, a vadiagem vai ser o elemento central da constituição do novo Código Penal de 1940 e as leis penais serão elevadas a símbolo da legalidade na segunda fase da era Vargas. Isso ocorre principalmente porque a investida governamental será a imposição de um modelo de cidadania centrado na identidade do “trabalhador brasileiro”, tão presente nos discursos varguistas. Como infere Mestriner (2008), a constituição de 1934 eleva o trabalho como um direito e um dever do homem; uma tarefa moral e uma obrigação com a sociedade, por meio da qual se adquire posição e interlocução com o Estado. O não-trabalhador seria, então, o pária do sistema frente a condicionalidade da “atividade honesta” no acesso aos direitos. Nesse contexto dualizado, montou-se uma política de regulação do mercado e do trabalho voltada à dignificação do trabalhador; para os demais, uma estrutura de vigilância muito respaldada por intentos purificadores, mas sobretudo violentos e repressivos (CUNHA, 2002).

Contudo, a relevância dada aos direitos sociais acompanhou o retrocesso em relação aos direitos civis e políticos, engendrado pela ditadura do Estado Novo (1930-1937) a partir de corriqueiras práticas governamentais de perseguição, prisão política e tortura. Junto a isso, um forte projeto nacional-desenvolvimentista, calcado na industrialização, na substituição de importações e na produção de bens de consumo no país, precisou manter “a casa em ordem”, impondo condicionalidades aos sindicatos que, somente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, eram destituídos de autonomia sindical e proibidos de envolvimento com atividades políticas – servindo, assim, como instrumento de colaboração entre a classe trabalhadora e os órgãos estatais. O trabalhador industrial, setor a um só tempo primordial aos intentos desenvolvimentistas e fortemente poderoso em termos reivindicatórios, foi privilegiado no acesso às garantias sociais, não estendidas aos autônomos, ambulantes, trabalhadores domésticos e do meio rural. Uma noção restritiva de cidadania, portanto (CITTADINO & SILVEIRA, 2004).

Mestriner (2008) também faz considerações interessantes sobre esse contexto, deixando claro que, a seu ver, a “questão social”, decorrente das reivindicações do operariado emergente, consolidou-se como uma preocupação que, na prática, teve na atribuição de auxílio às organizações sociais do setor privado o seu principal fundamento. E aqui, na linha seletiva do pensamento liberal, a proteção social vai ancorar-se nas iniciativas particulares pré-existentes de auxílio e acolhimento dos “incapazes de prover o próprio sustento”. A criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938, instaurou uma política de incentivo ao setor filantrópico através de subvenções concedidas às congregações religiosas e associações de auxílio e defesa de determinados grupos. Essa abertura para um primeiro e tímido envolvimento estatal com o “campo do serviço social”, respondia tanto ao desejo de harmonia social, na qual “ricos ajudariam pobres” sem o risco de conflitos, quanto ao projeto de cidadania centrado na figura do trabalhador. Isso se verifica no fato de que a maioria das instituições subvencionadas realizavam atividades voltadas ao cuidado de crianças órfãs e à alfabetização dos filhos das classes populares, preparando-os para o ingresso no mundo do trabalho e afastando-os dos perigos da “auto-educação” nas ruas ou dos vícios supostamente cultivados nos cortiços e nas zonas de periferia – práticas atreladas à substituição da vadiagem por “hábitos sadios” e pela futura caminhada nos trilhos laborais (MESTRINER, 2008).

Força, saúde, trabalho e docilidade pareciam estar entre as palavras-chave na consolidação da ordem nacional. “Alegria no trabalho” e “higiene no lar” eram lemas de conferências sociais promovidas pela igreja católica no processo de sindicalização dos operários em São Paulo da década de 30. Era preciso limpar tudo o que pudesse conter focos de doenças, imoralidades, indisciplina e criminalidade. Era urgente limpar, também, o sangue. Em 1933, a Comissão Brasileira de Eugenia entregou à comissão de elaboração da nova Constituição uma proposta na qual o Estado deveria estimular a “hereditariedade saudável” entre os trabalhadores, algo imprescindível ao futuro da nação. O sangue que fluía em corpos doentes, inaptos para o trabalho, deveria circular e se renovar por um circuito regenerativo, onde seria curado física e moralmente para que se constituísse um só sangue e um só povo. Mas essa “pureza” era sobretudo estética. Resultado de um certo tipo de mistura essencializada por anseios de integralização nacional. Se a doença e as fraquezas do sangue possuíam um caráter biologizante, elas eram potencializadas primordialmente pela dimensão sociológica, pois é na aparência (e não na essência) que se verificava sua eficácia. Eram os

hábitos que supostamente transformariam os indivíduos em cidadãos – e aqui a “vadiagem” e a “mendicância” aparecem, também, como um hábito desprezível (CUNHA, 2002).

Mais do que tudo, a grande chave para transformar doentes em trabalhadores era a cura social que, passando pelos preceitos biomédicos, efetuaria o esquadramento de processos corporais e o detalhamento de suas funções internas. Esses indivíduos biológicos, tratados como o avesso da cidadania, ocupariam o terreno das leis penais, enquanto os cidadãos vinculados ao trabalho teriam nas leis trabalhistas a garantia de aproximação com o Estado. Assim, teríamos dois tipos de legislações para lidar com indivíduos (biológicos) e com cidadãos (sacralizados pelo Estado). Na articulação entre a retórica da regeneração, da limpeza social e cultivo de hábitos sadios com o discurso da valorização do trabalho, vislumbrava-se a possibilidade de uma passagem do abandono à estatização (CUNHA, 2002), espaço no qual se forja um trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo<sup>34</sup> (MESRTRINER, 2008).

Nesse contexto, ainda que possamos vislumbrar uma “nova” abordagem sobre “vadiagem”, quando, doravante, a lei não pune a falta de trabalho, mas sim a ociosidade voluntária – devendo o Estado juridicamente prover a subsistência – o encarceramento de “mendigos” e “vadios” continuará a ocorrer ao longo das décadas subsequentes, amparado por uma série de decretos e portarias estaduais e municipais<sup>35</sup>. Com efeito, a constituição de 1934 continuou a apresentar a figura dos “mendigos” como sujeitos inalistáveis e, com exceção da contravenção de mendicância, permanecem na legislação penal as práticas de ociosidade e embriaguez (STRAPASSON & PAMPLONA, 2014), dando sustentação ao reaparelhamento da polícia com detenções correcionais e criação de delegacias especializadas contra a “vadiagem” (ALVES, 2002), no interior das quais realizava-se minuciosa classificação e separação de vidas “inválidas”, “decrépitadas”, “enfermas” ou “capazes de trabalhar”,

---

<sup>34</sup> Importa esclarecer que estou falando, aqui, em termos de um projeto de governo de populações e de controle de uma categoria específica de trabalhadores. Mas não se trata de reconhecer apenas os aspectos coercitivos deste projeto nacional-desenvolvimentista, uma vez que, como relembram Cittadino e Silveira (2004), algumas brechas foram abertas na máquina estatal, o que permitiu ao operariado potencializar suas reivindicações, sem cair totalmente em posição de objeto de intentos manipulatórios e excludentes.

<sup>35</sup> Um ano após a promulgação da Constituição de 1946, marcando um suposto retorno do país à democracia (MESTRINER, 2008), o estado de São Paulo criou o Serviço de Proteção e Previdência, um órgão de polícia preventiva voltado especificamente à promoção da readaptação de “vadios”, “mendigos”, “ébrios” e “toxicômanos”. Em 1953, esse serviço teve suas atribuições especificadas por meio de uma portaria expedida pela Diretoria Geral da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, ficando com a responsabilidade de recolher todos os “desajustados” encontrados nas ruas da capital ou os encaminhados pelas autoridades policiais a fim de “recuperá-los”, não deixando, também, de promover estudos e pesquisas imprescindíveis à “readaptação moral e social” dos sujeitos em questão (STOFFELS, 1977).

encaminhadas para instituições específicas de acordo com esses enquadramentos tipológicos (STOFFELS, 1977). Da mesma forma, no decreto-Lei n. 3.688, de 1941, que ainda hoje dispõe sobre contravenções penais, identifica-se argumentos de leis que remontam ao século XIX, expressos na ambiguidade da distinção entre “vadios” e “mendigos”, indicando a penalização dos que, mesmo aptos ao trabalho, “entregam-se ao ócio”, uma vez desprovidos de recursos para a sobrevivência, e mesmo dos que “mendigam por ociosidade” (MELO, 2013).

Na consolidação destes instrumentos jurídicos e interventivos, as ideias eugênicas foram decisivas, expressas também na restrição da entrada de imigrantes, no estímulo à educação eugênica a ser aplicada aos filhos empobrecidos da classe trabalhadora, aos “órfãos abandonados”, “débeis” ou “atrasados”. Manter e justificar a desigualdade de direitos e cidadania a partir da “pureza da origem” eram artimanhas sustentadas por critérios de “superioridade” e “inferioridade” naturalizados numa sociedade compreendida como organismo vivo no qual determinações genéticas eram, também, históricas, políticas e culturais – clara influência da ideologia positivista. Daí a necessidade de sanar esteticamente, pela educação dos hábitos, dos padrões de relacionamento familiar, amoroso, escolar, laboral e de cuidado com o corpo, a saúde e o lar (KARVAT, 1996) – uma forma de lidar com uma debilidade natural, sanguínea, mas que poderia ser minimizada pela educação, pela “recuperação”, “cura” ou repressão.

Assim, o imperativo de “limpeza” social, presente de múltiplas formas na constituição de 1934, recai sobre uma massa de pessoas não inseridas no mercado de trabalho formal e sindicalizado, elaborando discursos de saneamento respaldados pela prevenção da criminalidade. Toda essa investida sobre “corpos vadios e mendigos”, que ganha amplitude ao longo da primeira metade do século XX, se posiciona fundamentalmente “frente à massa negra urbana de forma a cercear sua movimentação espacial, evitar as associações, extirpar as possibilidades de qualquer ensaio de reação coletiva” (FLAUZINA, 2006, p.71). O que Flauzina está incansavelmente insistindo é que ao direcionarmos nossa atenção para a população negra, percebemos que a interdição se estampou nos corpos, na medida em que o foco esteve e está no grau de periculosidade investido na própria constituição física, na própria racialidade negra que eclode como matéria punível.

É como se acompanhássemos uma constante atualização da *colonialidade do poder*, perpetrando classificações deformantes e distribuindo desigualmente o estatuto de

“humanidade”, “honestidade”, “dignidade” e “cidadania” em nome da “civilização”, da “ordem”, do “desenvolvimento”, da “nação” e da recuperação/aniquilamento de corpos e condutas. Um processo, enfim, que sugere, nos termos de Segato (2010), a continuidade de mecanismos que fazem da raça uma realidade substancial das relações sociais e econômicas, produzindo, ao mesmo tempo, um espaço extra-legal onde o racismo terá um caráter difuso e inominável, passando a dimensão racial e hierárquica das relações a ser naturalizada nos sistemas de autoridade das novas instituições supostamente democráticas.

## **Capítulo 2**

### **Os indesejáveis em Porto Alegre do século XX. Das políticas de remoção ao nascimento da mobilização pelos direitos da população em situação de rua.**

Neste capítulo, dou continuidade ao diálogo com a produção historiográfica, com destaque para historiadores e antropólogos que se dedicaram à análise e compreensão das transformações ocorridas em contexto urbano de Porto Alegre ao longo do século XX. Para tanto, o capítulo divide-se em três partes principais. A primeira explora a consolidação de políticas higienistas, conduzidas por remoções forçadas, assim como intensas transformações de determinados territórios e a criação de um aparato institucional, acompanhado de discursos acusatórios e categoria classificatórios sobre os considerados “mendigos” e “vadios”. A segunda parte atenta para as mudanças e permanências operadas no plano dos discursos, das concepções e intervenções sobre a “pobreza desabrigada”, influenciadas pelos movimentos sociais e pelas novas prerrogativas dos direitos humanos. Já no contexto pós 1988, em que legislações progressistas e novos movimentos sociais emergem, a terceira parte percorre a formação e consolidação das primeiras mobilizações coletivas por “direitos dos moradores de rua” em Porto Alegre, destacando suas especificidades em termos de articulação entre agentes da assistência social e os “usuários” dos serviços voltados à “população de rua” ao longo das décadas de 1990 e 2000.

Após percorrer todos esses cenários em suas mudanças e continuidades, desenvolvo o principal argumento do capítulo: ao invés de endossar uma difusa invisibilidade das instituições estatais para com as hoje denominadas pessoas “em situação de rua”, os recortes

da história do século XX nos mostram que o Estado sempre esteve de “olhos abertos”, produzindo uma *visibilidade negativa* (práticas de remoção, repressão; instituições de internamento e categorias acusatórias) que, atualizadas no tempo, interferem diretamente nos modos através dos quais a luta pelos direitos dessa “população” é hoje organizada e conduzida.

## 2.1 Da Colônia Africana aos abrigos e albergues

No estado mais meridional do Brasil, a história social não foi muito diferente do que discutimos no capítulo anterior. Em solo gaúcho, durante a última década do século XIX, a desintegração da escravidão foi acompanhada por novas estratégias para manter a população negra subordinada aos caprichos de seus antigos senhores, aos quais vinculava-se por meio de um contrato muito desigual: a “liberdade” concedida gradualmente em troca de “serviços prestados” durante quatro ou cinco anos. Muitos dos que negavam tais estratégias de controle e subordinação, somavam-se à massa de escravizados fugidos e trabalhadores livres sem ocupação, geralmente atraídos pelo maior centro comercial da província: Porto Alegre (MAUCH, 2004).

Frente a esse novo cenário, e seguindo as tendências nacionais, na década de 1890, em Porto Alegre, os principais jornais da cidade conclamavam campanhas de “saneamento moral” contra uma população suspeita de “vadios”, “desordeiros”, “viciados” e “criminosos”, vetores de “sujeira” e “infecção”. A polícia administrativa, criada em 1896, foi instituída para vigiar sistematicamente estes “indesejados da urbe” e evitar que ameaçassem a segurança dos mais abastados porto-alegrenses dos primeiros anos da República, quando todos os esforços do poder municipal e da mídia se centravam na construção de uma “cidade civilizada”, disciplinada e, sobretudo, branca (*Idem*, 2004).

A estas alturas, a construção do perfil dos que constituíam o alvo privilegiado daqueles “esforços civilizacionais” já não surpreende mais. Analisando registros de ocorrências policiais publicados em jornais durante a década de 1890, Sandra Pesavento (2004) mostrou que os considerados “vadios”, “ociosos”, “criminosos”, “imorais” e “vagabundos” eram todos do sexo masculino, solteiros, negros, analfabetos e sem profissão definida. As mesmas ocorrências evidenciaram que a indicação da cor servia para relacionar raça e crime: “negro”,



“crioulo”, “mulato” eram termos que precediam a identificação nominal dos “infratores”. Eram termos que pareciam aglutinar e potencializar, no imaginário social sul-brasileiro, o avesso dos planos de uma elite ilustrada e cientificista, que promoveria, anos depois, uma verdadeira cruzada contra vidas e condutas indesejáveis no espaço urbano (PESAVENTO, 2004).

Aos “sujeitos perigosos” associavam-se, igualmente, zonas e “comunidades perigosas”, territórios vistos como vergonhosos para uma “aldeia” com pretensões a cidade civilizada (MAUCH, 2004). A população de mulheres e homens, egressos do sistema escravista, fundou comunidades nos arredores do primeiro distrito da capital, destacando-se, nessa reconfiguração territorial, o Areal da Baronesa e a Colônia Africana, que com o tempo constituiriam um verdadeiro “cinturão negro”, segregado e depreciado pela municipalidade e pela opinião pública influenciada sobretudo pelos órgãos de imprensa (MAUCH, 2004; PESAVENTO, 2004).

A primeira comunidade, formada no segundo distrito, correspondia a uma área antes pertencente à Baronesa do Gravataí e vendida em lotes para a prefeitura, ainda no final da década de 1870. Ocupada por famílias negras e pobres, a referida área jamais beneficiou-se de melhoramentos urbanos, ficando amplamente conhecida como lugar de “desordem e malandragem”, sobretudo porque, antes mesmo da sua venda em lotes, em suas matas com frequência escondiam-se escravos fugidos.

A Colônia Africana, por sua vez, foi a mais visada pela imprensa porto-alegrense, constantemente caracterizada como um “antro de crimes e imoralidades”. Localizada nos arredores do campo da Redenção, no limite entre o terceiro distrito e as áreas suburbanas, a referida comunidade era alvo de constantes discursos depreciativos: esconderijo de assassinos e gatunos; território altamente perigoso, do qual era preciso manter-se distante, sobretudo à noite. Ao contrário da indiferença municipal para com o Areal da Baronesa, a Colônia Africana atravessou boa parte do século XX sendo foco privilegiado de intervenções e melhoramentos urbanos que tinham como escopo a limpeza de uma “zona negra” que, já no final do século XIX, concentrava a esmagadora maioria da população ex-escravizada na capital gaúcha (MAUCH, 2004; PESAVENTO, 2004; SILVEIRA, 2015).

Pelo menos desde a segunda década do século XX, Porto Alegre foi palco de intensas intervenções visando a “modernização” urbana, com a abertura de grandes vias e avenidas, instalação de energia elétrica, redes cloacais, água, bondes elétricos, cafés e cinemas - obras

acompanhadas por constantes desapropriações e despejos dos que habitavam pobres cortiços da região central. Organizando o espaço a partir do centro, o Regulamento Geral de Construções, instaurado no governo municipal de José Montauray (1897-1924), instituiu diretrizes básicas de estética e higiene, proibindo edificações de madeira justamente em zonas servidas pelos modernos serviços de água e esgoto. Junto a isso, a especulação imobiliária, a acelerada urbanização e o inchaço demográfico provocado pelo fluxo imigratório de trabalhadores alemães e, na década de 1930, de trabalhadores rurais em busca de melhores oportunidades no meio urbano; juntamente com práticas e discursos repressivos levados a cabo pela imprensa, pela polícia e pelos demais órgãos públicos, legitimaram a expulsão de indivíduos e famílias negras e pobres dos espaços centrais da cidade (malocas, becos, cortiços e prostíbulos), assim como o afastamento dos antigos moradores da Colônia Africana para os lugares mais inóspitos e distantes do perímetro central (SILVEIRA, 2015; BEDNARZ, 2011).

Especificamente em relação à Colônia Africana, as tentativas de remoção iniciaram-se com o estabelecimento de imigrantes judeus no local, ainda em 1910; com a mudança do nome do local para bairro Rio Branco, em 1920 (numa espécie de “branqueamento enunciativo”); e, por fim, com as consecutivas remoções realizadas na década de 1960 que, sob o jugo de uma política desenvolvimentista, realocou boa parte das famílias que viviam não apenas na Colônia Africana, mas das vilas Theodora, Marítimos, Ilhota e Santa Luzia – todas enviadas para a região da Restinga, à época sem nenhuma estrutura urbana e distante mais de 20km do centro da capital (SILVEIRA, 2015; GAMALHO, 2009).

Nos anos subsequentes, boa parte do centro de Porto Alegre e seus arredores haviam sofrido modificações radicais – em nome de um projeto “modernizador” que atravessaria mais da metade do século XX. Sob a égide da profilaxia social, da busca pelo progresso, embelezamento e saneamento urbano, o poder público e os interesses privados levariam para longe da vista (e dos espaços privilegiados da urbe) todos os “humanos de segunda classe”, a maioria descendente dos que, no passado, sustentaram com sangue, suor e força física, toda a bonança que, a partir de então, financiava a abertura de grandes avenidas, propiciando que casebres e malocas dessem lugar a suntuosas edificações e à instalação de uma série de equipamentos de infraestrutura urbana que, definitivamente, não serviriam à população pobre e majoritariamente negra – fosse ela abrigada ou sem paradeiro fixo.

Paralelo e integrada a essas políticas de remoção, na cidade também se montou uma especializada caçada à mendicância e à vadiagem, pelo menos desde a segunda metade da

década de 1930, justamente num período de estímulo e consolidação, por parte do governo federal, de reformas urbanas frente às demandas por infraestrutura decorrentes do forte crescimento demográfico e do desenvolvimento industrial (BEDNARZ, 2011). Mergulhando nos relatórios de duas instituições assistenciais fundadas em 1931 e subvencionadas pelo poder municipal – o Abrigo noturno Dias da Cruz (ADC) e a Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados (SPAAN) – Krishna Predebon (2011) analisa o tratamento institucional dado, nas décadas de 1930 e 1940, aos “mendigos” e “sem-tetos” da capital.

O interessante e revelador é que, no início do referido período, a Chefatura de Polícia do Estado determinou a identificação de “esmoleiros” nas ruas da capital, que deveriam ser recolhidos pela polícia e, posteriormente, examinados por uma equipe médica a fim de verificar se possuíam impedimentos físicos para o trabalho. Aos que comprovassem “invalidez”, eram emitidas cadernetas de identidade e uma espécie de “chapa de licença” para “mendigar”. Aos doentes físicos e mentais, destinavam-se os hospitais para alienados. No entanto, a apurada análise da autora nos mostra que a referida determinação era estratégica: convocando todos os “mendigos” e “sem-tetos” a comparecerem para identificação, esperava-se que os “falsos” e “gatunos” fugissem o quanto antes, com medo de serem “desmascarados” – quando o inesperado aconteceu: muito mais pessoas do que se esperava compareceram voluntariamente à triagem, frustrando as expectativas profiláticas daquela ação institucional (PREDEBON, 2011).

Ao que tudo indica, o “problema” persistiu mesmo com a criação de diversas instituições beneficentes e de auxílios mútuos, dentre elas a SPAAN, que atuou, desde os seus primeiros dias de funcionamento, em declarada parceria com os órgãos de segurança pública. Um ano após sua inauguração, a instituição teve a aprovação, pelo governo do Estado e do município, de subvenções anuais para “continuar o seu meritório trabalho de saneamento da nossa bela capital” (*Ibidem*, p. 43). O estudo revela, ainda, que cabia a uma Comissão de Sindicância, presidida por um delegado de polícia, a identificação de quem seria atendido pela SPAAN, considerando critérios de “verdade” e “falsidade”. Novamente, o “verdadeiro necessitado” era aquele que não tinha culpa pelos determinantes de sua miséria, que vivia desamparado, abandonado, doente e inválido. O “falso mendigo”, por sua vez, desdobrava-se em dois personagens: o que fingia uma miséria para obter recursos e viver às custas de outrem; e o que era pobre por responsabilidade própria, pois teria condições plenas para o trabalho.

Já no início da década de 1940, a campanha contra a “falsa mendicância” ganhou força em Porto Alegre, com uma enxurrada de publicações jornalísticas contra os “maltrapilhos a pedir” no centro da cidade, estimulando duas possibilidades de ação: não dar esmolas nas ruas (preferindo encaminhar recursos para instituições especializadas) e chamar a polícia para reprimir os “indivíduos sem escrúpulos” que lucravam com a “falsidade” de seus infortúnios. Nos relatórios da SPAAN, redigidos em 1939, o mesmo tom combativo se fazia presente contra os que “exploravam a caridade alheia para sustentar seus vícios”. É a partir desse mesmo ano que a polícia passa a constar nos agradecimentos da instituição, quando também é criada a Delegacia Especializada de Costumes, responsável pelo controle e repressão da “vadiagem”, da “mendicância”, da prostituição e dos jogos de azar (PREDEBON, 2011).

Nesse contexto, a criação de um abrigo noturno – o Dias da Cruz – vai ao encontro da pressuposição de que a combinação entre abrigos e asilos seria necessária para enfrentar a “mendicância” em Porto Alegre, sobretudo porque a maioria das pessoas enquadradas por “vadiagem” não eram processadas, mas internadas em instituições psiquiátricas. Percorrendo as duas décadas de atuação da instituição, Predebon (2011) nota o aumento constante de pedidos de auxílio e abrigagem, o que fomentou, com o passar dos anos, a coerção de toda e qualquer “mendicância”, fosse ela “falsa” ou “verdadeira”, e o enclausuramento de “pedintes” em locais como a Chácara da SPAAN, criada em 1942, no bairro Teresópolis. Com isso, o espaço público porto-alegrense não era (e não é)...

[...] o lugar de exercer a pobreza. Àqueles que não podem trabalhar, a reclusão como assistência eficaz; aos que insistem no vício da ociosidade, a reclusão como punição. Que uma e outra se deem no mesmo espaço é indício de qual, no fundo, é o problema a resolver (PREDEBON, 2011, p. 46).

## **2.2 Da produção de “imagens delinquentes” a um outro discurso sobre a pobreza**

No início da segunda metade do século XX, importantes mudanças internacionais influenciaram a gradativa amplitude dos discursos sobre desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira. Com efeito, o contexto pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por um processo de internacionalização dos direitos, com a criação da Organização das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1959, difundindo a ideia do indivíduo como portador de direitos fundamentais, sobre o qual nenhum Estado teria poder

absoluto. Esse cenário influenciou debates nacionais que pareciam articular uma certa abordagem modernista com a onda de internacionalização dos direitos humanos.

Nesse panorama, argumenta Schuch (2009), aparecem, por exemplo, os primeiros estímulos à participação comunitária na reflexão sobre as causas e os problemas do “menor”, assim como a discussão sobre a reformulação do Código de Menores de 1927 – lei que expressou a constituição de um novo domínio de autoridades e saberes médicos e jurídicos que, à semelhança do que já vimos anteriormente a respeito do “vadio”, definem o “menor” (crianças “desvalidas”, “miniaturas facínoras”) a partir da situação de subordinação social pela pobreza (SCHUCH, 2009). A ressonância de uma crescente ideologia da modernização da sociedade brasileira, no final da década de 1950, estimulou a urgência de superação daquele Código, que deveria acompanhar a transformação das estruturas estatais racionalizadas e centralizadas para melhor controle de crianças oriundas de modelos familiares não-hegemônicos, marcando a passagem de sujeitos de intervenção para sujeitos de necessidades (Idem, 2009).

De fato, todo esse incentivo midiático ambíguo que, a nível local, criminalizava e culpabilizava grupos e territórios pobres e negros da cidade, ao mesmo tempo em que os construía como sujeitos de necessidade (sem escola, sem assistência, sem família), acompanhou um investimento nacional em estruturas assistenciais, que se proliferaram nos estados e municípios seguindo a lógica das subvenções e isenções garantidas pela Constituição de 1946. Ao mesmo tempo, a ideologia do desenvolvimentismo, cujo ápice é atingido no governo Kubitschek, apostava numa política de associação com o capital estrangeiro sob o discurso de um futuro de grandeza nacional tão totalizante que atingiria todas as esferas da sociedade. Com um programa de metas focado em teses desenvolvimentistas, houve um decréscimo de preocupações governamentais com a pobreza e o apoio às organizações sociais passou a ser realizado como um paliativo seletivo e focalista, direcionado às categorias de maior poder reivindicatório, até que o “bolo do crescimento” pudesse ser dividido entre todos: uma noção de “justiça social” nutrida pela promessa de grandeza nacional (MESTRINER, 2008).

A despeito dessa focalização das políticas, Mestriner (2008) chama a atenção para o fato de que era demasiado “perigoso” abandonar completamente os grupos sociais não inseridos no mercado de trabalho formal, sob o risco de dismantelar a “harmonia” e a “paz social” tão desejadas. Como solução para tal impasse, a autora aponta para a continuidade de

uma esfera paralela de governo, movida pela benemerência e pela solidariedade, com o estímulo à criação de novos hospitais, asilos, creches e abrigos que configurarão, no campo das iniciativas “não-lucrativas”, um verdadeiro “apartheid institucional” (Idem, 2008) movido pela isenção de impostos.

Assim, o “problema do menor” continuou a ser pensado na chave da criminalidade e da intervenção. Um levantamento minucioso de fotorreportagens produzidas pela Revista do Globo, na década de 1950 em Porto Alegre, realizado por Charles Monteiro (2007), nos deixa a par de um incrível mimetismo discursivo entre sujeitos de “intervenção” e de “necessidade”, atrelado à referida ideologia da modernização. O autor identifica os efeitos de um “imaginário moderno sobre a cidade” e da produção de “imagens dos outros”: jovens negros, “infratores” que, pelas ruas, ingressos em “grupos de malandragem”, afrontavam as novas sociabilidades e equipamentos culturais, planejamentos urbanísticos e de segurança pública. As reportagens analisadas, ao mesmo tempo em que anunciavam uma Porto Alegre “entregue aos ladrões”, exibiam imagens de jovens “sem lar, sem escola e sem assistência”, relacionando tal condição aos seus universos de origem social e territorial: “uma geração criada na maloca”, acostumada a “disputar alimentação com os porcos” nas “vilas de marginais”, onde operam a “desagregação dos costumes” e a “dissolução das famílias” (MONTEIRO, 2007, p. 7). As imagens dos “delinquentes”, publicadas pela revista, funcionavam como espécie de prova documental, reafirmando valores e cobrando a internação adequada em instituições corretivas.

Na sequência analítica, duas outras matérias, em complementaridade discursiva, tratam de reforçar estigmas sobre a periferia e seus habitantes, construindo a “miséria do outro”: jovens condenados pela justiça e internados em uma instituição descrita como insalubre, degradante, que “não é doce, nem é lar”, mas sim um “antro de miseráveis”. A descrição depreciativa, em conjunto com fotografias que expunham “a miséria e a precariedade” da instituição, prolifera uma avaliação estética e moral não apenas sobre os internos, mas sobre a Colônia Africana, bairro onde localizava-se a referida instituição e onde, segundo o texto publicado, tudo se opunha à moral e aos padrões civilizados. A segunda fotorreportagem, no entanto, apresenta a solução: “um lar para o pequeno marginal”, exaltando os sentidos de salubridade, amplidão e isolamento. As fotografias enquadram jovens com roupas limpas, trabalhando em hortas, percorrendo espaços verdes em uma instituição localizada no município de Viamão, há 24km de Porto Alegre: uma solução para o deslocamento de jovens indesejados, longe da capital, onde seriam idealmente recuperados e

tornados “sujeitos úteis” e preparados para o ingresso no mercado de trabalho (MONTEIRO, 2007).

Adentrando o período de governos ditatoriais, visualizamos o investimento em uma discussão sobre “segurança nacional”, contra a “guerra subversiva e revolucionária” igualmente articulada com uma política de modernização da sociedade composta por “atrasados cidadãos” que precisavam ser conduzidos por um governo iluminado. Todas as instituições, no longo período ditatorial, ficaram subordinadas ao controle do poder militar que, nas palavras de Feltran (2007), também se empenhava ostensivamente na manutenção de uma fronteira entre grupos sociais oficialmente legítimos e aqueles banidos da convivência pública. À repressão oficial cabia a tarefa de impedir a representação política da pluralidade social, lançando mão da noção de “inimigo interno” e sancionando as penas de morte e prisão perpétua que, em nome da doutrina da segurança nacional, voltaram-se contra práticas subversivas que ameaçavam a estabilidade das instituições estatais.

Mas garantir a ordem e a segurança também significava evitar que as massas “miseráveis” fossem transformadas em instrumento de práticas e ideologias comunistas (STOFFFELS, 1977). A assistência social passou a cumprir a clara função de readaptar e amparar os “desajustados” e também os egressos do sistema prisional. Em São Paulo, as famosas Operações de Inverno passaram a ocorrer a partir de 1975, por meio da ação institucional de recolhimento e tratamento de “mendigos”. Em pesquisa sobre o “campo da mendicância” na década de 1970, Stoffels menciona a atuação das rondas realizadas pela polícia civil e militar nos viadutos, terrenos baldios e prédios abandonados. As ações compulsórias de recolhimento encaminhavam as pessoas para o Serviço de Proteção e Previdência, onde passavam por triagem médica, social e policial, recebendo, inclusive, passagem rodoviária para outras cidades. No Rio de Janeiro, também no mesmo período, Neves (2010) assinala a proliferação de instituições de “recolhimento” e “recuperação”, oficialmente denominadas Centro de Recolhimento de Mendigos e Centros de Recuperação Social de Mendigos, além de abrigos e albergues.

A constância dos fundamentos da recuperação, agora acionados em nome da “segurança nacional”, acirrava os discursos sobre “carências físicas e mentais” de sujeitos situados em “círculos de loucura” onde a “refração à norma” era inevitável (STOFFFELS, 1977); ou seja, a criminalização e a culpabilização individual, somada à reiteração de deformações físicas, morais e sociais, tiveram continuidade na sustentação de intervenções

sobre corpos indesejáveis no espaço urbano. Nos debates sobre as políticas no campo da infância, Schuch (2009) também aponta para o explícito teor de patologia social contido na elaboração do Código de Menores de 1979, o qual definiu o alvo da intervenção como “menor em situação irregular”, desprovido de proteção familiar e comprometimento paterno – explicações que alimentaram os discursos sobre “famílias desestruturadas” nas interpretações sobre os “problemas da infância”, mas também sobre a massa de pessoas a viver da caridade e dos refugos urbanos<sup>36</sup>.

Entretanto, alguns contrapontos decisivos foram se constituindo em relação a estas explicações desqualificantes. A elaboração de um outro discurso sobre a pobreza urbana, visível a olho nu, deveu-se, em parte considerável, à atuação das organizações religiosas que vinham conduzindo ações isoladas pelo menos desde a década de 1960 em diferentes regiões do país, proclamando a existência de uma marginalidade urbana, aprimorando meios de explicitar o “sofrimento das ruas”, incentivando a luta por melhores condições de vida e desenvolvendo projetos que possibilitassem a participação ativa do público atendido. Especificamente em São Paulo, De Lucca (2011) mostra que a Organização do Auxílio Fraternal (OAF), formada por leigos e irmãs da Ordem de São Bento e mantida por recursos públicos e privados, passou a proclamar a “rua” como “terra de missão” e a conduzir um trabalho evangelizador voltado à transformação dos “pobres marginalizados” em um “povo” que resistia e insistia em viver: um “povo de sofredores”.

Em sua “missão”, os religiosos incentivaram esparsas passeatas em torno da luta pelos direitos daquelas pessoas e articularam outros discursos, saberes e práticas sobre os que viviam nas ruas. Muitos voluntários passaram a dormir nas ruas e albergues, no objetivo de “viver o evangelho” e conduzir o “povo de Deus” à salvação e à revolução, num cruzamento de ideais religiosos e políticos característicos da Teologia da Libertação, cujos princípios foram incorporados pela organização a partir de 1970. Intencionalmente, a categoria “marginalidade”, acionada pela OAF como explicação pautada na precariedade do mercado de trabalho, contrapunha-se às denominações de “mendigos”, “dementes” e “criminosos”, assim como a afirmação de um “sofrimento” difuso nas ruas parecia evocar processos mais

---

<sup>36</sup> Pode-se imaginar que explicações dessa natureza também tenham tido respaldo na difundida crença do “milagre econômico” atribuído à década de 1970, quando o país teria alcançado o “pleno emprego”, com investimento em grandes obras de infraestrutura, industrialização e presença maciça de capital estrangeiro, estimulando o êxodo rural e grandes fluxos migratórios em direção aos “promissores” centros urbanos. Com tanto “crescimento” e “oferta de empregos”, restavam as explicações patológicas aos que permanecessem na “mendicância” ou na reprodução de “irregularidades familiares”.



amplos na produção de abismos sociais que não tinham nenhum vínculo com a província de falhas ou carências individuais. Estas práticas e discursos no âmbito religioso, tanto expressavam mudanças mais amplas no cenário político, quanto produziram embrionárias discussões e mobilizações sobre direitos e cidadania.

Visivelmente, a insurgência de novas mobilizações por direitos e pela complexificação de categorias explicativas não era um fato isolado. Num contexto marcado pelo dualismo da Guerra Fria e pela contestação dos violentos regimes autoritários na América Latina, a noção de “marginalidade” aparecia como chave explicativa para muitos pesquisadores debruçados sobre as condições de trabalho e vida urbana nas periferias do capitalismo<sup>37</sup> (DE LUCCA, 2011). Não foi à toa que Neves, em estudo sobre a especificidade das condições de vida dos “mendigos” do Rio de Janeiro, em 1975, considerou a precariedade do trabalho e a insuficiência dos salários na reprodução familiar e geracional como fator primordial na produção dos “mendigos” ou, como conclui o estudo, dos “trabalhadores que não deram certo” (NEVES, [1983] 2010). Por sua vez, Feltran (2007) relembra que essas experiências de “precariedade” começavam a reivindicar espaços de expressão política também nas periferias urbanas, lutando por melhorias objetivas e organizada por setores católicos (a exemplo do Movimento pelos Direitos dos Favelados<sup>38</sup>) num momento em que quase metade da população de São Paulo vivia em favelas, cortiços ou áreas irregulares totalmente desprovidas de infraestrutura urbana (FELTRAN, 2007).

Definitivamente, estávamos em tempos nos quais a denúncia, a luta e a responsabilização dos “problemas sociais” começavam a abrir portas para a visibilidade. Os

---

<sup>37</sup> Utilizada inicialmente por Robert Park na década de 1920, a noção de “marginalidade” ou “homem marginal” referia-se a indivíduos à margem de duas culturas e duas sociedades, numa aproximação com a conceituação simmeliana de “estrangeiro”. A Escola de Chicago teve forte interesse pelo modo de vida dos considerados “à margem da sociedade”, inaugurando uma abordagem cultural da pobreza urbana, passando, com o tempo, a abranger todos os fenômenos referente às formas de exclusão em contextos urbano-industriais. Na América Latina, o modelo histórico estrutural inscreveu a “marginalidade” no quadro conceitual da teoria marxista e da teoria da dependência, ressaltando a dimensão econômica como determinante na expressão de marginalidades habitacionais, espaciais e socioculturais. Especificamente no Brasil, a “marginalidade” começa a ser utilizada, na década de 1950, para referenciar uma realidade espacial caracterizada pela precariedade habitacional predominante em favelas e áreas degradadas, num momento marcado por crescimento urbano, segregação espacial e concentração da pobreza em áreas sem nenhum equipamento urbano. Em um segundo momento, acrescenta-se à caracterização pela via habitacional os modos de viver e as condições de vida: baixo nível de renda e ocupação, desemprego, subemprego, parasitismo econômico, desorganização familiar e falta de participação social. Por fim, na década de 1980, a destituição dos meios de sobrevivência, das oportunidades de emprego e renda, do amparo público e a inoperância dos direitos básicos da cidadania passam a ser evocados para caracterizar as condições de “marginalidade” na sociedade brasileira (SCOREL, 1999, p. 40-44). Sugiro diminuir esta nota, está enorme!

<sup>38</sup> Para a trajetória e constituição deste movimento na década de 1970, assim como sua ampliação territorial e inserção na burocracia estatal nos anos subseqüentes em São Paulo, ver Feltran (2007).

novos ventos soprados pela gradual “abertura democrática”, em curso desde o governo Geisel, marcaram a década de 1980 com um clima de democratização política e de compreensão de que as mazelas coletivas eram fruto de injustiças sociais que só seriam superadas com a derrocada do autoritarismo. O ideário socialista era renovado por nascentes movimentos nas periferias urbanas, por grupos sindicalistas e pelas elites intelectuais e universitárias muito influenciadas pelo marxismo e por movimentos libertários (Idem, 2007). Ao mesmo tempo, os abismos sociais eram cada vez mais expostos e debatidos, numa fase em que a crise do “milagre” mostrava toda a sua força: na virada para os anos 80, sentia-se os drásticos efeitos do crescimento inflacionário e do aumento vigoroso de desemprego e concentração de renda, com mais de 50 milhões de pessoas em contextos miseráveis de existência<sup>39</sup>.

A “rua”, o espaço público urbano, torna-se, assim, território no qual outras práticas se instauram, para além da tradicional e criminalizada “mendicância”, que também cresce consideravelmente. É aqui, mais especificamente no final dos anos 70, que se constata, pela primeira vez, a associação entre a “rua” e o desemprego (ROSA, 2005). Um levantamento de notícias jornalísticas, realizado por Rosa (2005) entre os anos de 1970 e 1980, mostra a exposição midiática sobre o aumento de pessoas nas ruas de São Paulo, destacando temas como: a pauperização socioeconômica destes novos personagens; as “rupturas relacionais” presente nas biografias; a atuação dos aparatos disciplinares e coercitivos na formulação do fenômeno como “caso de polícia”; a proliferação de instituições caritativas/assistenciais e os inúmeros relatos de trajetórias de vida dos que, de múltiplas formas, povoavam os centros urbanos. Essa visibilidade midiática era nacional e internacional: por toda parte, esparramavam-se as ocupações urbanas e aglomerações em praças, viadutos, escadarias de igrejas, incitando representações sobre uma “pobreza relaxada” (NEVES, 2010), expressiva de corpos que exerciam a intimidade aos olhos públicos.

Os jornais também reconheciam: não estávamos diante de uma massa de “vagabundos”, mas sobretudo de desempregados que se lançavam à “coleta de lixo” como recurso possível. Nesse reconhecimento espetacular da “degradação social”, *experts* denunciavam seus deletérios efeitos estruturais e o poder público reconhecia, aos poucos, o “morador de rua” como um “trabalhador alijado de seus direitos” – vítima de uma estrutura

---

<sup>39</sup> Para ilustrar a dimensão do problema, Neves (2010) retoma índices estatísticos produzidos ao longo dos períodos ditatorial e democrático, mostrando que, em 1960, existiam 30 milhões de pessoas em condições miseráveis de existência. Esse número saltou para 45 milhões em 1970, atingindo a faixa dos 60 milhões na década de 1990.

que coage e o força a “viver como vive”. Era preciso, pois, conhecer a massa de pauperizados, cada vez mais presentes e visíveis na centralidade da vida urbana, cuja exposição desafiava, assustava, sensibilizava e revoltava o poder público e muitos outros grupos socialmente privilegiados. Nas convenientes palavras de Frangella (2004), o reconhecimento de “fatores estruturais” não barrou as práticas e discursos de estigmatização, criminalização e extermínio desses “novos personagens” da cena pública. Dentre outras coisas, a década de 1990 deixou claro que violência e garantia de direitos tiveram conturbados casos de amor.

### **2.3 O nascimento de uma “população” que luta**

Em 1988, a promulgação da “Constituição cidadã” expressou, na formalidade da lei, as diversas reivindicações em curso naqueles anos. A fixação de garantias jurídicas estimulou a emergência de novos “sujeitos de direitos”, impulsionada pela aprovação de legislações progressistas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o Estatuto do Idoso, assim como pela multiplicação e o fortalecimento dos movimentos sociais em prol dos direitos da mulher, dos indígenas, da população negra, da luta pela reforma agrária e das associações de bairro. Encontros nacionais, seminários, debates, encaminhamentos, greves e manifestações ocorriam por todos os lados, numa imensa mobilização da sociedade civil que parecia agora poder respirar sem o sufoco vivido na “passagem desbotada da memória”. Ao mesmo tempo em que se delineavam novos princípios e linguagens para a adequação dos aparatos jurídicos ao contexto democrático, os engajamentos voltados para a “assistência” e “socorro” de “grupos vulneráveis” articulavam a linguagem da assistência social, da caridade e da filantropia aos movimentos sociais e à luta por direitos e autonomia, circunscrevendo, na acepção de Ferreira e Schuch (2010), um campo diverso de “agentes da transformação social”.

Nesse repertório de novas possibilidades, experiências de luta contra a desigualdade e pela reparação de injustiças históricas deram passos importantes em relação ao tema que aqui nos interessa. A continuidade das atividades de cunho político/religioso e a luta pela reforma agrária conduzida pelo Movimento Sem Terra tiveram consideráveis agenciamentos em torno da “organização política” das pessoas que viviam nas ruas das grandes cidades. Ainda em São

Paulo, em 1994, Rosa (2005) relata seu encontro com um grupo de educadores, agentes pastorais, religiosos e voluntários que atuavam em instituições de acolhimento institucional, promovendo discussões sobre “alternativas de saída das ruas” a partir do “retorno à terra” como via possível de “reconstrução da vida”. Vinculados ao Centro de Formação do MST – Região Centro, esses agentes formaram o movimento “Da Rua para a Terra”, como contraponto à proclamada ausência de políticas públicas, organizando formações políticas e promovendo experiências de trabalho e organização coletiva em assentamentos espalhados pelo estado<sup>40</sup>. Buscando resgatar a “capacidade de trabalhador” por meio da “luta pela terra”, esse movimento ensejou a construção de “identidades positivadas” de pessoas que, nos seminários e reuniões, “se arrumavam com a melhor roupa, sorriam e viam nessa saída coletiva a recuperação da vontade de viver” (ROSA, 2005, p. 188).

Essas e outras iniciativas – incluindo as promovidas pela OAF ainda nos anos 70 – foram estruturando, na visão de De Lucca (2007, 2011), pequenas práticas e saberes, formas de reconhecimento e ações experimentais de aproximação, diálogo e intervenção que serviram de modelo para a criação e implementação de dispositivos institucionais voltados aos que habitavam as ruas. Fosse para dialogar com as reivindicações dos movimentos sociais ou para acalmar parcelas da sociedade, revoltadas a exigir a “remoção dessa gente”, a rede institucional de cadastramento e acolhimento foi ampliada a partir de convênios com as organizações sociais que trabalhavam com a “população de rua” – termo utilizado esporadicamente pelos membros da OAF e que, a partir de 1990, passou a designar uma multiplicidade de modos de vida nas ruas<sup>41</sup>. Em 1991, foi realizado o primeiro Dia de Luta da População de Rua em São Paulo, num momento em que algumas prefeituras começavam a encomendar pesquisas quantitativas frente à necessidade de conhecer um universo ainda “estranho”, no objetivo de formular estratégias para a sua “superação”<sup>42</sup>. Paulatinamente, o

---

<sup>40</sup> Conforme os dados levantados por Rosa (2005), mais de 2 mil pessoas que viviam nas ruas participaram das reuniões promovidas pelo movimento “Da Rua para a Terra” e, dentre estas, 220 passaram a viver nos acampamentos do MST.

<sup>41</sup> Um documento interno da OAF, redigido em 1978 sob o título “Proposta para o estabelecimento de um Centro de Pastoral e de Estudos da População de Rua na Região da Sé”, analisado por Rosa (2005), apresenta a categoria “população de rua” como síntese de um contingente de pessoas “com características sociológicas e psicológicas especiais que se expressam numa dificuldade de adaptação à vida em sociedade. São mendigos, prostitutas, alcoólatras, migrantes recém-chegados, psicopatas, egressos de prisão, menores abandonados, toxicômanos, etc.” (OAF, 1978, *apud* ROSA, 2005, p.52).

<sup>42</sup> Não somente em São Paulo, mas também em Belo Horizonte, alguns movimentos embrionários apresentaram semelhanças pela presença de entidades religiosas, pelo contexto em que gestões municipais do Partido dos Trabalhadores acercaram-se da temática da “vida nas ruas” e pela produção gradativa de espaços de discussão sobre políticas públicas “adequadas” para o segmento. Na constituição deste cenário, Melo (2016) destaca a

discurso cristão inaugural que concedeu ao “povo da rua” um significado de dor e sofrimento, foi sendo capturado por uma racionalidade que enquadrava aquelas vidas em uma “situação de risco”. Nascia, assim, uma “população” (DE LUCCA, 2007): alvo crescente de novas instituições, procedimentos, cálculos, reflexões, designações e exercícios de poder característicos de modos contemporâneos de governo (FOUCAULT, [1979] 2014).

Em Porto Alegre, o cenário não apresentava, até então, grandes expectativas de mobilização da/com a “população de rua”, como vinha ocorrendo em São Paulo ainda no período ditatorial. Em um estudo pioneiro sobre o nomadismo urbano, atribuído à circulação de “moradores de rua” pela capital gaúcha, finalizado em 1994, Cláudia Magni (2006) nos concede um registro valioso dos modos como a cidade e a municipalidade lidavam com indivíduos e famílias que habitavam, de forma transitória ou permanente, viadutos, pontes, parques, calçadas, estruturas inacabadas e mesmo terrenos baldios. Ainda que o foco analítico de Magni incida sobre a dinâmica instaurada a partir da não-fixação domiciliar de certos grupos (em contraposição à ordem sedentária), assim como as relações que os mesmos estabeleciam com o *espaço*, com o *corpo* e com as *coisas*, a sua obra capta a continuidade das tentativas inúteis (por parte da polícia, da limpeza urbana, da assistência social) em apagar os “nômades urbanos” dos espaços mais visíveis do centro da cidade.

Retomando o histórico das políticas de saneamento, controle e racionalização dos espaços citadinos, implantadas desde o final do século XIX, Magni (2006) também aponta para a continuidade das ações de periferização da população mais pobre, que teve de ceder espaço (à força, na maioria das vezes) para o benefício de grandes empresas de construção que, responsáveis por erguer conjuntos habitacionais em zonas urbanizáveis, beneficiaram e fomentaram futuras disputas imobiliárias. A partir da década de 1970, sob o slogan de “remover para promover”, estas políticas provocaram o “agravamento dos problemas de sobrevivência da população reinstalada, devido aos custos com transporte, ao tempo de deslocamento e às dificuldades de acesso ao trabalho e aos equipamentos sociais” (MAGNI, 2006, p. 30).

Ao longo do trabalho de campo, a pesquisadora interagiu com “moradores de rua” que, dentre outras localidades, eram originários das periferias da grande Porto Alegre (como o

---

inauguração, em São Paulo, do Fórum Coordenador dos Trabalhos com a População de Rua, no governo Erundina (1989-1993), do qual desdobrou-se a Lei de Atenção à População de Rua (12.316/97). Em Belo Horizonte, o autor ressalta a criação do Programa População de Rua”, criado em 1993 durante a gestão de Patrus Ananias, também do PT. No mesmo ano foi constituído o Fórum de População de Rua de Belo Horizonte, encarregado de realizar, cinco anos mais tarde, o primeiro senso da população de rua na cidade (MELO, 2016).

bairro Restinga e a Lomba do Pinheiro), para onde retornavam esporadicamente, além de utilizarem, por vezes, as instituições de albergagem especializadas. Nesse cenário, negando as condicionalidades de uma territorialidade carente de serviços urbanos, tendo de pagar aluguel, taxas e altos impostos, mas distantes das restritas possibilidades de trabalho informal (os recursos reaproveitáveis desperdiçados na região central), a “vida nas ruas”, para aquelas pessoas, tornava-se, na visão de Magni, uma alternativa de sustento e existência – ainda que fruto de extremas e perversas desigualdades estruturais.

O que os dados levantados e as reflexões elaboradas pela autora nos fazem pensar é que toda essa fluidez de indivíduos e grupos pelo tecido urbano expressa também um processo de resistência a uma fixação histórica e periférica da pobreza urbana e à ocultação das gritantes contradições sociais. Nesse contexto, mais do que soluções para o “problema”, o maior investimento do poder público, como mostra Magni (2006), foi o de reinstalar arbitrariamente os “nômades urbanos” nas periferias e dificultar sua permanência nos espaços centrais de visibilidade, fosse através da repressão policial, das abordagens socioassistenciais ou do gradeamento de locais ociosos e propícios à instalação de acampamentos provisórios.

De imediato, o que se percebe é uma contínua produção de vidas que devem ser enclausuradas em territorialidades precárias, onde os serviços, “melhoramentos” e “embelezamentos” não chegam jamais em sua plenitude. Exemplos dessa perversa continuidade não faltam: um ano após a conclusão do estudo de Magni, Tarso Genro, à época prefeito de Porto Alegre, emitiu a Ordem de Serviço n. 10 (publicada em 1995 e revogada em 1996), endereçada aos secretários municipais, determinando o monitoramento, a abordagem e o encaminhamento assistencial de pessoas que ocupavam equipamentos e obras de arte do centro e suas adjacências, especialmente em viadutos, pontes e elevadas, onde as intervenções estatais deveriam ser cotidianas e permanentes. O documento determina, ainda, que em caso de recusa ou resistência, os órgãos e secretarias (sobretudo as responsáveis pela rede assistencial) deveriam atuar conjuntamente para que as pessoas fossem removidas e encaminhadas aos seus locais de origem ou aos serviços de assistência social (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1996).

Mas, em paralelo a estas iniciativas marcadas por ações truculentas, alguns movimentos consolidavam-se no interior das instituições estatais, dando ênfase às discussões tanto sobre a situação dos serviços socioassistenciais, a necessidade de melhorias e ampliação dos equipamentos, quanto no tocante às reivindicações por políticas de moradia. Ao mesmo

tempo, a rede socioassistencial voltada à população adulta “em situação de rua” vinha se consolidando lentamente na cidade, num cenário de intensos debates e participação de movimentos sociais em fóruns e no Orçamento Participativo proposto pelo governo municipal. À época, a política de assistência social era coordenada pela Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC), subordinada à Secretaria de Educação e Cultura desde a sua fundação, em 1977. Exatamente em 1994, pela Lei municipal 7.414, a FESC adquiriu autonomia administrativa, com um presidente nomeado pelo prefeito, passando a promover e coordenar políticas de assistência social na cidade (FASC, 2017).

Em um artigo publicado em obra resultante de um cadastro de pessoas “em situação de rua” na capital gaúcha, encomendado pela FASC e realizado pela UFRGS em 2011, Rejane Pizzato (2012) relata que, em 1995, ocorreu o I Encontro Municipal de Moradores de Rua de Porto Alegre, ocasião em que também foram apresentados os primeiros dados quantitativos sobre essa população, coletados um ano antes pela PUCRS, em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre, indicando um número de 222 pessoas vivendo nas ruas da capital. Os debates propiciaram a constituição da Comissão de Rua, formada por profissionais e por “usuários” da rede de serviços assistenciais, que participaram do planejamento de dois abrigos para “população em situação de rua” existentes hoje na cidade. Ainda conforme Pizzato, é a partir de 1999 que se percebe uma ampliação da participação desta população em instâncias decisórias, com forte presença em fóruns, conferências e plenárias.

Uma entrevista realizada com a autora do artigo supracitado (que também é assistente social atuante desde 1996), revela as especificidades da formação de um movimento de luta pelos direitos dos “moradores de rua” em Porto Alegre. No momento de seu ingresso, constituía-se uma rede de articulação entre diversas categorias profissionais, influenciadas, sobretudo, pelos debates e ações fomentados pelo ECA. Para Pizzato, a marca potente do que chama do início do protagonismo das pessoas “em situação de rua” é a participação dos “usuários” dos serviços públicos nas discussões sobre as melhorias, critérios e transformações necessárias ao adequado funcionamento das instituições assistenciais. Maior exemplo desse processo teria sido a reformulação do Abrigo Marlene (assim nomeado em homenagem a uma falecida “moradora de rua”) precedida de um envolvimento intenso dos “usuários” na discussão sobre regimento interno da instituição, que a partir de então funcionaria apenas como abrigo e não mais em concomitância com serviços de casa de convivência, nos quais as pessoas usavam o espaço apenas durante o dia, participavam de oficinas e realizavam a

higiene pessoal. Tal reformulação teria sido uma demanda conjunta entre profissionais e “usuários”, que formavam a Comissão de Rua e que defendiam que tal separação qualificaria melhor o atendimento das especificidades dos que acessavam o serviço.

A partir de 1997, Pizzato relata os feitos de uma parceria com outros colegas e supervisores da equipe de “abordagem de rua” (atuante desde a Ordem de Serviço n.10), no intuito de realizar uma espécie de assessoria para os “usuários” e pessoas “em situação de rua” que tinham interesse em organizar uma mobilização. A ideia era fazer com que as pessoas entendessem o “movimento da cidade”, as políticas públicas e os caminhos possíveis para a “inserção social”, acessando e participando de fóruns e conferências que vinham se constituindo na segunda metade da década de 1990. De fato, essa iniciativa de uma “consultoria” não ocorreu em um contexto isolado. O cenário nacional da assistência social vinha sendo reformulado, muito pelos efeitos da promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - Lei 8.742/93), que criou o Conselho Nacional de Assistência Social e trouxe, em suas diretrizes, a ênfase na participação social e na inserção dos “usuários” dos serviços nas esferas de formulação e controle de políticas públicas.

No entanto, a tônica no engajamento pela adequação das instituições assistenciais às necessidades dos que utilizavam estes espaços remonta ao início dos anos 1990, quando um “morador de rua” conhecido como Lula, apoiado e incentivado por agentes da assistência social, lançou as bases para a constituição do Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua, o MDM. Gestado no interior do Abrivivência, atual Abrigo Marlene (que ainda funcionava como abrigo e casa de convivência) o MDM teve como principal objetivo estimular os “usuários” ao debate sobre a qualidade dos serviços públicos e sobre as alternativas possíveis para potencializar a participação política do segmento. Em 1998, esse movimento conseguiu eleger um de seus representantes no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Em 2001, o MDM teve uma de suas propostas aprovada pelo OP: a construção de um galpão para reciclagem, que passou a atender 36 famílias vinculadas aos sujeitos que participavam do movimento. No entanto, após a consolidação do galpão, o movimento se desarticulou, 10 anos após sua fundação (LIMA & OLIVEIRA).

No mesmo ano em que o MDM se desfez, uma segunda onda de organização política foi representada pelo Movimento Começar de Novo (MCN), muito rememorado por alguns dos atuais militantes do MNPR-RS. As experiências de organização deste movimento buscaram acompanhar as discussões iniciadas pelos órgãos estatais ainda no ano de 2001,



quando a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (SMIC) iniciou um primeiro processo formativo de trabalho e renda, lançando o Programa de Reinserção na Atividade Produtiva (RAP), sob a responsabilidade da FESC – que, no mesmo ano, passou a denominar-se Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Em 2004 foi criada, então, a Associação dos Catadores Novo Cidadão (ACNC), com sede sob o viaduto da Conceição, no centro de Porto Alegre e que, conforme Grazziola (2011), teria sido fundada por pessoas “em situação de rua” no objetivo de propiciar a “organização” através do trabalho de reciclagem de resíduos sólidos e reivindicar políticas alimentares e habitacionais (GRAZZIOLA, 2011).

Para Grazziola, a experiência iniciada com a ACNC foi uma espécie de símbolo de resistência e enfrentamento, levado a cabo por dois enfoques: uma postura crítica frente às políticas municipais e um engajamento no debate sobre a localização das atividades da associação, que destoavam dos interesses dos habitantes do entorno e do poder público. A partir de 2008, o autor aponta o aumento da repressão e violência policial, com ações de recolhimento dos instrumentos de trabalho e dos pertences pessoais dos associados. Tal situação fez com que a ACNC denunciasse essas ações junto à Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, tendo como consequência a realização de uma Audiência Pública que deu visibilidade à violência policial e mobilizou a criação de um Grupo de Trabalho coordenado pelo Ministério Público Estadual, junto com a Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos e representantes do movimento popular. Antes de se desfazer, a associação manteve por algum tempo a coleta de resíduos, passando a ocupar prédios abandonados e, em seguida, utilizando-se de parte do prédio onde funcionava o Restaurante Popular (GRAZZIOLA, 2011).

Paralelo à trajetória do Começar de Novo, marcada pelo engajamento em alternativas de trabalho e renda e, mais timidamente, pela denúncia de violações de direitos, destacou-se, também, a atuação do jornal Boca de Rua, do qual a maioria dos atuais militantes do MNPR-RS faz parte. Fruto de um descontentamento com as tendências da imprensa gaúcha, o Boca de Rua foi criado em 2000 por duas jornalistas, também fundadoras da Organização Não-Governamental para Informação, Cidadania e Educação (ALICE). Essa organização teve, desde o início, objetivos de desenvolver projetos tanto voltados para as questões sociais quanto vinculados à discussão sobre ética e democratização da imprensa no Brasil (JAENISCH, 2007).

Como um dos projetos da ALICE, o Boca de Rua surgiu de um contato das jornalistas com um grupo de pessoas “em situação de rua” que, à época, viviam na Praça Dom Sebastião, no centro de Porto Alegre. A partir destas interações iniciais, o primeiro número do jornal foi lançado ainda em 2000, por ocasião do I Fórum Social Mundial. Desde então, o jornal assumiu o papel de dar ressonância às “vozes de uma gente invisível”, conjugando, ao longo de suas publicações trimestrais, denúncias de múltiplas violências, preconceitos e violações, ao mesmo tempo conclamando e afirmando a dignidade dos que fazem das ruas um universo de vida, trabalho e vínculos afetivos.

Por fim, encerrando as mobilizações da primeira década do século XXI na cidade, com uma linha de diálogo com outros movimentos sociais locais e nacionais, surge em 2008 o Movimento Aquarela da População de Rua<sup>43</sup>, “desencadeado a partir da participação em assembleias e atividades coletivas que problematizavam e refletiam sobre a realidade da população em situação de rua” (PIZZATO, 2012, p.77). Assim, o Aquarela amarrou, em sua gramática de mobilização, as demandas dos trabalhadores da assistência social e as reivindicações dos “usuários” dos serviços e dos militantes “em situação de rua”. Tal configuração se verifica no apoio dado pelo Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, que já possuía longa trajetória de atuação sindical na cidade. Além disso, militantes sindicalistas vinculados, na condição de trabalhadores, aos serviços assistenciais, compuseram a linha de frente do Aquarela, ao lado de outras lideranças da “população em situação de rua”.

Em suas práticas de mobilização, o Aquarela passou a dialogar com demandas do MST, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e também do Movimento Negro, denunciando, igualmente, o caráter higienista que as abordagens de rua, sob administração da FASC, vinham ocorrendo na cidade, além da violência perpetrada no interior das instituições socioassistenciais – na época, representadas por dois abrigos e três albergues noturnos. Do mesmo modo, esforçaram-se para publicizar o assédio moral sofrido pelos trabalhadores da assistência social, principalmente pelos que apoiavam as reivindicações das pessoas “em situação de rua”. Em 2009, em um raro registro sobre o

---

<sup>43</sup> A referência à aquarela no nome de batismo desse movimento, segundo os militantes e apoiadores mais antigos, foi um esforço em dissociar a imagem de “escuridão” vinculada às pessoas “em situação de rua”.

Aquarela, os militantes concederam entrevista a um jornal online<sup>44</sup>, quando Sergio Carvalho, à época um dos representantes do movimento, assim definiu suas principais frentes de luta:

O Movimento Aquarela, a partir desta nossa avaliação, vê na organização uma forma de conscientizar a sociedade e também essa população de que é preciso mudar a realidade, e que ela deve ser modificada não esperando que a mudança venha de cima para baixo, por parte dos governantes. O próprio morador de rua precisa estar consciente que ele deve se organizar e exigir dos governantes alguma alternativa, proposta ou política pública que possa oferecer uma condição de que ele, ainda que com o direito de permanecer na rua, possa buscar a sua dignidade e, de cabeça erguida, se reinserir nesta sociedade. Em termos produtivos, se reintegrar, no que diz respeito ao trabalho e à renda, que também são propostas do movimento. Desta forma será possível trazer sua dignidade e sua autoestima por meio do trabalho e da conscientização de que, ainda que como um morador de rua, ele pode se reintegrar à sociedade, e deve ser tratado como um cidadão e um ser humano (CORRÊA, 2009).

Se as mobilizações dos anos anteriores traziam para o debate coletivo a problemática dos serviços públicos (como o MDM), das alternativas de trabalho e renda e da violência estatal em suas múltiplas faces (como o Começar de Novo), podemos inferir que o Aquarela passou a conduzir todas estas demandas em suas reivindicações, mas agregando uma densidade maior ao tema dos direitos, incluindo-se aí a problematização do direito de permanecer nas ruas e, ao mesmo tempo, o direito de participar dos espaços de discussão e monitoramento das políticas públicas.

## **2.4 Massacre, luto e luta**

A despeito de todo esse cenário de constituição de lutas e conquistas, bem como do reconhecimento de novos “sujeitos de direitos”, as políticas penais permaneceram intocáveis no Brasil. Aliás, o crescimento, por exemplo, da ideia de “violência juvenil” ocorreu no mesmo passo da promulgação de direitos que marcaram o início dos anos 90 (SCHUCH, 2009). Os avanços proclamados por legislações, leis e decretos, investidos na luta contra a “exclusão social”, foram escoltados por uma conservadora e truculenta criminalização da permanência das camadas pobres e negras da população brasileira nos territórios urbanos. Trata-se de um quadro paradoxal no qual democracia, direitos, liberdade, medo, violência e

---

<sup>44</sup> CORRÊA, Felipe. Jornal Online Passa a Palavra. O Movimento Aquarela da População de Rua e a conjuntura no Rio Grande do Sul. 12 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://passapalavra.info/2010/01/17458>. Acesso em 21/01/2015.

segregação espacial e social fazem parte de um mesmo contexto nublado e nada fácil de compreender.

Sob uma ampla celebração dos direitos humanos, assistimos, atônitos, aos massacres perpetrados pela PM contra um alvo majoritariamente composto por corpos negros, pobres e periféricos: no Carandiru, em Vigário Geral, mas também na Igreja da Candelária, lugar onde vidas de crianças e adolescentes foram interrompidas enquanto ainda se podia ouvir o ruído das comemorações pelo ECA. Também não deixa de ser paradoxal o fato de que foi um episódio brutal que abriu uma nova etapa na vida da nascente “população de rua”, já nas primeiras décadas do século XXI e no primeiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (PT), quando a morte, o luto e a mobilização de organizações e movimentos sociais por justiça, prepararam o terreno para novos engajamentos, sujeitos políticos e modalidades de intervenção e interlocução estatal.

Tudo teve início na madrugada do dia 19 de agosto de 2004, nos arredores da Praça da Sé, centro de São Paulo. Nessa noite, dez pessoas que dormiam enroladas em seus cobertores foram atacadas por precisos golpes na cabeça: quatro morreram imediatamente, duas morreram no hospital e outras quatro sobreviveram. Três dias depois, um novo ataque com as mesmas características: pauladas certeiras contra cinco pessoas que dormiam em pontos não muito distantes da Praça da Sé. Dessa vez, uma vida apagou-se instantaneamente. Os principais jornais nacionais e internacionais deram visibilidade a esses assassinatos, que foram comparados à chacina da Candelária e, em pouco tempo, o termo “massacre” passou a ser amplamente utilizado para descrever os acontecimentos. A então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, declarou luto oficial de três dias e o presidente Lula exigiu providências imediatas do Ministério da Justiça. Seguiu-se uma série de acusações entre estado e prefeitura sobre a responsabilidade do ocorrido, enquanto os jornais especulavam sobre os efeitos de brigas entre “facções de mendigos”, gangues de *skinheads* ou crimes encomendados por comerciantes locais. Frente à padronização da forma como as mortes ocorreram, estabeleceu-se a ideia de um crime premeditado cometido por policiais atrelados a esquemas de segurança privada. Desde então, organizações sociais e conselhos de defesa dos direitos humanos envolveram-se nas investigações conduzidas pela Polícia Civil, marcadas pela descaracterização dos locais do crime e por ameaça, perseguição, desaparecimento e

assassinato de testemunhas<sup>45</sup> (MATA, 2006; DE LUCCA, 2016). Por fim, em março de 2012, o Superior Tribunal de Justiça negou o pedido do Ministério Público de levar a julgamento quatro policiais envolvidos diretamente nas mortes.

Ao percorrerem o trajeto de impunidade já bem conhecido em episódios semelhantes, os atores envolvidos na busca pela solução dos casos encontraram brechas para o surgimento de novos engajamentos como contraponto ao não “cumprimento da justiça”, desembocando em modos de visibilidade política e de reivindicação de direitos considerados inéditos em relação à “população de rua”. Os inúmeros atos públicos que marcaram o primeiro ano após o massacre, conduzidos por grupos religiosos, militantes diversos e entidades ligadas aos direitos humanos realizavam uma espécie de “velório de corpos ausentes”. Aquelas vidas comumente esquecidas quando exterminadas, eram agora evocadas em nomes próprios e em fragmentos biográficos que abriam as feridas do sofrimento e da violência “das ruas” (DE LUCCA, 2016). Nas escadarias da Sé, velas foram acesas com os nomes de Cosme, Maria, José, Vanderlei... vítimas de um “massacre brutal” que, com a morte, permitiram a ascensão de um “grito por justiça” (ROSA, 2005). Eram personagens que, no discurso dos manifestantes, pareciam ter morrido para que outras pessoas não precisassem sofrer o mesmo drama e para que vidas pudessem expor o sofrimento dos que ainda viviam em contextos marcados por violência e impunidade. Em suma, vidas que eram desvalorizadas quando interrompidas, enterradas sem identificação, reconhecimento ou luto, passaram a ter um valor, uma afirmação, uma memória que marcou o dia 19 de agosto como o Dia de Luta da População de Rua e deu visibilidade não somente à violência e à impunidade, mas também à vida e ao direito de viver, “abrindo caminho no espaço social, facilitando a comunicação, aumentando o campo de interlocutores e, desse modo, produzindo novos sentidos para as próprias mortes de rua” (DE LUCCA, 2016, p. 31).

Do luto à luta. Sobre as ruínas de um massacre, a insurgência do novo: um movimento social articulado por diferentes organizações sociais, instituições de acolhimento, “moradores de rua” e “ex-moradores de rua” (alguns sobreviventes do massacre da Sé) que, de vítimas, agora passam a cultivar uma “comunhão entre vítimas”, falando por “si próprios” e reivindicando direitos. Nascia, assim, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), lançado oficialmente em 2005, num contexto político de intenso diálogo com esferas federais

---

<sup>45</sup> Para uma análise detalhada sobre o andamento do inquérito policial que apurou os referidos crimes, ver Mata (2006).

de governo na gestão presidencial de Lula<sup>46</sup>, mas sobretudo ambientado em processos mais abrangentes de transformação de instituições, normativas e intervenções diversas, acelerados tanto pela redemocratização política quanto pela expansão da retórica dos direitos humanos no Brasil<sup>47</sup> (FONSECA e CARDARELLO, 1999). Sem dúvida, essa ampla dicursividade em torno dos direitos possibilitou a ascensão do massacre como espécie de “narrativa fundadora” (MELO, 2013) do MNPR, potencializando a luta contra a “violação de direitos” e os esforços por reconhecimento e legibilidade, cada vez mais explícitos nos últimos anos.

Para se ter uma ideia, no objetivo de debater estratégias para a formulação de políticas sociais, no mesmo momento em que o MNPR foi lançado, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou o I Encontro Nacional sobre População de Rua, que contou com a presença de gestores municipais, agentes da assistência social e entidades envolvidas com a “população de rua”; no ano seguinte, o governo federal criou o Grupo de Trabalho Interministerial<sup>48</sup> (GTI), com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a “inclusão da população em situação de rua” e “estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias e o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros” (BRASIL, 2008, p.4). Como fruto de suas atividades, o GTI apresentou, em 2008, a proposta de uma Política Nacional para a População em Situação de Rua, ressaltando, em relatório específico, “o protagonismo que o público-alvo desta Política Nacional, por meio do MNPR, tem em todo o processo de avaliação e discussão das propostas” (*Idem*, p.2). Finalmente, em 2009, foi aprovado o Decreto 7053/09, instituindo uma política nacional, com serviços específicos para a “população em situação de rua”, que passou a ser definida a partir da pobreza extrema, dos vínculos interrompidos ou fragilizados, da inexistência de moradia regular e da dependência de logradouros públicos e serviços de acolhimento (BRASIL, 2009) – atributos de despossessão que categorizam um conjunto heterogêneo de pessoas como “sujeitos da falta” (SCHUCH, 2012; 2015).

---

<sup>46</sup> O MNPR foi publicamente lançado em Belo Horizonte, na ocasião do IV Festival Lixo e Cidadania, um encontro anual de catadores de matérias recicláveis.

<sup>47</sup> No bojo dessas alterações, há que se considerar o impacto de um debate anterior, conduzido pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMR), criado como entidade civil em 1998 com o apoio da UNICEF. Esse movimento contribuiu para a ampliação da luta tanto pelo reconhecimento da rua como um espaço de luta política, quanto de evidenciação das práticas de violência que a perpassam (SCHUCH, 2015).

<sup>48</sup> Esse GTI foi composto por representantes de seis ministérios (MDS e os ministérios do Trabalho, da Saúde, da Educação, das Cidades e da Cultura), pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da presidência da república e por militantes do MNPR.

Explicitando princípios de respeito à cidadania, à vida e à dignidade da pessoa humana, incentivando a organização política e a participação das “pessoas em situação de rua” na elaboração e monitoramento de políticas públicas, o referido decreto instituiu a contagem oficial dessa “população” no Brasil, inserindo-a definitivamente numa complexa maquinaria de legibilidade estatal. Por seu turno, em onze anos de existência, o MNPR<sup>49</sup> declara entre suas conquistas emblemáticas, a eleição de um militante para a composição do Conselho Nacional de Assistência Social, a pesquisa censitária nacional, realizada entre 2007 e 2008 – que registrou a existência de mais de 50 mil “pessoas em situação de rua” – além de definições conceituais, normativas legais e uma série de cartilhas de formação política e manuais de orientação de serviços públicos. Conquistas que compõem uma complexa dinâmica de inscrição política acionada na interação com uma rede institucional coprodutora de novas linguagens, saberes, tecnologias de militância, organização, manifestação e performances de contestação que passam a reivindicar a substituição de políticas de caridade e assistência por políticas de direitos humanos, cantando o mesmo refrão entoado por órgãos governamentais e entidades transnacionais, como UNESCO e UNICEF (SCHUCH, 2015).

Esse cenário comemorativo e cumulativo de saberes, discursos e experiências, transpassado por mediações nacionais e internacionais, edifica-se de tal forma que contagia com a sensação da novidade, de uma ruptura com a invisibilidade. Tudo se passa como se antes, há mais de 30 anos, só restasse indiferença e abandono – como se o “governo” jamais tivesse investido, refletido ou se preocupado com os “invisíveis da sociedade”. Ainda respirando o ar das mudanças proclamadas na virada dos anos 90, a então nomeada “população em situação de rua” é, hoje,

[...] alvo de discursos e olhares, regimes enunciativos e de visibilidade. São implantados insistentes dispositivos para se ouvir, ver, registrar e falar da população de rua. Discursividades múltiplas são incitadas: declarações públicas, artigos de jornais, periódicos científicos, monografias, pesquisas estatísticas, livros-depoimentos. Visibilidades também são suscitadas: câmeras, filmes fotos, sistema de informação, mapeamentos estatísticos, cartazes, manifestações no espaço público. Sem falar nos agentes, instituições e outras instâncias mais especializadas: ONG’s,

---

<sup>49</sup> Esse movimento organiza-se a partir de uma coordenação nacional composta por “pessoas em situação de rua” ou com “trajetória de rua”. Sua coordenação é constituída por um membro de cada uma das mais de 13 bases estaduais. Cada representação regional, por sua vez, elege um coordenador que articula as discussões e demandas entre a coordenação nacional e as bases estaduais. Ao menos nos últimos cinco anos, estas representações se reúnem mensalmente em Brasília, pelo Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional da População em Situação de Rua, composto por um representante de cada ministério e da sociedade civil, na atribuição de monitorar a política nacional instituída pelo decreto 7053/09, aplicada em municípios que façam o aceite da política.

albergues, uma lei municipal própria, blogs de discussão, datas e periódicos específicos, Pastoral do Povo da Rua, fóruns e mais fóruns, e, agora, um comitê interministerial próprio e um movimento social de escala nacional (DE LUCCA, 2007, p. 19).

Foi justamente nesse contexto de efervescência nacional e visibilidade política da “população em situação de rua”, potencializado pela publicação do Decreto 7053/09, que o Movimento Aquarela da População de Rua, em interação com integrantes da base gaúcha do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), entrou em contato com representantes do MNPR com sede em Curitiba, Belo Horizonte e, posteriormente, em São Paulo. Num primeiro momento, como relatam militantes e apoiadores em artigo recente<sup>50</sup>, houve um certo estranhamento em relação à “metodologia representativa” da organização do MNPR, expressa pela figura de um coordenador nacional. Inclinado a uma organização sem lideranças ou representantes, o Aquarela teve de indicar um coordenador regional para participar dos encontros nacionais promovidos pelo MNPR, o que desencadeou uma série de conflitos e fragilidades que culminaram, em 2010, na total desarticulação da mobilização em Porto Alegre, justamente quando eram dados os primeiros passos para a criação de uma base do MNPR no Rio Grande do Sul (CAMPOS, *et al.*, 2017).

Ainda segundo os autores, a demanda por um movimento social organizado permaneceu latente entre “usuários” da rede socioassistencial, que continuavam relatando uma série de violências físicas e morais que ocorriam no interior das instituições. Finalmente, em agosto de 2013, Diego, um militante “em situação de rua” e duas apoiadoras, Ana Paula e Joana, que trabalhavam como educadoras sociais e que haviam participado do Aquarela, retomaram a mobilização, incorporando-a ao MNPR, e realizando reuniões semanais no SIMPA. Algumas semanas após a sua fundação, os militantes e apoiadores do MNPR-RS escreveram um documento informando a decisão de abolir a figura do coordenador e trabalhar com a distribuição coletiva de tarefas e de tomada de decisões, buscando horizontalizar as relações e evitar a reprodução de problemas pretéritos relacionados à representação política.

Desde a sua retomada (momento em que essa pesquisa também se inicia), até hoje, o MNPR-RS assume uma linha nacional de ação pautada na defesa dos direitos da “população de rua”, a exemplo de sua adesão ao Centro Nacional de Defesa dos Direitos da População de

---

<sup>50</sup> CAMPOS, Richard, *et al.* “A luta é constante”: do Movimento Aquarela da População de Rua ao Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017, *no prelo*. O texto foi escrito pelos integrantes do MNPR, e revisado por mim, para integrar uma coletânea de artigos decorrentes da última pesquisa censitária sobre pessoas em situação de rua em Porto Alegre, realizada pela UFRGS e encomendada pela FASC.



Rua (CNDDH), implantado em 2013 em Porto Alegre e constituído por membros apoiadores e militantes do MNPR e do MNCR, que exerceram um trabalho de levantamento, registro e encaminhamento de violações de direitos. Esse quadro aproximou o MNPR-RS de órgãos como o Ministério Público, a Defensoria Pública e algumas comissões de direitos humanos da câmara de vereadores, além de núcleos de pesquisa e extensão universitária de áreas como direito, enfermagem, saúde coletiva, psicologia, arquitetura, teatro, ciências sociais e antropologia.

A constituição de uma rede institucional de parceiros e apoiadores foi fundamental para a visibilidade e legitimidade do MNPR-RS, que passou a atuar por meio da participação em comitês gestores da política para a população de rua (instituído pela adesão do município à Política Nacional da População de Rua), em seminários (locais, regionais e nacionais), audiências públicas, protestos e manifestações contra a precariedade dos serviços públicos, os maus tratos no interior das instituições assistenciais, a violência policial, as intervenções higienistas (ocorridas sobretudo durante o período da Copa do Mundo 2014), o fechamento de serviços importantes como o Restaurante Popular, instalado em frente à rodoviária da cidade, e a Escola Porto Alegre (EPA), localizada em uma zona turística, nas proximidades da orla do Guaíba, e que desde 1995 atende um corpo discente formado majoritariamente por jovens e adultos “em situação de rua”.

Em suma, o MNPR-RS, desde a sua fundação, vem produzindo contrapontos a um conjunto de ações avaliadas negativamente por reproduzirem violências, desrespeitos e “invisibilidades” históricas, seja pela inexistência ou precariedade dos serviços públicos ou pela continuidade das tentativas de remoção e apagamento das pessoas “em situação de rua” dos espaços centrais da cidade –evocando, assim, uma “luta por direitos” e por espaços de visibilidade política, em sintonia com o cenário nacional em que o MNPR surge e se insere, elegendo a linguagem dos direitos como forma mais radical de denúncia de inúmeros processos de exclusão (LAMOUREUX, 2013).

## 2.5 De olhos bem abertos

Há alguns anos, a antropóloga Claudia Fonseca (2004) ficou impactada quando percebeu semelhanças entre o ECA e outras legislações distribuídas no espaço e no tempo, desfazendo, assim, a convicção de que princípios diferenciados, como a proteção integral e a prioridade absoluta da criança, eram genuínas obras brasileiras. O estranhamento foi causado não só pela produção concomitante de leis similares em outros países – como a Lei do Bem-Estar da Criança, na Espanha, ou o Estatuto Africano dos Direitos e Bem-Estar da Criança, ambos de 1987 – mas também pelo fato de que estas legislações não representavam uma inovação histórica tal qual proclamavam seus idealizadores. Não faltam exemplos para mostrar que “direitos e proteção da criança” conformam um debate que remonta pelo menos ao início do século passado: a fundação da *Childrens Bureau* nos Estados Unidos (1912), da Associação Internacional para a Proteção da Infância (1913) e da União Internacional para a Proteção da Criança que, em 1923, editou a Declaração dos Direitos da Criança, um documento que mais tarde deu impulso à criação da UNICEF e que já encerrava o germe dos princípios que seriam desenvolvidos posteriormente.

Ao beber na fonte dos historiadores, Fonseca nos lembra que a “evolução” das leis não é linear e envolve processos políticos muitas vezes determinantes na discussão sobre direitos. O que de fato impressiona não é apenas a remota existência de comitês e associações internacionais preocupadas com a “infância”, mas principalmente a formulação e aplicação de legislações muito próximas ao ECA e, em alguns pontos, aparentemente “mais avançadas”. O considerável debate promovido na primeira metade do século XX sobre os direitos da criança na América Latina, por meio de congressos nacionais e pan-americanos, gerou grande interesse público e estimulou a criação de códigos nacionais que implantaram medidas contra o abandono e exploração do trabalho, oferecendo alternativa aos orfanatos por meio de adoção familiar legal, promovendo a reabilitação, antes da punição, aos que infringiam a lei, além de outras medidas relativas à educação, prostituição e “crianças de rua” – tópicos não muito destoantes dos que preocupariam ativistas 50 anos mais tarde (FONSECA, 2004).

Tomo esse estranhamento apresentado pela antropóloga como inspiração para os argumentos que encerram este capítulo. Hoje, as pesquisas censitárias, a multiplicação de

estudos acadêmicos sobre “população em situação de rua”<sup>51</sup>, a aprovação de políticas nacionais, estaduais e municipais, a publicação de portarias, decretos, emendas, programas específicos, a adoção de uma nova categoria, nomeação e definição oficiais, assim como os declarados objetivos de reinserção de pessoas no mercado de trabalho e nas redes familiares e comunitárias são celebrados como conquistas inéditas. De fato, nasceram de um contexto repleto de muitos embates, organização, diálogos e antagonismos que, na onda de transformações mais amplas, inseriram um contingente heterogêneo de pessoas na mira das discussões sobre direitos e políticas sociais.

Assim, se de um lado deparamo-nos com uma invisibilidade histórica no reconhecimento de direitos básicos, de outro nos damos conta de um excesso de “atenção violenta”, mas também de debates, reflexões, propostas, especulações, produção intensa e minuciosa de saberes sobre aqueles que inicialmente ousavam ocupar espaços historicamente negados, tirando o sono de muitos proprietários de terras, legisladores, intelectuais e planejadores urbanos.

Já vimos que, justamente quando corpos expulsos para fora da humanidade (MBEMBE, 2011) passaram a marcar o espaço público com tímidas posturas de liberdade, conformaram-se propostas para barrar estas presenças ante a inevitável queda de um regime oficial de dessacralização da vida. No mesmo passo das mudanças internacionais que anunciavam o fim da escravidão, ramificou-se uma preocupação pública que temia uma “revolução brutal” e que não titubeou em criar mecanismos jurídicos para paralisar a potência de qualquer revanche. Para tal, o imperativo da internalização das hierarquias sociais disparou a atenção para uma pedagogia da transição que docilizasse futuros libertos rumo à elevação do trabalho e à vida “civilizada”. O maciço investimento em políticas de branqueamento, porém, mostrou quem era considerado uma “mancha cancerígena nos pulmões da nacionalidade” e quem representava um “futuro de saúde, segurança e progresso”. A população negra foi deslocada de todas os setores possíveis de ascensão, responsabilizada pelo “atraso do país” e culpada por uma “ociosidade” causada pela carência de energia, iniciativa, responsabilidade e noções de progresso.

---

<sup>51</sup> Para se ter uma ideia, somente no período de 1993 a 2010, foram registradas, no Banco de Dados da CAPES, cerca de 117 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado sobre o tema da “população adulta em situação de rua”, voltados, em sua maioria, para a “caracterização do fenômeno”, os processos de “exclusão social” e a estruturação de serviços públicos. Para a abordagem desses estudos como formadores de uma “comunidade acadêmica” no referido período, ver Silva (2012).

Também definidos pela despossessão, foram logo eleitos a um problema público cuja possibilidade de resolução centrou-se na guerra contra a “vadiagem” e a “mendicância”. Como vimos, estas categorias de acusação atuaram junto com as técnicas de conhecimento de uma realidade que, desde a metade do século XIX, foi alvo de mensurações, categorizações (falsos, inválidos, verdadeiros) e institucionalizações visando reintegrar e regenerar. Ao mesmo tempo, códigos criminais trataram de regular a liberdade dos egressos da escravidão, mostrando que, enquanto mira privilegiada do sistema penal, aqueles sujeitos deveriam passar dos grilhões para as algemas, ao mesmo tempo em que “vadiagem” e “mendicância” passaram a ser vistas como uma espécie de vício na desordem pública. Não tardou muito para que houvesse uma fusão imaginativa entre ociosidade, crime e ausência de domicílio fixo, o que, como vimos, fez da incivilidade uma marca inscrita em corpos específicos, portadores de “doenças hereditárias” e, também, “contagiantes”.

Estudos, pesquisas, conceitos e publicações internacionalmente reconhecidas também fizeram parte de um generalizado esforço para explicar e recuperar “corpos vadios”, atacados por debilidades herdadas e “degenerados pela mestiçagem”. Assim, articularam-se saberes e reflexões nos quais estava em jogo nada mais, nada menos, do que a constituição de uma identidade nacional e seus supostos entraves representados por grupos indesejáveis. Numa encruzilhada entre ciência, burocracia estatal e práticas policiais, a reiteração das tendências naturais da criminalidade foram celebradas como a grande chave na resolução dos problemas. Nomadismo, crime e debilidade orgânica eram referenciadas em peles marcadas por discursos raciais, quando a criminalidade parecia começar nas fronteiras do corpo.

Todo esse saber localizou-se fundamentalmente nas marcas, na cor da pele e nos sinais corporais individualizados, de homens e mulheres não “curados física e moralmente” e, portanto, não reconhecidos como cidadãos. Por isso, soa emblemático o lugar central da “vadiagem” no Código Penal de 1940 (esse símbolo da legalidade na Era Vargas), quando o modelo de cidadania se encarna na figura do trabalhador forte, saudável e dócil. Numa espécie de oposto complementar à legalidade e à cidadania restritiva, os demais grupos suscitarão fortes investimentos em campanhas de repressão, com órgãos, agentes e instituições criadas especificamente para tal finalidade.

Esse percurso histórico, até hoje não efetivamente explorado em estudos sobre a temática das “pessoas em situação de rua”, nos permite constatar que a preocupação com “o que fazer com essas pessoas” vem sendo uma questão pública constante que parece adquirir

publicidade junto com temáticas de peso, como escravidão, liberdade, raça, nação, sanitarismo, urbanismo, identidade nacional, desenvolvimento e, mais recentemente, segurança, cidadania e direitos humanos.

Quando olhamos somente para os anos 80 e 90 do século passado, temos a impressão de que a discussão ampla sobre as causas de produção de grupos historicamente indesejáveis, assim como os anseios por sua superação, foi fabricada sobre um terreno infértil, pedregoso, abandonado e tomado pela indiferença. Ledo engano. No campo das políticas penais e sanitaristas, no cotidiano das intervenções policiais, nos discursos midiáticos e nas elucubrações científicas jamais existiu “abandono” ou “invisibilidade”. De olhos bem abertos, toda uma maquinaria prática, discursiva e institucional foi montada para apartar, esconder, enclausurar e exterminar presenças indesejáveis, consideradas desprovidas de “senso humano” e fundamentalmente marcadas por indexações raciais. Falamos, assim, de uma presença estatal em demasia, e não de sua ausência.

Falamos, igualmente, não de uma “gente invisível”, mas de um excesso do que poderíamos chamar de *visibilidade negativa*: políticas do medo, ações de repressão, remoção, enclausuramentos forçados e discursos depreciativos e desumanizantes que se perpetuam e se atualizam no tempo e ressonam na contemporaneidade. Nesse exato momento em que escrevo, os jornais noticiam a anulação, por parte do Tribunal de Justiça de São Paulo, dos julgamentos de 74 policiais militares acusados de matar 111 detentos em menos de trinta minutos, durante o conhecido massacre do Carandiru. Alegando legítima defesa, quando nenhum policial foi ferido, a justiça deixa claro que a expressão “bandido bom é bandido morto” não é apenas uma “opinião” proferida nas redes sociais por setores ultraconservadores da sociedade brasileira, mas sim a expressão de uma prática e de um discurso estruturante do processo colonizador em marcha até hoje (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2000).

Essa naturalização do extermínio, alimentada pela produção incessante da criminalidade, tem se convertido, pelas reflexões de Mbembe (2011), em mecanismo que insere a aberração no corpo político, simultaneamente, como força móvel de razão e como tentativa de minimizar o erro, reforçar a verdade e eliminar o inimigo. Esse jogo de luz e sombra, entre violência e promessas de salvação, acionam uma mudez discursiva. O que poderíamos dizer sobre (ou fazer com) os dados que saltam aos nossos olhos, como o fato de que a porcentagem de negros entre a “população em situação de rua” (67%) é maior do que se observa no conjunto da população brasileira (50,6%) (BRASIL, 2007)? Ou melhor: por que

estes dados figuram cada vez mais como mera ilustração de uma realidade dada, naturalizada, sem problematização?

Atualmente, existem registros de diversas legislações municipais que coíbem a mendicância. Em 2007, em Uberlândia, cerca de 250 pessoas foram presas por “mendicância profissional”; em 2012, a polícia militar de Florianópolis prendeu 62 “moradores de rua” em flagrante por “vadiagem”. Sabemos que a continuidade destas práticas não representa apenas o reflexo de uma violência marcada na história brasileira, mas funciona como canal de exercício dessa própria violência, por meio do qual se conduz um projeto de negação de humanidade que, para tentar se camuflar, altera o jogo de categorizações, borrando a marca racial de seus discursos com a retórica insistente e secular da “mendicância” e da “vadiagem”.

De acordo com o Mapa da Violência no Brasil (2014), ao longo dos últimos 10 anos, a taxa de homicídios de jovens negros teve um aumento de 38% no Brasil e, só em 2014, do total dos 30 mil homicídios de jovens, 23 mil foram perpetrados contra pessoas negras. Não é novidade constatar que o principal algoz destas mortes é o próprio Estado que, pela ação de seus contingentes policiais, tem extirpado cotidianamente a vida de milhares de jovens – sob a justificativa difusa da segurança pública. As grades do sistema penal também continuam imobilizando uma massa de homens e mulheres negras, repetindo a mesma “cor do cárcere” na América Latina e perpetuando uma história de dominação colonial que se esforça em apagar ou tornar imprecisos os dados sobre a cor dos seus enclausurados (SEGATO, 2010).

As “pessoas em situação de rua” não estão fora desse movimento que incide sobre um amplo contingente de existências historicamente “expulsas da humanidade”, inferiorizadas, relegadas, estereotipadas, capturadas, apagadas na matança pela matança. Esse regime de morte seria tão perverso que o conhecido biopoder foucaultiano não daria conta de explicar. Esse é o argumento central de Mbembe (2011) na defesa do conceito de necropolítica, segundo o qual o poder estatal e não estatal faz, hoje, do assassinato do “outro” seu objetivo absoluto, sob o pretexto de luta contra o crime ou terrorismo, ao mesmo tempo produzindo essa versão ficcional da ameaça interna: o “terrorista”, o “traficante”, o “detento rebelde”, o “adolescente incorrigível”, o “mendigo vagabundo”. Essa política da morte, para o autor, guarda traços contínuos entre Estados escravistas e regimes coloniais contemporâneos, marcados por experiências específicas de ausência de liberdade, controle, massacres, restrições espaciais, humilhações, mortes cotidianas, novas hierarquias e a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais que estabelecem direitos diferenciais a distintas

categorias de pessoas. A biopolítica, tributária das formas soberanas de “fazer e viver” e “deixar morrer” deixaria, assim, escapar as artimanhas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte, que metamorfoseia múltiplas formas de massacre em governamentalidade.

Frente a todas essas reflexões, reiterar o “novo” na elaboração de um campo de atenção à “população de rua” em alguma medida pode nublar a localização do “nascimento” desse “problema público” em raízes mais profundas. Como claramente reconhecem os militantes do MNPR, o “abandono” e a “invisibilidade” manifestam-se no campo das políticas sociais e na responsabilização coletiva, enquanto práticas genuínas de evitação perpetuaram-se, inclusive, em nome da “proteção e garantia de direitos”, como também veremos nesta tese. O brinde à gradual inserção no reconhecimento político e na formulação de políticas públicas se faz tanto como contraponto à discriminação e à violência, quanto como continuidade no que se refere aos anseios de superar a questão. Ou seja, apesar de uma série de mudanças nos modos de compreender e solucionar esse recorte de problematizações, há uma constante no debate público: resolver o problema das pessoas viverem nas ruas, ou seja, eliminá-las seja pela repressão ou pela “inserção social”.

Embora tenha se consolidado todo um cenário promissor, em termos de acesso a direitos básicos, fruto de muitas mobilizações, as práticas de violência continuam a operar de múltiplas formas, proliferando-se, parece, na mesma intensidade em que novas conquistas são comemoradas em nome dos direitos humanos. É como parte desse cenário que a mobilização nacional do MNPR se levanta e aponta para a demarcação de um espaço de denúncia e de luta por dignidade e respeito, fazendo com que as mesmas forças que entrecruzam esse cenário venham à tona em denúncias que deixam claro que discursos sobre a “cidadania” e a “luta contra a exclusão”, muitas vezes, compõem um rol de ferramentas republicanas de dominação que mascaram uma realidade de violências extremas, particularizadas em territorialidades marcadas pela experiência colonial, ontem e hoje.

A continuidade dessa *visibilidade negativa*, como espero mostrar nos dois próximos capítulos, tem efeitos decisivos no modo como militantes e apoiadores do MNPR-RS reivindicam outras formas de visibilidade no cenário político e participativo. Nesse contexto, paradoxal por excelência, as pessoas precisam lidar e comprovar (de forma combativa, conflitiva e estratégica) adesão a certos padrões de normalidade e aquisição de condutas e saberes ideais ao engajamento coletivo, não sem produzir uma série de mecanismos práticos e discursivos que contestam e questionam os condicionantes que se apresentam à luta por

direitos, por vezes também transformando ferramentas de intervenção em armas políticas e produzindo saberes outros, inesperadamente potentes.



## **PARTE II**

### **CONDUTAS, NORMATIVIDADES E A LUTA CONTRA CATEGORIAS DEPRECIATIVAS**

## Capítulo 3

### O “sangue das ruas”.

#### **Embates entre saberes e capacitações políticas.**

Nos capítulos anteriores, retomei o processo histórico de longa duração, através do qual se produziram diferentes problematizações e enunciações discursivas que, por sua vez, tiveram como efeito a produção de grupos a serem educados, exterminados, excluídos, enclausurados, recuperados, branqueados, protegidos e positivamente reconhecidos. Longe de afirmar um processo evolutivo ou linear, através do qual supostamente as formas estatais de conceber e intervir foram substituindo-se umas às outras, a discussão promovida inclinou-se a mostrar a continuidade de processos violentos de negação de humanidade, mesmo em contextos atuais de reconhecimento de certos direitos. Visto isso, é chegada a hora de adentrar a dinâmica atual de mobilização das pessoas “em situação de rua”, no objetivo de explicitar seus agenciamentos frente à atualização de históricos dispositivos civilizadores.

Especificamente este capítulo, discuto o desdobramento de tensões acionadas pela dinâmica de debates em torno de *capacitações* e atributos valorativos para a militância política. Busco demonstrar que, a despeito de suas intencionalidades pedagógicas e até civilizadoras, o discurso da *capacitação* produz luta, enfrentamentos e negociações em torno de hierarquias, igualdades e diferenças, mantendo aceso um debate constante sobre essas dimensões relacionais.

Parto de uma breve análise do conteúdo inscrito em cartilhas nacionais sobre *capacitação política*, coproduzidas pelo MNPR e órgãos de governo, para, em seguida, explorar os debates que alguns princípios formativos provocam entre militantes e apoiadores, discutindo a maneira como as pessoas consideradas “objeto de capacitação” produzem enfrentamentos, problematizam e colocam em xeque as orientações sobre o “melhor

proceder” para garantir e acessar direitos, ao mesmo tempo acionando outros entendimentos sobre *capacitação*, completamente distintos daqueles inscritos nos documentos oficiais. Na última parte, analiso a produção de um estatuto político para as experiências de “viver e conhecer a vida nas ruas”, o que possibilita que alguns “saberes da rua” sejam, em determinadas situações, contrapostos e, ao mesmo tempo, complementares aos conhecimentos inscritos na oficialidade das cartilhas e seus princípios de formação política.

### 3.1 Assembleia na Carpintaria

*Contam que na carpintaria houve uma vez uma estranha assembleia. Foi uma reunião de ferramentas para acertar suas diferenças. O martelo exerceu a presidência, mas os participantes lhe notificaram que teria que renunciar. A causa: fazia demasiado barulho e, além do mais, passava todo o tempo golpeando. O martelo aceitou as críticas, mas pediu que também fosse expulso o parafuso, dizendo que ele dava muitas voltas para conseguir o que queria. Diante do ataque, o parafuso concordou, mas, por sua vez, pediu a expulsão da lixa. Dizia que ela era muito áspera no tratamento com os demais, entrando sempre em atritos. A lixa acatou, com a condição de que expulsassem o metro que sempre media os outros segundo a sua medida, como se fosse o único perfeito. Naquele momento entrou o carpinteiro, juntou o material e iniciou o seu trabalho. Utilizou o martelo, a lixa, o metro e o parafuso. Finalmente a rústica madeira se converteu em um lindo móvel. Quando a carpintaria ficou novamente só, a assembleia reativou a discussão. Foi então que o serrote tomou a palavra e disse: senhoras e senhores! Ficou demonstrado que temos defeitos, mas o carpinteiro trabalha com nossas qualidades, com nossos pontos valiosos e se concentra na criação. Assim, não valorizemos nossas fraquezas e concentremo-nos nos pontos fortes. Foi assim que a assembleia entendeu que o martelo era forte, que o parafuso unia e dava força, a lixa era especial para limar e afinar a aspereza e que o metro era preciso e exato, qualidade também necessária no processo. Sentiram-se, então, como uma equipe capaz de produzir móveis de grande beleza e qualidade. Sentiram alegria de estarem juntos. É fácil encontrar defeitos, qualquer um/uma pode fazê-lo. Agora, encontrar as qualidades do outro, isso é para os sábios em um mundo que teima em nos individualizar, em nos tornar seres solitários. Bora trabalhar! Um viva aos nossos encontros. Abraços que são laços entre nós! (Autor desconhecido).*

O conto acima reproduzido foi entregue por uma apoiadora a todos os participantes de uma das primeiras reuniões do MNPR em Porto Alegre, mais precisamente no dia 23 de agosto de 2013, pouco menos de um mês após a retomada da mobilização na cidade. Como educadora social, sindicalista e apoiadora do MNPR, a apoiadora estava incomodada com alguns enfrentamentos que vinham ocorrendo durante as reuniões, conduzidos por alguns

militantes aborrecidos com exigências relacionadas a um certo tom pedagógico alimentado por alguns integrantes do movimento. Ao ler o material em voz alta, solicitando que todos a acompanhassem, a apoiadora parecia mostrar que aqueles que viessem a ingressar na mobilização política teriam maior êxito ao contribuir com suas potencialidades positivas, desde que aprendessem a olhar para as qualidades dos outros, eliminando conflitos e enfrentamentos supostamente desnecessários.

De fato, já nessas primeiras investidas em trabalho de campo, eu me intrigava cada vez mais com o que parecia evidente: uma espécie de aprendizado militante. Com o tempo, pude perceber que a constituição da experiência militante no MNPR-RS passava por uma dimensão pedagógica muito mais complexa do que se poderia imaginar à primeira vista. A “assembleia na carpintaria”, em boa medida, desvelava a ponta do *iceberg* de um entendimento difuso, mas não generalizado, sobre o tipo de relacionamento coletivo que deveria ser manejado no cotidiano da organização política em foco, expressando a percepção, os dilemas e as inquietações vivenciadas na mobilização. Nesse contexto, muitas discussões foram travadas em torno dos desafios que se colocavam no ingresso de novos militantes, para os quais o domínio de determinadas linguagens, posturas e saberes era um dos pontos mais sensíveis para aquele movimento em vias de reestruturação na cidade.

Embora parecesse uma experiência localizada, a difusão de formas ideais de militância – especificamente voltadas às relações internas entre os militantes e às relações destes com os demais agentes e instituições estatais – não eram criações restritas à experiência de mobilização conduzida em Porto Alegre. Como já assinalei anteriormente (LEMÕES, 2014), entendo que a tônica nas políticas inspiradas nos direitos humanos é conduzida por uma pedagogia informativa dos direitos das pessoas “em situação de rua”, elaborada na articulação entre entidades promotoras desses direitos (incluindo UNICEF e UNESCO), instituições socioassistenciais e movimentos sociais que, de um lado, otimizam mecanismos para garantir direitos, de outro produzem condicionalidades no acesso a esses direitos – algo intimamente relacionado a uma concepção moral do “morador de rua politizado”, informado, engajado e detentor de uma gramática específica de interação<sup>52</sup>.

Da mesma forma, para Schuch (2015), a proliferação nacional de cartilhas e manuais (governamentais e não-governamentais) sobre o universo de intervenção, proteção e mobilização por direitos, também pode ser compreendida como parte de um processo

---

<sup>52</sup> Explorarei essa questão de forma mais contundente ainda neste capítulo.

pedagógico singular, conduzido pela coprodução simultânea das formas de gestão, legibilidade e inscrição política da “população em situação de rua”. De fato, se nos determos com maior atenção a essas cartilhas de direitos e de formação política, é possível identificar as prerrogativas de formação que, a um só tempo, definem direitos, apresentam serviços de acesso aos mesmos e estimulam os sujeitos à organização individual e coletiva como forma de potencializar a garantia de direitos fundamentais. Não é à toa que a maioria dessas cartilhas tenha, geralmente, uma última seção de seus textos reservada à explicitação das conquistas do MNPR.

Alguns exemplos são elucidativos. Em 2013, a câmara municipal do Rio de Janeiro, em parceria com sua comissão especial de população em situação de rua, com o Ministério Público e Defensoria Pública do Estado, lançou a *Cartilha de Direitos do Cidadão em Situação de Rua*, destinada a todos os “homens, mulheres e famílias que se encontram na insegurança, sem domicílio, enfrentando todos os desafios que a vida nas ruas provoca” (p.5).

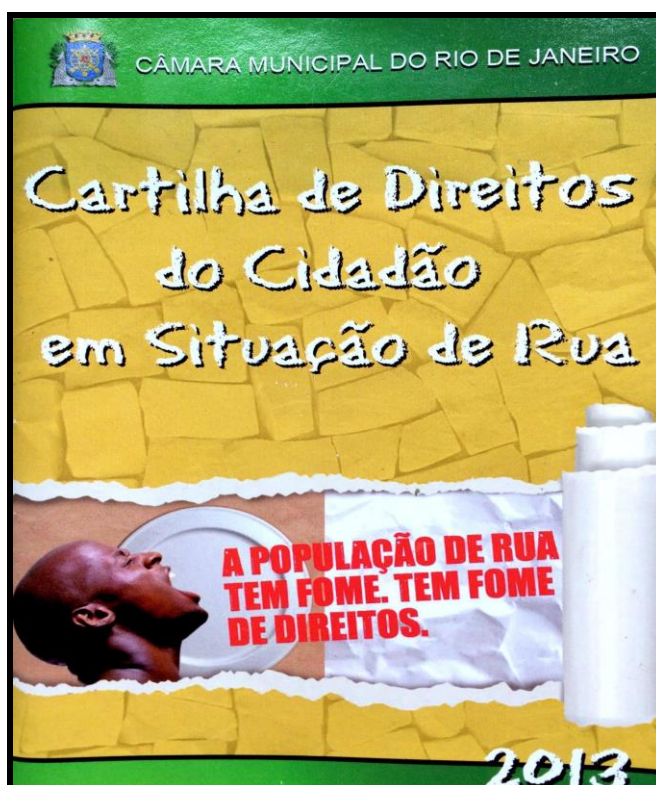


Imagem 6: capa da Cartilha de Direitos do Cidadão em Situação de rua. Rio de Janeiro, 2013.

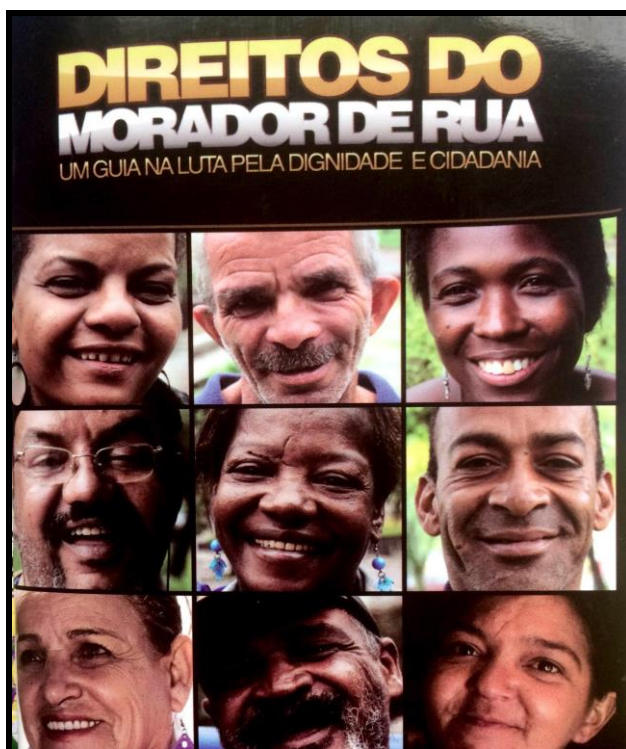
Os direitos fundamentais são apresentados logo nas primeiras páginas, começando pela garantia constitucional do direito de “ir, vir, ocupar e permanecer” no espaço público, dentro do cumprimento de todas as regras da “boa convivência”. Em seguida, entra em cena o “direito à identificação”, definindo a certidão de nascimento como pressuposto da cidadania, que permite acesso ao voto, ao trabalho, ao matrimônio, às viagens e aos programas sociais. Na sequência, uma série de orientações específicas e detalhadas sobre como e onde obter cada documento civil. Em relação aos direitos sociais, manifesta-se a mesma estrutura: definição e orientação sobre o acesso aos programas, ações e serviços de assistência social. No item referente ao “direito à saúde”, encontramos orientações sobre os cuidados necessários com pessoas vítimas de “sofrimento mental” que podem sofrer de confusão, depressão e agitação intensa, mas que, nem por isso, “são incapazes ou perigosas” (p.29). O ideal, conforme o texto, é que essas pessoas sejam acompanhadas em suas fragilidades e limitações, afim de que possam desenvolver suas potencialidades. O mesmo procedimento é indicado aos “usuários de álcool e drogas”, quando acometidos por abstinência incontrolável: “é difícil se curar sozinho. Nesta situação a pessoa precisa de ajuda especializada” (p.29).

Por fim, o “direito ao trabalho”, cujas condições para o seu exercício pleno são atribuídas ao Poder Público, vem acompanhado pela citação do artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reitera o trabalho como um direito garantido a todos, sem qualquer distinção. Na página seguinte, no entanto, um passo-a-passo sobre confecção de currículo profissional sugere que esse direito não é tão universal como imaginamos, pois, depende de certas aquisições a serem apresentadas ao empregador, “que seleciona os candidatos mais qualificados e indicados para determinada vaga” (p.38). Por fim, elenca-se os itens primordiais a serem declarados em um currículo: experiência, formação escolar, idiomas e cursos de aperfeiçoamento.

A tônica dessa primeira cartilha é interessante pelos efeitos de significação e pela ambiguidade que instaura. Não há apenas a definição e orientação sobre como acessar direitos fundamentais. Por entre as informações concedidas, vemos que, aos poucos, a formação de sujeitos capazes de desenvolver ou potencializar seus atributos individuais manifesta-se na garantia do direito de ir e vir desde que observadas os “códigos de civilidade”; no acesso à saúde pelos que sofrem de “doenças da mente” e de “dependência química” que devem ser acompanhados (e aceitar tal “acompanhamento”) para que *capacidades* sejam desenvolvidas; no direito universal à remuneração digna que depende, novamente, de capacidades e

qualificações individuais. Esse “cidadão em situação de rua”, inscrito no próprio título da cartilha, depara-se com uma cidadania instaurada entre a destituição total de direitos e a condição necessária para a mudança deste quadro: o desenvolvimento de *capacidades*, traduzidas em civilidades, superações e qualificações.

Mas documentos deste gênero não apontam apenas caminhos de acessos condicionados ao mundo dos direitos. A cartilha *Direitos do Morador de Rua: um guia na luta pela dignidade e cidadania* – publicada em 2012 pelo Ministério Público de Minas Gerais, em parceria com o MNPR-MG, a Universidade Federal de Minas Gerais e outros apoiadores – expõe os direitos à moradia, ao trabalho, à saúde e à assistência social em seções separadas de um capítulo intitulado “direitos do morador de rua”. Ao final de cada seção, há orientações sobre “o que fazer” para não somente acessar mas cobrar a garantia desses direitos. Indicando a existência de conselhos, programas, fóruns, núcleos de assistência judiciária, defensoria pública, projetos de capacitação profissional e movimentos sociais, as orientações são precedidas por palavras que estimulam a ação e a iniciativa individual dos sujeitos: *defenda, sugira, participe, reivindique, procure, organize, estimule, promova, reclame, mobilize-se*.



**Imagem 7:** Capa da cartilha “Direitos do Morador de Rua”.  
Ministério Público de Minas Gerais, 2012.

No mesmo documento, há ainda uma última seção intitulada “enquanto não sai da rua”, repleta de conselhos para “ensinar a cidade” a enxergar as pessoas “em situação de rua” com “outros olhos”. Argumentando a importância de “dar o exemplo de um cidadão que luta e merece o seu lugar”, constam ainda os seguintes aconselhamentos ao leitor:

Enquanto não sai da rua.... Você pode ensinar a cidade a te enxergar com outros olhos. Dar o exemplo de um cidadão que luta e merece o seu lugar. Mesmo enquanto a cidade não te enxerga, você pode enxerga-la. Mesmo enquanto a cidade não te respeita, você pode respeitá-la. E enquanto não sai da rua, você pode cuidar do seu espaço, deixa-lo limpo e seguro, como se fosse a sua casa. A calçada onde você está pode lhe dar a chance de mostrar a quem passa que ali há uma vida. Você pode proteger o meio ambiente: as árvores, os canteiros, as praças. Eles também têm vida. Essa vida também merece ser preservada para você e para todos [...]. Reconhecer que você é gente. E, quem sabe, fortalecer a rede de apoios e solidariedade com a qual você deseja transformar essa realidade. O sonho de sair da rua pode demorar a se cumprir. Enquanto isso, você tem um lugar, ou alguns lugares que podem te apoiar (MINISTÉRIO PÚBLICO - MINAS GERAIS, 2013).

Essa produção elucida o caráter informativo e formativo relacionado à constituição de sujeitos de direito, incitados à tomada de iniciativas, supostamente porque a inscrição legal de seus direitos não sustenta, por si só, a garantia e o cumprimento dos mesmos. Mais que isso, instaura-se o direcionamento do leitor à constituição de si face à necessidade de erguer uma nova realidade, aquela de “um cidadão que luta e merece o seu lugar”. Enquanto alguém que conhece, reivindica os seus direitos e que se movimenta individual e coletivamente para fazê-los valer, a pessoa “em situação de rua” também é orientada a mostrar que merece “estar na rua” por meio do cultivo de uma relação de “respeito” com o espaço público, que deve estar limpo e seguro, assim como uma relação de “cuidado” e “proteção” com o meio ambiente – tudo isso no intuito de mostrar que ali existem vidas que merecem ser preservadas e respeitadas, enquanto seus direitos “ainda não foram garantidos”. Vidas expostas como componentes de um povo “triste” e “esquecido”, espacial e socialmente deslocado (pois “marquise não é casa”), mas que, apesar da “penúria”, “tristeza” e “esquecimento”, não se rende, ao contrário, organiza-se, limpa e respeita a cidade e, por isso, prova que merece respeito.





Imagem 8: Contracapa Cartilha Direitos do Morador de Rua, Ministério Público de Minas Gerais, 2012.

A legitimidade e oficialidade desse processo, que envolve órgãos governamentais e não-governamentais, nacionais e transnacionais, além de um movimento social nacional, fazem com que os caminhos da *capacitação* e do engajamento pareçam, à primeira vista, incontestáveis. Além do mais, são por esses caminhos que o acesso às políticas públicas parece menos tortuoso, como mostra o estudo de Baumgarten (2013) sobre os mecanismos de mobilização do MNPR em suas bases de São Paulo, Brasília e Salvador. Indicando uma certa indistinção entre a presença estatal e a mobilização social, a autora argumenta que a via do engajamento na luta política é também uma via de “recuperação” da autoestima, do respeito e do retorno a uma vida estável, com “casa e emprego”, a partir de projetos de cooperação para o trabalho e de programas de habitação e formação profissional (BAUMGARTEM, 2013). Esse quadro sugere a adesão à mobilização social como uma adesão simultânea às “políticas de inclusão” e, sobretudo, às práticas e discursos de recuperação.

Mas parece haver, igualmente, uma outra inevitabilidade. No objetivo declarado de “despertar a consciência política das pessoas que vivem em situação de rua”, a publicação de *Conhecer para lutar: cartilha para formação política* (2010), produzida pelo MNPR, com o

financiamento do governo federal e da UNESCO, deixa claro que “organizar”, “pressionar” e “negociar” são atributos fundamentais que devem ser adotados incondicionalmente, pois, do contrário, torna-se quase “impossível o diálogo com as instituições públicas”. Ou seja: não basta apenas engajar-se em coletivo de mobilização para que o acesso às políticas seja menos estreito. É, sobretudo, “necessário que [a população em situação de rua] esteja organizada, que tenha *capacidade* de mobilizar e formar opinião pública [...] para que assim tenha *capacidade* de pressão e negociação com os gestores públicos” (MNPR, 2010, grifo meu). Apontando caminhos para o fortalecimento dessas *capacidades*, o documento ainda elenca os princípios que devem nortear a organização e a prática política, como “democracia”, “valorização do coletivo”, “solidariedade”, “ética” e “trabalho de base” – princípios indispensáveis no “resgate da cidadania por meio do trabalho e moradia dignos”.

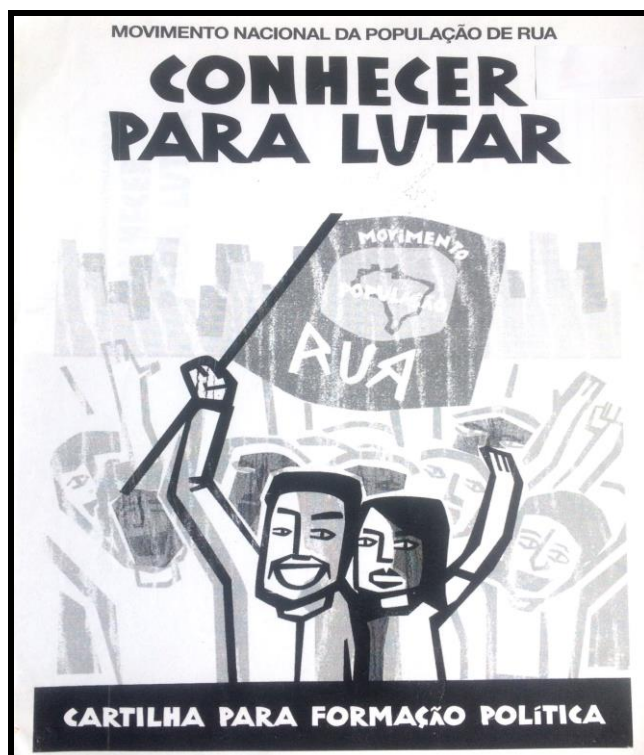


Imagem 9: Capa da cartilha “Conhecer para Lutar”, MNPR, 2010.

Na penúltima seção, destinada a “como organizar o MNPR em sua cidade”, recomenda-se que esses princípios sejam ajustados às realidades locais juntamente com ações de capacitação política, de formação de lideranças e de incentivo à participação. Quatro anos após a publicação dessa cartilha, a codificação de novos princípios foi apresentada pelo

MNPR a todos os participantes do II Congresso Nacional da População de Rua, em Curitiba-PR. No texto inicial dessa Carta de Princípios, orienta-se que as especificações devem ser “lembradas e respeitadas” por todas as bases de mobilização e mesmo por “companheiros individuais” engajados na “luta encampada pelo movimento”, que devem zelar por “apoio mútuo interno”, “união”, “solidariedade”, “não-violência”, “luta pacífica”, “preservação do patrimônio público”, “honestidade e transparência”, “compromisso pessoal”, “igualdade”, “justiça” e “controle social”.

Trata-se de orientações que, nas entrelinhas de sua elaboração semântica, deixam entrever o que é necessário abandonar: “violência”, “agressividade”, “desunião”, “deprecação”, “desonestidade”, “falsidade” e “descompromisso com as causas”. Não se constrói apenas segmentos sociais tomados como destituídos de plenos atributos necessários à vida cívica e possuidores de um conhecimento imperfeito da realidade social a qual buscam “inserção” (SOUZA LIMA, 2012), mas também grupos supostamente homogêneos e detentores de disposições negativas que precisam ser abandonadas, desfeitas ou substituídas. Descortina-se a olhos nus, novamente, a continuidade discursiva dos históricos dispositivos legais, administrativos e científicos que visavam assegurar a superioridade de uns (civilizados que apontam o caminho da civilização) e a ausência de humanidade, civilidade, discernimento e honestidade de outros.

Na manifestação sincrônica dessas continuidades, estaríamos frente a mecanismos que orientam o acesso aos direitos e mobilizam regimes éticos e morais (HILGERS, 2013) que fazem da cidadania uma disposição a ser apreendida e ativada no campo das competências individuais. Essa inexorável inauguração de um novo posicionamento frente ao mundo supõe que o indivíduo tenha a seu dispor uma gama de possibilidades (e oportunidades), entre as quais ele supostamente possui a liberdade de escolher e se empenhar nessa escolha, seja para combater e deslegitimar o modo negativo pelo qual ele é socialmente percebido, ou para transformar a si mesmo rumo à “realização de um sonho”: sair das ruas. Desse modo, certos recursos devem ser apreendidos e mobilizados numa verdadeira performance do empoderamento (GENARD, 2013), da tomada de voz e do domínio sobre as tramas institucionais, suas linguagens e gramáticas de interlocução.

No plano temporal dos efeitos dessa política da *capacitação*, temos que, ao mesmo tempo em que distintas concepções são postas à mesa, em um jogo que não escapa às tramas de poder e de disputa por centralidades discursivas e decisórias, um “problema social” parece

ser atualizado em sua dimensão diacrônica. Quero dizer com isso que uma das assertivas mais caras à constituição histórica da “população em situação de rua” como sujeito de direitos – que a desloca da “passividade política” atribuída ao *lupemproletariado* para o engajamento ativo na mobilização social – não está dada, mas precisa ser constantemente reivindicada, pois, se tomarmos apenas a normatividade contida nas cartilhas de formação política, vemos que nem todos possuem, de imediato, a potencialidade necessária à organização social voltada à reivindicação de direitos. Ela precisa ser construída coletivamente mas depende, em grande medida, de esforços individuais que permitam a subjetivação de modos específicos de comportamentos, discursos e posicionamentos.

Enquanto uma reivindicação conjunta entre MNPR e diferentes órgãos governamentais nacionais e mesmo organizações transnacionais, as cartilhas são uma aposta nos direitos e, de alguma forma, na mudança de um olhar negativizado sobre os que nela se inscrevem como “sujeitos de direitos”. É na experiência cotidiana, no entanto, que é possível apreender a noção de *capacitação* envolvida numa capilaridade de controversas, negociações e conflitos abertos, que estimulam o constante repensar dos princípios inscritos nos documentos formativos. É justamente isso que importa nesse capítulo: a dimensão incerta das interações e discussões sobre as formas de participação no MNPR-RS. Veremos que, em interações ordinárias, a noção de *capacitação política* não tem um sentido único e restrito, mas, ao contrário, parece operar como uma espécie de “idealização ambígua” e muito produtiva ao evocar situações críticas, nas quais as discussões sobre responsabilidades individuais, representação e participação são postas à mesa, questionadas, invalidadas ou reforçadas.

Em campo, conforme interessava-me cada vez mais por esse fenômeno, percebia que o seu diferencial era justamente a multiplicidade que ganhava sentido no debate sobre *capacitações*; na afirmação constante de seu caráter indispensável, sem jamais efetivar-se tal qual idealizada por aqueles que a colocavam em discurso e pela constante construção e destruição de sua validade no debate interno ao MNPR-RS. Nessa miríade de possibilidades em torno dos atributos supostamente vitais para o êxito da experiência militante, as práticas e sobretudo os discursos que endossavam a *capacitação*, mostraram-se, também, produtivos a partir de seus efeitos reversos, colocavam em xeque os modos de funcionamento dos órgãos estatais: se era necessário adquirir certas capacidades a partir do ingresso no MNPR-RS,

afirmava-se, com frequência, que alguns agentes estatais também não estavam “capacitados” o suficiente para dialogar com as pessoas “em situação de rua”.

### 3.2 “O movimento é inerente à rua”.

*“Temos que fazer cumprir a lei: para falar tem que estar preparado e não adianta falar besteira. Queremos fazer capacitação. Temos que saber fazer política! Queremos que mais pessoas participem, mas com conhecimento. Não adianta chegar lá e bater, tem que conhecer as leis. Temos que fazer capacitação com grupos de trabalho, com formação política. Sem isso não tem movimento! ”.* (Otávio, coordenador regional do MNPR).

Grupos de trabalho, formação política, conhecimento, lei. No momento em que articulou estas palavras, em 8 de novembro de 2013, Otávio estava apreensivo com a escolha de um militante para representar o MNPR em uma discussão sobre segurança alimentar com o secretário municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre. *“Temos que discutir de igual para igual, temos que ter argumentos”*, arrematou ele, após circunscrever a existência do movimento ao *“conhecimento das leis”*. Para ele, era imprescindível capacitar, escutar, conhecer, aprender, pois *“sem isso não tem movimento”*. Como o faz habitualmente, Adriana é uma das mulheres que questiona os saberes para a representação política: *“não precisamos de muitos argumentos para dizer o que queremos. Eu não tenho conhecimento, mas posso estar lá sem problemas. Aliás, eu nem sei de qual conhecimento o senhor [Otávio] está falando”*.

Meses mais tarde, ela manifestaria o mesmo desconforto com o excesso de reuniões e com as discussões intermináveis que, para ela, não avançavam e nos mantinham amarrados numa eterna *“justificação dos problemas, sem resolver as coisas que dependem da materialidade e não se resolvem nunca”*. Eram empecilhos que, para ela, residiam em condicionalidades representadas pelas exigências de *capacitação*, pelo excesso de palavras e pela carência de ações transformadoras. Esse primeiro embate, um dos mais significativos sobre a questão, foi potente o bastante para que eu ficasse mais atento e alerta às discussões semelhantes. Naquele momento específico, em que o MNPR-RS buscava adesão e visibilidade, a forma como o coletivo se constituiria, o modo como estruturariam sua

organização e, sobretudo, a maneira como alinhariam o diálogo com novos militantes “em situação de rua” eram questões de suma importância e, como tal, mereciam atenção dobrada.

De fato, desde os primeiros passos sob a bandeira do MNPR, no segundo semestre de 2013, os apoiadores e militantes questionavam-se acerca dos desafios para a condução e ampliação do movimento social na cidade. Ora, para se legitimar era imprescindível que tal movimento fosse constituído e conduzido por sujeitos referenciados pela categoria “em situação de rua”, sobretudo porque uma das premissas capitais que o fundamentam é a construção do “protagonismo”, traduzido na participação e no engajamento individual e coletivo. Mas, em reunião ocorrida em outubro de 2013, um senhor, autodeclarado “ex-morador de rua” explicou o que para ele seria o maior obstáculo nesse processo: *“o que a população de rua não sabe é a questão política. A maioria só quer um lugar para comer e dormir”*. Compactuando da mesma assertiva, outros dois militantes advertiram que *“o pessoal é muito desinteressado. Tem que dizer que tem comida”*. Inconformada com essas conclusões um tanto pessimistas, uma apoiadora e educadora social afirmou que precisávamos *“trazer mais pessoas em situação de rua para o movimento. Teremos que ir até os locais de acolhimento, conversar com as pessoas e trabalhar com a cartilha de formação política”*.

A partir de então, não faltavam ideias para potencializar o “recrutamento de militantes”. Sugestões surgiam de todos os lados, com propostas de grupos de teatro de rua, reuniões itinerantes e distribuição de folhetos explicativos. Não demorou muito para que aquilo que nos parecia incontestável e absolutamente salutar fosse colocado em xeque, novamente por Adriana: *“qualquer um pode falar da rua pois o movimento é inerente à rua”*. Ou seja, ela tentava mostrar que não precisávamos ir até as pessoas no intuito de atraí-las para o movimento, pois o movimento já estava com elas, era inerente a elas por uma razão muito específica: a “experiência de rua” concede o saber suficiente para que as pessoas saibam contra o que devem se voltar e por quais mudanças devem lutar. Como esse argumento nunca foi unânime e totalizante, emergindo em determinadas situações, a busca do “protagonismo” prevaleceu como uma questão incompleta ao longo dos últimos meses de 2013. Nas primeiras reuniões de 2014, no entanto, acordou-se que aquele seria o ano em que, nas palavras de Otávio, *“sairíamos às ruas em busca de nossos companheiros. Enquanto movimento, está na hora de começarmos a fazer o protagonismo das pessoas”*.

Mas os desafios continuavam entre as pautas recorrentes nas reuniões. Um jovem estagiário do serviço social e apoiador do MNPR, avaliou que *“as pessoas que estão nas ruas não participam das reuniões porque a burocracia é imensa. Uma pessoa acabou de ir embora agora há pouco porque a discussão é muito burocrática”*. Por sua vez, um jovem negro “em situação de rua”, afirmou ter certeza de que muitos que estavam ali, participando das reuniões, não sabiam o que era a rua, caso contrário teriam a sensibilidade para reconhecer que *“a rua não se adapta a muita reunião”*. Otávio, concebendo a “burocracia” como algo inerente ao “espaço democrático”, arrematou: *“mas não vamos conseguir fugir da democracia”*.

Exatamente um mês após a decisão de “sair para as ruas em busca de novos companheiros”, a primeira experiência desta iniciativa ocorreu sob a Ponte dos Açores, no centro de Porto Alegre. E foi ao acaso: naquela tarde de março, Otávio sugeriu que fôssemos conversar com um grupo instalado naquele espaço e anunciar a existência do MNPR, aproveitando também para divulgar a realização do II Encontro Nacional da População de Rua, que ocorreria no mês de maio em Curitiba. Acompanhados por outros três apoiadores, nos aproximamos de sete pessoas que repousavam sobre colchões, envoltos também em algumas cadeiras e carrinhos de supermercado onde guardavam alguns pertences. Um casal de meia idade descansava ao chão, enquanto um jovem repousava em outro leito mais afastado. Um pouco mais distante, outro casal interagia com dois adolescentes e, juntos, pareciam nada inclinados ao diálogo conosco.

Após as primeiras trocas de palavras, aquele casal manifestou sua indignação com as abordagens policiais violentas no local. Para eles, essas abordagens eram ainda mais injustas pelo fato de que foram impulsionados a viver nas ruas para evitar “problemas familiares”. Como se mostrássemos outras vias para situações violentas como essas, passamos a discorrer sobre a existência do MNPR-RS, informando que em breve haveria uma seleção de 15 pessoas para participarem do II Congresso do Movimento Nacional da População de Rua, que ocorreria em Curitiba, no mês de maio. Nesse momento, uma apoiadora também interveio para elencar as conquistas da mobilização: encontros, seminários e o apoio do Ministério Público na luta contra a violência policial. Sentado ao chão, um dos adolescentes que escutava atentamente as explicações interveio repentinamente para dizer que nada do que a apoiadora dizia era novidade para ele: *“a senhora não precisa explicar porque eu já sei disso tudo. Eu*

*participava do [jornal] Boca de Rua e ‘dava as pautas’ no [movimento] Aquarela<sup>53</sup>’.* Inesperada, a inserção pretérita do rapaz em coletivos de organização política serviu como estímulo ao convite de participação no MNPR, quando Otávio frisou a importância de viajar para outros lugares e “*conversar com a população de rua de todo o país*”. Quando já nos despedíamos do grupo, uma das apoiadoras que nos acompanhava alertou a todos que “*a viagem para Curitiba não é para passear, é para discutir com o movimento*”.

Autoridade, hierarquia e, ao mesmo tempo, a sua ruína situacional. Ao início, as diferenças foram postas em jogo nos discursos e ações, pois éramos, para aquelas pessoas, um grupo ainda desconhecido que, pela aproximação, desencadeou o protocolo inicial já comum quando do “contato” entre agentes estatais e pessoas “em situação de rua”: foi preciso expor “violências sofridas” e associar suas condições atuais de existência aos “problemas familiares”. Tão logo fosse esclarecido que estávamos no local no objetivo primordial de “levar até eles” a existência de um movimento social que reivindica seus direitos – portanto, assumindo o posicionamento de quem detém certas informações e, como “tutor”, aponta caminhos – a desestabilização de nossas posições viria de um jovem absolutamente ciente de que aquilo que estávamos falando não era novidade. Ele não só sabia dos “seus direitos” e conhecia as pautas de mobilizações anteriores, como já participara de outros coletivos. E ainda que ele estivesse falando de engajamentos pretéritos, a experiência reverberava exatamente ali onde ele estava, na relação com os seus e no diálogo com “sujeitos externos” que não precisariam levar o movimento até a rua.

### **3.3 “Não precisa de muito argumento para dizer que queremos comer”**

A conjugação entre a “busca de novos companheiros” e a produção de um tipo de “protagonismo”, depositado como atributo a ser conquistado através da integração de novos militantes, não cessava de impor novos impasses. Ainda em fevereiro de 2014, Diego foi convidado para participar de um congresso sobre saúde coletiva em Fortaleza, no estado do Ceará. A sua escolha e o aceite do convite para o evento propiciaram uma discussão sobre o desequilíbrio de responsabilidades no interior do MNPR. “*O Diego tem entendimento das coisas! Não que os outros não tenham, mas é que não adianta ficar catando as pessoas nas*

---

<sup>53</sup> Sobre o “Aquarela”, ver capítulo 2.



*ruas para participar de eventos onde elas não terão voz! Queremos quantidade ou qualidade? ”* – argumentou uma apoiadora. Por sua vez, Diego não deixou de manifestar um desconforto com a posição de destaque que ocupara naquele momento, argumentando que o movimento não poderia ser carregado apenas por ele e por outros apoiadores. *“Quem mais pode militar?”*, questionou ele, acenando para uma definição de militância calcada na responsabilização por determinadas tarefas e compromissos que ultrapassavam a presença nas reuniões semanais. Em resposta, uma nova fronteira foi acionada por um militante “em situação de rua” que começara a participar das reuniões: *“olha a nossa realidade, meu amigo! Nós temos que trabalhar. Não se vive só de amor. Precisamos comer também! ”*.

A sugestão dessa fronteira entre os que reúnem condições para assumir compromissos exigidos pela militância e os que não estão inseridos diretamente na rede socioassistencial e que, portanto, precisam “se virar para comer”, nunca foi unânime – embora ela sugira que a rede socioassistencial garante ou facilita a militância. Ou melhor: essa diferenciação sempre foi mutante, acionada quando posições de destaque ou relações de hierarquia tornavam-se o foco das atenções, como demonstram os diálogos travados durante uma reunião que antecedeu a escolha de quem participaria do já mencionado encontro nacional em Curitiba. Na ocasião, a apoiadora Ana Paula fomentou a reflexão sobre o “significado” do MNPR para os militantes, estimulando-os a expressar seus entendimentos sobre a representatividade do movimento, partindo de uma indagação inicial: a representação deveria concentrar-se na figura de uma pessoa ou todos teriam as “capacidades” necessárias para representar o MNPR? Adriana foi a primeira pessoa a apresentar a sua compreensão por meio de um questionamento: *“mas eu pensei que automaticamente todos nós fôssemos representantes do movimento! Temos que falar em várias pessoas como representantes”*. Em meio às falas sobrepostas neste debate, Otávio manifestou-se para considerar que *“temos que criar um código de ética do MNPR, para saber o que vamos falar nos encontros nacionais. Sete integrantes foram selecionados [para participar do Encontro] e são os que mais participam das reuniões e estão por dentro do debate”*.

Estar por dentro do debate e saber o que, quando e como falar é um aprendizado que se faz em contraposição a ideia de que para falar “da rua”, basta ser “da rua”. E isso ocorre por um meio de uma diferenciação recorrente sobretudo entre alguns apoiadores: a rua é diferente do movimento. E essa diferença é revelada tanto pela afirmativa de que o “movimento é um espaço para se organizar”, quanto pelas possibilidades de *capacitação* que

se pensa oferecer aos que dele se aproximam. Voltar novamente às primeiras reuniões do MNPR em 2013 nos fornece um exemplo elucidativo sobre os “limites do empoderamento”, necessários quando os sujeitos falam e agem “pela rua” e não “pelo movimento”. Uma lembrança marcante que tenho de uma dessas reuniões é composta pela contenda em torno da atuação de um jovem militante “em situação de rua” que, por “conta própria”, teria marcado uma reunião com a Guarda Municipal no intuito de discutir casos de agressão e remoção de pessoas em alguns pontos da cidade. Para alguns apoiadores e militantes, a atuação do novo integrante era inadmissível e representava a “falta de capacitação”, pois “o movimento não é uma pessoa que se empodera”.

Portanto, para alguns, a “experiência das ruas” concede legitimidade para acessar espaços de enunciação em nome da “população em situação de rua”, ao passo que para outros, há uma defasagem entre as pautas do MNPR-RS e os anseios mais imediatos que estimulam iniciativas individuais realizadas em nome “das ruas” e não “do movimento”. A suposição dessa incomunicabilidade ficou mais clara para mim ao longo de uma conversa informal, quando um militante me confidenciou que, na sua opinião, algumas pessoas “*só aparecem no movimento para reivindicar as suas demandas e os problemas do albergue onde vivem. Elas não entendem que o movimento é uma luta por direitos*”. A defasagem a que me refiro pode ser posta nos termos de um choque entre linguagens e também entre a magnitude argumentativa do que se entende que deva ser reivindicado ou transformado. Enquanto se defende que as pessoas conhecem seus direitos, expressando-os por uma espécie de “gramática das urgências” que dispensa *capacitações* – como defendeu Adriana, “*não se precisa de muito argumento para dizer que queremos comer*” – também se entende que, para alguns, esse conhecimento é potencializado quando alçado a categorias mais abstratas, amplas e coletivas, evocando, assim, o universo das normativas legais para “se fazer cumprir a lei”.

Poderíamos parar por aqui e englobar o choque de linguagens como parte das dinâmicas de luta política orientada no contexto dos movimentos sociais. É o que defende Daniel Cefaï (2009), para quem a vida associativa tem a potencialidade de promover meios de sociabilidade que moldam formas específicas de coexistência e gerenciam objetos, normas e pessoas, ordenando o que seus os membros podem fazer ou dizer. Por meio de conjunturas prático-sensíveis (CEFAÏ, 2009) hábitos de cooperação e de conflitos são fixados para conceder parâmetros à experiência de mobilização e para lapidar “a vida cotidiana de rituais, comandar a eleição de afinidades, a representação de si, as relações com os outros e os lugares

de vida [ditando] o que é bom ou ruim de dizer, em que se acreditar e fazer” (Idem, p.23). Considero, contudo, que essa perspectiva deixaria de lado ao menos dois fenômenos importantes: (i) os processos normativos intimamente ligados às desigualdades no acesso aos espaços internos de visibilidade e representatividade, onde jogos de poder são conduzidos e atualizados incessantemente; (ii) a coexistente emergência e ruína de hierarquias e diferenças entre os sujeitos envolvidos no engajamento coletivo. Este último aspecto inspira-se no que Karina Biondi identificou como processo de formação e supressão simultânea de focos de poder e desigualdade entre os *irmãos* batizados no Primeiro Comando da Capital, o PCC, de modo que toda gênese de mando ou autoridade entre os presos é desmantelada pela labilidade do *ideal de igualdade*, através do qual o desempenho político de seus integrantes deve ser conduzido “sem lançar mão de qualquer autoridade, superioridade ou exercício de poder sobre o outro” (BIONDI, 2010, p. 131).

É impossível negar que, idealmente, no MNPR-RS todos têm espaços iguais de fala, manifestação e representação – entendidos aqui como a possibilidade de falar “em nome da população em situação de rua”. Na mesma perspectiva ideal, apoiadores e militantes possuem igual poder de proposição e deliberação. Mas se o valor da igualdade está presente, é na contingência das relações cotidianas que as distinções ganham peso na atribuição de *capacidades* militantes. É justamente quando a noção de *empoderamento* entra em cena para potencializar a participação política que as desigualdades emergem, exibindo, conseqüentemente, posições hierárquicas alimentadas pela possibilidade/impossibilidade de aquisição de discursos considerados mais ou menos eficazes para a reivindicação de direitos.

Situações semelhantes foram percebidas por John Comerford (1999), em pesquisa com integrantes de associações de sindicatos de trabalhadores rurais dos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Pelo mergulho nesses contextos diversos, Comerford argumenta que o “polo igualitário” expressa concepções internas sobre “união” e “participação”, valores assumidamente basilares para aquelas organizações. Idealmente, todos podem e devem participar, figurando os dirigentes como meros “delegados” ou “representantes” em ocasiões específicas. No “extremo hierárquico”, contudo, a organização é pautada por posições de destaque e autoridade daqueles que “encarnam o grupo” e são, por isso, autorizados a falar e cobrados para que “falem bem”.

Atento ao poder distintivo da palavra e à participação diferencial no âmbito de diferentes organizações militantes, o autor delinea um padrão semelhante pelo qual é possível

visualizar que “não só há pessoas que falam bem mais do que outras, como de maneira geral são sempre as mesmas pessoas. Os dirigentes organizam reuniões com a intenção de promover a participação de todos, mas acabam produzindo a visibilidade de alguns” (COMERFORD, 1999, p.63). Nesse enquadramento apresentado por Comerford, a reunião não seria “de todos”, mas “do grupo”, ou seja, dos sujeitos destacados por seus discursos abrangentes e articulados a níveis mais abstratos de discussão. Falas e posturas que não abarquem contextos múltiplos e coletivizados, tendem a ser deixadas sem respostas, desvelando elementos de autoridade, ordenamento de formas mais “adequadas de engajamento” e seus efeitos de sobreparticipação: uma espécie de inserção periférica dos que ouvem atenta e respeitosamente os que falam com maestria, convicção e conhecimento (*Ibidem*, 1999).

Ora, não é raro que enquadramentos semelhantes sejam referenciados em diferentes inserções etnográficas sobre mobilização social. O estudo de Paula Lacerda (2015) sobre a ação política de familiares de crianças vítimas de violência em Altamira, no estado do Pará, mostrou que o reconhecimento social das lideranças era potencializado pelo conhecimento sobre as leis, a administração pública e seus funcionamentos. Em outro contexto absolutamente distinto, Biondi (2010) mostra que o ingresso de um sujeito no PCC depende de um consistente conhecimento da vida prisional, de suas capacidades oratórias e de negociação, além de sua observação pregressa à ética e aos valores do PCC. Em um cenário ainda mais diverso, a pesquisa etnográfica de Bénédicte Duclos (2010) sobre a mobilização pelo direito à moradia, conduzida pela associação parisiense *Droit Au Logement*, aponta para um quadro complexo de diferenciação, no qual “militantes profissionais” concentram recursos e poder de decisão pouco transmissíveis, apesar das tentativas retóricas de “formação política” voltadas às famílias de imigrantes atingidas pela ineficácia das políticas de moradia na França. A autora mostra que a visibilidade de alguns desses integrantes condiciona-se à substituição de testemunhos individuais de “sofrimento” e “vitimização” pela supervalorização do coletivo, mas essa mudança gradual nas condutas discursivas não altera o sistema desigual de repartição de poderes entre “militantes” (que organizam, falam e decidem) e os sujeitos em busca de ajuda material, moradia e emprego. Por fim, em contexto não diretamente vinculado ao campo da mobilização política, Schuch (2008) analisa o cenário

de implementação das práticas restaurativas no Brasil<sup>54</sup> e desloca nossas atenções para as formas contemporâneas de regulação social voltadas à constituição de novos “sujeitos de direitos”, argumentando que a introdução da linguagem dos direitos vincula-se à formação de sujeitos detentores de habilidades necessárias ao exercício da cidadania, direcionadas sobretudo ao autogerenciamento de condutas embasadas por valores transnacionais de “paz e não-violência” (SCHUCH, 2008).

A despeito de suas especificidades, essas pesquisas etnográficas expõem o estímulo à aquisição individual de recursos e *capacidades* que perpassa o destaque de sujeitos considerados aptos à interlocução com instâncias responsáveis pela “gestão de visibilidades”. A partir da contribuição dos autores supracitados, também poderíamos afirmar que a experiência com o MNPR-RS produz um *corte* entre sujeitos aptos e inaptos. Mas se olharmos com mais atenção e desconfiança, veremos que, ao mesmo tempo em que diferencia, o insistente discurso sobre a *capacitação política* promove um debate contínuo, que se movimenta pela dinâmica das relações entre militantes e apoiadores do MNPR-RS, na medida em que as reflexões constantes sobre a “politização das pessoas em situação de rua” permitem que condições de hierarquia e posições de destaque sejam postas à prova, feitas e desfeitas. Se a *capacitação*, o conhecimento das leis, o funcionamento das instituições, o domínio de uma linguagem e comportamento específicos ou uma gramática coletivizada e abstrata são valoradas e reificadas, também o é a assertiva de que a “experiência das ruas” conforma uma genuína *capacitação política*, pois “o movimento é inerente à rua” e “não precisa de muito para saber que se precisa comer”. Esse embate entre concepções de experiências que “capacitam”, parece afrontar ou enfraquecer a hierarquia entre a “linguagem dos direitos” e a “gramática das urgências”, fazendo com que, muitas vezes, elas estejam num campo de enfrentamento e, a um só tempo, multiplicando suas forças pelas conexões que fazem uma com a outra. Para melhor exemplificar essa questão, exponho, a seguir, uma experiência que ressalta o paradoxo entre embate e conexão.

---

<sup>54</sup> A justiça restaurativa, ao promover a negociação e a mediação de conflitos, opera como alternativa ao sistema tradicional penal e, seguindo recomendações da Organização das Nações Unidas, mobiliza valores como a paz e a não-violência na formulação de políticas de justiça não autoritárias (SCHUCH, 2008).

### 3.4 A exposição pública dos desacordos.

Naquela manhã de 4 de novembro de 2013, o burburinho de risadas e conversas acaloradas parecia afrontar a postura formal e quase solene de algumas autoridades que, em fila, aguardavam para realizar a inscrição no *Direito à cidade: a efetivação das políticas públicas para a população em situação de rua*<sup>55</sup>. O auditório da Faculdade de Comunicação da UFRGS seria palco de afrontamentos captados em gestos e frases provocativas direcionadas às autoridades convidadas e a alguns trabalhadores dos serviços socioassistenciais. Era de se esperar que o tom das interações fosse dado por afrontamentos iniciais de uma plateia diversificada, composta por pessoas “em situação de rua”, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, estudantes, professores e autoridades estatais que comporiam a mesa de abertura do evento. Em suma, já se podia antever o cenário de embates que estava prestes a se formar.

Entre o público já acomodado no auditório, um grande material inflável, em formato de garrafa de cachaça, passava de mão em mão. Com jocosidade, todos que a tocavam assinavam seus nomes naquela “garrafa” cuja representação, por boa parte do século XX, esteve negativamente associada ao universo das ruas por leituras explicativas que individualizavam, culpavam e puniam vidas e comportamentos. Por ironia da história, naquele exato momento em que políticas públicas e o “direito à cidade” eram discutidos, um símbolo estigmatizante impunha-se em tom provocativo e inseria-se, em alguma medida, na constituição de uma performance política calcada no constrangimento, na intimidação e na contestação promovida pelas mesmas existências outrora vitimadas por enquadramentos médico-sanitaristas.

Da plateia, demandas surgiam a todo instante e sobrepunham-se às falas dos representantes que, à mesa de abertura, proferiam seus discursos sobre a “*necessidade de elaboração de propostas efetivas*”, reafirmando seus “*compromissos de efetivação dos serviços prestados*”, consagrando o sujeito “em situação de rua” como “*um cidadão que tem direito a usar estes serviços*” e rememorando a “*presença histórica da população de rua na*

---

<sup>55</sup> O seminário foi promovido por professores do curso de Enfermagem da UFRGS e contou com o apoio do MNPR, da prefeitura de Porto Alegre e do MDS.

*constituição das cidades ocidentais*”. Nada disso, no entanto, era absorvido de forma pacata. Continuamente o público levantava-se indignado com o que ouvia, vaiando as colocações das autoridades e aplaudindo os discursos enérgicos dos que representavam o MNPR-RS. Em alguns momentos os gestores, vereadores e professores ali presentes não tinham outra opção além de silenciar e ouvir as denúncias, reclamações de desrespeito e maus tratos, acusações que vinham de todos os cantos do auditório: *“habitação, moradia, educação! As coisas têm que sair do papel!”*. *“É muita humilhação e atentado ao pudor nos serviços”*. *“Para nós é sempre mais demorado, isso é preconceito!”*. *“Política higienista e violência nas ruas, essa é a Porto Alegre da igualdade?”*.

Em meio a este cenário de embates, Otávio, também sentado à mesa de autoridades convidadas, evocou em sua fala a preciosidade do diálogo institucional com as secretarias ali representadas, pois eram elas as responsáveis pela alimentação, pela moradia, pela assistência social: *“não é só comida, é casa, é moradia”*. Mas ao mesmo tempo em que era necessário saber dialogar com as instituições ali representadas e que comungavam de um declarado compromisso com as pessoas “em situação de rua”, as cobranças e os constrangimentos também foram positivamente avaliados pela maioria dos membros do MNPR. Especialmente nesse contexto, desponta uma forma de atuação conjunta e coordenada entre as “gramáticas dos direitos” e da “urgência”, pois, embora pareçam antagônicas em suas superfícies, referem-se a campos retóricos de enunciação e reivindicação de direitos, seja pela aquisição gradual de uma linguagem formal, que expresse o domínio de certos códigos, ou pela cobrança direta e individualizada de direitos básicos: “precisamos comer”. Além do mais, a cobrança ininterrupta direcionada aos representantes do poder público abriu caminhos para que Otávio pudesse, a um só tempo, reconhecer a importância do diálogo institucional e, como efeito desse próprio reconhecimento, responsabilizar as instituições e cobrar maior comprometimento com as causas ali apresentadas. Uma lógica parecia funcionar: quanto maior o reconhecimento do prestígio e da importância das instituições, maior a cobrança por implicação com as fontes de onde provinham tais considerações prestigiosas.

À época ocupando a importante posição de coordenador regional do MNPR, Otávio, assim como demais militantes, defendia o imperativo de saber “respeitar”, dialogar e conduzir uma ação pacífica na mobilização política. Embora esse diálogo pacificamente orientado apontava para o “domínio das leis” como arma política, ele também se apresentava de mãos dadas com a exposição de denúncias e mesmo com o relato de experiências individuais: *“eu*

*já apanhei [nas ruas] e os que estão aqui me conhecem e sabem. Sabemos que temos que saber discutir dentro da lei, pois somos um movimento pacífico*". Conquanto quisesse mostrar que não se prenderia às denúncias de mazelas individuais (deslocadas de uma discursividade abstrata e voltada ao mundo dos direitos), ou aos problemas emergenciais encarados no cotidiano de abrigos e albergues, Otávio parecia valer-se de sua experiência individual para dar um salto a mais e mostrar que, se a violência sempre fora uma arma preferida das instituições estatais, sobretudo as responsáveis pela segurança pública, para um "movimento pacífico" como o MNPR essa arma não serviria. A guerra seria travada com leis, códigos, saberes e direitos.

Talvez por isso, absolutamente nada impedisse as pessoas de "colocarem o dedo na cara" dos representantes estatais e exibir as feridas da indiferença com o que acontecia no interior dos serviços públicos. Todas aquelas "urgências" potencializavam a "linguagem dos direitos", como se fossem a expressão empírica de conceitos mais abstratos, como "violações", "abandono social", "cidadania" e "violência institucional". Da mesma forma, as "denúncias incontrolláveis" adubavam o terreno para que a retórica da "organização" florescesse e mostrasse às autoridades que, em primeiro lugar, o apoio do campo institucional era importante para o MNPR-RS. Para isso, era imprescindível lançar mão de um "diálogo respeitoso" e mostrar que, a despeito de tantos atropelamentos na interlocução, o movimento prezava pela organização e pelo domínio dos marcos legais que lhes garantia direitos. Por isso, em meio às vozes e clamores que se alternavam naquele auditório, uma educadora social e apoiadora do MNPR inscreveu-se para falar sobre a urgência de uma construção coletiva que tivesse a "escuta" como base, finalizando sua intervenção lamentando a dificuldade em reunir e "organizar" a "população em situação de rua" em momentos de diálogos tão importantes como aquele.

Impossível negar: aquela forma de embate e reivindicação (que cobrava que *"as coisas saíssem do papel"* porque *"era muita humilhação"*) não era a mais adequada na opinião de alguns, pelo menos em contextos de interlocução estatal, quando era necessário exibir uma "organização". Mas apesar das considerações tecidas pela apoiadora, o encerramento do seminário foi acompanhado por um sentimento de vitória entre os integrantes do MNPR, provocado pela intensa participação dos usuários dos serviços assistenciais no evento: eram novos militantes em potencial. Mais do que sobreporem-se uma



à outra, as diferentes concepções de *capacitação* atuaram em complementaridade curiosamente através da exposição pública de seus desacordos.

\*\*\*

Ainda que possamos vislumbrar uma demarcação de posições que nos permita minimamente situar um dos principais “dilemas existenciais” do MNPR-RS – a *capacitação* – nada é mais significativo do que a fluidez tanto do entendimento sobre o que um militante precisa saber e adquirir para inserir-se na “mobilização organizada”, quanto dos efeitos inesperados que tais concepções podem ter no percurso daqueles que se engajam. Nessa caminhada, nenhuma maneira de compreender e vivenciar a mobilização é estática ou estanque: trata-se de uma experiência que se movimenta, vaza, adquire força e criatividade. Dentro dessa multiplicidade, é possível que sujeitos que nunca tenham participado de um movimento social ou que sempre combateram o discurso da *capacitação* política, adquiram a centralidade de uma liderança, aprendam a “falar bem” e insiram-se em uma ampla e difusa rede de interlocução; outros podem manter o discurso contrário ao teor normativo e, mesmo assim, flexibilizar e direcionar tal potência combativa para alvos e circunstâncias consideradas ideais pelo coletivo; outros, ainda, podem romper com o coletivo organizado e trilhar caminhos mais isolados de reivindicação de direitos, dialogando com uma multiplicidade de agentes e instituições no intuito de enfrentar “urgências” cujas resoluções concretas são contrapostas aos “discursos exagerados que não resolvem nada”. Existem, igualmente, os que costumam seus caminhos entre o acesso e o distanciamento de serviços, agentes e instituições (estatais, filantrópicas, religiosas, não-governamentais), concentrando esforços nos vínculos, códigos de relações e moralidades que atravessam o “viver nas ruas” (MAGNI, 2006; FRANGELLA, 2009; LEMÕES, 2013).

Malgrado todas essas possibilidades, as diferenciações entre “rua” e “movimento”, ou entre “direitos” e “urgências”, operadas pelos integrantes do MNPR-RS, têm agência e produtividade, seja porque enredam as pessoas em debates e enfrentamentos constantes ou porque, em momentos de conexão, multipliquem suas forças na interlocução com as instituições estatais. É por isso que a “vida nas ruas”, ainda que circunscrita por uma categoria de definição governamental, tem seus sentidos constantemente negociados e reelaborados em

embates cotidianos. O que se percebe com maior proximidade é, num primeiro momento, uma diferenciação que tem na “experiência adquirida” a sua razão de ser. A validade dessa experiência, ou a forma como se atribui valor a ela, configura o epicentro dos debates, na medida em que para alguns integrantes com uma certa trajetória militante, a “rua” – essa expressão categórica que mimetiza uniformemente complexas e múltiplas existências – precisa ser depurada, capacitada, como se fosse a matéria-prima de uma criação elaborada, talhada e lapidada: a mobilização.

Como vimos, também há quem coloque a questão em outros termos, invertendo-a: quem precisa ser lapidado é o próprio MNPR, que se move por uma “burocracia” incompatível com “a rua”, conformando, para alguns, a principal barreira no engajamento de novos militantes. Curiosamente, é a aproximação com questões “básicas” e “individuais” (como comer e dormir) que em algumas opiniões dificulta o envolvimento com responsabilidades e posições mais centrais no MNPR, pois o necessário investimento em garantir a “sobrevivência diária” lhes tomaria muito tempo e dedicação. Outros radicalizam a ideia de que “a rua” tem poder e discernimento para conhecer “os seus direitos”, não precisando, assim, de *capacitação* ou mediação. O que essa última percepção parece antever é que não se trata de superar a condição – tão atribuída aos que vivem “nas ruas” – de “penúria”, de “privações” e de “violências múltiplas” para começar a lutar por direitos (numa relação íntima entre capacitação e superação), ou de, na insuficiência de tal “superação”, eleger representantes melhor “organizados”, mas sim de tomar a própria “experiência de rua” em sua potência denunciativa, ao expor, por exemplo, o abismo entre “os que comem” e “os que não comem”, pois “não precisa de muito para dizer que precisamos comer”.

Acontece que a permanência de um debate fomentado por diferenciações sobre *capacidades* acaba implicando as pessoas numa discussão coletiva, conectando pela discordância e criando as condições para os processos simultâneos de contraposição e de união, no limite revelando o MNPR-RS como um movimento que se movimenta pelas querelas internas que promove. É como se a discussão contínua sobre *capacitação* constituísse um processo *capacitador*, não no sentido de uma formação que “empodera”, mas sim na sua potência reflexiva, nas disposições que estimula, pois é por suas implicações que as correlações de forças abrem espaço para que “a rua” seja afirmada como uma experiência “politicamente capacitadora”, divergindo e, ao mesmo tempo, complementando a “linguagem dos direitos”. Aqui, a “rua” pode ser pensada, em seu estatuto político, como um mínimo

denominador comum, utilizado quando os argumentos da *capacitação* são falhos ou criticados.

Diferente do que ocorre nos contextos analisados por Comerford (1999), nos quais a visibilidade de alguns provoca a sobreplicação de outros mediante assimetria no domínio de falas e posturas estimadas, no MNPR-RS as hierarquias que venham se enraizar são contrapostas por recursos os mais diversos e criativos. Longe de permitir uma dominação triunfante e incontornável de ideias sobre “práticas militantes”, essas pessoas flertam com uma conhecida assertiva foucaultiana: as relações de poder nascem e renascem, inflam e rastejam por todos os lados, suscitando possibilidades de resistência numa “luta perpétua e multiforme” (FOUCAULT, 2006, p. 232). Deste ângulo, o que está em jogo é uma negociação de sentidos sobre a potência de uma “experiência política”: aquela adquirida por homens e mulheres que, de formas muito diferenciadas e com percursos múltiplos, habitam ou habitaram “as ruas” da cidade. Nesse jogo, já sabemos que a resistência não se faz em posição de exterioridade às relações de poder, sobretudo porque elas só podem existir por meio de uma multiplicidade de pontos móveis de reação que figuram como alvo, apoio ou adversários dispostos por toda a rede de poder (FOUCAULT, [1976] 2014).

Quando me reporto a essas práticas de resistência, não as apreendo em um marco liberatório definido pelo objetivo único de emancipação de grandes sistemas normativos, ou de superação das estruturas de dominação e desigualdade, como defende Sharry Ortner (2007). Não se trata de perseguir horizontes de superação das condicionalidades civilizadoras postas em prática pelo governo das capacidades cidadãs (SCHUCH, 2008), pois, a meu ver, a especificidade dessa luta travada pelo movimento social em questão se faz na conflitualidade dialógica com as normatizações que definem em documentos legais, e por meio de tecnologias de governo, quem são as pessoas “em situação de rua”, quantos são e como vivem ou como devem viver, lutar e mudar suas vidas. Penso que, valendo-se dos mesmos recursos e ferramentas discursivas mobilizadas por relações de subordinação (MAHMOOD, 2006), as pessoas se relacionam com a normatividade de forma crítica, reflexiva e calcada em ações que se fazem “contra e a partir do Estado” (SCHUCH, 2015), mas também produzem outras normatividades que operam de forma situacional, de acordo com os contextos e a intensidade das relações com os interlocutores em jogo.

Se até então assistimos a “vida nas ruas” apresentar-se paulatinamente como um conjunto de experiências que também concede potência política na luta por direitos, veremos

a partir de agora que as “experiências das ruas” se tornam, a um só tempo, saber e poder. Com isso, pretendo mostrar que se as pessoas “em situação de rua” não concentram esforços na luta contra certas condicionalidades, também não abrem mão de produzir outras armas utilizando o mesmo material: a produção e o domínio de conhecimentos. Essa produção desvela-se em situações particulares em que os agentes do campo socioassistencial tentam conhecer a “dinâmica das ruas”, buscando coletar um saber que precisa ser apropriado e coletivizado, mas que só pode ser transmitido por sujeitos historicamente pensados como despossuídos de qualquer atribuição de sapiência ou maestria. Em posição de quem transmite um saber, essas pessoas agora conduzem seus discursos sobre o “modo de vida nas ruas”, acionando ora a positividade dessa vivência, ora demonstrando suas faces perversas que jamais serão conhecidas pelos que a ela não pertencem.

### **3.5 O sangue das ruas**

Janeiro, sexta-feira à tarde. Os militantes do MNPR-RS preparavam-se para mais uma reunião semanal quando as conversas paralelas foram atenuadas pela chegada inesperada de um grupo de jovens estudantes, guiado por uma professora universitária do curso de enfermagem da UFRGS. Entraram, sentaram, não deram uma palavra e, por um tempo, ficaram atentos aos assuntos diversos que se cruzavam entre apoiadores e militantes.

Os seis jovens universitários que acompanhavam a professora vestiam uma camiseta azul, cuja estampa trazia a seguinte frase: *SUS, uma conquista cidadã*. Na oportunidade em que se apresentaram, justificaram a aproximação com o MNPR-RS por estarem realizando um estágio pelo VER-SUS,<sup>56</sup> um programa de vivências no Sistema Único de Saúde. A professora que os acompanhava pediu a palavra, explicou os fundamentos do programa, relatou ter visitado algumas comunidades quilombolas e acompanhado o trabalho da equipe do Consultório de Rua (CR), dentre outros espaços de intervenção vinculados ao SUS. Como parte dessas vivências propostas no âmbito de um programa federal, o grupo almejava

---

<sup>56</sup> Trata-se de um programa apresentado pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Rede Unida, com o Governo Colaborativo em saúde/UFRGS e com a UNE. A finalidade do Vivências e Estágios na Realidade do SUS (VER-SUS) é proporcionar, por meio de estágios e vivências, um contato direto com o cotidiano de trabalho das organizações e dos agentes de saúde.

conhecer também a dinâmica do MNPR-RS e relatar as experiências dos dias anteriores – por isso estavam ali naquela tarde.

Os jovens se apresentaram brevemente. Eram estudantes de enfermagem e psicologia, vindos do interior do estado e da região metropolitana. A ideia inicial, proposta pela professora, era que cada um expusesse o aprendizado acumulado pelo diálogo constituído com diferentes grupos a partir das vivências realizadas até aquele momento. Mas logo no início do primeiro relato, Adão interrompeu uma tímida estudante, que pretendia expor a imersão que tivera com a equipe do CR na região central da cidade, e lançou uma questão que daria o tom do que ainda estava por vir naquela reunião: *“Mas vocês só foram nesses locais, né? Algum de vocês já foi na rua mesmo?”*. A professora imediatamente explicou que a experiência com a equipe do CR foi muito produtiva no sentido de estabelecer contato com o “universo das ruas”. A aluna, então, retomou sua narrativa, mencionando o caso de um “morador de rua”, acompanhado de perto por ela e pela equipe do CR, que estaria apresentando comportamento agressivo e que a única solução para o acalmar seria a internação. No entanto, Marcos assegurou conhecer esse sujeito e os motivos que o levavam a agir daquela forma:

Esse cara é tri inteligente, sabia? Ele tem curso de computador! Sabe tudo de computador, mas caiu na rua, por isso que ele é meio pirado. Então por que tem que internar? Eu sou contra a internação! Eu estou na rua desde os nove anos de idade e sei que a internação não adianta nada. Como é que vocês vão querer tratar a droga com outra droga, se a gente sabe que remédio também é droga? (DIÁRIO DE CAMPO, 23/01/2015).

Em resposta, a professora compartilhou seus pensamentos:

De qual droga será que ele está falando – eu fiquei pensando! Pois tem vários tipos de drogas e cada caso é um caso. Existem casos extremos que exigem uso de medicamentos, que são drogas, é verdade, mas se trata de uma questão vital! Existem outros casos em que um acompanhamento psicológico, uma terapia pode ajudar muito (DIÁRIO DE CAMPO, 23/01/2015).

Marcos não desfez o semblante de desconfiança que trazia no rosto durante todo o tempo em que a professora expusera suas concepções sobre internação. Mas foi Adão quem pediu a palavra novamente: *“Posso fazer só mais uma pergunta? Se tem uma pessoa na rua, qual é o maior motivo para internar ela?”*. Após suspirar e observar que *“vocês só fazem perguntas difíceis”*, a professora respondeu que *“a internação ocorre quando a pessoa corre*

*o risco de atentar contra a própria vida ou contra a vida dos outros*". Mas o debate não terminaria na explicação sobre o fato de que é o risco à vida, no limite, que justifica a internação dos que vivem nas ruas, usuários de drogas ou não. Outras questões surgiram naquele diálogo entre futuros agentes do saber especializado (os universitários), seus tutores (detentores e transmissores desse saber) e homens e mulheres sem grandes níveis de escolaridade ou experiência acadêmica, porém possuidores de determinados conhecimentos e discursos que lhes concedem legitimidade e potência enunciativa: o "saber das ruas".

Bem-intencionados, os acadêmicos foram ao encontro dos militantes do MNPR-RS para relatarem suas vivências no campo do atendimento à saúde, mas não conseguiram narrar o substancial de suas experiências, sendo interrompidos pelos questionamentos contundentes dos que detinham vivências de trânsito entre fronteiras de espaços política e simbolicamente estruturados entre a "vida nas ruas" e os aparatos que lhes direcionam ações interventivas. Naquela elucidativa reunião, pouco a pouco, um outro saber foi ganhando espaço e, de forma muito sutil, passou a disputar legitimidade ao lado dos efeitos de autoridade que, direta ou indiretamente, a presença daquele grupo produzia.

Na constituição daquele cenário e na continuidade do debate, Marcos expôs suas considerações sobre a questão da internação, evidenciando outra perspectiva: a de quem "vive e conhece a rua".

Eu estou há tanto tempo na rua e nunca precisei me internar. Eu conheço a rua, conheço todos esses que vocês visitaram. Para vocês verem: eu não estou mais na rua. Faz um tempo que consegui um barraco com a minha mulher, mas esses dias eu já dormi na rua de novo. Eu estou dentro de casa, mas não consigo largar a rua. *A rua é um sangue! Ela está no sangue!* (DIÁRIO DE CAMPO, 23/01/2015)

Enquanto isso, sentado à mesa destinada aos que coordenavam a reunião, Adão conservava uma postura de autoridade, de alguém que ensinava, que transmitia um conhecimento ainda não apreendido, mas desejado pelos demais. A postura corporal, a movimentação das mãos, o tom da fala, a firmeza no olhar (que se fixava por alguns instantes em cada um dos presentes na reunião), construía uma atmosfera de respeito, verdade e testemunho em torno de suas explicações sobre a "invisibilidade do morador de rua". A sua plateia, que viera inicialmente para relatar experiências, mas que não fizera muito mais do que ouvir e responder questões incisivas, já havia, a essa altura, abandonado os propósitos iniciais para apenas ouvir com atenção. Adão seguia explicando que...

Nós fizemos grupo um teatro de rua, que se chama “Os invisíveis”, porque nós não somos vistos nas ruas. As pessoas passam e não olham, mas nós não somos invisíveis. Por exemplo, nem adianta vocês se disfarçarem de morador de rua, porque vão perceber. Esses dias um grupo de estudantes se disfarçou de morador de rua, para fazer uma brincadeira, e pediram dinheiro na rua e as pessoas davam porque sabiam que não eram moradores de rua. Então a gente sempre leva a pior. A RBS [rede de TV regional] odeia os moradores de rua! Tudo que eles publicam é contra o morador de rua. A verdade sobre nós está aqui ó [mostra o último exemplar do jornal *Boca de Rua*]. Aqui tem toda a verdade sobre o morador de rua. Eu fico feliz que vocês estão aqui, mas tem muita gente que se forma na faculdade e nunca mais aparece (DIÁRIO DE CAMPO, 23/01/2015).

Nos discursos de Marcos e Adão, era impossível não sentir o tom de cobrança e desconfiança direcionado aos que se aproximavam naquela tarde para conhecer o MNPR-RS. Cobrança em relação à necessidade de ouvi-los, de senti-los, de considerar, nas ações de intervenção e cuidado, suas experiências *com* e *sobre* a rua; desconfiança em relação aos seus propósitos de aproximação, que, para eles, deveriam dialogar com o saber específico que a vivência nas ruas lhes outorga, o que lhes permite afirmar que “a internação não adianta nada” e que “tratam a droga com outras drogas”. Ou seja, ali, naquela interação específica, quem expunha o modo adequado de interlocução com as pessoas “em situação de rua” eram elas mesmas, sem a mediação de apoiadores e sem condicionalidades das formas mais ou menos “adequadas” de diálogo. Aliás, agora eram eles que construíam novas diferenciações: se para alguns integrantes do MNPR a “rua” e o “movimento” eram distintas (com éticas e saberes também distintos), para algumas pessoas “em situação de rua” a disposição em “conhecer a rua” era diferente de “estar e ser das ruas”. Por mais que fosse uma diferenciação um tanto óbvia, naquelas circunstâncias essa nova fronteira, quase intransponível, era também um ponto de poder, saber e legitimidade.

Os diálogos travados naquela reunião mostraram que o saber atribuído à “experiência das ruas” desestabiliza práticas consolidadas de tratamento e cuidado, formulando críticas apoiadas na validade do estar e ser “da rua”. E foi por “conhecer a rua” que Marcos destituiu a verdade sobre “comportamentos perigosos” que só poderiam ser tratados pela internação. Provocando um deslocamento dos distúrbios individuais para as precariedades do mundo do trabalho, Marcos explicou que o “homem fora de si”, evocado pela estudante, só apresentava agressividade porque “fez curso de computador”, mas não conseguiu exercer a atividade. No mesmo embalo, Adão questionou: “vocês já foram na rua? ”. Era uma pergunta afiada que a um só tempo questionava e afirmava a diferença, a distância e a positividade dos que habitam

ruas, que têm algo a dizer e que precisam ser ouvidos pela sensibilidade daqueles que se disponham cruzar uma fronteira praticamente intransponível.

Frente a tudo isso, a ideia de que a “rua está no sangue” aparentemente produz ambiguidades em relação à proclamada luta por direitos, sobretudo quando se reivindica inserção social pela via do trabalho, pelo direito à moradia e à constituição de “laços familiares e comunitários”. Nessa retórica de inclusões, a lógica hegemônica aponta para um processo de “saída das ruas” e para um progressivo desfazer-se desse “modo de vida” consensualmente indesejado. Contudo, possuir a “rua no sangue”, no contexto específico e situacional aqui tratado, é dominar a “verdade de uma realidade” e ter acesso ao *status* de quem passou pela experiência e que, por isso, conhece um universo no qual muitos agentes estatais precisam mergulhar para a efetivação de suas atividades, cada vez mais inspiradas em propostas humanizadas dos serviços públicos. A enunciação positiva “das ruas”, *locus* de experiência que se inscreve “no sangue”, se firma na luta política não direcionada apenas à formalidade do direito, mas ao campo do respeito, da consideração e da valorização de suas experiências e existências.

Nesse sentido, o exemplar do jornal *Boca de Rua* não foi erguido por Adão de forma gratuita naquela reunião. O gesto veio acompanhado de uma associação entre invisibilidade, ódio e verdade. A invisibilidade ante o olhar do cidadão comum, mas também aquela com a qual certas políticas públicas são conduzidas; o ódio estimulado e legitimado nos meios de comunicação conservadores que perpetuam termos, categorias e concepções estigmatizantes sobre os que habitam o espaço público; e a verdade que se inscreve nas páginas de um jornal que mostra a “realidade” e que conta a “verdade” pela boca dos que a conhecem melhor do que ninguém. A associação entre “verdade” sobre as ruas e o conteúdo jornalístico, nos fornece pistas para entender como esses sujeitos mobilizam alguns elementos diacríticos que de certa forma positivam suas experiências e concedem legitimidade às suas lutas. Nesse caso, a “verdade” de um jornal se faz pelo contraponto à mídia dominante, mas também pelo fato de ser contada por quem “sabe o que é a rua”.



### 3.6 Mundos em atrito

Se em algumas situações a “vida nas ruas” é positivada como um conhecimento adquirido que diferencia e concede legitimidade na luta política, em outras, é justamente o sofrimento que vem à tona nos discursos, operando também como um mecanismo de diferenciação e de condicionalidade no acesso aos espaços de enunciação política em nome das pessoas “em situação de rua”. Vejamos um caso específico, quando dois meses ainda nos separavam da Copa do Mundo no Brasil.

Naqueles dias, os rumores de violência policial circulavam por entre as reuniões do MNPR-RS, a rede assistencial e a as instituições comprometidas com os direitos humanos, mobilizando autoridades, órgãos e instituições. Ministério Público (MP), Defensoria Pública (DP), Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos (CEDECONDH) da câmara de vereadores, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos<sup>57</sup> (PPDDH), estudantes, pesquisadores, advogados, vereadores: todos se mobilizaram, cada um a seu modo, por um diálogo estreito com apoiadores e militantes do MNPR-RS<sup>58</sup>.

O principal impasse referia-se às possibilidades de denunciar as agressões policiais que já estavam em curso na cidade. Representantes do MP manifestavam suas apreensões frente à inexistência de relatos claros e dados precisos sobre descrição física, nomes e números que permitissem responsabilizar agentes da segurança pública. O argumento apresentado por pessoas “em situação de rua” era de que as agressões policiais eram racistas e humilhantes e que, por isso, denunciá-las formalmente só reproduziria uma violência já insuportável, uma vez que não tardariam as retaliações dos próprios policiais. Em uma das reuniões em que esse assunto teve centralidade, Adão levantou-se e dirigiu-se ao centro do grande círculo no qual estavam sentados os representantes institucionais. Dessa posição central, ele caminhou em direção às autoridades, vestindo a camiseta azul do MNPR,

---

<sup>57</sup> Programa criado em 2004 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2007, tornou-se uma política nacional por meio do Decreto Presidencial nº 6.044/07. Sua proposta de ação inclui medidas que visem a proteção de pessoas que estejam em “risco” ou ameaça em decorrência da atuação na defesa dos direitos humanos. Além da proteção da integridade física dos defensores, o programa, por meio de suas equipes técnicas, empenha-se na superação das “causas” que geram as situações de risco.

<sup>58</sup> Os desdobramentos e os efeitos deste cenário de interlocução institucional no período da Copa do Mundo serão abordados com profundidade no capítulo 5 desta tese.

gesticulando rapidamente com as mãos e por vezes apontando o dedo indicador para alguns de seus ouvintes. Nessa performance, ele prosseguiu com a seguinte colocação:

*Não quero proteção nenhuma! Eu quero é saber o que vocês estão fazendo enquanto estamos na rua. Aqui todos dormem! Enquanto vocês dormem, nós estamos na rua. Com exceção de alguns estudantes<sup>59</sup> que estão indo para as ruas conosco, o resto não sabe o que é viver assim. Não adianta nada vocês ficarem falando, se não sabem o que a gente passa (DIÁRIO DE CAMPO, 06/06/2014).*

Não era a primeira vez que ouvia Adão proferir discursos que traziam à tona a fronteira entre os que “dormem” e os que “estão nas ruas”, entre quem conhece essa realidade, os que se aproximam dela (como os estudantes apoiadores) e os que falam sobre ela, mas não mergulham na sua intensidade vivencial. Por outro lado, considerando os temas discutidos no referido período, percebe-se que a prioridade dada às denúncias formais, na visão dos militantes, estava sendo exigida sem levar em conta a dinâmica de atuação dos agentes de segurança pública e a população em foco no debate: uma das práticas punitivas seria a captura dos denunciantes que receberiam severos castigos físicos e psicológicos por “delatarem” policiais.

Aqui, a “rua” emerge em sua face negativa pela violência, pelas ofensas, pelo preconceito e pelo racismo. Não se trata de positivar a rua, de tomá-la como algo que “está no sangue” diante dos que pretendem conhecê-la, mas de fazer viver o seu lado mais cruel diante dos que falam sem conhecer e sem considerar suas particularidades. Os primeiros, como os acadêmicos do VER-SUS, querem conhecer para falar; os segundos, exigindo denúncias formais, falam sem conhecer. Para cada uma dessas situações, uma dimensão da rua é exposta e potencializada para produzir efeitos de diferenciação.

Outro episódio, ocorrido mais de um ano após a Copa do Mundo, desvelaria algumas nuances nas facetas da diferenciação, quando Adão entrou em um debate sobre a forma como algumas equipes de abordagem de rua vinham sendo tratadas por algumas pessoas “em situação de rua”, opinando que “o morador de rua sabe e sente quando a pessoa que se aproxima dele não gosta do que faz”. Na mesma discussão, a militante Miriam afirmou que

---

<sup>59</sup> Veremos ainda neste capítulo o caso de dois estudantes e apoiadores do MNPR que passaram uma noite nas ruas, assim como os efeitos de tal experiência na mudança do modo como começaram a ser vistos por alguns militantes.

*Se eles estão invadindo o meu espaço, são eles que precisam me respeitar. Já que estudam tanto, precisam achar uma teoria que ajude eles a nos entender. E isso não é só em relação ao morador de rua, mas também ao pobre e favelado. Eles já chegam dizendo que a vida é bela. A vida é bela para eles, não para mim (DIÁRIO DE CAMPO).*

Vimos que Adão já havia dito para o grupo de estudantes do VER-SUS: “não adianta nem vocês se disfarçarem de morador de rua”, reiterando a impossibilidade de apropriação ou de inserção em um “mundo” que se inscreve no corpo e no “sangue” e que, por mais que se quera ou se necessite conhecer o que está além dessa “fronteira”, as tentativas serão quase sempre tortuosas para os que não se resignam à posição de aprendiz compreensivo. Mas no último caso mencionado, acrescenta-se um saber tácito, atrelado à sensibilidade do “morador de rua” que sabe e que sente quando um educador social “não gosta do que faz”. Miriam também instiga pensar sobre as condicionalidades que esperam aqueles que ultrapassam fronteiras ou que invadem espaços alheios: além de ser preciso “gostar do que faz”, é necessário respeitar por meio da compreensão de que a “a vida não é bela” para todos, nem que para isso tenham que buscar aporte “na teoria”.

### **3.7 Mundos cruzados**

O exemplo mais eficaz de quem “cruzou fronteiras” e “invadiu espaços”, prestando atenção àquelas exigências de “respeito” e “compreensão”, pode ser localizado no caso de dois acadêmicos em ciências sociais da UFRGS, pesquisadores e apoiadores do MNPR. Pedro e Gabriela, à época orientados pela antropóloga Patrice Schuch em projetos de pesquisa de iniciação científica e extensão universitária, passaram uma noite nas ruas com Marcos e Adão. Em grupo, percorrendo os espaços de aglomeração, compartilhando comida, bebida, vivenciando situações as mais inusitadas e interagindo também com diferentes grupos caritativos e religiosos que apareciam ao longo da noite, aqueles estudantes mergulharam em um “mundo” no qual partilharam experiências que os transformaram, nas palavras de Marcos e Adão, em “quase moradores de rua” pois “só eles sabem a nossa realidade porque comeram e beberam conosco”. Tal episódio era descrito como um rito de passagem que marca uma inflexão singular (ainda que incompleta) nas relações.

Essa inflexão nem sempre ocorre após uma experiência tão demarcada como a de Pedro e Gabriela. Ela pode se formar paulatinamente na cotidianidade e se revelar em momentos inesperados, como aconteceu comigo já nos últimos meses de trabalho de campo, quando aguardava o embarque no ônibus para o encontro nacional em Brasília, enquanto comia sopa em uma caixa de leite improvisada e compartilhada com os demais militantes. Naquela situação, Diego aproximou-se discretamente para dizer o quanto me admirava pela simplicidade com a qual eu me permitia “comer em caixa de leite” sem nenhum problema. Em outros momentos, sobretudo quando era apresentado por um militante do MNPR a algum de seus “companheiros de rua”, também fui colocado na posição de “quase morador de rua”, o que, suponho, era provocado pelo tempo de proximidade e inserção no coletivo de mobilização política. Porém, situações como essas sempre eram conduzidas por um tom de jocosidade, pois ao mesmo tempo em que acionavam a pessoalidade das relações, realçavam nossas diferenças.

Talvez por causa de sua constante incompletude e incerteza, a posição de “quase morador de rua”, mesmo aquela auferida por apoiadores que penetram “outro mundo” com “respeito” e “compreensão”, é submetida a “sessões de tensão”, nas quais é avaliada, diferenciada e mesmo questionada quanto à sua veracidade. Em dezembro de 2014, em reunião de avaliação da trajetória do MNPR-RS ao longo do ano, colocou-se em pauta o papel do apoiador, de modo que suas posições dentro do grupo foram avaliadas por cada um dos militantes. Na avaliação, Adão foi o primeiro a afirmar que os apoiadores “*entraram no nosso mundo e nós entramos no mundo deles. Isso é ser apoiador*”. Adriana, por sua vez, ponderou que “*o apoiador é como uma muleta, um apoio, uma extensão daquilo que você não tem*”. Marcos também assegurou as boas intenções dos apoiadores, exemplificando-as a partir das disposições de Pedro, que estava ao seu lado, em conhecer as ruas e “adentrar seus mundos”. Nesse momento, porém, Amilton, um homem “em situação de rua” que há pouco começara a participar das reuniões do MNPR-RS, advertiu que, na sua opinião,

*Tem que ver para crer! Pedro, me diz uma coisa, quantas vezes tu dormiste na rua? Em qual praça tu já dormiu? Não adianta passar uma noite só ou ir em determinado lugar. Tu já foste, por acaso, na Avenida Farrapos? Lá tem outra rua, lá é bem diferente do centro (DIÁRIO DE CAMPO, 23/12/2014)*

Se de um lado alguns apoiadores figuram como sujeitos que se permitem uma “interpenetração de mundos”, servindo também como muleta ou como extensões do que não

se tem – sobretudo apoio e estímulo à luta por meio de uma relação que deve ser, teoricamente, de “respeito” e “compreensão”; de outro eles não cruzam totalmente uma fronteira, atuando sempre numa zona móvel onde os “mundos” se cruzam, se interpenetram, mas não se fundem. Amilton não presenciara o momento em que Pedro e Gabriela foram às ruas por uma noite, assim como não havia constituído vínculos de pessoalidade e afeto com aqueles estudantes, ou seja, os seus “mundos” não estavam atravessados. Da sua posição distanciada, ele visualizava um jovem universitário, branco, de classe média sendo valorizado por uma experiência que lhe concedia o diploma de quem “conhece a rua”. Para Amilton, no entanto, era preciso mais do que uma noite para apreender as múltiplas dinâmicas relacionais e territoriais dos que habitam um espaço muito mais complexo e diversificado do que, na opinião dele, se poderia apreender em uma noite.

Novas classificações são, então, formuladas entre os que “pensam que já conhecem rua” e os que só a conhecem porque a vivem ou viveram intensamente. É possível iluminar, com isso, não só a conexão dessas classificações com as relações de forças em torno do “saber das ruas”, mas também com a dimensão dos vínculos que se constroem com os apoiadores. Isso sugere que uma das condicionalidades para o reconhecimento dos que “são quase moradores de rua” passa pelo exemplo que podem dar sobre compromisso e engajamento com as pessoas “em situação de rua” e com o MNPR-RS – exemplo que tem como consequência a abertura para relações estreitas de confidencialidade e afeto. Como já mostrei na introdução, essa pesquisa só foi possível quando consegui mostrar que meus interesses não eram restritos à realização de uma tese de doutorado, mas envolviam também uma disposição para a luta contra as injustiças sociais.

Outras duas situações complexificam a questão. Numa noite de janeiro de 2016, quando comemorávamos o aniversário de alguns militantes do MNPR em um bar no centro da cidade, Adão apresentou-me uma apoiadora e pesquisadora da área da enfermagem como sendo a sua mais nova “madrinha”<sup>60</sup>. Estranhei, pois já nos conhecíamos muito bem. Só com o desenrolar daquela cena pude entender que a apoiadora adquiria um novo *status* que, a princípio, não lhe caiu bem: “*eu não gosto de rótulos, não queria ser rotulada assim*”.

---

<sup>60</sup> Em minha pesquisa de mestrado, os registros etnográficos mostraram que *pais* e *irmãos* são “formados” por relações de cuidado, aconselhamentos, lealdade e cumplicidade, enquanto *padrinhos* e *madrinhas* eram nomeações atribuídas a sujeitos externos que, pela pessoalidade diária das relações firmadas por pequenas trocas de serviços e favores, ofereciam “mais que comida”: a abertura para o vínculo individualizado, marcado por aconselhamentos, cuidados e ajudas em momentos críticos (LEMÕES, 2013). Em suma, *padrinhos* e *madrinhas* eram pessoas com as quais se poderia contar e com as quais os laços de confiança permitiam uma “abertura de jogo” dos segredos e intimidades.

Curioso, questioneei Adão sobre a mudança que a posição de “madrinha” produziria na relação entre eles. A resposta estava na ponta da língua: *“muda tudo porque antes ela não sabia nada sobre mim. Ela não sabia das coisas que tu sabes, por exemplo. Tu sabes tudo sobre mim! Agora ela está sabendo também”*. Discrepante desse breve diálogo sobre o “poder” do “saber”, outra situação mostra que aproximar-se do MNPR-RS sem a explicitação de um certo empenho para a mobilização social pode colocar tudo a perder. Isso aconteceu quando um estudante de artes visuais compareceu a uma reunião e, em sua breve apresentação pessoal, afirmou estar ali apenas para um projeto de pesquisa e nada mais. Ao término da reunião, Diego compartilhou comigo sua indignação com aquele estudante que *“pensa que pode se aproximar do movimento só para fazer pesquisa da faculdade”*.

Os dois casos estão conectados pela mensagem que portam. A apoiadora e, desde então, “madrinha”, não viraria as costas após coletar informações para suas pesquisas acadêmicas. Com uma trajetória já considerável como apoiadora do MNPR-RS por mais de um ano, ela não deixou dúvidas em relação aos seus compromissos com os integrantes daquele movimento. Supostamente, uma das consequências mais visíveis e estimadas desse engajamento que transcorre no tempo – num tempo que tem agência sobre as relações (DAS, 1999) – é a constituição de vínculos de afeto e pessoalidade que preparam as condições de acesso a “saberes” diferenciados, revelados a poucos. Ao contrário, um estudante que dá o seu primeiro passo a partir de interesses individuais de pesquisa (valendo-se de uma espécie distinta de linguagem das “urgências acadêmicas”), corria o risco de afastar-se da figura do apoiador, aquele que “entra em outros mundos” e que serve como “muleta”. Bloqueado para o engajamento e compromisso, estaria também impossibilitado de acessar certos saberes reservados aos “padrinhos” e aos “quase moradores de rua” – categorias que diferenciam e, ao mesmo tempo, exprimem uma aproximação singular.

\*\*\*

Esquemas de sobredeterminação com pretensões totalizantes nunca se mantêm por muito tempo – afirma Aihwa Ong (2005). Inspirado nessa argumentação, procurei valorizar o que sempre escapa: a vida, a criatividade, a ação que transforma, que se apropria, que enfrenta e inventa formas de fazer e refazer o jogo das correlações de forças que perpassam as arenas

de interlocução política. Se a formalização de orientações, inscritas na oficialidade dos órgãos públicos articulados com setores da mobilização social, orienta e produz condutas “civilizadas” informadas”, “potencializadas”, “responsáveis” e “capacitadas” para a cidadania; se essa lógica civilizatória, de alguma forma, circunda e embasa a concepção de “capacitação” para a “militância” organizada, é finalmente no debate e no embate que essas concepções normativas e valorativas ganham vida e sentido aberto, dinamizado, negociado e reapropriado no cerne das divergências que, mais do que produzirem cisão, concedem “movimento ao movimento”.

Nessa movimentação constante, nem aqueles vistos como despojados de certos saberes fundamentais ao acesso e à luta por direitos permanecem nesse invólucro discursivo por muito tempo, acionando avaliações e condicionalidades próprias tanto aos *experts* que almejam falar *sobre* eles, quanto aos apoiadores que pretendem falar *com* eles. Com isso, a “rua” torna-se o principal elemento diacrítico que classifica, diferencia, aproxima e distancia os múltiplos agentes envolvidos na imbricação dos processos de cuidar, capacitar e lutar estudados até aqui. Enquanto um saber adquirido que distingue, a “rua” concede espaços de fala para quem a vivenciou; enquanto universo violento e perverso, coloca em cheque quaisquer pretensões de resolução ou de compreensão totalizante por parte dos que jamais sentiram a “violência das ruas” em seus corpos. Para estes, é preciso mostrar o mapa das posições de onde falam, para quem falam e sobre quem falam, deixando claro que, embora defendam a *capacitação* política com unhas e dentes, pouca coisa pode ser dita *sobre* e *com* a “rua” sem que se esteja realmente capacitado – não pelas cartilhas, mas pela experiência vivida na pele, no “sangue das ruas”.

## Capítulo 4

### De armas e ferramentas.

#### Normatividade e produção de condutas ideais para a luta política.

Há um gosto esquizofrênico pela ferramenta, que a faz passar do trabalho à criação livre, um gosto esquizofrênico pela arma, que a transforma num meio de paz, de obter paz. A um só tempo um revide e uma resistência. Tudo é muito ambíguo.

Deleuze e Guattari, 1997.

A apresentação discursiva do “morar na rua” como resultado de doenças e disfunções construídas na prática cotidiana de agentes institucionais. Esse é o argumento central de Vicent Lyon-Callo (2000) em estudo sobre a medicalização da pobreza no interior de abrigos emergenciais para “sem-tetos” de Northampton, nos Estados Unidos. Nos mostra o autor que os programas e serviços norte-americanos que buscam tratar e medicalizar a desigualdade social, obliteram, ao mesmo tempo, qualquer discussão sobre raça, classe e gênero que possa expandir a compreensão e as “soluções” possíveis para a questão. Tal explicação disfuncional e biomédica resultaria da combinação de percepções estigmatizantes sobre os “sem-teto” com esforços mais amplos, empreendidos por advogados e formuladores políticos interessados em superar a atribuição do “problema” a uma questão de condutas individuais. A consequência dessa combinação *sui generis* materializa-se na construção de sujeitos a serem governados por si mesmos.

Pelas observações de Lyon-Callo (2000), tal construção de bases neoliberais ocorre na cotidianidade institucional: em reuniões, na execução das regras e no gerenciamento dos casos individuais cujos protagonistas devem logo reconhecer a culpa por seus próprios “infortúnios”. Para alguns profissionais, há uma busca por histórias de fracasso, de problemas



peçoais, doenças mentais, depressão, abuso de drogas ou traumas que possam ser localizados e potencializados. A partir dessa identificação, as pessoas devem se engajar na superação e no consentimento de que “há algo de errado” em seus corpos, mentes ou “escolhas de vida”. Nas tentativas de resolução dessas questões da “ordem do eu”, sucessos e falhas fornecem a matéria-prima para a formação de um conjunto de “distúrbios” e sintomas manifestos na historicidade de cada caso monitorado e tecnicamente elaborado pelos especialistas (LYON-CALLO, 2000).

Cuidar de si, reconhecer certos “distúrbios” e apresentar sinais de superação tornam-se condicionalidades para a permanência nos abrigos de Northampton. O mais impressionante da referida pesquisa é precisamente o fato de que qualquer transgressão ou contestação de regras é usado como exemplo de que as pessoas possuem algum problema. Qualquer forma ativa de protesto ou engajamento coletivo converte-se, aos olhos dos profissionais, numa clara relutância ao cuidado individual e numa tecnologia de subjetividade que permite reconhecer um pouco mais as “enfermidades da mente”. Assim, as pessoas que levantam questões sobre a falta de oportunidades no mercado de trabalho, os salários insuficientes, as relações de exploração, humilhação e racismo, são entendidas como um “problema”. Frequentemente, a resposta a esse problema, fornecida pelas equipes de monitoramento dos casos, conforma uma espécie de inevitabilidade da perversidade capitalista: *“we can’t change the economy, so we have to change you”* (LYON-CALLO, 2000, p. 340).

Na opinião de Jean-Louis Genard (2013) tudo isso não passa de um modo específico de regulação da pobreza, fortemente ancorado na penalização, na responsabilização individual, no humanitarismo e na medicalização. Para este pesquisador, um conjunto de políticas sociais, baseado em “indicadores de vulnerabilidades”, fomentam práticas e dispositivos de vigilância empenhados em evitar a recaída e a reincidência dos beneficiários das políticas de assistência social implantadas em países europeus. Esse assombro por reincidências é o que projeta responsabilidades sobre as pessoas, estimulando capacidades de recuperação por intermédio de uma semântica de empoderamento e capacitação. Nesse processo, dois movimentos são realizados conjuntamente: a exigência de um mergulho em si mesmo (para manter-se controlado e resiliente) e a exteriorização de si, quando se exibem capacidades de contestação social. Essa duplicidade se traduz num direcionamento à ativação de uma luta contra o desemprego e na mobilização de “recursos próprios” contra a passividade frente aos dispositivos estatais.

O curioso é que tanto o exemplo norte-americano quanto as reflexões sobre as políticas europeias de assistência social, falam de uma interdependência ou de uma atuação conjunta e simultânea entre os planos individual e coletivo, ou seja, entre o engajamento no terreno do eu e no campo reivindicatório. No primeiro exemplo, a evocação de forças mais amplas para a compreensão de “casos problemáticos” é tanto uma oposição às práticas individualizantes quanto um ponto de potência para sua legitimação, pois evidenciam e confirmam a existência de “distúrbios físicos e mentais” que, por sua vez, explicam os infortúnios experimentados pelos usuários. No segundo caso, a própria inserção em coletivos de participação é localizada como um dispositivo de “empoderamento” que funciona por imperativos de engajamento coletivo e de responsabilização individual, de modo que, não por acaso, os grupos chamados a engajamentos desta ordem são justamente os considerados mais “frágeis” e “vulneráveis”.

Apesar das distâncias de contexto e amplitude analítica, essas reflexões tecidas alhures se aproximam da mobilização política do MNPR em Porto Alegre (*locus* de minhas experiências etnográficas) e das questões que pretendo explorar neste capítulo: o cruzamento entre práticas, técnicas e discursos da mobilização social e as práticas de intervenção institucional – dois campos aparentemente distintos, mas que, juntos, operam na produção de condutas, corpos e comportamentos ideias, tanto para as mudanças individuais dos limitantes, quanto para a potencialização da mobilização coletiva.

Ainda que inspirado pelas argumentações de Lyon-Callo (2000) e Genard (2013), o caminho que busco trilhar é mais desafiante: não cair na armadilha de supostas dominações totalizantes, mas apontar multiplicidades e ambiguidades próprias de um cruzamento – quase um mimetismo – entre armas (de luta) e ferramentas (de intervenção), isto é, uma sobreposição e, por vezes, uma potencialização mútua entre a produção de corpos e condutas ideias para a luta política e o combate aos diferentes discursos e categorias depreciativas que recaem sobre os que se autodeclaram pessoas “em situação de rua”. Nesse argumento, a contestação pode ser normativa, assim como a normatividade pode ser, inesperadamente, contestatória. Por isso, o proliferado desejo de lapidar modos mais ou menos “corretos” de engajamento entre militantes e apoiadores do MNPR-RS, aciona, a um só tempo, condicionalidades e potentes oposições discursivas contra históricas incivilidades atribuídas aos habitantes do espaço público.

Desse modo, defendo que o engajamento individual (em superações calcadas no reconhecimento de limites e capacidades) e o engajamento coletivo (em movimento de reivindicação de direitos) potencializam-se mutuamente, de modo que as fronteiras entre um e outro nunca são facilmente identificáveis. Me interessa, portanto, a produtividade dessa forma particular de produção de sujeitos aptos ao reconhecimento e à superação de suas incapacidades de engajamento individual e coletivo – processo que possui múltiplas facetas, sempre ambíguas, móveis, inesperadas e com muitas possibilidades de potencialização contestatória.

Percorrendo, a partir de agora, uma série de interações, intervenções, conflitos e debates vivenciados e registrados em diversos contextos e cenários pelos quais circulam e atuam apoiadores e militantes “em situação de rua” – como instituições de tratamento para dependência de álcool e drogas, reuniões e congressos nacionais do MNPR – esforço-me para mostrar que: dentro e fora do campo institucional existe um trabalho exercido sobre dimensões biográficas da “mente”, do “corpo”, mas também sobre as relações coletivas (tecidas por enunciações familiares, institucionais e reivindicatórias) nas quais as pessoas “em situação de rua” engajam-se; que estas mesmas pessoas produzem enunciações críticas, combativas e denunciativas em meio ao excesso de gestão sobre seus corpos e vidas; por fim, que existe uma potencialização entre o conjunto dessas forças que produzem (ou pretendem produzir) condutas ideais e os esforços de apoiadores e militantes do MNPR-RS em deslegitimar discursos desqualificadores sobre a “população em situação de rua” – o que amplia e desdobra a construção de condutas também sobre os próprios agentes estatais localizados na incerta fronteira entre territórios institucionais e espaços oficiais de luta política.

#### **4.1 Condutas exemplares**

Era julho de 2014 e comemorávamos o aniversário de Adão, um militante do MNPR-RS. Fomos todos para o Largo do Zumbi e organizamos uma mesa com refrigerantes, salgados e doces. Muitos apoiadores estavam presentes e outras pessoas “em situação de rua” conhecidas de Adão permaneceram conosco para os festejos daquela tarde. Uma delas era Júlio, um jovem de 22 anos que, sentado em um banco mais afastado, comia vagarosamente a

comida que lhe oferecemos. A comoção foi inevitável: ele transmitia uma fragilidade acentuada pelos ferimentos recentes que trazia no rosto e na lateral direita da cabeça. Interpelado pelo nosso espanto e indignação, ele afirmou que os machucados eram fruto de uma agressão policial ocorrida na noite anterior. A voz lenta e fraca, o semblante de tristeza profunda e a exposição de feridas pareciam compor uma “estética da vulnerabilidade”, sensibilizando e revoltando a todos que estavam por perto.

Ana Paula sugeriu encaminhar Júlio ao atendimento médico para, em seguida, registrar um boletim de ocorrência, acompanhado pela equipe de abordagem da FASC, na qual Joana trabalharia naquela noite. Preocupada com a continuidade das agressões, Ana Paula contestou a permanência de Júlio nas ruas. Pelo celular, ela conversou com Joana, solicitando que a sua equipe de trabalho comparecesse ao local assim que o expediente noturno começasse. Júlio parecia estar de acordo com aquelas combinações. Enquanto isso acontecia, fiquei sentado ao seu lado completamente atormentado com a cena e com as situações narradas para explicar o que lhe acontecera: um grupo de policiais o teria acordado com pauladas, sob a “justificativa” de que ele teria furtado um estabelecimento próximo de onde estava.

Apesar de sua aparente concordância com os encaminhamentos, Júlio não esperou por ninguém. Levantou-se decidido: *“preciso voltar para onde eu estava, pois se eu ficar aqui vou ser agredido de novo porque outros caras da rua acham que eu roubei uma pessoa”*. Para tranquilizar Ana Paula, ele garantiu que ficaria no mesmo local onde dormia, distante duas quadras de onde estávamos e onde ele aguardaria a equipe de abordagem social que viria ao seu encontro mais tarde. Naquela noite, Júlio não foi encontrado e por semanas não soubemos de seu paradeiro. Ele reapareceu cerca de um mês depois, em uma habitual reunião do movimento, visivelmente embriagado e desanimado. Em meio às discussões, que em nada se aproximavam do que parecia necessitar no momento, já irritado, pediu a palavra:

*Eu vim aqui pedir ajuda para vocês, eu não aguento mais viver desse jeito. Eu quero parar de beber, mas eu não consigo! Eu não posso parar de beber sozinho porque se eu paro e fico na rua, me dá abstinência e eu tenho ataque epilético*  
(DIÁRIO DE CAMPO, 18/07/2014).

O pedido de ajuda foi ouvido por militantes e apoiadores: estudantes, pesquisadores, psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais e pessoas “em situação de rua”. Foi unânime a decisão em ajuda-lo. Uma psicóloga e um estudante de ciências sociais o

acompanharam até o CREAS a fim de solicitar encaminhamento para uma clínica de recuperação. Não demorou muito para que os três retornassem à reunião. Emocionado, Júlio tinha mais algumas palavras a dizer. Enquanto todos ainda estavam sentados em círculo no interior da sede do SIMPA, Júlio prostrou-se em pé, fora do círculo, ao lado da psicóloga que o acompanhara. Nessa posição, ele pediu a atenção de todos para agradecer profundamente o que haviam feito por ele. Após dar um beijo emocionado no rosto da psicóloga, levantou o moletom que vestia e retirou duas garrafas de aguardente que portava escondido, desfazendo-se delas ali mesmo, como prova pública de que estava definitivamente decidido a mudar de vida – um gesto que foi comemorado e aplaudido de pé por todos os presentes naquela reunião. Enfim, Júlio foi internado em uma clínica pública de tratamento.

Não levou mais do que uma semana para que ele fosse visto nas ruas novamente, após abandonar a clínica. Na seguinte reunião do movimento, soubemos que ele voltara para o mesmo local de costume, há duas quadras de onde estávamos reunidos. Quando terminamos os trabalhos daquela tarde, Joana me convidou para conversar com ele. Em companhia de outras duas apoiadoras, avistamos Júlio e um de seus amigos sentados sob a marquise de um pequeno comércio, em uma das ruas mais movimentadas da Cidade Baixa, uma região de intensa vida noturna em Porto Alegre. Júlio reconheceu a equipe de longe e automaticamente escondeu o rosto com as mãos, num irrefletido gesto de vergonha. De perto, percebemos que ele estava novamente machucado, desta vez com pontos e curativos no rosto. Mal nos cumprimentamos e ele começou a explicar que não estava de volta por conta própria. Sentado em um degrau de acesso a uma loja, ele mostrou os dois braços e deixou claro que, na sua visão, o que lhe aconteceu foi inadmissível: deixaram-lhe marcas nos braços ao injetarem soro em suas veias. Quanto a isso, Joana explicou-lhe ser um procedimento padrão e que não teria como ele escapar da agulha para “se tratar”. Ainda preocupada, perguntou-lhe: *“como é a tua relação com a bebida? Quando acordas de manhã, tu comes alguma coisa ou vais direto beber cachaça?”*. Ele prontamente respondeu que às vezes come alguma coisa, mas *“se fico sem beber, começo a tremer e passo mal”*. Ao seu lado, o amigo confirmou as explicações e acrescentou que *“ele passa mal se não beber e pode até engolir a língua se não tiver ninguém para ajudar”*. Como uma educadora social com experiências pretéritas em redução de danos, Joana foi precisa em seus conselhos:

*“Tu precisas te esforçar para comer alguma coisa antes de beber, porque o corpo precisa se preparar para receber a bebida e seria bom tu ficares um tempo no albergue porque lá tu não vais poder entrar com bebida, mas vais te alimentar a noite, dormir bem e tomar um café da manhã”* (Joana, 25 de julho de 2014).

Júlio ouviu os aconselhamentos sobre o seu ingresso em albergue, mas não respondeu nada. Aproveitando que as orientações versavam sobre seus hábitos alimentares, não fez mais do que pedir que lhe comprassem algo para comer, o que foi feito por mim e por Joana que, ao final de nossa conversa com Júlio, já alimentado e ainda decepcionado com o atendimento recebido na instituição onde gostaria de iniciar um “tratamento de recuperação”, manteve sua posição de que o melhor para ele seria o ingresso no albergue municipal. Era, no mínimo, uma questão de “redução de danos”.

Resumindo. O nosso primeiro contato com Júlio foi mediado pelos estilhaços da violência policial. Sangue, ferimentos expostos e um corpo fragilizado compuseram a visualidade de nossas interações iniciais. Instigando uma atenção coletiva e um olhar de revolta e sensibilidade, Júlio era, para muitos, a personificação do sujeito “vulnerável”: incapaz de se proteger, de cuidar de si, de tomar as rédeas rumo à superação daquela situação e impedir que ela se reproduzisse. Quando levantou, querendo partir, e alertou que precisava circular para não ser agredido novamente, de alguma forma ele deixou exposta a continuidade da violência em sua vida, bem como sua “impotência individual” para bloquear a reincidência de experiências semelhantes. Naquele instante, era um corpo que dava corpo, materialidade e potência à precariedade, à vulnerabilidade e à fragilidade – discursos centrais nas políticas de gestão e regulação da pobreza urbana (GENARD, 2013).

Essa abertura ao monitoramento e cuidado de Júlio seria multiplicada pelos acontecimentos subsequentes. Em reunião na qual discutíamos uma série de problemas e impasses em torno da morosa abertura do Restaurante Popular<sup>61</sup> na cidade, ele apareceu sozinho, mas não para engajar-se na discussão e na mobilização pelo reconhecimento e efetivação dos direitos da “população em situação de rua”. Sua presença, naquele espaço, foi um grito de ajuda individual. Um grito que apontava os espaços institucionais da assistência social como único caminho rumo à “recuperação”. Mas suas marcas corporais, resultado daquelas primeiras agressões, acionavam um agenciamento crítico contra os órgãos da segurança pública e contra a sua própria “incapacidade de transformação individual”, ou seja,

---

<sup>61</sup> O Restaurante Popular faz parte de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional, conduzida pelo MDS a partir de 2006. Em Porto Alegre, o Restaurante Popular existiu de 2006 a 2013, quando foi interditado por falta de condições protetivas contra incêndio. O envolvimento do MNPR-RS com a sua reabertura, em 2016, será descrito no capítulo 6.

de “deixar as ruas” e todos os riscos de violência que ela pressupõe no imaginário social. Daí o seu pedido de ajuda altamente performático e fortemente celebrado.

Júlio, então, precisou assumir suas fragilidades, estancando momentaneamente a própria fluidez de sua existência frente aos aparatos estatais. Era como se estivesse “entregando-se” ao auxílio de agentes e instituições aptos para identificar faltas e carências, bem como investidos de um poder muito específico: aquele que pressupõe a recuperação como princípios de todo e qualquer projeto de governo dos outros (SCOTT, [2009], 2013). Mas estávamos diante de uma declarada vulnerabilidade que brindou a todos com um grito de basta! Ao levantar a roupa e mostrar algo escondido, num ato de revelar o oculto de si materializado em duas garrafas de aguardente, desfazendo-se delas e de toda a negatividade que a bebida carrega naquele contexto específico de significação, Júlio anunciava um primeiro passo individualizado de responsabilização por seus próprios atos, coletivamente assistido, aprovado e aplaudido.

Algum tempo depois, ele avistou estas mesmas pessoas caminhando em sua direção e reagiu cobrindo o rosto com as mãos. Os braços, contudo, foram expostos: neles inscreviam-se os sinais de uma intervenção, ao seu ver, violenta e incompreensível, mas que para outros apenas poderia fazer parte de um procedimento padrão. Esconder o rosto envergonhado e mostrar os braços machucados parecia conformar mais do que apenas gestos morais ou justificativos. O mesmo movimento que apontava uma falha individual também desvelava sutilmente uma falha estatal, que inscreve nos corpos a sutileza de suas *microviolências* legitimadas. Eram, portanto, gestos corporais que expressavam e produziam, simultaneamente, falhas, denúncia e resistência frente a uma série de agentes e aparatos que buscavam agir para o “seu próprio bem”. Ainda que supostamente desprovido de cuidados e autocuidados mínimos que lhe permitissem participar das reuniões do MNPR-RS, Júlio parecia produzir política tanto com o próprio corpo, evidenciando marcas de uma trajetória de violações, quanto com a sua resistência em deixar-se capturar totalmente pelo aparato institucional.

Finalmente, Júlio não deixou de ser seguido, monitorado e convencido a ficar, a abrigar-se e a buscar forças em si mesmo. Instigado a refletir sobre o que seria melhor para si, aquele sujeito de estatura baixa, corpo esguio e voz pacata tornava-se foco de ações de convencimento que compõem um movimento de domesticação estatal no qual é preciso convencer certas pessoas que determinado caminho é melhor, mais seguro e mais protegido

(LEIRNER, 2012). Nada disso é garantido, porém, sem um engajamento em si mesmo. Ao interromper um tratamento logo nos seus primeiros dias, aquele breve “usuário” dos serviços estatais foi aconselhado a abrigar-se no albergue municipal, onde dormiria e se alimentaria melhor. Nesse aconselhamento, Júlio foi incitado a olhar para si mesmo justamente quando questionado sobre a relação entre os seus hábitos alimentares e a ingestão de bebidas alcoólicas. Confessou uma verdade sobre o corpo, perfazendo um trajeto discursivo sobre seus problemas de saúde agravados pelo álcool e pela “alimentação irregular”. Em resposta, foi dito que ele precisava, antes de qualquer coisa, “preparar o corpo para beber” e que a inserção em instituição de albergagem potencializaria tal esforço na medida em que ofereceria alimentação e proibiria o porte de bebidas em suas dependências. A instituição daria os meios e as oportunidades, mas nada seria possível sem iniciativas individuais.

Todas as ações e discursos mobilizados pelo encontro com Júlio – fragilizado, machucado, fora de uma posição de ataque – comunicam o privilégio de “corpos vulneráveis” na composição da comoção que mobiliza os agentes para encaminhamentos institucionais diversos. A aprovação e positivação de sua performance pública, pela qual livra-se de uma substância amplamente associada à degradação física e moral de certas “vulnerabilidades biográficas” (BAUMGARTEM, 2013), compuseram a dimensão valorativa daquela atitude para os demais integrantes da reunião. A performatividade do acontecimento colocou em cena um dos anseios mais importantes e almejados em quase todos os contextos de interação com pessoas “em situação de rua”: o primeiro passo dado rumo à organização pessoal e à “saída das ruas” – entendidos como precondições para a “recuperação da dignidade”.

Doravante, (como já anunciado no início deste capítulo) estamos não somente encarando a emergência de condutas ideais para sujeitos politizados e militantes, mas sobretudo vivenciando a projeção destes ideais em práticas e discursos que se mesclam numa encruzilhada entre a mobilização política e a intervenção estatal. Isso porque o espaço de militância, que envolve a aquisição de saberes e posturas específicas, modos de se pronunciar e dialogar, é entrecruzado pelo cuidado e intervenção sobre determinados corpos a serem recuperados e vidas a serem estimuladas à organização. Conforma-se uma rede que conecta sujeitos, saberes e instituições, de modo que quase nada impede que, nas reuniões do movimento, alguém seja aconselhado, estimulado ou encaminhado para alguma instituição especializada, como o Centro de Atendimento Psicossocial – Alcool e Drogas, (o CAPS-AD).



Portanto, se falamos de um campo comum de circulação de pessoas exercendo diferentes funções, falamos também de técnicas e saberes comuns, que circulam e se articulam, ao invés de romperem definitivamente uns com os outros. A seguir, espero mostrar essas conexões a partir da relação estabelecida com outros dois interlocutores que circulam por entre esses campos e nos permitem visualizar a articulação entre intervenções biomédicas, enunciações críticas, militância e autocuidado.

#### **4.2 Sempre tem grades na minha vida.**

Pela primeira vez, Adão apareceu na reunião do MNPR-RS em uma tarde de abril de 2014, quando o que mais discutíamos naqueles dias eram as possíveis ações policiais e assistenciais contra a presença de pessoas “em situação de rua” durante a Copa do Mundo que se aproximava. Denúncias desse gênero já ocorriam naquele período e o que mais escutávamos era que as pessoas estavam com medo. Alguém sugeriu um diálogo mais estreito com os Centros-Pop, onde poderíamos fazer algumas reuniões do MNPR-RS a fim de ampliar uma rede de controle e identificação de possíveis ações violentas na cidade. No meio daquela discussão, Adão apresentou-se e, em alto e bom tom, anunciou: “*eu estava afastado porque precisava cuidar um pouco de mim. Agora estou de volta!*”. Dias depois, quando resolvemos sair às ruas, conversar com as pessoas e saber se a truculência policial aumentara efetivamente, Adão mostrou que ainda estava cuidando de si, ao me confidenciar que estar conosco, imerso naquela rede de apoiadores e militantes, era, para ele, uma oportunidade para manter-se afastado do *crack*. Por repetidas vezes, no entanto, precisou buscar tratamentos mais especializados e em outros momentos ninguém sabia onde ele estava – os mais próximos, “amigos da rua”, especulavam sobre o seu paradeiro. Nestas idas e vindas, o seu retorno ao MNPR-RS era uma constante.

Em outubro de 2015, um ano e meio após aquele curto diálogo, encontrei Adão novamente em reunião do MNPR-RS – a primeira que participei após o meu retorno de estágio no exterior. Ele estava estranhamente calado, calmo e em estado de sonolência. Indaguei sobre a sua reclusão e ele limitou-se em abrir a mão e mostrar-me um envelope de

*diazepam*<sup>62</sup>, afirmando, em seguida, que estava controlando os efeitos da abstinência e sendo acompanhado pela equipe de um abrigo, onde abrigara-se há algumas semanas. Dias depois eu ficaria sabendo que Adão fora afastado de um projeto no qual atuava como facilitador social junto aos serviços do Consultório de Rua, pelo qual recebia uma bolsa mensal. O desligamento deveu-se ao fato de que ele teria “colocado em risco” a sua vida e a de um enfermeiro que o acompanhara em serviço.

Nos últimos dias de fevereiro de 2016, soube que Adão havia ingressado no Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS), localizado na zona leste de Porto Alegre. Segundo ele, esse ingresso não se deu espontaneamente, se não como condição de possibilidade para que ele se mantivesse abrigado na instituição que o acolhia até então. Por mensagens de celular, combinamos que alguns integrantes no MNPR-RS visitariam Adão no sábado, dia 29 de fevereiro, mas poucos conseguiram se desvencilhar de seus afazeres durante aquele final de semana. Ainda por celular, confirmei a todos que faria a visita e, em retorno, uma apoiadora, que também é monitora em um abrigo, expressou sua preocupação com Adão e enviou-me a seguinte mensagem:

*Tenta conversar com ele um pouco, pois qualquer hora ele será desligado do abrigo. Ele falta muito e não cuida dele pessoalmente... aquilo que você já conhece. Tenho colocado isso nas reuniões do abrigo, as dificuldades dele... Mas a equipe não cede muito não, pois o espaço é para se organizar e tem muita gente querendo entrar. Fica difícil pois ele não consegue ver a importância de cuidar dele (DIÁRIO DE CAMPO, 29 de fevereiro de 2016).*

Mesmo que numa posição e situação desconfortável, eu me comprometi a dar o recado. Sábado, às 14 horas, com frutas, água e bolacha em uma sacola, cheguei ao portão principal da instituição, onde um grande painel com logotipos do Sistema Único de Saúde, do Ministério da Saúde, do Governo Federal e da Prefeitura de Porto Alegre, informava que ali seguia-se as diretrizes do SUS a respeito da proteção e dos direitos das pessoas com

---

<sup>62</sup> O portal virtual da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) informa que o medicamento “Diazepam NQ é indicado para o alívio sintomático da ansiedade, tensão e outras queixas somáticas ou psicológicas associadas com a síndrome da ansiedade. Pode também ser útil como coadjuvante no tratamento da ansiedade ou agitação associada a desordens psiquiátricas”. No mesmo documento, adverte-se que este remédio possui efeitos colaterais recorrentes, como o cansaço, a sonolência e o relaxamento muscular, podendo gerar continuamente distúrbios do sistema nervoso (como “ataxia” - desequilíbrio -, “disartria” - dificuldade para falar -, “fala enrolada, dor de cabeça, tremores, tontura”) e distúrbios psiquiátricos (“reações paradoxais como inquietude, agitação, irritabilidade, agressividade, delírios, raiva, pesadelos, alucinações, psicoses, comportamento anormal e até depressão”). Disponível em: <[http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila\\_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=7189112015&pIdAnexo=2796734](http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=7189112015&pIdAnexo=2796734)>.

necessidades relacionadas ao “consumo de álcool e outras drogas”. Agora, a partir do momento em que cruzasse aquele portão, independente das trajetórias e das categorias governamentais que dinamizavam as vidas ingressas naquele local (moradores de rua, usuários dos serviços públicos, militantes, facilitadores, sujeitos de direitos) eu entraria em contato com outros sujeitos de intervenção: aqueles com problemas relacionados ao consumo de álcool e drogas. Desta vez, Adão estaria entre eles e por alguns instantes isso me pareceu imensamente curioso e estranho. Era como se, sob a égide de uma categoria que impunha outras “vulnerabilidades”, as forças e a voz de alguém extremamente contestador fossem, em alguma medida, neutralizadas pela afirmação pragmática de que ali abrigava-se apenas pessoas “problemáticas”, escancarando a força das categorias e das nomeações que, manejadas por políticas públicas, constroem “realidades” e “verdades” estratificadas sobre pessoas, territórios, mobilizações e modos de intervenção (AGIER, 2008; WACQUANT, 2013; MIAGUSCO, 2014).

Antes de ser atendido, numa antessala de espera, pude ver apenas os coturnos e uma parte da farda de quem parecia ser o vigilante do local, sentado em um sofá e entretido com a programação de uma televisão quase muda, em contraste com a voz de uma moça que, ao telefone, conversava descontraidamente com alguém. Ao perceber a minha presença, a mesma sinalizou que em breve me atenderia. Pouco tempo depois ela desligou o telefone e caminhou em minha direção sem tirar os olhos da sacola que eu trazia em mãos.

– *É familiar, né?*

– *Não, sou um amigo do Adão.*

– *Ah tá. Então deixa eu ver a tua bolsa? Não pode ter bebidas, nem cigarro, tá?*

*Também não pode fumar aqui dentro. Tu fumas?*

– *Não, não fumo”.*

Após revistar meus pertences, ela pediu que a seguisse. Descemos uma escada estreita que nos deu acesso a uma sala ampla, mobiliada com mesas, cadeiras e sofás confortáveis onde acomodavam-se alguns homens ao redor de uma televisão acoplada na parede. Ao lado do aparelho televisor, um quadro exibia informações diversas sobre horários e efeitos de medicamentos ministrados. Deixando essa grande sala, iluminada e arejada, acessamos um pátio com uma pequena horta central, repleto de plantas por todos os lados, contando ainda

com bancos de madeira e uma cobertura destinada à prática de oficinas de pintura, artesanato e esportes. Os dormitórios masculino e feminino (com amplas janelas quase sempre fechadas), equipados com ar-condicionado, localizavam-se ao final desta área externa. Esse espaço, porém, eu não conheci. Fiquei sentado, ao ar livre, enquanto Adão era acordado por uma enfermeira – tarefa que, segundo aquela profissional, não seria nada fácil, pois o paciente acabara de “tomar a medicação”.

Adão surgiu em passos vagarosos, olhar sonolento, retinas avermelhadas, fala mansa. De imediato, ele quis saber novidades sobre as reuniões do MNPR-RS. Após deixa-lo a par das últimas discussões e ações promovidas pelo movimento, quis saber como ele estava se sentindo naquele espaço. O bom tratamento e a tranquilidade tiveram destaque: *“aqui tudo é tranquilo. Tem tudo que precisamos. Tem ar-condicionado, a comida é muito boa, o lugar é tranquilo e sereno. É um lugar para pensar, refletir, colocar a cabeça no lugar”* – somente elogios à instituição que lhe recebia naquele momento. As suas palavras positivavam a experiência e deixavam fissuras para refletir sobre possíveis “não ditos”: o que positivava poderia estar ofuscando outros enunciados, que ocultam domínios repressivos de fala (por optar em não tecer nenhuma análise profunda ao tratamento que recebia) e, eventualmente, um certo receio (o de perder o acesso ao serviço, seus tratamentos e remédios devido a alguma queixa reproduzida espontaneamente).

Ao caminharmos pelo pátio, Adão mostrou a horta cultivada pelos usuários do serviço, avaliando que ela precisava de cuidados e que em breve todos trabalhariam juntos para deixá-la mais bonita, com terra, adubo e novas sementes. As plantas do jardim também eram motivo de orgulho, algumas das quais ele mesmo plantou, em parceria com *“a minha assistente social”*. Enquanto narrava seus feitos e afetos no interior da instituição, era impossível ignorar que Adão estava diferente. Calmo e tranquilo, transmitindo uma serenidade que parecia compor a paisagem do próprio lugar onde estava: certo silêncio natural levemente cortado pelo canto de pássaros e pela brisa do verão que, vez ou outra, abrandava o calor de fevereiro. O silêncio parecia contagiante e por vezes se instalava entre uma conversa e outra. Era uma atmosfera que, de fato, estimulava a reflexão e o direcionamento de um olhar para “dentro de si”.

Entre palavras e silêncios, manifestei minha curiosidade sobre a sua decisão de buscar internamento no CAPS. A explicação para a sua “recaída” foi afetiva: conheceu uma menina por quem se apaixonou. Ficaram juntos por quatro dias, ao término dos quais ela teria

terminado a relação pois, segundo ele, *“acabou o dinheiro, acabou o amor”*. Ao ser deixado pela companheira, Adão andou pelas ruas: *“eu estava terrível, sujo, com a barba enorme e com uma cara de louco. Foi um amigo (também militante) que me encontrou na rua e disse: ‘pode vir comigo’. Então eu fui com ele para o abrigo e lá eu solicitei internação”*. Nesse instante, o recado enviado pela monitora do abrigo foi entregue: a sua vaga na instituição estava garantida, mas era preciso um empenho maior de sua parte. Ele afirmou já saber de tudo, mas que voltar para o abrigo era sempre algo preocupante. A quantidade de pessoas com vários problemas de saúde, medicalizada, e alguns desafetos, paradoxalmente, faziam daquele espaço uma alternativa a ser evitada ao máximo. Além disso, ele sabia que aquela opção se impunha, em certas ocasiões, como a mais aceitável diante da “instabilidade” de sua situação e como modo de construir outra imagem de si aos seus amigos e profissionais mais próximos da assistência social.

Além do mal-estar relacionado à presença intensa de pessoas doentes naquela instituição, os conflitos com alguns usuários tinham suas raízes no fato de Adão ter sido escolhido para atuar como facilitador social em projetos da FASC, o que teria gerado indignação de outros que concorreram à mesma vaga. Compartilhei a opinião de que ele não deveria deixar que isso o abalasse tanto e que seria importante explicar aos seus conhecidos que a sua escolha para trabalhar foi decorrente de uma seleção pública aberta a todos. Mas ele manifestou cansaço: *“eu quero sumir, passar uns anos longe de Porto Alegre. Estou muito visado, é muita gente na minha volta. É gente de todos os lados”*. Era um cansaço de visibilidade. Mas também cansaço de gestão, de pessoas e instituições que, por todos os lados, sentenciavam o “melhor” para ele, disputando o modo de cuidado mais legítimo ao seu caso e o mais controlável para as pessoas “em situação de rua”, a um só tempo individualizando e massificando diagnósticos sociais.

Caminhamos juntos até o portão principal trocando as últimas palavras daquele encontro. Percebendo que, do alto da escada de acesso à recepção, o guarda monitorava a sua movimentação, Adão acenou para ele com a mão, tranquilizando-o: *“não te preocupa que eu não vou fugir”*. Fechando o portão me encarando de frente, Adão finalizou a despedida: *“sempre tem grades na minha vida”*.

Uma semana depois eu estaria de volta, em companhia de Bruno Fernandes, estudante de ciências sociais, amigo e colega de pesquisa<sup>63</sup>. Fomos convidados por Adão para almoçar na instituição. Juntos, adentramos a cozinha, onde Adão já distribuía talheres, pratos e copos sobre a mesa, chamando a nossa atenção para uma gaveta com garfos e facas de plástico, indicando que ali era proibido manusear qualquer tipo de metal cortante. A cozinha, ambiente iluminado e azulejado, era mobiliada com três grandes mesas com assentos coletivos acoplados em suas estruturas. Na parede, um aviso para manter o local limpo, conselho seguido à risca pelo nosso anfitrião, que varreu por duas vezes o chão próximo à pia: *“todas as noites, quem limpa a cozinha sou eu”*.

Com uma faca de plástico, partimos com dificuldade a carne assada que eu e Bruno havíamos comprado. Era preciso cortá-la em vários pedaços para que pudéssemos compartilhar com dois ou três usuários já sentados à mesa, entre os quais poucas palavras foram trocadas. Um deles, no entanto, aproximou-se de nós três para conversar. Jaci, um homem negro, de 42 anos e estatura mediana, interpelou a conversa e manifestou interesse em participar do MNPR-RS: *“posso distribuir panfletos... qualquer coisa que me ajude a sair das drogas”*. Em seguida, perguntou se as “entrevistas” que fazíamos com Adão eram sobre a sua trajetória de vida ou sobre a “rua” de um modo mais amplo. Como bolsista de projetos de pesquisa e extensão, Bruno explicou-lhe que vem trabalhando com Adão no intuito de elaborar um material baseado em suas “experiências de rua”, sua relação com a cidade e seus engajamentos em coletivos de mobilização política. Essa breve explanação deu brecha para que Jaci ficasse conosco pelo resto da tarde e contasse um pouco de sua relação com “as ruas”, os familiares, o trabalho, as instituições e expusesse suas próprias concepções sobre o tratamento ofertado no CAPS-AD.

### **4.3 Discursos da não-confiança**

*“Nunca fui morador de rua, sempre tive lugar para dormir, mas a droga leva a pessoa para a rua, pois não tem parente que aguente por muito tempo um drogado dentro de casa”*. Foi assim que Jaci nos mostrou a circularidade de suas movimentações entre a casa do irmão, os filhos e “as ruas” – movimentos mediados pelos usos mais ou menos extremados de

---

<sup>63</sup> Agradeço imensamente ao Bruno Fernandes, pela constante parceria na formulação de ideias e reflexões ao longo das experiências de campo que compartilhamos nos últimos quatro anos.

*crack*. Nessa narrativa, ele com frequência voltava para casa do irmão quando precisava “cuidar de si” e afastar-se dos circuitos de uso e comércio de drogas e, conseqüentemente, dos múltiplos vetores de violência produzidos nesses espaços pelo poder estatal e pela quebra de contratos informais em zonas de tráfico. No momento em que compartilhava esses fragmentos biográficos, planejava permanecer mais um tempo no CAPS e depois retomar o contato com o irmão, os filhos e a ex-exposa, cujo afastamento temporário era constantemente atribuído ao uso de drogas e à sua “incapacidade” de camuflar as transformações do corpo, a magreza exposta, as roupas surradas: “*não tem quem agüente!*”.

A mesma razão foi atribuída às suas entradas e saídas no mercado formal de trabalho. Entre fábricas, restaurantes e oficinas de automóveis, Jaci traçou uma linha decrescente rumo ao distanciamento em razão do envolvimento com drogas, prejudicando sua imagem de trabalhador e “manchando” a sua carteira de trabalho. A certa altura, tomou a decisão de limitar-se ao trabalho informal como flanelinha e outras atividades pontuais: “*nunca precisei roubar para usar drogas. Sempre que precisava, eu arrumava um serviço e conseguia um dinheiro. Lá onde eu moro, todos gostam de mim*”.

Seus planos de “retomar o fôlego” permaneciam a despeito das narrativas de fracasso individual. Após três passagens anteriores pelo CAPS, Jaci estava seguro de uma coisa: recomeçaria uma nova vida. E essa nova etapa teria como pressuposto um saber muito específico transmitido nas reuniões do CAPS, aquele que permite “desconfiar da confiança”. A confiança em demasia seria prejudicial pelo risco de fornecer falsa segurança ao “usuário” em tratamento, levando-o a pensar que poderia administrar muito bem a relação com outras drogas que, inevitavelmente, o levariam ao *crack*. Sabendo disso, ele deixaria em poder de seu irmão todo o dinheiro que obtivesse quando voltasse para casa. Mas para que a estratégia tivesse êxito, o irmão também precisaria mudar e não entregar o dinheiro quando Jaci o pedisse de volta sob o pretexto de pagar alguma dívida. Ele esperava, francamente, que o irmão participasse das próximas reuniões do CAPS, onde ouviria depoimentos de outros usuários e familiares que o ensinariam a lidar mais pacientemente com ele (lançando mão de uma constante desconfiança necessária), pois em breve morariam juntos novamente – ao menos era o que ele planejava.

A certa altura de nossas conversas, trouxemos à tona um estranhamento inicial sobre o uso de medicamentos, os seus efeitos e a opinião dos usuários sobre isso. São vários tipos de remédios ingeridos ao longo do dia, explicou Jaci. Eles servem para acalmar a “fissura”, essa

“*vontade incontrolável de usar drogas*”. Por coincidência, no exato momento em que falávamos sobre isso, um usuário avisou que era chegada a hora de tomar nova medicação e, um a um, todos deveriam dirigir-se à enfermeira. Retornamos para a sala, onde nos chamou atenção o quadro com informações sobre os efeitos de cada medicamento e os sintomas que cada um destinava-se a combater.

Era impressionante como esses saberes médico-institucionais circulavam como efeitos de verdade sobre corpos, relações e cuidados. *Cérebro, mente, psique, fármacos, haloperidol, clorprozamina, diazepam*, compunham, dentre outras, o rol de palavras-chave na explicação dos efeitos físicos e mentais sobre o paciente: *prazer, euforia, hipersexualidade, diminuição da dor*. Entre risos, Jaci e Adão nos explicaram novamente que, quando se está sob o efeito de *crack* ou cocaína, o usuário tem a falsa sensação de que a sua potência sexual é multiplicada. Bruno perguntou: “*essas informações foram escritas por um psiquiatra?*”. “*Sim, um homem muito inteligente, que explica tudo muito bem*”, respondeu Jaci.

Ainda em frente ao quadro repleto de informações e orientações médicas, perguntamos se todos ingeriam os mesmos remédios ou se havia prescrições específicas para cada caso. Adão não soube responder com exatidão, mas contou que na noite anterior tomou dois calmantes que, não tendo o efeito desejado, foram complementados com mais seis comprimidos de *diazepam*, ministrados pela enfermeira de plantão, para que pudesse conter a *fissura* e tentar dormir com tranquilidade. Além dos remédios, existiam outras orientações para situações como aquelas. Ao fim de nossa visita, já em vias de nos despedirmos, Adão foi até o quarto e voltou com um manuscrito em mãos, contendo as seguintes orientações dadas pela equipe do CAPS:

O que fazer durante a fissura?  
Tomar um banho gelado  
Pensar em outras coisas  
Procurar a família  
Procurar o CAPS (muito importante!)  
Trabalhar  
Ler um livro  
Tomar alguma medicação.

Um típico e duvidoso tratamento reservado aos pobres da cidade. É assim que João Biehl (2008; 2011) define o processo de farmacêuticalização da vida, em que remédios e seus efeitos tornam-se um corpo de enfermidades a ser tratado com mais remédios, sem nenhuma atenção às condições distintas destes corpos que são, também, política e socialmente



configurados. A abordagem que esse processo supõe é considerada pelo autor como um tipo de “bala mágica”, cada vez mais predominante no campo da saúde local e global. Tal abordagem consiste, basicamente, em uma verticalidade entre tecnologias de saúde dirigidas a doenças específicas e a complexidade de fatores sociais, políticos e econômicos que influenciam a saúde de sujeitos e populações. Entre as estatísticas e as motivações para o lucro da indústria farmacêutica, os remédios e os equipamentos são postos numa relação que ignora o vínculo entre cura e a resolução de outras dimensões nas quais as vidas humanas estão inseridas (BIEHL, 2008; 2011).

Os efeitos dessa verticalidade tornam-se apreensíveis com mais nitidez pela analogia com a abordagem da “bala mágica”. Atenta à rotina de uma *comunidade terapêutica*, voltada à recuperação por meio de abstinência e internação fechada (modelo presente no Brasil desde a década de 1970), Rui (2014) observou que a relação abusiva com substâncias é concebida como um problema da mente e não do corpo. Esse privilégio da mente ganha materialidade na compulsão que inevitavelmente leva ao vício, ao descontrole – é por isso que, no interior das *comunidades terapêuticas*, não se fala dos efeitos fisiológicos das drogas. Durante o internamento, as pessoas precisam estar “dispostas a se recuperar” e, independente das trajetórias individuais e sociais, todos são compreendidos como indivíduos que, nas suas escolhas, falharam em algum momento (RUI, 2014).

Pelos relatos e interações registradas no CAPS – mesmo sem um envolvimento diário com a rotina da instituição – podemos inferir que a falha individual não está apenas no passado, como sugerem as reflexões de Rui (2014). Há uma continuidade que assombra e ludibria corpos e mentes. Ao mesmo tempo em que os sujeitos são estimulados a identificar em si as raízes de seus problemas e os modos de solucioná-los, o que reforça a individualização, as possibilidades de mudança são limitadas frente a uma linha de (des)controle alentada pelo saber médico e transmutada para o indivíduo e seu núcleo familiar. Ao que parece, a racionalidade aí construída é o próprio vetor da “bala mágica”, que atinge o campo das incapacidades individuais, “físicas” e “mentais” que devem ser anestesiadas, monitoradas e acalmadas, constituindo modos de vida individualizantes e totalizantes ao mesmo tempo. Um dos efeitos dessa racionalidade é a anulação de qualquer referência à diversidade de relacionamentos com as substâncias e aos atravessamentos sociais, políticos e históricos que recaem sobre os grupos alvo das intervenções médicas e assistenciais.

Aprende-se, enfim, a olhar para dentro, não para fora. E esse olhar é imperativo e constante, sobretudo quando estimulado pela crescente e difusa associação entre o uso de drogas e perda de responsabilidade, como aconteceu com Adão. A inserção em projetos que lhe possibilitavam renda e experiência profissional foi logo arruinada frente aos acontecimentos que trouxeram à tona os discursos sobre suas “incapacidades” e limites na proteção de si e dos outros. Colocado em foco por seus potenciais de risco pela retórica da proteção, na medida em que estancar uma fonte de renda seria uma forma de dificultar o acesso às drogas, Adão foi retirado de mais um espaço que, assim como o MNPR-RS, é compreendido na sua potência de mantê-lo afastado do uso de certas substâncias. Medidas como aquelas eram tomadas “para o seu próprio bem”, baseadas em um estatuto contextual de normalidade.

Tudo isso nos faz pensar numa sobreposição de múltiplos investimentos sobre essas vidas consideradas, a um só tempo, “perigosas”, “incapazes”, “vulneráveis”, “descontroladas” e estimuladas à ativação e transformação individual. Esse quadro parece conformar um alerta feito recentemente por Taniele Rui e Fábio Mallart (2015): existe uma conexão entre específicos territórios urbanos e experiências institucionais (cadeias, *quebradas*, albergues, *cracolândias*, Fundação Casa, comunidades terapêuticas, centros especializados em álcool e drogas...), tecida por linhas de forças que se sobrepõem à gestão da ordem e do cuidado, conjugando simultaneamente lógicas de punição, repressão, controle, saúde e assistência. Esse demasiado investimento se faz, na visão dos autores, justamente sobre aquelas existências que não se permitem captar totalmente, mas que deixam rastros de um vaivém entre políticas, equipamentos, saberes e poderes diversos.

Ora, era a terceira vez de Jaci, e outras tantas de Adão, entrando e saindo de albergues, abrigos, CAPS, residências de familiares, e coletivos de mobilização social – territórios e experiências que vinculam forças semelhantes de incidência sobre modos específicos de existir no mundo (RUI; MALLART, 2015). Forças, estas, que se deixaram ver na constatação de que “*sempre tem grades na minha vida*”, e que impeliavam o direcionamento específico do olhar para “problemas internos” (incentivando aos sujeitos negaram-se a si mesmos e a desejarem ser outros), reiterados por uma racionalidade que envolve a gestão dos sintomas e dos sujeitos que ali ingressam. No mar de prescrições medicamentosas, a recaída era uma recaída de si: a expressão de um fracasso autônomo e individual.

#### 4.4 Enunciações críticas

Mas Adão e Jaci, cada um a seu modo, visibilizaram o peso de gestão estatal sobre suas vidas; a força da normatividade institucional sobre suas condutas supostamente “perigosas” e “descontroladas”; a incidência de técnicas, discursos e saberes sobre seus “corpos” e “mentes” e, evidenciaram, finalmente, o que podem fazer com tudo isso em termos de agenciamentos críticos e estratégicos que desviam nossos olhares para as múltiplas formas de incorporar a normatividade de forma ativa e combativa (MAHMOOD, 2006). Era naquele mesmo campo de conexões que eles identificavam suas relações “desmedidas” com o *crack* como a principal causa de seus infortúnios biográficos, paradoxalmente reconhecendo o peso de seus “tropeços individuais” e a potência do acoplamento entre engajamento coletivo, saberes biomédicos, vínculos familiares e institucionais. Na encruzilhada desses espaços e relações, ambos, a sua maneira, inscreveram-se politicamente como sujeitos que não somente são responsabilizados, mas que também responsabilizam agentes (pelo excesso de “gestão” ou pela negligência “familiar”) e utilizam estrategicamente os “melhores caminhos” que lhes são apontados.

Por isso, todo cuidado é pouco para evitar que essas experiências sejam vistas como a “prova real” de fracassos pessoais, familiares e laborais causados por relações extremadas com substâncias psicoativas. O caminho a seguir aqui é outro, e não poderia ser por menos. Como “sujeitos da fala” (RUI; MARTINEZ; FELTRAN; 2016) Adão e Jaci suscitam um embate sobre a normatividade que permeia os múltiplos espaços aos quais se vinculam, mas também nos fazem conhecer a constante reflexividade e instrumentalização dos discursos da “fragilidade” e da “autonomia”, assim como suas avaliações constantes sobre os contornos e limites de suas “capacidades de superação individual”.

A forma paradoxal com a qual Adão marca discursivamente o seu retorno ao MNPR-RS é emblemática. Ao mesmo tempo em que precisou afastar-se momentaneamente para “cuidar de si”, como técnica reflexiva e minuciosa, a sua reinserção no movimento é encarada como a continuidade desse mesmo cuidado. E isso certamente não seria possível sem o envolvimento coletivo com militantes e apoiadores, mas também na proximidade com diferentes trabalhadores dos serviços socioassistenciais que aderem à reivindicação dos

direitos da “população em situação de rua”, alargando a rede de cuidados e encaminhamentos institucionais e, ao mesmo tempo, ampliando potencialidades críticas e combativas a esse campo institucional.

Adão sabia muito bem como utilizar essas dimensões conectadas de engajamento e de intervenção estatal. Ao afirmar que saiu para “cuidar de si” e que voltou para manter-se melhor, ele sabia que estaria muito próximo de pessoas que o encorajariam a continuar, que estimulariam o seu “progresso” e a sua participação na militância, como estratégias para evitar “recaídas” e “reincidências” que lhe prejudicassem. Da mesma forma, o acesso ao tratamento e a garantia de vaga em instituições de acolhimento, em certa medida, dependiam da compreensão de que era urgente tomar certos cuidados e da inclinação a uma técnica adquirida: a “organização” pessoal. Apesar de saber de tudo isso e de estar cansado de tantos investimentos alheios em sua recuperação, de olhares desaprovadores, redutores, estimuladores, todos em demasia ao seu redor, Adão também sabia que, no CAPS, localizado em um bairro da zona leste da cidade, estaria longe de seus desafetos, da degradação atribuída ao albergue e do excesso de pessoas extremamente doentes, mesmo que ali ele fosse apreendido por outra tipologia de “vulnerabilidades”.

Uma vez ingresso no CAPS, outras questões seriam levantadas nas falas e nas interações ali estabelecidas. Em diferentes situações, Adão informava a dimensão ordenadora que habitava os dispositivos de controle e as tecnologias médicas dinamizadas pela instituição, ainda que estivesse inserido nas tramas do dispositivo da medicalização que tendia a apaziguar seu sofrimento e sua “ansiedade”. Mais do que refém de um enclausuramento gerador de modos individualistas e de uma posição de dominado frente ao saber-poder biomédico e institucional, ele explorava fissuras e notificava a dimensão ordenadora daquele espaço, fosse pela atenção que identifica olhares vigilantes e os tranquiliza, declarando que não haverá fuga; pela observação sobre as grades de ferro que se interpõem em suas passagens por diferentes domínios institucionais; pelos talheres de plástico que, na materialidade, eclodem a periculosidade construída em discursos esparramados no espaço/tempo do tecido social; fosse pelo simples modos de usar a camiseta do MNPR diariamente – o que enunciava seu pertencimento a redes coletivas de engajamento e mobilização; ou mesmo pela exibição das drogas que circulam em seu próprio corpo e que acalmam, tranquilizam e adormecem uma espécie de “potência prejudicial”, ao mesmo tempo em que geram outros prejuízos tidos como inevitáveis. Aqui, são outras drogas lançadas na

corrente sanguínea para combater o cerne, a raiz, a fonte das causas e dos efeitos que não ousam ultrapassar a linha culpabilizante (quase punitiva) da individualidade. Tudo isso, era Adão quem nos mostrava, num misto de denúncia e fatalidade estratégica.

Jaci também produzia efeitos inesperados por entre as normas. A “guinada de vida” proclamada em transformações pretendidas, poderia tomar tanto a via da mobilização social, pela sua entrada no MNPR-RS, quanto a do retorno à casa do irmão. Se no primeiro caso, ele depositava expectativas em si mesmo, ao mostrar que poderia fazer “qualquer coisa” no MNPR, “até distribuir panfletos”, no segundo caso, no entanto, quem precisaria aprender a agir adequadamente quando a “fissura” batesse à porta eram seus familiares. Proclamando inteiramente as suas impotências, Jaci tentaria convencer o irmão a participar com mais interesse das reuniões do CAPS. A presença do familiar na instituição era necessária para delimitar um campo em que fosse possível a incorporação da aprendizagem para “lidar com a droga, com a fissura”. Para além de conjugar-se como um incapaz, os discursos e as práticas institucionais dariam suporte a Jaci, no intento de mobilizar outros repertórios (que afetariam também outros envolvidos) em seu processo de mudança. Neste cenário, e com o saber adquirido no CAPS, poderia negar a si mesmo como objeto passivo de transformação idealizada pelo contexto familiar e institucional.

Isso significa que, na retomada do núcleo familiar, mediada pela administração e gestão das substâncias, Jaci erigia-se como sujeito que passava a exigir um cuidado e um aprendizado: era preciso que a família atuasse na ampliação dos espaços de circulação de verdades, cuidados e saberes. Afinal de contas, por uma lógica discutível de dependência, que reitera a total incapacidade de administração das pessoas sobre o cotidiano de suas vidas, era reprovável que alguém entregasse dinheiro a um familiar que estivesse enfrentando “problemas com álcool e drogas”. Neste jogo de julgamentos, que termina por enlaçar política, vida e química (um modo de controle biopolítico), o sujeito subjetiva e passa a agir sobre a construção de uma existência mais suportável ao que sente e sofre.

“Desconfiar da confiança” guardava seus efeitos colaterais na possibilidade de cobrar confianças e desconfianças, cuidado e conhecimento de outros corresponsáveis. Potencializando o campo normativo que lhe atravessava, Jaci ampliava condicionalidades e responsabilidades sobre os próprios modos de intervenção recaídos sobre si; assim como Adão engajava-se na manutenção de padrões de normalidade estimados ao seu redor e, ao mesmo tempo, enunciava a perversidade das práticas e saberes que lhe apreendiam nas

malhas da “incapacidade” para também exigir que ele fosse “capaz” de transformar a si próprio, valendo-se dos mesmos recursos e ferramentas discursivas mobilizadas por relações de subordinação (MAHMOOD, 2006). Nunca totalizantes a ponto de amarrar os sujeitos em condutas pré-moldadas, as técnicas e saberes sobre *corpos*, *mentes* e vidas fazem mais do que isso: produzem capacidades, fracassos, descontroles, mas também sujeitos ativos, engajados e críticos.

\*\*\*

Por diversas vezes ouvi que “o MNPR-RS é para que a pessoa possa se organizar”, o que implica acessar os serviços de saúde e assistência, tirar documentos, ter um local seguro para dormir, guardar seus pertences e, assim, ter maior disponibilidade para engajar-se numa mobilização coletiva – que, por isso, é também uma mobilização pessoal que tanto requer um indivíduo organizado, quanto conforma uma porta de entrada para essa organização. A experiência de Júlio, por exemplo, parece nos contar que ele não parecia estar “pronto” ou “organizado” o bastante para militar no MNPR-RS, embora nada lhe impedia de participar das reuniões. Por toda uma atmosfera de “abandono” e “vulnerabilidade” física e social que as suas últimas experiências nas ruas evocavam, o primeiro destino apontado foi a reclusão.

Outras situações, como a de Jaci e Adão, nos mostram o quanto esses espaços aparentemente distintos (de mobilização e de intervenção biomédica) mantêm práticas e discursos cruzados e conectados por uma lógica comum: estimular alguns sujeitos a cuidar de suas vidas e, ao mesmo tempo, mobilizarem-se por seus direitos – de modo que, o ingresso no MNPR-RS pode servir estrategicamente para se manter afastado do consumo de drogas, ao mesmo tempo em que a produção do que venho chamando de corpos e condutas ideais, verificada no entrecruzamento entre mobilização e intervenção institucional, pode ser alçada como estratégia de enfrentamento de estereótipos e pressuposições depreciativas. Este último ponto é o que quero aprofundar a partir de agora, demonstrando que mesmo os profissionais apoiadores precisam se construir e ser construídos a partir de certos modelos exemplares de comportamento. Nesse contexto, que tipo de relação essa busca incessante de condutas inclinadas ao cuidado, ao autocuidado e à participação política pode manter com o enfrentamento de categorias historicamente degradantes? Poderia existir, por entre vetores

que perversamente lapidam subjetividades, uma outra força que impulsiona condições de contestação, de luta?

#### **4.5 Enfrentando riscos**

Era outubro de 2015. Dentro de uma sala de aula da Escola Porto Alegre, planejávamos os últimos detalhes para a viagem que faríamos de ônibus para Brasília, por conta do 3º Encontro Nacional da População em Situação de Rua (descrito na introdução da tese). O celular de Diego tocou no meio da reunião. Era um funcionário da empresa de ônibus que nos levaria à capital federal na semana seguinte. Ele havia ligado anteriormente para perguntar a mesma coisa: qual era o motivo da viagem e quais eram as pessoas que viajariam com a empresa? Na hora, Ana Paula identificou o que poderia estar acontecendo: o receio e a desconfiança da empresa vinha de “outros carnavais”, mais especificamente de um encontro nacional realizado em Salvador no ano de 2012, quando, segundo ela, o *“filme do movimento foi queimado”* por desentendimentos que ocorreram no interior do ônibus. Certamente, as empresas não deixariam de alertar umas às outras sobre o ocorrido e passariam a tomar precauções para evitar prejuízos futuros.

Mas os impasses não se deram apenas com a empresa de ônibus. Ainda pelo relato de Ana Paula, o MNPR-RS perdeu a confiança da coordenação nacional do movimento. Essa realidade começava a mudar recentemente, quando recursos para viagens foram novamente liberados. Por isso mesmo, era preciso redobrar a atenção para não repetir os acontecimentos de Salvador. Pensando nisso, um grupo de militantes e apoiadores construiu o que denominou de “condutas e comportamentos para a viagem”. Ao final da reunião, algumas orientações foram escritas em um cartaz e apresentadas a todos para que manifestassem suas opiniões e sugerissem alterações. De imediato, soubemos que drogas e bebidas alcoólicas estavam proibidas, assim como agressões físicas e verbais; também ficou claro que casos de furto ou perda de objetos seriam reportados imediatamente à polícia rodoviária; o ônibus deveria ser conservado, as pessoas deveriam manter-se sóbrias e todos deveriam “deixar suas armas” em Porto Alegre. Um segundo cartaz também foi criado pelos participantes da reunião, contendo uma lista de “coisas que não queremos que nos aconteça”: falta de união, desrespeito ao coletivo, discórdia, machismo, racismo, tristeza, brigas, fofocas e traição.

No domingo à noite, antes da viagem, nos encontramos na sede do SIMPA, onde os cartazes foram novamente expostos e os episódios ocorridos em Salvador foram lembrados para que não se repetissem. Porém, ao longo do percurso, alguns acontecimentos não só colocariam em cheque aquelas regras construídas pelo coletivo, como também induziriam uma reflexão séria sobre a postura adequada dos apoiadores, ou seja, daqueles integrantes do MNPR-RS que não vivenciaram certas experiências passíveis de serem oficialmente categorizadas como características de pessoas “em situação de rua”. Foi pontualmente pelo que aconteceu nessa viagem, no interior do ônibus e nas inúmeras paradas que fizemos, que percebi o quanto a posição de apoiador também exige o cultivo de condutas exemplares, sobretudo para evitar um conjunto de relações e de situações consideradas arriscadas e problemáticas.

No ônibus, a maioria dos apoiadores acomodou-se nos assentos da frente. Eu e Diego ficamos um ao lado do outro praticamente toda a viagem de ida e de volta. Ao fundo, três apoiadores acompanhavam mais de dezoito militantes “em situação de rua”. O veículo era equipado com aparelho televisor e um DVD à nossa disposição, com uma série de filmes para assistir. Contávamos também com doações para alimentação, que deveriam ser consumidas com certa parcimônia, afim de que suprissem nossas necessidades ao longo de toda a viagem. Com regularidade, fazíamos paradas em postos e paradouros para realizar as refeições principais, como almoço e jantar, momentos nos quais consumíamos o que tínhamos ou tentávamos negociar descontos para fazer refeições mais completas em restaurantes.

Nada disso era feito sem um certo grau de discussão. Diego estava preocupado com a iminência de conflitos ao longo da viagem e desaprovava o comportamento de alguns apoiadores que, ao invés de ajudarem a “acalmar as pessoas”, aderiam às reclamações que eram feitas pelos demais sobre a televisão que às vezes não funcionava, a diferença no gosto dos filmes escolhidos para assistir, a divergência sobre o quê, quando e onde comer, além do incômodo com o motorista que parava somente em locais conveniados com a empresa de ônibus. Eram pequenos embates que, para ele, poderiam desencadear situações mais tensas.

De fato, algumas situações colocavam a atitude dos apoiadores novamente em cheque. Em um dado momento, a reação de um militante em relação à sua companheira foi entendida como “posicionamento machista” por uma apoiadora, que não deixou de fazer uma fala enérgica sobre o devido respeito às mulheres e à luta contra os diferentes modos de opressão calcados na diferença de gênero, assim como na importância de todos contribuírem para o



“empoderamento das mulheres”. A despeito da importância capital da questão levantada pela apoiadora, sua atitude foi desaprovada por outros apoiadores, que tentavam o tempo todo evitar que os ânimos se alterassem no interior do ônibus. Na viagem de retorno, esse breve acontecimento seria motivo para uma conversa séria entre todos nós.

Ninguém fazia ideia, porém, que episódios mais impactantes, diretamente relacionados ao “proceder” dos apoiadores, teriam lugar e efeitos mais dramáticos. Como já vimos na introdução, na tarde do segundo dia de evento em Brasília, as atividades foram inesperadamente canceladas pela truculência provocada pela atuação violenta da polícia militar no Centro-Pop da cidade, onde o encontro foi sediado. O episódio teve consequências para a apoiadora que descontraidamente conversava com um jovem que, mais tarde, em interrogatório na delegacia, diria que a pequena quantidade de maconha supostamente encontrada em seu bolso pertencia à apoiadora do MNPR-RS. No mesmo dia, em uma reunião relâmpago da caravana de Porto Alegre, foi ressaltada a importância de reflexões profundas sobre o papel dos apoiadores do movimento, que deveriam orientar suas condutas no objetivo de “dar o exemplo”, evitando determinadas circunstâncias, tal como aquela que acabara de acontecer.

Com o evento cancelado, fomos orientados pela coordenação a voltar para casa. Foi o que fizemos após o almoço do dia seguinte. Para muitos, era um alívio entrar no ônibus e sair daquela cidade, embora continuássemos ainda muito abalados e sensíveis a qualquer tipo de conflito, evitando ao máximo mesmo as pequenas discordâncias entre nós. A viagem de volta não foi tranquila, apesar de (ou por causa de) tudo que já havíamos passado. No dia seguinte, decidimos que sanduíches para o almoço seriam preparados pelo coletivo na primeira parada após o meio dia. Estacionamos nas proximidades de uma pequena cidade no interior do Paraná, em um restaurante anexo a um posto de gasolina. Um grupo ficou encarregado de ir até o supermercado mais próximo, enquanto outros conversariam com os funcionários do restaurante para que pudéssemos utilizar uma mesa no interior do estabelecimento. Aproveitei para comprar uma garrafa de café no balcão afim de facilitar o uso do espaço interno. A princípio, não houve nenhum problema e, de imediato, começamos o preparo do almoço. Para colocar os sanduíches que logo seriam distribuídos, fui até o ônibus buscar uma panela maior. Como o utensílio estava sujo, precisei ir até o posto, cerca de 200 metros de onde estávamos, para utilizar uma torneira externa. Distraído nessa tarefa, fui surpreendido por um senhor de

aproximadamente 60 anos, olhos azuis, cabelos grisalhos, olhar firme e austero, que silenciosamente apareceu ao meu lado:

*– Quando vocês vão embora?*

*– Vamos almoçar e em seguida seguiremos viagem. Mas por que a pergunta, senhor?*

*– Eu espero que vocês saiam logo daqui, pois estão fazendo sujeira e não estão consumindo nada.*

Indisposto ao diálogo, ele virou as costas decidido a ignorar qualquer explicação que eu viesse a formular, pois a firmeza das palavras secas, diretas e certeiras foi acompanhada pela postura de quem não tinha nenhum interesse em rever a sua opinião. Fora exatamente isso que me fez pensar: não é só a “sujeira” e a escassez de nossos recursos que o incomoda. Se era compreensível que o proprietário estivesse incomodado com a presença de pessoas que utilizavam o espaço e não consumiam, não seria mais viável (e lucrativo) condicionar a nossa permanência ao consumo? Devolvi a bacia junto com a informação: “não somos bem-vindos aqui! ”. Contei rapidamente o que havia acontecido e logo tratamos de limpar a mesa, varrer o chão e almoçar na rua, ao redor do ônibus, onde não nos demoramos muito.

Mas naquela tarde, não pegaríamos a estrada sem que Diego chamasse todos os apoiadores para uma conversa atrás do ônibus, quando os militantes em situação de rua já estavam acomodados em seus lugares. Um papo reto e objetivo: era reprovável a conduta de alguns apoiadores que incitavam discussões durante a viagem, ao invés de ajudarem a “controlar as pessoas”. Alguns demonstraram desconforto com a situação, outros se desculparam e reconheceram que de fato não estavam agindo “como um apoiador”. Voltamos para o ônibus decididos a não “colocar lenha na fogueira” caso irrompessem novos atritos.

Uma semana após o retorno à Porto Alegre, participamos de uma reunião de avaliação da viagem. Todos os apoiadores que foram à Brasília estavam presentes e envolveram-se em uma discussão acalorada como os demais militantes sobre o significado e o papel do apoiador no MNPR-RS. Inevitavelmente, a apoiadora que fora abordada pela polícia falou ao grupo pela primeira vez, lamentando o fato de ter que explicar-se sobre o que não fez e ressaltando o abalo emocional que vivenciara até então. Emocionada, ela garantiu que continuaria “fazendo a luta”, sem deixar de expor que havia pensado muito sobre a sua postura enquanto profissional engajada na mobilização social:

*Eu busco produzir sempre uma prática baseada na horizontalidade da relação. Lá em Brasília eu não estava usando nada quando a polícia bateu. Eu estava apenas conversando com um senhor que estava me contando sobre o tratamento dele na saúde mental, quando a polícia simplesmente apareceu sem motivos. A culpa foi da polícia e não minha. Mas tudo isso me serviu como lição e não vou negar que comecei a pensar mais sobre as minhas atitudes. Agora vou ficar mais atenta, embora isso seja bem difícil para mim porque eu trabalho com a ideia de uma psicologia horizontal e de redução de danos. Eu vejo o movimento como um grande aprendizado que também tem contribuído para a minha qualificação enquanto profissional. Ouvir críticas eu aceito, mas peço respeito pelo trabalho que eu faço. (DIÁRIO DE CAMPO, 12 de novembro de 2015).*

Ora, eis que o dilema facilmente identificado na fala acima não é incomum entre muitos apoiadores. Em geral, trabalhar no interior das instituições socioassistenciais e engajar-se no movimento produz uma série de obstáculos ao trabalho desses profissionais. Em diversas reuniões ouvi relatos de monitores e educadores sociais sobre casos de perseguição e difamação por parte de colegas e superiores; ou de transferência para trabalharem nas “piores instituições” da cidade, numa espécie de penalização velada. Em parte, tudo isso explica o motivo de tantas preocupações com a conduta do apoiador. Faz parte de uma desconstrução que também opera no interior dos serviços públicos e que ataca discursos desqualificadores sobre profissionais apoiadores, “pessoas em situação de rua” e o próprio MNPR. Atitudes que de alguma maneira coloquem as pessoas “em risco”, que as prejudiquem ou que estimulem comportamentos agressivos podem contribuir para legitimar a desqualificação que se pretende eliminar e, ao mesmo tempo, culpabilizar profissionais que “perdem as rédeas” de suas “responsabilidades”.

No entanto, o dilema da apoiadora acima referido reflete a sua resistência pessoal a estes condicionamentos de conduta. Era uma resistência que, todavia, passava a ser revista, repensada e refletida para que “o coletivo não fosse prejudicado”, enquanto os mais experientes, tanto no engajamento com o MNPR quanto nas instituições socioassistenciais, já conheciam o “caminho das pedras” e alertavam para a importância de segui-lo. Isso não quer dizer que estes últimos não mergulhassem no “universo das ruas” a fim de considerar a trama de valores, subjetividades e experiências que particularizam aquele universo. Mas era justamente por isso que eles argumentavam sobre o perigo da “romantização” da rua, supostamente exercida por alguns apoiadores que desconsideravam as diferenças fundamentais entre eles e as pessoas “em situação de rua”, radicalizando uma horizontalidade que poderia ser perigosa.

Evitar a “romantização” exigiria, na concepção de alguns, exercer a horizontalidade sem esquecer que as pessoas em questão “não estão bem”, que a qualquer momento podem ser revistadas pela polícia e criminalizadas pelo simples consumo ou porte de maconha, bebida alcoólica ou simplesmente por dormirem nas ruas. Muito claramente, apreender a guiar-se por essa diferenciação é compreender que *“o movimento não é a rua”*: ele é um espaço para “se organizar”. Por mais que as práticas que prezem pela horizontalidade impliquem trocas afetivas, “estar junto”, “olhar no olho”, e tecer relações duradouras que extrapolem ações interventivas, *“o apoiador tem que saber o seu limite: não dá para chamar o cara que tem problema com drogas para ir numa festa onde ele certamente vai fumar e beber. O movimento é também um espaço de redução de danos”* – argumentou uma das apoiadoras mais influentes.

O dilema que essa sentença impunha pode ser, enfim, aglutinado na imagem de um beco com saídas muito estreitas, quase impossíveis de serem atravessadas: valoriza-se a produção de “práticas humanizadas”, horizontais, de reconhecimento da singularidade das pessoas, dos grupos e dos contextos nos quais se inserem; ao mesmo tempo em que é preciso reconhecer um limite que, na verdade, retoma as fronteiras entre os que mostram o melhor caminho e aqueles que o seguem por “não estarem bem”, fazendo com que a horizontalidade inicial seja seriamente desestruturada<sup>64</sup>.

Tudo parece se encaminhar para que as ambiguidades sejam tomadas na sua potência máxima, em todos os lados para os quais elas se espraiam, de modo que as práticas de intervenção e os discursos sobre a “fragilidade” e “vulnerabilidade” dos outros, sejam acompanhados o tempo todo por vetores de desconstrução e contestação de outras práticas e de outros discursos localizados dentro e fora da rede de atores e instituições diretamente ligados ao campo da assistência social. Em outras palavras: o mesmo movimento que intervém sob uma lógica da “recuperação” de corpos e vidas é também aquele que, em alguma medida, corrói posicionamentos discriminatórios, que atualizam históricas imagens deteriorantes.

---

<sup>64</sup> Pelas ruas de Campinas, Frangella (1996) acompanhou o trabalho de educadores sociais e percebeu algo semelhante: a amplitude da visão sobre o “mundo das ruas”, adquirida pelo contato mais próximo, entra em choque com as diretrizes que norteiam o trabalho assistencial. De todos os lados, a pressão para “tirar as pessoas da rua” faz com que os educadores reforcem condenações morais que, dentre outros pontos, tomam a rua como o pior lugar para se viver.

#### 4.6 “Não falam a verdade sobre nós”

Janeiro de 2016. Eram tempos de avaliação de uma luta mundial: o Fórum Social Temático (FST), ocorrido em Porto Alegre, no coração da cidade<sup>65</sup>. Brasileiros e estrangeiros, ativistas pertencentes aos mais diversos movimentos sociais, coletivos de mobilização e partidos políticos circularam pelo Parque da Redenção, participando de atividades autogestionadas, plenárias em grandes auditórios, passeatas e manifestações artísticas durante quatro dias de evento. Bandeiras e reivindicações distintas também foram levantadas e visibilizadas: a luta pela “Palestina Livre” e pela descriminalização do aborto e da maconha; a mobilização contra o extermínio dos povos indígenas, contra o racismo, contra o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff e contra o aumento das passagens do transporte público. Uma efervescência de trocas de experiências, saberes e resistências.

Os militantes “em situação de rua” também estavam por lá, durante o dia, com microfone em mãos e participando de discussões públicas; à noite, acampados no Acampamento da Juventude<sup>66</sup> (AJ). Aqui, a territorialidade dessa participação se faz importante por dois motivos principais: primeiro, nas semanas que antecedem os eventos tradicionalistas no Parque Harmonia, todos os grupos de pessoas “em situação de rua” que porventura estejam também “acampados” no local – como acontece com frequência – são retirados do local, muitas vezes à força, quando a Guarda Municipal e o departamento de limpeza urbana se fazem presentes para recolher pertences e encaminhar as pessoas para instituições de acolhimento; segundo, apenas um grupo dessas pessoas permanecia acampado em uma das extremidades do Parque há mais de dois anos e, malgrado negociações constantes com a PM, GM e com a administração do local, as ameaças de remoção acirravam-se com as proximidades da Semana Farroupilha.

Mas naquele ano, os integrantes da “aldeia” – termo utilizado por alguns militantes para designar acampamento de pessoas “em situação de rua” – não ficaram apenas à margem

---

<sup>65</sup> Com o tema “Paz, Democracia, Direitos dos Povos e do Planeta”, o FST 2016 celebrou os 15 anos Fórum Social Mundial que, desde 2011, vem reunindo militantes e movimentos sociais do mundo todo, promovendo debates e deliberando ações coletivas contra o avanço das políticas neoliberais.

<sup>66</sup> O AJ foi realizado no Parque Harmonia, uma área verde com 65 hectares tradicionalmente destinada a reunir elementos da “cultura gaúcha”, principalmente durante a Semana Farroupilha, quando integrantes de movimentos tradicionalistas realizam projetos culturais e promovem sociabilidades relacionadas às práticas culturais gauchescas, como churrasco, e rodas de chimarrão.

dos acontecimentos, assistindo à movimentação de discussões e de reivindicações levantadas à revelia de suas opiniões e proposições, quase sempre sob a ameaça da remoção. Por mensagem via redes sociais, Raul, militante “em situação de rua”, sinalizou para mim que juntaria seus amigos e hastearia a bandeira do movimento no centro do Parque Harmonia. Do bairro Restinga (local para onde foi enviada grande parte da população negra na segunda metade do século XX), Raul trouxe amigos e outros companheiros em situação de rua que, articulados com os moradores da “aldeia”, decidiram entrar naquele espaço que por muito tempo havia fomentado práticas constantes de remoção e expulsão.

Agora, as coisas mudavam de figura: uma bandeira, um movimento nacionalmente articulado e um espaço de enunciação política garantido, uma vez que representantes do MNPR do Paraná e do Rio Grande do Norte estavam presentes e incluídos na programação dos debates realizados no FST. No coração do AJ, a bandeira do MNPR foi hasteada, amarrada entre uma árvore e outra, as mesmas que nos deram sombra durante quatro dias de evento.

Juntei-me a ao grupo e acompanhei de perto essa participação, inserido em uma interação cotidiana e sociabilidade intensa (e por vezes tensa) permeada por conversas, risadas, debates, brincadeiras, enfrentamentos, desabafos, afetos, alguns desentendimentos, e muita música. Talvez por ter sido uma iniciativa tomada fora do espaço oficial de deliberação coletiva ou talvez porque ninguém mais pudesse estar ali, frente a tantos afazeres pessoais e profissionais que se deve cumprir ao longo da semana, eu era o único pesquisador e apoiador do MNPR a integrar o grupo no acampamento.

Mas não era só isso que me distinguia. Mochila nas costas, barraca e cobertor em mãos, eu era o único de nosso grupo que dormiria protegido de olhares externos, embora eu mal coubesse na barraca em meio a tantas mochilas e alimento que resolvemos armazenar em seu interior, afim de nos livrar de qualquer prejuízo. As demais pessoas dormiram sobre alguns bancos de madeira forrados com cobertores ou acomodaram-se na “aldeia” e em outros locais de menor visibilidade. Durante o dia, nos organizávamos em grupos de tarefas. Alguns compravam a comida em pequenos mercados próximos ao parque; outros coletavam lenha para o fogo; havia os que cozinhavam, os que lavavam a louça e também os que vigiavam o acampamento enquanto outros participavam dos debates no FST.

Já no segundo dia, fomos até o Parque da Redenção, onde aconteceria uma mesa de debates intitulada “Direitos Humanos, Diversidade e Pluralidade”, animada por representantes

de coletivos LGBT's, indígenas e movimentos negros. Marcos estava comigo e, mais tarde, encontramos Lázaro, coordenador do MNPR do estado do Paraná. No interior de uma grande tenda, sentamos todos próximos e conversamos entre nós, até que uma equipe de reportagem da TV Record aproximou-se e solicitou uma entrevista ao perceber que estávamos vestidos com a camiseta do MNPR. Marcos hesitou: *“não posso falar por mim, pois eu represento um coletivo”*. Lázaro, no entanto, foi enfático: *“tu deves falar porque está falando de ti, da tua experiência de vida, e não precisa pedir permissão para ninguém”*. Uma breve entrevista foi concedida. Em tão pouco tempo, Marcos enfatizou a “invisibilidade” e a violência policial a partir de seus “21 anos de rua”, finalizando a fala lembrando que os casos de preconceito também são praticados pela mídia, que muitas vezes criminaliza as pessoas “em situação de rua” e *“não fala a verdade sobre nós”*.

Alguns minutos antes do início da mesa de discussão, outros dois militantes do MNPR-RS chegaram ao local e sentaram-se em cadeiras atrás de nós. Em seguida, uma moça que havia sentado entre eles perguntou se queríamos trocar de lugar com ela para que ficássemos todos juntos, já que nos conhecíamos e conversávamos o tempo todo. Novamente, Lázaro sentenciou: *“estamos todos em situação de rua e o que queremos é nos incluir na sociedade. Por isso, queremos que as pessoas estejam conosco também, queremos inclusão! Então é importante que você esteja entre nós”*. A moça limitou-se a sorrir, manifestando concordância com aquelas palavras e permanecendo onde estava.

O último a chegar foi o representante do MNPR-RS que falaria naquela tarde. Ele estava visivelmente embriagado, o que não o impediu de falar publicamente e sentar-se à mesa ao lado de outros convidados. O debate foi aberto pela deputada petista, Maria do Rosário, que fez um discurso enérgico contra as diferentes facetas do preconceito sobre as “minorias” LGBT's, mulheres, negros e indígenas, centrando-se, também, nas estruturas injustas da ordem econômica e da cultura homogeneizante que nega a diversidade como parte da humanidade. Sua manifestação foi encerrada com um “viva aos direitos humanos e à democracia”, abrindo espaço para os representantes de outros movimentos se manifestarem, incluindo o escolhido para falar em nome do MNPR e do jornal Boca de Rua. Embora não conseguisse concluir muitos de seus raciocínios, ele trouxe à baila o tema da violação de direitos e da violência institucional, insistindo no fato de que essa violência não recai somente entre os que “moram nas ruas”, mas atinge a todos os segmentos representados naquele evento.

No dia seguinte, no mesmo local, reencontrei Lázaro próximo à tenda onde estávamos um dia antes. Na troca das primeiras palavras, ele revelou que a coordenação geral do FST lhe fez uma reclamação nos seguintes termos: “*nós damos uma oportunidade para vocês, para que o MNPR tenha visibilidade em um lugar importante como o fórum, e vocês colocam um cara bêbado para falar! Não tinha outra pessoa?*”. Embora eu não tivesse participado da reunião que escolheu o representante do MNPR para o FST, não deixei de argumentar que, pela experiência que tinha, a escolha de pessoas para falar em nome do coletivo não se pautava pelo critério de uso de bebidas alcoólicas, mas sim pela necessidade de evitar a centralização dos espaços de fala. Logo, como frisei, a participação daquele militante era legítima. Lázaro finalizou o diálogo opinando que esses critérios precisavam ser revistos com urgência.

Retornei à tardinha para o AJ. A bandeira do MNPR já não estava hasteada e percebi a presença de pessoas que eram desconhecidas para mim, mas logo soube que alguns já haviam inclusive participado do MNPR-RS há alguns anos atrás. Um destes me parecia não ser muito bem-vindo entre os demais. Chamarei ele de Tião. Cristiano e Raul preparavam o jantar e estavam indignados, pois Tião e outros não ajudavam nos afazeres diários, entravam no acampamento alegando militância sem possuir nenhum vínculo com o MNPR-RS, davam entrevistas aos repórteres sem participar das reuniões e sem conhecer as pautas atuais do movimento. Além disso, acrescentou Cristiano, “*ficar só na cachaça e não ajudar em nada é complicado*”.

No dia seguinte, passamos manhã e tarde no acampamento, ocupados com os afazeres do café da manhã, do almoço e interagindo com novos amigos de outros grupos acampados ao nosso redor. Ao final da tarde, decidi acompanhar Marcos até o Largo do Zumbi, onde aconteceria o show da Banda Kalunga<sup>67</sup>, como parte da programação cultural do FST. “*Vou no show porque a Kalunga sempre nos apoiou, agora é a nossa vez de apoiar eles*”, justificou Marcos aos demais companheiros, em seguida saindo sozinho em direção ao evento para vender alguns jornais do Boca de Rua antes do show. Eu fiquei arrumando algumas coisas na barraca, organizando os alimentos não perecíveis e separando alguns pertences que levaria comigo em uma bolsa menor, como celular, carteira e chaves de casa, deixando um livro e algumas roupas dentro da mochila. Antes de partir, avisei os responsáveis pela vigilância dos

---

<sup>67</sup> A banda gaúcha Kalunga trabalha com músicas autorais na temática da cultura negra e quilombola. Ao longo de 2015, seus integrantes tocaram em alguns eventos do MNPR-RS e, desde então, passaram a apoiar a luta das pessoas “em situação de rua”, compondo, inclusive, uma canção em homenagem aos “peregrinos”.



pertences que eu estava levando objetos de maior valor, conforme havíamos acordado coletivamente.

Reencontrei Marcos no Largo do Zumbi e logo nos juntamos a alguns apoiadores que já estavam por lá. Raul se preparava para filmar a apresentação da Kalunga e a participação dos integrantes do MNPR em um momento especial: a interpretação da canção “Na rua”, por Cibele, que é uma das três vocalistas do grupo. Antes de iniciar, ela pediu um minuto de atenção para manifestar algumas palavras sobre aquela canção:

*Essa música o mestre Telmo me deu a honra de poder interpretar, em homenagem aos peregrinos de nossa cidade: os moradores de rua. Aqui está presente o pessoal do movimento da população de rua. Quem tiver a bandeira desse movimento pode levantar ela que essa música é nossa, é de vocês! É uma honra cantar essa música para vocês.*

Havia um público que ocupava quase a totalidade do Largo do Zumbi. Assim que os primeiros acordes da guitarra foram tocados, num embalo de *reggae music*, fomos todos, militantes e apoiadores do MNPR-RS para a frente do palco, onde dançamos e cantamos por mais de quatro minutos a melodia e a letra que versa sobre aquele que “é amigo do sol”, “é parceiro da lua” e que “mora na rua”. Ainda nesses primeiros versos, a apoiadora Ana Paula jogou a bandeira do MNPR para a cantora, que a enrolou no corpo e permaneceu até o final da canção sobre aqueles que ainda “acreditam na luta”:

**Na rua**  
(Mestre Telmo)

É amigo do sol,  
é parceiro da lua  
E na sombra da noite  
está sempre na sua.  
Quer saber, ele mora na rua.  
Na rua, na rua.  
Ele mora na rua.  
Nas intempéries do tempo.  
No sol e na chuva.  
Acredita na luta  
Diz que a briga é sua.  
Quer saber, ele mora na rua.  
Na rua, na rua. Ele mora na rua.  
O tal lumpesinato, ele conhece bem.  
Faz que vai, mas não vai  
Diz que vem, mas não vem.  
E quem pode ajudar, sai de lado e recua.  
Ele segue o caminho das moradas da rua.  
Quer saber, ele mora na rua.  
Na rua, na rua.  
Ele mora na rua.

Ao final do show, o compositor de “Na rua” e principal vocalista da banda, tomou a palavra para finalizar a apresentação: “*pessoal em situação de rua, nós estamos juntos sim! Vocês sabem, é nós!*”. Foram momentos de contundente visibilidade pública do MNPR, com a exposição da bandeira, de uma canção específica sobre aqueles que “moram nas ruas” e de falas que positivaram a imagem, a existência e a mobilização política do movimento. Com a bandeira do MNPR em mãos, ainda ficamos juntos por algumas horas, contemplando, a arte de outros grupos musicais que se apresentaram a céu aberto naquela noite.

Era notável a estima de uma banda musical que vestiu a bandeira do MNPR, que promoveu a exposição pública de uma canção sobre pessoas que enfrentam as “*intempéries do tempo*”, ou seja, que não se dobram para as dificuldades e que seguem “*os seus caminhos*”, mesmo quando aqueles que “*podem ajudar, saem de lado e recuam*”. É como se estivéssemos diante de uma batalha de discursos que não se bastam, pois ao mesmo tempo em que precisam corresponder às expectativas sociais dominantes, enfrentam e desmontam, a qualquer preço, os atributos de incivilidade que tenham a pretensão de corresponder à “realidade”. E mais: qualquer atitude passível de correspondência a tais atributos negativos, precisam ser urgentemente evitadas e, se possível, eliminadas por um intenso esforço individual e coletivo. É o que pretendo mostrar a seguir, lançando mão de uma experiência tensa e conflituosa vivenciada no interior do acampamento.

#### **4.7 A luta contra verdades perversas**

Na intenção de registrar aqueles momentos vivenciados no show da Banda Kalunga, lembrei que havia deixado a câmera fotográfica no acampamento, enrolada em um moletom guardado no fundo da mochila. Voltei com Marcos para o AJ por volta das 22 horas. Em pouco tempo, o tom amistoso que perpassou nossas interações ao longo de todo aquele dia se transformaria. A janta estava sendo preparada por Cristiano e o clima ainda era de animação, não muito diferente do que vinha ocorrendo durante o dia. Interagi com eles, por algum tempo e, então, fui até a barraca para guardar a bolsa menor que trazia comigo. Foi nesse instante que me deparei com roupas espalhadas e a mochila vazia, com todos os bolsos abertos.

Comecei a procurar a máquina fotográfica, tirando tudo o que tinha dentro da barraca, mas só restavam as roupas e os alimentos que havíamos armazenado.

Como sabia que pessoas cuidavam o acampamento, imaginei que alguém pudesse ter pego a máquina para fazer fotos e vídeos, como era comum, e depois me devolveria. O que mais me preocupou foram os vídeos que eu havia gravado no FST, incluindo a entrevista que Marcos concedera à TV. Resolvi conversar com Marcos e perguntar se, enquanto estávamos fora, alguém teria pego a câmera emprestada. Não consegui sequer terminar a pergunta, pois, quando percebeu o que havia acontecido, Marcos ficou furioso, interrompeu a animação de todos que estavam conosco e, indignado, quis saber quem tinha entrado na barraca, não obtendo nenhuma resposta imediata.

Um militante aproximou-se de mim e perguntou se havia muitos arquivos na câmera. Eu expliquei que perderia apenas algumas fotos e um vídeo. Mas Marcos ficou fora de si, caminhando de um lado para o outro e exigindo que alguém fosse responsabilizado. O medo de que algo mais sério acontecesse me causou um tremendo arrependimento por ter provocado aquela situação, mas já era tarde demais. Me aproximei e tentei acalmá-lo, afirmando que a culpa era minha por ter deixado “objeto de valor” na barraca e que, afinal de contas, seria impossível encontrar a câmera, pois estávamos no centro de um acampamento cheio de pessoas desconhecidas! Qualquer estranho poderia ter entrado na barraca sem ser notado. Assim continuei: *“não temos como saber quem foi... não há motivos para julgamento agora. Além disso, era uma máquina antiga, de segunda mão. Mas ele parecia não aceitar nenhum argumento: “não me importa se a câmera era usada, o que importa é que ela foi roubada e isso vai estragar mais ainda a nossa imagem”*.

Continuei conversando e interagindo com os demais como se nada tivesse acontecido, justamente para tentar minimizar a tensão que pairou sobre nós. Mais calmo, Marcos falou novamente comigo e reconheceu a minha preocupação. Eu agradei a compreensão e disse que tudo o que não queria era que o acampamento fosse estragado por minha causa. Ele continuou argumentando que *“as coisas não podem desaparecer desse jeito. Isso só nos atrapalha”*. Eu deixei claro que não estava chateado, que aquele assunto ficaria só entre nós e que eu sabia, por experiência própria, que é muito comum objetos sumirem em acampamentos daquela magnitude, com tantas pessoas desconhecidas circulando por todos os lados. Buscamos esquecer o que havia acontecido e retomamos as atividades da noite.

As sete horas da manhã, quando acordei, vi que apenas Cristiano estava por perto, dormindo sobre a mesa. Um rapaz que viera de Pelotas com a namorada, instalado bem próximo de onde estávamos, já sabia o que havia acontecido e lamentou o ocorrido, frisando que, para ele, era complicado ficar naquela atmosfera de desconfiança. Mas eu nem imaginava que, tocando nesse assunto, ele preparava o terreno para uma notícia decisiva: acordado desde às 6 horas da manhã, o amigo pelotense viu um homem, que não pertencia ao nosso grupo, abrir a minha barraca e me observar enquanto eu dormia. Ao perceber a ação do estranho, o vizinho se levantou, assustando o desconhecido, que, por sua vez, disfarçou, fechou a barraca e sumiu. Ouvindo aquela história, decidi que naquele mesmo dia eu iria embora, abortando o trabalho de campo um dia antes do encerramento do FST.

Cristiano acordou e tomamos um café. A festa de aniversário fora intensa e durou até quase o amanhecer. Naquela manhã, no entanto, Marcos não apareceu: estava proibido de entrar no AJ. A notícia veio com Raul, que chegou logo depois. Ninguém sabia dizer ao certo o motivo de tal restrição. Quis ir até a aldeia conversar com ele, mas Raul alertou que seria em vão, pois Marcos dormiria até tarde. Resolvi desmontar a barraca e partir. Quando estava praticamente com tudo pronto, notei um guarda aproximando-se de onde estávamos. Me dirigi a ele perguntando o que havia acontecido com Marcos. Ele explicou que o nosso amigo teria incomodado algumas pessoas logo cedo. Pedi detalhes: quem e como ele teria importunado essas pessoas? Argumentei que Marcos não faria mal a ninguém e que era uma pessoa muito respeitada entre os seus. O guarda alegou que estava apenas fazendo o seu trabalho: evitar aborrecimentos e conflitos no interior do AJ. Para a minha surpresa, um dos militantes do MNPR-RS, que ouvia a conversa, reiterou as boas intenções do guarda e afirmou que se Marcos estava proibido de entrar era porque algo de errado ele fez.

Naquele dia, voltei para casa um tanto confuso com tudo o que tinha acontecido. Como poderia o mesmo sujeito que passou horas indignado com “algo errado” que acontecera no acampamento, agora ser “sacrificado” por suas atitudes supostamente “desordeiras”? De fato, o sacrifício já revelava a sua eficácia ao ser realizado principalmente por aqueles que passariam mais alguns dias naquele espaço: se não cumpriu as regras locais, era justo que fosse afastado. Esse era o argumento político principal, proclamado em frente ao responsável pela guarda local, para quem era imprescindível mostrar que “comportamentos indesejados” eram uma exceção entre militantes do MNPR-RS.

#### **4.8 De armas e ferramentas.**

É quase impossível não lembrar das contribuições que o interacionismo deixou para a antropologia social, sobretudo as elaboradas por Erving Goffman (1988) a respeito do estigma, definido pelo autor como uma situação ou um conjunto de situações no qual o indivíduo é considerado inapto para a aceitação social na sua totalidade e, por isso, desenvolve técnicas e mecanismos estratégicos, com vistas a manipular sua “identidade deteriorada”. Nesse processo é que o indivíduo busca apreender a estrutura de interação em seus detalhes, empenhando-se no ajustamento de sua conduta, na expectativa de que a interação seja afetada o menos possível pelos atributos negativos que lhes são imputados, sejam deformidades físicas, comportamentais, de caráter, nacionalidade, status, posição social ou religiosidade.

Para as antropólogas e antropólogos dedicados ao tema das pessoas “em situação de rua”, já não é novidade: os que habitam as ruas das grandes cidades desenvolvem mecanismos, técnicas e códigos altamente voltados à sensibilização de seus diversos interlocutores, seja a partir da exposição ou da ocultação das marcas corporais a fim de potencializar a obtenção de certos bens e recursos (MAGNI, 2006); da manipulação camaleônica de discursos e comportamentos de acordo com as diferentes interações travadas na multiplicidade de lugares por onde circulam (GREGORI, 2000); e mesmo o esforço em corresponder às expectativas externas sobre valores como “honestidade”, “trabalho”, “família” e “higiene”, no intuito de manter certos vínculos de proximidade e pessoalidade com doadores em potencial (LEMÕES, 2013). Nada disso ocorre fora de um campo de relações de poder e desigualdade, na medida em que existiria uma antecipação assimétrica entre os que lançam mão de todos esses mecanismos e aqueles para os quais aquelas imagens e discursos direcionam-se, nos termos de uma prestação unilateral entre desiguais (LANNA, 2000).

Retomo essas contribuições para argumentar que a manipulação da “identidade deteriorada” (GOFFMAN, 1988) deixa em aberto caminhos que nos reportam diretamente a um enfrentamento coletivo direcionado menos à manipulação pontual de certos aspectos negativos, a fim de facilitar a interação entre “normais” e “desviantes”, do que o

enfrentamento de estereótipos poderosos, que retroalimentam uma série de situações constrangedoras e enquadramentos hostis. Em outros termos, a experiência de pertencimento a uma luta coletiva parece indicar que as pessoas não estão escondendo atributos negativos de forma situacional. O que está em jogo é o enfrentamento desses estereótipos pela identificação de sua perversidade e pelo esforço em evidenciar que eles não correspondem a uma realidade histórica e socialmente construída sobre eles.

Os efeitos do suposto furto da câmera fotográfica são potentes porque ocorreram em um “espaço histórico”, marcado por episódios de remoções forçadas, onde situacionalmente o público-alvo dessas intervenções lá estava com a sua bandeira exposta, acessando espaços de fala e visibilidade e, sobretudo, interagindo com instituições, movimentos sociais e órgãos de imprensa que se aproximavam constantemente. Mesmo que estivéssemos cientes do fato de que qualquer pessoa pudesse entrar na barraca – e esse era o meu principal argumento – nada apagaria a experiência dos que estavam comigo naquela noite: o risco de criminalização das pessoas “em situação de rua” é sempre mais alto e mais danoso do que qualquer posicionamento relativista e bem-intencionado. No meio disso tudo, havia um agravante materializado na ameaça da imagem que todos os integrantes do MNPR-RS buscam corroer por dentro. A disseminação da informação do suposto furto estragaria esse enfrentamento: é isso que “*nos estraga*”, é isso que “*nos atrapalha*”.

Definitivamente, a razão de tanto empenho na conservação de “condutas ideias” entre militantes e apoiadores do MNPR não se limita a reproduzir práticas e discursos civilizadores, que reforçam as fronteiras entre normalidades e desvios (ou entre recuperação e degredo) – o que, como vimos, não deixa de ocorrer no interior das instituições socioassistenciais, como o CAPS. Numa tarefa nada fácil de compreender, é possível dizer que, não deixando de lidar com uma carga pesada de condicionalidades e, a partir de suas experiências em múltiplas correlações de forças, “dentro” e “fora” dos domínios estritamente estatais, essas pessoas vão compondo um arsenal de combate contra um conjunto de categorizações deformantes e depreciativas, produzindo uma energia homérica e não menos violenta para corresponder a padrões de normalidade e civilidade historicamente elaborados.

Como espero ter evidenciado, todas estas forças estão conectadas e cruzadas, atuando situacional e simultaneamente em espaços e contextos diversos. Pensar a partir dessa ideia de cruzamento entre normatividade (e suas ferramentas transmutadas nas práticas cotidianas) e o uso dessa normatividade como arma contestatória, pode ajudar a apreender a relação entre

essas práticas não como uma fusão ou, ao contrário, como uma oposição, mas como uma estratégia de luta bastante ambígua e surpreendente justamente pela complexidade com a qual é conduzida.

É inegável que, por todos os lados, forças civilizacionais com requintes neoliberais atuem como vetores de incitação à responsabilização individual. Mas é essa responsabilização que também escolta o trabalho de profissionais da assistência social que, ao se engajarem em mobilização social, precisam se constituir como sujeitos mais responsáveis ainda – exemplares porque, inevitavelmente, serão alvo de constrangimentos e hostilidades, “dentro” e “fora” do MNPR. É também impossível ocultar que, no cenário de mobilização social, a condução dessas forças se faz em meio a contestações e críticas que tanto as colocam em cheque quanto às redimensionam. É preciso saber os limites da horizontalidade na medida em que “lutar ao lado” é “responsabilizar-se por” pessoas insistentemente percebidas como “vulneráveis”; é preciso lutar pelo reconhecimento de “humanidade”, mostrando o tempo todo que “não somos bichos”; é preciso lutar por respeito e dignidade provando que “quem mora na rua não é bandido” e que, definitivamente, “morador de rua também quer virar doutor” – como conclama um dos gritos de guerra do MNPR. Deleuze e Guattari (2008) já captaram essa ambiguidade nos seguintes termos: embora o Estado tenda a uniformizar regimes, disciplinando e impondo seus próprios traços, existem sempre fissuras pelas quais armas (de luta) e ferramentas (de intervenção e governo) entram em aliança, provocando outros agenciamentos, sempre inesperados, sempre subterrâneos e surpreendentes. “A um só tempo, revide e resistência. Tudo é muito ambíguo” (DELEUZE & GUATTARI, 2008, p. 83).

## **PARTE III**

### **PRODUÇÕES ESTATAIS E A MÁQUINA DE GUERRA**



## **Capítulo 5**

### **Corpos mutilados e vidas enclausuradas.**

#### **A produção de verdades sobre a violência estatal.**

Há violência de direito cada vez que a violência contribui para criar aquilo sobre o qual ela se exerce [...]. É muito diferente da violência de crime. É por isso também que, ao inverso da violência primitiva, a violência de direito ou de Estado parece sempre se pressupor, uma vez que ela preexiste a seu próprio exercício: o Estado pode então dizer que a violência é “original”, simples fenômeno da natureza, e pela qual ele não é responsável, ele que só exerce a violência contra os violentos, contra os “criminosos” – contra os primitivos, contra os nômades, para fazer reinar a paz...

Deleuze e Guattari, 1997.

#### **5.1 A gestão da pobreza urbana entre cuidado e repressão.**

Por uma imersão em debate historiográfico, desenvolvida no primeiro capítulo desta tese, conhecemos com profundidade os múltiplos esforços empreendidos para barrar a presença de corpos indesejáveis no espaço urbano, marcados por indexações raciais. Contra estes, vimos que foram levantadas barricadas para anestesiar qualquer revanche, foram arquitetados mecanismos de docilização e acionadas ideias, anseios e estratégias pedagógicas para regenerar e recuperar, numa fusão imaginativa entre raça, crime, “ociosidade” e “mendicância”. A isso seguiu-se uma violenta transformação estética dos espaços urbanos, conduzida por deslocamentos forçados e justificados por elucubrações intelectuais que interpunham certas vidas numa encruzilhada entre ciência, burocracia estatal e práticas policiais muito específicas, voltadas aos que “manchavam” o projeto civilizacional.

No marco do poder político-militar, com expressão máxima no período ditatorial brasileiro, novas categorias e modos de intervenção foram eleitas: os “desajustados” são, também, “inimigos internos”, os quais a assistência social teve por finalidade amparar e conduzir por caminhos de recuperação e neutralização de qualquer perigo. As famosas “rondas” da década de 1970 são exemplares nesse sentido: eram realizadas pelas polícias civil e militar, articuladas a uma rede institucional de recolhimento dos que permaneciam sob suspeita pelas ruas das grandes cidades brasileiras. Situação que começou a ser denunciada ou ao menos visibilizada pelo lento e gradativo surgimento de movimentos contestatórios, religiosos e filantrópicos que buscaram sobretudo remover o manto da culpabilização social sob o qual escondia-se o peso das desigualdades estruturais. Vimos, no entanto, que a emergência de uma retórica dos direitos, no Brasil, foi acompanhada pela exasperação de intervenções violentas, vivificadas no entrecruzamento de políticas de segurança e assistência.

A questão é que as práticas de apagamento e aniquilamento não acabaram. Elas foram metamorfoseadas no seu espriamento espaço-temporal, gritando aos nossos ouvidos que a violência do projeto civilizacional mora ao lado, na frente, nos fundos. Mora dentro. Dorme conosco e nos habita. Sua expressão, no que se refere ao recorte dessa pesquisa, reside na verificável confluência de práticas aparentemente antagônicas de gestão de populações e de territórios que lhes são associados. Trata-se de intervenções múltiplas que conjugam a discursividade da proteção, da defesa, da segurança, da recuperação, com práticas de remoção que, se não promovidas pelo aconselhamento de agentes bem-intencionados, são inevitavelmente consumadas pelo poder policial.

Quando penso em continuidade e metamorfose de certas políticas e modos de gestão, me coloco em acordo com De Lucca (2008), para quem a retroalimentação de todo esse aparato é constituidora de um dispositivo de segurança social que busca prevenir os riscos que ameaçam a reprodução de certas vidas na cidade, fazendo com que políticas de expulsão e acolhimento sejam conjuntamente efetuadas em nome da “proteção social” e da “limpeza das ruas”. É também o que Loïc Wacquant (2013) vem caracterizando como dupla composição do “Estado centauro” em políticas de miséria urbana, sobretudo porque suas dimensões penal e social visam a mesma “população” (apreendidas no fosso de uma estrutura socioespacial polarizada) e se utilizam das mesmas técnicas: cadastros, vigilância, classificações depreciativas e sanções graduais. Não nos surpreende que o *locus* no qual estas políticas convergem possui territorialidade: na definição dos processos de gentrificação

contemporânea, Mathieu CrieKingen (2013) considera a elitização da composição social de territórios urbanos como resultado de múltiplos reinvestimentos orquestrados por alianças entre poderes públicos e privados. Poderes que, em ações conjuntas, combinam embelezamento, animações culturais, vigilância e repressão de “incivilidades” (CRIEKINGEN, 2013).

Os centros urbanos são, então, a prioridade da intervenção e da produção de conhecimento sobre suas composições. Na região central de São Paulo, Edson Miagusko (2014) compreende a produção de ocupações urbanas como práticas do Estado nas suas margens – as margens do centro, onde fronteiras entre ação política, formas de gestão e criminalização de moradores são estabelecidas por uma potente articulação entre repressão e negociação de demandas. De modo que, ao mesmo tempo em que criminalizam, os agentes estatais estimulam a proliferação das ocupações de prédios ociosos. Assinalando a gradativa substituição de políticas habitacionais (aplicadas na década de 1990) por programas governamentais, o autor escancara a atual indistinção entre política de direitos e programas de gestão da pobreza urbana, mostrando que “a ação do Estado nas suas margens produz situações que o seu aparato diz combater” (p. 50), pois a redefinição das políticas desloca e reinventa as fronteiras e os problemas a serem combatidos (MIAGUSKO, 2014).

Partindo dessa analítica que coloca assistência, proteção, repressão e limpeza social como parte de uma política integrada de gestão de territórios e populações, neste capítulo descrevo e analiso as práticas do Estado nas suas *margens* e com as suas *margens*, atentando para uma multiplicidade de efeitos destas práticas positivamente proclamadas em nome dos “direitos humanos” e de abordagens “humanizadas”, deflagradas durante os preparativos para a Copa do Mundo (2014), em Porto Alegre. Naquele cenário conturbado, militantes e apoiadores do MNPR-RS reivindicavam às autoridades estatais a “garantia dos seus direitos”, enquanto denunciavam ações de “higienização social”, traduzidas em remoções compulsórias, enclausuramentos forçados e supostos assassinatos praticados por policiais que foram “denunciados” em reuniões do MNPR-RS e em eventos públicos específicos sobre o tema.

A partir destes eventos – que ganharam notoriedade na mídia local – quero privilegiar três efeitos absolutamente conectados, apreendidos pela experiência etnográfica junto aos envolvidos em ações de proteção da “população em situa de rua” na cidade, a saber: (1) a articulação entre a garantia discursiva de mecanismos de proteção contra violências físicas e remoções forçadas e a gestão de territórios específicos; (2) as brechas pela qual o Estado

produz a si mesmo, como sensível, humanizado, comprometido e engajado, num processo de reinvenção de suas próprias lógicas de enunciação e categorização de “populações” e (3) as práticas de ilegibilidade estatal que não só obscurecem a ação violenta dos órgãos públicos, pela interpretação e circulação de fatos, quanto impedem que elas sejam investigadas: por mais que a violência fosse verbalizada, ela precisava existir burocraticamente; por mais que acusações contra o Estado fossem uma constante, os intentos de comprová-las esbarravam na burocracia de seus “segredos e enigmas” (BACHTOLD, 2016).

Especificamente, concentro minhas reflexões nos desdobramentos de três eventos deflagrados pela circulação de informações sobre intervenções truculentas contra “pessoas em situação de rua” na cidade, ao longo dos meses que antecederam a Copa do Mundo. O primeiro evento corresponde ao seminário sobre “População em situação de rua e segurança pública em tempos de Copa do Mundo”, realizado pela Comissão de Direitos Humanos da câmara dos vereadores (CEDECONDH), em parceria com o Ministério Público (MP), a Defensoria Pública da União (DPU) a Defensoria Pública do Estado (DPERS) e a base regional do MNPR. Os encaminhamentos deste seminário desembocaram no segundo evento, representado pela conformação de um grupo de parceiros, constituído por militantes do MNPR, autoridades estatais, pesquisadores e vereadores, incumbidos de coletar relatos de “violência policial” contra a “população em situação de rua”.

Nos jornais, o grupo ficou conhecido como a “Patrulha dos Direitos Humanos”, percorrendo as ruas da cidade e entrevistando “moradores de rua” em busca de “dados precisos” sobre as proclamadas intervenções violentas, declarando, ao final de duas semanas de trabalho, que tudo não passava de especulações. No entanto, veremos, pelo mergulho etnográfico no desencadeamento e nos efeitos destas intervenções, que as mesmas ações voltadas à “proteção” das pessoas e à identificação de “provas” necessárias contra a atuação policial, na verdade, produziram a gestão espacial de determinados grupos, que eram aconselhados a buscar refúgio em outros lugares da cidade, frente à inevitável ameaça da força policial. Efeitos que, em alguma medida, direcionam nossas atenções para o fato de que é justamente na administração de “populações” e “territórios marginais” que certas funções soberanas são aplicadas, refeitas, mimetizadas e legitimadas (DAS & POOLE, 2008).

O terceiro evento diz respeito ao envolvimento de todos esses parceiros institucionais, incluindo a mim e outros pesquisadores<sup>68</sup>, na investigação do suposto assassinato de um “morador de rua”, que teria sido espancado até a morte por policiais militares. A descrição e os desfechos da busca incessante por documentos que pudessem atestar tal ocorrência permitiram entrever a trama de poder na qual a morte é construída por meio de materialidades investidas de verdade, apontando para uma íntima conexão entre documentos, corpos e crimes.

Finalmente, a cobrança dos militantes do MNPR por averiguações e responsabilização das instituições pela resolução do caso, colocava em cheque as garantias de que em Porto Alegre as situações de violência policial não passavam de acontecimentos isolados. Envolvendo a todos, ao mesmo tempo, em uma rede de investigação e de barreiras no acesso às informações, a resposta dos órgãos públicos mostrou que, por mais que o Estado estivesse ali, absolutamente presente e engajado em uma mobilização social, alguns de seus principais espaços de controle, registro e vigilância continuavam inacessíveis. Nesse desequilíbrio de acessos e forças, com muita facilidade algumas vítimas seriam transmutadas em algozes.

## **5.2 Quando a ocasião faz a proteção.**

Em 2014 o jornalista dinamarquês Mikkel Jensen esteve no Brasil para realizar um documentário sobre a Copa do Mundo, encomendado por uma emissora de TV internacional. As entrevistas realizadas junto a ONGs e comissões de direitos humanos no Rio de Janeiro e em Fortaleza revelaram que de 2007, quando o país foi escolhido sede da Copa, até 2012, a polícia militar carioca havia exterminado uma média de 885 cidadãos ao ano; enquanto em Fortaleza, multiplicavam-se grupos de extermínios (formados por agentes da segurança pública contratados por poderes privados) contra crianças “em situação de rua”. Em *The price of World Cup*<sup>69</sup>, documentário publicado por Jensen, são ouvidas diferentes vozes de um drama comum: as remoções de comunidades pobres do Rio de Janeiro e o extermínio de vidas expostas no espaço público. A partir de 2013, noticiários internacionais também passaram a

---

<sup>68</sup> Incluem-se entre os pesquisadores, a antropóloga Patrice Schuch e os acadêmicos em Ciências Sociais da UFRGS, Pedro Leite, Gabriela Jacobsen e Bruno Fernandes.

<sup>69</sup> O vídeo está disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=8Er\\_mwgfW\\_Q](https://www.youtube.com/watch?v=8Er_mwgfW_Q)

anunciar que “*des SDF seraient tués pour peparer le Mondial*”<sup>70</sup> em decorrência de “*una limpieza de los sin techo*”<sup>71</sup>. Questionado por jornalistas brasileiros, Jensen reconheceu que suas informações não foram confirmadas pelos órgãos públicos, e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará alegou não possuir registros de mortes de crianças, relacionados aos casos relatados pelo jornalista. A partir de então, as informações levantadas por Jensen, apesar de impactantes, foram transformadas em relatos “sem provas concretas”<sup>72</sup>.

Em escala nacional, já no segundo semestre de 2014, a retirada de pessoas das ruas anunciou-se em muitas cidades brasileiras, com destaque para a capital carioca, onde o Ministério Público teria identificado o recolhimento de “669 mendigos”<sup>73</sup>, às vésperas da Copa do Mundo. Em Porto Alegre, embora as remoções de comunidades já fossem uma realidade há alguns anos<sup>74</sup>, a mesma intervenção sobre “pessoas em situação de rua” ainda ocupava a dimensão dos “boatos”, sobretudo entre os integrantes do MNPR-RS e agentes da assistência social. Nos últimos meses de 2013 e no início de 2014, a relação entre a Copa e o aumento da truculência dos aparatos repressivos, nas reuniões do MNPR-RS, era uma apreensão debatida ao lado de outras questões, como a qualidade dos serviços públicos de acolhimento e a necessidade de ampliar o engajamento político tanto de pessoas “em situação de rua” quanto de agentes e instituições da rede socioassistencial – potenciais apoiadores da mobilização.

A questão da “violência policial” passou a ser o centro das discussões somente a partir do final de março de 2014, quando, em reunião do MNPR, uma informação partilhada por Ana Paula produziria uma importante inflexão nos modos de engajamento e no foco da mobilização política levada a cabo até o momento. Segundo ela, ao entrar em um taxi, o motorista teria lhe dito que “moradores de rua” do centro da capital estavam sendo enviados compulsoriamente para o município de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre, e

---

<sup>70</sup> BERSET, Flora. *Le Matin. Des SDF seraient tués pour peparer le Mondial*. Suisse, 24 de de julho de 2013. Disponível em: <https://goo.gl/x5kYdb>

<sup>71</sup> ARIAS, Juan. *El País. Miedo en Brasil a una limpieza de los sin techo por la celebración del Mundial*. Disponível em: <https://goo.gl/3gDo0c>

<sup>72</sup> CAMERA, Mário. *Terra. CE: reporter fujão admite que não checou informação*. Paris, 17 de abril de 2014. Disponível em: <https://goo.gl/MmDHrv>

<sup>73</sup> A prefeitura do Rio de Janeiro teria legalizado a retirada forçada de crianças, adolescentes e adultos “em situação de rua” a partir da aprovação, em 2011, da resolução 20 da Secretaria Municipal de Assistência Social, sob o pretexto de conter o uso de drogas no espaço público. PUFF, Jefferson. *BBC Brasil. MP diz que Rio tirou 669 mendigos das ruas para Copa apesar de proibição*. Rio de Janeiro, 3 de julho de 2014. Disponível em: <https://goo.gl/ODXkJF>

<sup>74</sup> Na capital gaúcha, 2.318 famílias haviam sido desalojadas até 2012, quando a cidade era a segunda no *ranking* de remoções, perdendo apenas para o Rio de Janeiro (GUTTERRES, 2014).

confinados em galpões clandestinos onde seriam mantidos, com “cama, teto e alimentação”, até o final do Mundial. Embora a informante tenha deixado claro não poder afirmar a “veracidade” dessa “história”, seu compartilhamento foi suficiente para produzir inquietações alarmantes. *Cadê os direitos humanos nessa hora?* – questionou-se Adriana, militante em “situação de rua”, deixando transparecer sua percepção de que a “ausência de direitos” e de agentes encarregados de suas garantias era fator determinante para as possibilidades reais de “higienização social”. Cristina, psicóloga da rede assistencial, comprometeu-se em averiguar se haveria, de fato, uma *“agenda de limpeza social nos serviços de abordagem social”*, a ser seguida pelas mesmas instituições que, semanas antes, eram cogitadas como possíveis apoiadores do MNPR.

Nas reuniões subsequentes, não se falava em outra coisa. Militantes vinculados às instituições socioassistenciais afirmaram que um grupo de técnicos dos serviços estava de sobreaviso para a “retirada de pessoas do espaço público”. A despeito da possível excepcionalidade destas intervenções “em tempos de Copa”, Ana Paula advertiu que *“dependendo da concepção de governo, a pressão para limpar as pessoas das ruas é maior ou menor, mas ela está sempre presente”* e que *“as pessoas têm o direito de ficarem nas ruas, embora saibamos que quem está nas ruas não está bem”*. O fato é que muitos relatos de agressões e maus tratos, dentro e fora das instituições assistenciais, passaram a ser qualificados pelos militantes como “violações de direitos” que precisavam ser denunciadas de alguma forma. Adão, militante “em situação de rua”, estava preocupado com a aglomeração de pessoas no mesmo espaço, pois *“o pessoal está com medo por causa da Copa e está se juntando no mesmo lugar, só que muitos brigam e quase se matam porque são rivais”*. Com a frequência dessas informações, decidiu-se pela formação de “grupos de vigilância”, formados por integrantes do MNPR, que ficariam atentos para fotografar ou filmar qualquer expressão de violência ou remoção forçada nas ruas da cidade.

Em pouco tempo, novos atores e rumores entraram em cena. Lideranças de outros movimentos sociais, vereadores, Ouvidoria de Segurança Pública (OSP), técnicos de programas de defesa de direitos humanos da capital e da região metropolitana aproximaram-se para um diálogo mais intenso com os integrantes do MNPR-RS, em face de relatos crescentes de “higienização social”. Os boatos sobre os galpões de Viamão, portanto, deram o tom da especificidade e visibilidade necessárias para consolidar uma rede institucional que se formara naquele momento. Paulatinamente, essa trama de parceiros passou a reiterar a ideia

de que os relatos precisavam ser preenchidos com “informações concretas”. Para tanto, era necessário sair da esfera dos rumores e “construir fatos”, com dados precisos e denúncias oficialmente registradas – algo considerado impossível pelos que habitavam as ruas da cidade pelo mesmo motivo que os levariam a denunciar: a continuidade das agressões no espaço público. Neste contexto, não tardou para que a câmara de vereadores, por meio da CEDECONDH (então presidida por Alberto Kopittke, vereador petista) promovesse um seminário de discussão entre o MNPR e autoridades estatais. O evento, intitulado “População em situação de rua e segurança pública em tempos de Copa do Mundo”, ocorreu um mês após o surgimento dos rumores sobre os galpões de Viamão e se constituiu em um espaço onde casos de “violência policial” e suspensões arbitrárias das instituições de acolhimento foram publicamente relatados, adquirindo impressionante potência política.

Na mesa de abertura, Francisco Vieira, sub-comandante da brigada militar, estava fardado, visivelmente nervoso e atendendo a ligações no celular. Aos inúmeros casos de abuso de autoridade relatados no seminário, ele foi categórico ao afirmar que *“existe falta de preparo de muitos policiais, mas isso é uma minoria que não pode ser generalizada”*, reiterando, também, que as denúncias precisavam chegar até a BM para que devidas providências fossem tomadas. O presidente da FASC, Marcelo Soares, garantiu – em meio aos gritos de *“nós que sabemos o que passamos”* e *“na frente da câmera você fala bonito”* – que *“não haverá higienização em Porto Alegre, pois isso não passa de um boato”*, afirmando que o seu compromisso seria com a “população em situação de rua”. Em seguida, a diretora técnica da FASC, Marta Borba, apresentou *slides* com dados sobre os serviços de acolhimento, com números de vagas e atendimentos mensais adaptados ao que denominou “tipologias de vulnerabilidade” dos usuários, como *“abusos de drogas, ausência de recursos materiais e rompimento de vínculos afetivos”*. Por sua vez, a promotora pública, Liliane Pastoriz, na esteira de uma tendência nacional de engajamento do MP com a defesa de direitos da categoria em questão, revelou: *“eu aprofundei os estudos sobre a realidade de vocês. Vocês são pessoas invisíveis da sociedade, expropriados de tudo e sem noção de público e privado. O que é público para nós, é privado para vocês”* – deixando claro que a partir de então estaria posicionada em favor do direito de *“pessoas permanecerem nas ruas”*, igualmente manifestando sensibilização com a causa e inclinação para o estudo e compreensão da “realidade” dos sujeitos em questão.



No entanto, os relatos de agressões diversas multiplicavam-se por entre a performatividade estatal. Um homem branco de aparentemente 35 anos, afirmou que fora agredido por policiais quando vendia artesanato nas escadarias de uma igreja e que, ao denunciar, fora avisado na delegacia que certamente sofreria as consequências na pele. Diego, militante do MNPR-RS, por sua vez, alegou ter presenciado uma cena de agressão perpetrada pela guarda municipal, cujos agentes teriam utilizado arma de choque contra um usuário que acabara de sair do banho em uma instituição de acolhimento. Outros relatos de violência acumulavam-se e interrompiam por repetidas vezes as falas das autoridades à mesa. Mas, curiosamente, apenas um deles teve destaque e acabou por forçar o início de mais um capítulo nessa história. Wagner, homem de cabelos e olhos escuros, fala mansa e movimentos lentos, inscreveu-se para falar. Posicionou-se de costas para o major Vieira, de frente para a plateia e para os *flashes* e gravadores da imprensa local, para, então, comover a todos:

*“Estupraram e mataram a minha irmã quando ela tinha 14 anos. Depois que o cara saiu da cadeia eu me vinguei e matei ele, mas já cumpri a minha pena. Hoje eu estou estudando e nunca mais cometi crimes. Mas mesmo assim eu sou espancado pela polícia só porque eu sou ex-presidiário e morador de rua. É o Stevie [apelido de um policial] e mais dois que me machucam toda vez que eles me pegam. Já sumiram com dois conhecidos meus. Jogaram eles no rio Guaíba com tijolos no pescoço. Disseram que se eu denunciar, o próximo vai ser eu” (DIÁRIO DE CAMPO, 08/05/2014).*

Após o relato de Wagner, generalizou-se a ideia de que a denúncia era grave e precisava ser apurada. O major Vieira disse não saber do caso e novamente afirmou que estes acontecimentos precisavam chegar ao conhecimento da BM, mas garantiu que aquele “suposto abuso” seria apurado pelos órgãos fiscalizadores. Os vereadores Alberto Kopitke, do PT, e Fernanda Melchionna, do PSOL, solicitaram que fosse garantida a proteção de Wagner, que a partir de então ficou sob a responsabilidade de Consuelo, advogada e integrante do PPDDH, que já participara das reuniões do MNPR há pelo menos um mês. Alguns encaminhamentos foram firmados no encerramento das discussões: a qualificação permanente da polícia militar e civil, a criação de indicadores sobre o número de óbitos de “moradores de rua” e a constituição de uma comissão encarregada de coletar denúncias individuais e dar continuidade ao debate durante o período da Copa. Essa comissão seria composta pelos vereadores presentes, vinculados à CEDECONDH, pelo MNPR, pelo PPDDH, pela OSP, por pesquisadores e estudantes universitários e pelo MP, na figura da promotora Liliane Pastoriz. Era o crepúsculo de muitos outros debates públicos e ações

mediatizadas sobre a questão da retirada ou permanência da “população em situação de rua” nos espaços públicos de Porto Alegre.

\* \* \*

Para refletir acerca dos desfechos do seminário, pode ser pertinente considerar que a “ocasião faz a proteção”. Ao retomar as falas de representantes da BM, do MP e da FASC, não é exagero sugerir que no mesmo instante em que aquelas autoridades (com distintas motivações para ali estarem) nomeavam, classificavam e disseminavam saberes, estatísticas e sensibilidades sobre os direitos da “população em situação de rua”, atualizando a compreensão de um “problema social”, também construíam e legitimavam aquilo que representam: o Estado. Ao mesmo tempo em que criavam as realidades que enunciavam (FOUCAULT, [1979] 2014) e encarnavam o papel público que representam (PINHEIRO-MACHADO, 2008), também produziam “ideias de Estado” sobre si (BLÁZQUEZ, 2012): um MP com promotores sensíveis ao tema, uma FASC comprometida com a defesa dos que habitam as ruas e uma BM com dois ou três agentes sem preparação, que não representavam a conduta geral de seus contingentes. Nesse cenário performático, no qual o Estado fala *para, com e sobre* as suas *margens* (DAS & POOLE, 2008) os desfechos da enunciação pública e mediatizada de uma trajetória de sofrimento, como a de Wagner, parece ter potencializado ideias tão produtivas sobre direitos, cidadania e segurança pública, pois sobre o seu testemunho estes conceitos ganharam materialidade e ressonância.

Aquele testemunho (noticiado nos jornais como o “depoimento mais impactante”) mobilizou, certamente, uma cadeia de valores compartilhados. Wagner amarrou, em sua fala, conceitos e sentimentos difusos sobre justiça, família, infância, crime e violência que, de certa forma, concederam inteligibilidade e coerência à sua narrativa: uma memória de experiências perversas a ser revivida e comunicada a outrem, uma vida a ser exposta e uma verdade dita perante um público a ser convencido (SAILLANT, 2013). A imediata inserção de Wagner em um programa de proteção, entre tantas outras denúncias, nos remete, outrossim, à prevalência de uma economia moral nos processos de avaliação do outro, quando a exibição da comiseração substitui a garantia de direitos enquanto uma obrigação do Estado (FASSIN, 2014). Nestes termos, não podemos esquecer de duas coisas ditas por ele: “já cumpri minha

pena” e “hoje estou estudando”. Estas afirmações, que encarnam a “recuperabilidade” como um dos princípios fundamentais do espaço estatal (SCOTT, 2013), relacionam-se com a incitação à responsabilidade individual, que marca um regime mais amplo de *governamentalidade* neoliberal no qual os sujeitos são encorajados a otimizar, anunciar e comprovar suas escolhas individuais<sup>75</sup> (HILGERS, 2013).

Sem a coexistência de específicos valores e moralidades, saberes e regimes de governo, talvez o depoimento de Wagner não teria alcançado tamanha amplitude. Mas não somente por isso: suas revelações despiram as contradições e incompletudes das garantias proclamadas naquela mesa de autoridades. Quando tudo parecia boatos e acusações infundadas, quando gestores garantiam que não haveria higienização social na cidade, quando se atribuía excepcionalidade aos casos de violência policial, Wagner aparece para zombar de verdades afirmadas, ao mesmo tempo em que seu caso serviu, posteriormente, para reforçar a ideia de que aquelas situações de violência eram isoladas. A solicitação imediata de sua proteção era só o início das ambiguidades discursivas que desembocariam, voluntariamente ou não, no cruzamento de ações de defesa de direitos com esforços municipais para a remoção dos “indesejáveis” do espaço público.

### **5.3 Uma segunda chance ao Ministério Público.**

*“Eu sou morador de rua e tenho direito a ter direitos”*. Esse era o lema da campanha lançada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em parceria com o CNDDH, no objetivo de fortalecer a atuação do MP na garantia de direitos da referida “população”. Em 26 de maio, pouco menos de 20 dias após a denúncia de Wagner, o Ministério Público Federal (MPF) anunciou a “Semana de mobilização nacional em defesa das pessoas em situação de rua”, período no qual foram realizadas audiências públicas e concedido ampla divulgação sobre o tema na mídia e nas redes sociais. Na mesma semana, o MPF lançou as “Diretrizes de atuação do Ministério Público Brasileiro em Defesa das Pessoas em Situação de Rua durante a Copa do Mundo de 2014”, com minutas de recomendações sobre a ação policial e a

---

<sup>75</sup> Esse contexto não é novo para os grupos em questão, pois é a partir destas referências que certos “saberes das ruas” foram aprimorados: na conformação do merecimento da ajuda alheia, a exposição de um corpo debilitado ou a inclinação a “mudar de vida”, pelo discurso da superação, estruturam as formas como a “população em situação de rua” enxerga-se nos espelhos sociais que lhes são disponibilizados (LEMÕES, 2014, a).

abordagem social nas cidades sede dos jogos. Entre as recomendações mais significativas, constavam as seguintes: a obrigatoriedade do uso de crachás de identificação pelos agentes policiais e da assistência social; o impedimento de ações vexatórias e de apreensão ilegal de documentos pessoais; a incoerência de restrições de liberdade calcadas em preconceitos sociais; garantia do acesso aos locais oficiais de competição aos que os utilizavam como espaço de moradia e sustento; o zelo por uma abordagem humanizada e multidisciplinar, sendo que qualquer ação de gestão do espaço público deveria ser acompanhada por agentes dos serviços de abordagem social; o imediato repasse ao MP dos dados pessoais de todos os ingressos nos serviços de acolhimento municipal no período da Copa e a proteção da internação compulsória, que só deveria ser decretada pelo juiz vigente, uma vez conferidas as condições de salvaguarda do paciente, dos demais internos e dos funcionários (CNMP, 2014). No site oficial do CNMP<sup>76</sup>, essas diretrizes foram declaradas como vetores para “assegurar direitos aos moradores de rua”, como abordagens policiais com revistas realizadas por agentes do mesmo sexo abordado e obtenção de documentos pessoais (garantindo gratuidade para segunda via) – assim “evitando abusos” e construindo processos de “saída das ruas” pelo acesso à rede socioassistencial.

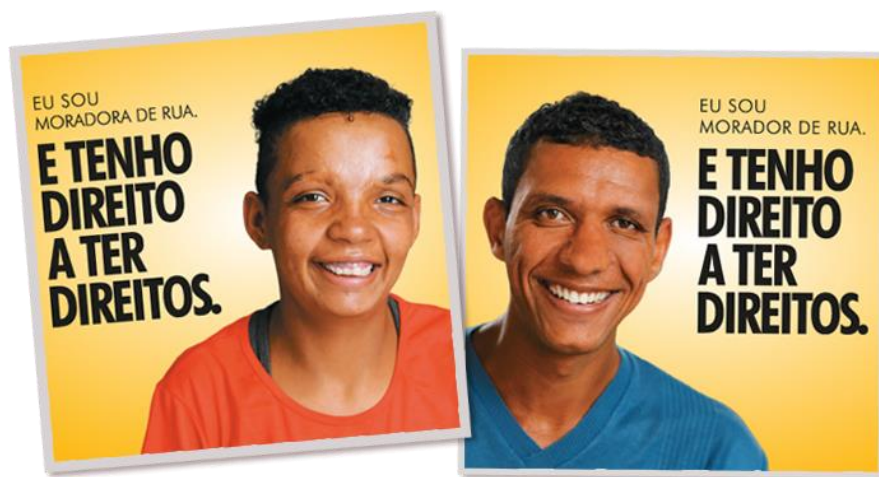


Imagem 10: Cartaz de divulgação da campanha lançada pelo MPF em defesa da população em situação de rua (Maio de 2014).

Levou apenas 24 horas para que a Promotoria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul publicasse orientações baseadas nas diretrizes do CNMP. Assinada pela promotora Liliane Pastoriz, a recomendação reproduziu parte do conteúdo presente no

<sup>76</sup> Notícia disponível em: <https://goo.gl/Gil0nR>

documento federal, selecionando os pontos atinentes à abordagem policial. Duas semanas depois, Pastoriz concedeu entrevista ao *Conhecendo o Ministério Público*, programa televisivo transmitido pela TV Justiça, ocasião na qual discorreu sobre a atuação do MP-RS na “garantia dos direitos das pessoas em situação de rua”, expondo seus argumentos após o entrevistador abrir a entrevista com a afirmação de que “há tempos a instituição se preocupa com aqueles que dormem em calçadas, praças ou viadutos”<sup>77</sup>. Referindo-se inicialmente às recomendações emitidas pelo MPF, a promotora localizou seus fundamentos na defesa das “pessoas em situação de rua” frente a situações críticas e excepcionais, como a Copa, evocando o agravante de muitos “residirem” no entorno da “área de exclusão” – referindo-se ao estádio Beira Rio e à região do gasômetro, perímetro turístico onde ocorreria a *Fan Fest*<sup>78</sup>. Ao identificar a existência de “pessoas em situação de rua” nessa “área de exclusão”, Pastoriz entendeu, por bem, dialogar com autoridades policiais, com a FASC e com movimentos sociais a fim de constituir uma “ação multidisciplinar e organizada”, no objetivo de solicitar que as pessoas fossem tratadas de forma humanizada, digna, com seus direitos preservados e ausência de violências física e moral.

Uma das primeiras iniciativas da “ação multidisciplinar” foi recomendar aos agentes policiais que evitassem, ao máximo, as conhecidas “prisões para averiguação”, uma vez que, via de regra, os abordados não possuem documentos: “*a solicitação também é que se tenha sensibilidade, humanidade para que, em se tratando de uma pessoa de rua, se compreenda que essa pessoa não estará portando documentos*”. Questionada sobre a relação entre a polícia e os “moradores de rua”, a promotora argumentou que em Porto Alegre é consabido que essas pessoas “se postam” em pontos turísticos e que, pelas notícias que se tem, a Guarda Municipal (GM) e a PM têm solicitado, “*de forma não muito humanizada*”, que as pessoas se retirem desses locais, mas que tal solicitação não estaria promovendo ações de “higienização social”. Em suas palavras, os agentes da segurança pública

[...]não estão fazendo um processo denominado propriamente de higienização porque essas pessoas não estão sendo retiradas de um local e colocadas em outro local. Eles estão sendo empurrados literalmente dos pontos onde eles estão residindo para algum outro local. Ou seja: “ou saiam daqui, porque aqui é um ponto considerado turístico e vocês não podem ficar aqui, se desloquem para algum outro

---

<sup>77</sup> Entrevista disponível na íntegra em: <https://goo.gl/XQWJL7>

<sup>78</sup> Instaurada como evento permanente pela FIFA desde a experiência da Copa na Alemanha, a *Fan Fest* integra a programação paralela aos jogos da Copa do Mundo. Em Porto Alegre, o evento ocorreu às margens do Rio Guaíba, principal ponto turístico da cidade.

lugar”. Essas são as notícias que nós temos recebido sobre as abordagens que vêm ocorrendo já desde antes da ocorrência então fática da Copa do Mundo. Já há algumas semanas, há narrativas de violência física e moral que serão todas apuradas. Por isso mesmo propomos a recomendação: [...] que eles sejam convencidos então a se retirar daquele local e procurar os equipamentos que a Prefeitura Municipal oferece para que lá fiquem instalados até o fim do evento da Copa do Mundo, mas não que sejam retirados dessa maneira “saíam daqui deste ponto e se instalem em qualquer outro lugar, menos no ponto turístico”. Isso não é uma solução, não é uma atitude adequada e nem correta (EM DEFESA DOS MORADORES DE RUA, 2014).

Para essa promotora pública, figura e autoridade que encarna o Direito e a Justiça, a “higienização social” só ocorre quando as pessoas são retiradas de um local e alocadas em outro e que, portanto, quando elas são “empurradas” de onde estão, geralmente de forma “não muito humanizada”, como estaria acontecendo na capital gaúcha, não estaríamos frente a ações de “higienização”. Esse entendimento ambíguo sobre a atuação policial e sobre a dinâmica dos “espaços de exclusão” seria uma constante nas manifestações públicas de Pastoriz a respeito da “realidade” das “pessoas em situação de rua”. Mais controverso parece ser um dos objetivos declarados de seu engajamento, potencializado pela campanha nacional do CNMP: convencer as pessoas a permanecer em instituições assistenciais até o fim da Copa do Mundo. Ou seja, era necessário “esperar a poeira baixar”, refugiando-se de uma violência inevitável e assumindo o infalível recrudescimento da ação policial em uma “área de exclusão”, para alguns, e de turismo, “cultura” e *Fan Fest*, para outros.

Reiterando, enquanto promotora de justiça, o seu papel de “agente político de transformação social”, Pastoriz parece lançar mão da ambiguidade para dar conta da trama complexa de interesses, vozes, sensibilidades e posicionamentos sobre a presença de “pessoas em situação de rua” nos espaços centrais da cidade. A adesão à luta por direitos do MNPR, a celebração das iniciativas do MP, a promoção de políticas públicas federais e de serviços socioassistenciais gerenciados pela FASC, estavam em jogo na medida em que a convergência de um olhar coletivo para a questão implicava, na opinião da promotora, a construção de novas políticas públicas, o aproveitamento de políticas já existentes, disponíveis, e o esforço de “reinserção” de vidas em um “contexto social digno e humano”. Com afirmações assumidamente controversas, Pastoriz finaliza a entrevista asseverando que defender o “direito de permanecer nas ruas” era uma postura estratégica, pois assim “*estaremos contribuindo para que essas pessoas saiam das ruas*”. O respeito a tal direito seria o primeiro passo para a aproximação amistosa, a constituição de vínculos que facilitaríamos o trabalho de convencimento na adesão dos equipamentos estatais e no acesso às

políticas públicas. Ao final da entrevista, a promotora é convidada a deixar um recado aos telespectadores, reforçando a potencialidade estratégica dessa relação entre direitos, táticas de convencimento e reinserção social:

*“O meu recado vai tanto para o evento da Copa como para a continuidade desse projeto do Conselho Nacional. É nós entendermos o que eu estou repetindo: que essa população tem direito a viver na rua, ela precisa ser respeitada neste direito e na medida que nós compreendermos este direito nós estaremos contribuindo para que essas pessoas saiam da rua. Isto parece controverso, mas não é. Se nós conseguirmos compreender que eles têm direito a morar na rua, quando nós fizermos a abordagem, eles aí sim estarão preparados para se inserir em programas de capacitação ou até mesmo aos equipamentos que o Estado passará a oferecer” (Idem, 2014).*

Defendendo o “direito à cidade”, desdobrado discursivamente no “direito de permanecer nas ruas”, a entrevistada parecia: refundar o seu engajamento com o MNPR, referido em sua fala como “diálogo com movimentos sociais”; cotejar o diálogo com a FASC, ao positivar as abordagens sociais, as estratégias de convencimento e os serviços disponíveis na cidade, ainda não acessados ou desconhecidos; reforçar uma declarada sensibilidade do CNMP com a “garantia de direitos” aos “vulneráveis” e ainda respaldar o difuso consenso de que a “vida nas ruas” é uma experiência inaceitável que precisa ser superada por meio de programas de capacitação e de adesão aos serviços socioassistenciais. Não obstante a celebração de instituições, categorias, intervenções e moralidades estatais, assim como a explicitação de uma “ação multidisciplinar” sensível e “humanizada”, em contraposição à austeridade policial, tudo que foi dito por Pastoriz naquela entrevista guardava um tom de resposta e esclarecimento que só pode ser compreendido se voltarmos um pouco no tempo, há exatamente 13 dias, quando ela seria alvo de acusações midiáticas que a colocariam na contramão dos discursos proclamados pelo CNMP em campanha nacional.

Uma semana após o MP lançar recomendações baseadas nas diretrizes da campanha nacional do CNMP, o jornal Zero Hora, controlado pelo Grupo RBS, rede estadual afiliada da TV Globo, publicou uma entrevista com Pastoriz, intitulada: “Promotoria orienta que sem-teto deixem as ruas de Porto Alegre”. Segundo a matéria<sup>79</sup>, a promotora orientava

---

<sup>79</sup> ELY, Lara; SILVA, Rossana. Zero Hora. *Promotoria orienta que sem-teto deixem as ruas de Porto Alegre*. Porto Alegre, 3 de junho de 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/06/promotoria-orienta-que-sem-teto-deixem-as-ruas-em-porto-alegre-4517180.html>

especificamente que órgãos e instituições intensificassem as abordagens para auxiliar os “moradores de rua” na procura de albergues, no objetivo de “evitar que se tornassem vítimas da violência”. Alguns integrantes do MNPR demonstraram indignação diante daquelas declarações, que pareciam apoiar a “limpeza” das ruas. Na semana seguinte, a Defensoria Pública da União (DPU), por meio de nota de imprensa assinada pela promotora Fernanda Hahn, manifestou crítica aberta e direta à recomendação do MP, alegando repudiar qualquer ação de “higienização humana”<sup>80</sup>. A promotora Liliane Pastoriz, por sua vez, explicitou discordância com a matéria, explicando que suas declarações foram distorcidas. Em reunião com a comissão formada a partir do seminário no qual Wagner relatou as agressões que sofreu, ela declarou:

*“Eu estou ofendida com essa matéria e não vou aceitar que digam que eu estou promovendo higienização! Mas a gente leva um susto porque nunca viu tanta gente na rua! É preciso pensar que permanecer nas ruas é uma postura política para pressionar a prefeitura a abrir mais vagas para vocês. Eu não estaria aqui se pensasse diferente de vocês. Mas fiquei preocupada, vocês conhecem a polícia melhor do que eu. Eu sou uma pessoa muito humilde e estou aprendendo com vocês. Estou estudando muito e vai ser difícil quebrar o preconceito em relação ao direito do morador de rua em permanecer nas ruas” (DIÁRIO DE CAMPO, 04/06/2014).*

Diante da cobrança de ter que “se explicar” para os militantes do MNPR, Pastoriz apresentou uma específica atribuição política ao “direito de permanecer nas ruas”: pressionar a prefeitura para a ampliação de vagas nas instituições de acolhimento, vinculando agência política aos esforços de “reinserção social” e superação da “situação de rua”. A polêmica provocada pela publicação da Zero Hora colocou em dúvida as “reais intenções” da Promotoria Pública do estado em sua aproximação com o MNPR, cobrando um notório esforço de Pastoriz para reverter uma interpretação que a colocava na contramão das recomendações nacionais do Ministério Público. A declaração de que “*eu não estaria aqui se pensasse diferente de vocês*”, referia-se ao seu engajamento como “agente de transformação social”, comprometido com as causas dos movimentos sociais e, como tal, vítima de uma falácia midiática.

Na mesma reunião, o vereador Alberto Kopittke também contrariou as declarações publicadas e defendeu a “permanência das pessoas nas ruas”, sob a proteção do MP. Em sua

---

<sup>80</sup> MARTINS, Jomar. Consultório Jurídico. *DPU reage a recomendação do MP de recolher morador de rua em Porto Alegre*. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-jun-11/dpu-reage-recomendacao-mp-recolher-morador-rua>



fala, o petista argumentou que a origem da violência no Brasil é institucional e que “é na madrugada que a constituição é rasgada”, reiterando que o monitoramento da ação policial é dever do MP e que, diante das proximidades do início dos jogos, era necessário responsabilizar-se. Nesse momento o vereador disponibilizou seus números telefônicos para os integrantes do MNPR-RS e sugeriu uma ação conjunta, inicialmente denominada “ronda”, formada por pequenos grupos que sairiam à noite pelas ruas da cidade no intuito de “coletar relatos de abuso policial”. Na manhã seguinte, Kopittke concedeu uma entrevista ao portal de notícias G1, figurando como coordenador da “Patrulha dos Direitos Humanos”. Sua declaração não poderia ser mais emblemática: *“O que temos identificado é um problema histórico antigo de agressões que são cometidas por policiais. Isso não é uma prática comum da Brigada Militar, mas ação de dois ou três policiais, recorrentes na região central da cidade”*. Doravante, a ambiguidade na admissão de uma violência institucional e de um “problema histórico”<sup>81</sup> passa a ser anunciada ao lado de uma individualização deste problema, causado pelo “desvio de conduta” de “dois ou três policiais”: a versão do MNPR e de setores mais progressistas do Estado foram amarrados, na mesma fala, às justificativas individualizantes de um “problema” a ser superado pela correção da conduta de agentes específicos da segurança pública.

Na sexta-feira da mesma semana, horas antes de iniciar a primeira intervenção da Patrulha de Direitos Humanos, todas as autoridades envolvidas participaram da reunião semanal do MNPR-RS no SIMPA. Na ocasião, o debate promovido foi emblemático. Seu Otávio, vestindo a camiseta azul com o símbolo do MNPR estampado no peito, deu início à reunião daquela tarde dando *“graças a Deus”* por *“termos a nossa promotora pública ao nosso lado”* e lamentando pela previsível ausência de representantes da FASC. Em seguida, ele levantou-se para declarar em alto e bom tom que *“o MNPR se posiciona em repúdio a todas as violações de direitos humanos durante a Copa. Temos que procurar os responsáveis porque a população de rua está em extrema vulnerabilidade social e isso é prova de que as políticas públicas, mais uma vez, falharam”*. Ao colocar Liliane Pastoriz como a “nossa defensora”, provavelmente Otávio não estava apenas demonstrando seu descrédito nas afirmações da Zero Hora, mas principalmente evidenciando o descaso da instituição responsável pela rede socioassistencial na cidade: a FASC, cujos gestores e técnicos foram

---

<sup>81</sup> CANOFRE, Fernanda. G1, RS. *Patrulha avalia risco a moradores de rua antes da Copa em Porto Alegre*. Porto Alegre, 7 de junho de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/06/porto-alegre-tem-patrolha-para-avaliar-situacao-de-moradores-de-rua.html>

informalmente acusados de promover internamentos compulsórios. Da mesma forma, ao estimar a promotoria, observando, em sua fala, que “as políticas públicas falharam”, o coordenador do MNPR implicava todas as autoridades ali presentes, clamando por responsabilização.

Em seguida, a defensora pública da DPERS, Alessandra Quines, compartilhou sua preocupação com os relatos de violência, lembrando que para responsabilizar alguém seria fundamental a coleta de dados precisos sobre as agressões, opinião que foi compartilhada pelos representantes do MP, da DPU, da CEDECONDH e da Ouvidoria de Segurança Pública (OSP). Acrescentou, ainda, que a orientação da defensoria ia de encontro ao que foi publicado na Zero Hora, uma vez que *“as pessoas têm que ficar nas ruas e onde entendem que é melhor para ficar”*. Por sua vez, a defensora Fernanda Hahn, da DPU, ressaltou que, após conversar com a FASC, lhe foi garantido que a instituição não promoveria nenhuma ação de “higienização social”. Enquanto Otávio insinuava que todos, ali, eram corresponsáveis pela “falha das políticas públicas”, as autoridades redirecionavam a problemática para a responsabilização individual dos casos de violência, a um só tempo reiterando materialidades, relativizando casos de “violações de direitos” e marcando seus discursos com os tons do comprometimento e da sensibilização com os direitos das “pessoas em situação de rua”.

No limite, Pastoriz preocupava-se com a possibilidade de minar a construção política da sensibilidade e do engajamento do MP com a defesa e com as “causas” dos grupos mais “vulneráveis” em tempos de Copa do Mundo. Sua preocupação e indignação, portanto, não eram à toa, pois envolvia a ameaça a uma certa imagem institucional sensível, respaldada por outros parceiros estatais e, de certa forma, reivindicada e esperada pelos militantes do MNPR: um MP comprometido com a defesa dos direitos humanos. Inclusive, para muitos desses militantes, era inacreditável que aquela declaração tivesse sido feita por Pastoriz, uma vez que todos conheciam as tendências “deturpadoras” do Grupo RBS e, mais importante, depositavam muitas expectativas no MP, instituição absolutamente atrelada à garantia dos direitos humanos. Como bem colocou Adriana, *“a repórter da Zero Hora foi aceita pelo vereador Kopittke, pela câmara de vereadores e pela FASC, para que realizasse a entrevista, então não adianta agora querer responsabilizar o Ministério Público”*. Na brecha para “inocentar” a instituição, Fernanda Bassani, da CEDECONDH, arrematou: *“o MP é um parceiro importante! É mais produtivo, é mais humano que tenhamos o MP do nosso lado. Vamos dar uma segunda chance a ele! ”*.

A entrevista concedida uma semana depois, no programa *Conhecendo o Ministério Público*, portanto, pode ser entendida como uma resposta institucional em tom de retratação ou explicação frente às demais instituições envolvidas com a “força-tarefa” de defesa dos direitos humanos durante a Copa, espalhada aos quatro cantos por cartazes, entrevistas e seminários. Com seus esforços para “esclarecer um equívoco”, Pastoriz nos possibilitou compreender que a multiplicidade de atores e discursos em torno da defesa dos direitos da “população em situação de rua” estava resguardada pelo guarda-chuva da “reinserção social”, traduzido no paulatino convencimento rumo à capacitação, à transformação e à regeneração a partir das oportunidades disponibilizadas pelo Estado. Defender o “direito de permanecer nas ruas”, longe de operar por meio de garantia jurídica incontestada, foi alçado à estratégia na constituição de vínculos e confianças que facilitariam o trabalho de “retirada humanizada” dessas “vidas incômodas” do espaço urbano. A tão mencionada e temida “higienização social” passou a ser definida não pelo seu conteúdo (remoção do espaço público), mas por sua forma (conjunto prático e discursivo para o convencimento): seria melhor que as pessoas saíssem das ruas para se protegerem, mas tal “saída” deveria ocorrer por intermédio do diálogo, do acompanhamento, e da não-violência moral e física. Parece que, na prática, as coisas não foram bem assim.

#### **5.4 O condomínio horizontal**

Ainda naquela mesma reunião do MNPR, Patrícia, a representante da OSP, orientou que as pessoas denunciassem as agressões, mas que fizessem a denúncia pelo menos com descrição física dos policiais. Era preciso materialidade dos casos relatados. Roberto, que se apresentou como “morador de rua” e que na ocasião participava das reuniões do MNPR-RS pela primeira vez, questionou: *“alguém aqui já sofreu agressão policial? Eu já apanhei muito sem nenhum motivo. E se esse ou aquele denunciar a violência, nós todos seremos protegidos? Por isso que muita gente não liga para a ouvidoria”*<sup>82</sup>. O contraponto de Roberto já havia sido colocado por muitos integrantes do MNPR e, ainda assim, a questão das “provas concretas” vinha à tona com frequência. Fernanda Bassani contou já ter trabalhado em presídios, onde conheceu muitos policiais e aprendeu que a grande maioria não compactua

---

<sup>82</sup> Reunião do MNPR. Diário de campo de 06/06/2014.

com essa violência contra a “população de rua”. No mesmo dia, a assessoria de imprensa do MP declarou que até o momento não existiam denúncias protocoladas, “*apenas relatos de movimentos sociais sobre o assunto*”<sup>83</sup>.

A ênfase em “dados concretos” e “descrições detalhadas”, assim como a atribuição da violência estatal ao desvio de conduta de agentes específicos da segurança pública (como *Steve* e seus comparsas), marcaram o primeiro dia da “Patrulha dos Direitos Humanos” em Porto Alegre. A produção e articulação destas assertivas tiveram papel fundamental nos resultados apresentados pelo grupo sobre suas atividades. A preciosidade dos “fatos concretos” tanto “empurrou” para a rua um grupo de parceiros institucionais, em busca de materialidades, quanto validou a afirmativa de que ninguém estava sendo “empurrado”, com violência, para outros lugares da cidade. Para melhor elucidar seus desfechos ambíguos, descrevo, a seguir, o segundo episódio de “patrulhamento” noturno, ocorrido na noite do dia 9 de junho, às vésperas da Copa do Mundo.



Imagem 11: “Para prevenir abusos, grupo visita moradores de rua”.  
*Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 7 de junho de 2014.

Naquela segunda-feira à noite o frio era intenso em Porto Alegre. Por volta das 20h encontrei Consuelo, do PPDDH, Patrícia e Joel, ambos da OSP. Fui pego por eles na Avenida Borges de Medeiros, centro da cidade, em um veículo institucional da Secretaria de Segurança Pública. De imediato, saímos da Borges de Medeiros e entramos na Avenida Ipiranga, onde

---

<sup>83</sup> VARGAS, Bruna. Zero Hora. *Para prevenir abusos, grupo visita moradores de rua a partir desta sexta na capital*. Porto Alegre, 6 de junho de 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/06/para-prevenir-abusos-grupo-visita-moradores-de-rua-a-partir-desta-sexta-na-capital-4520224.html>

Consuelo notou que muitos “moradores de rua” já haviam saído dos locais onde costumavam dormir. Na mesma Avenida, na altura do cruzamento com a Rua Santana, avistamos três rapazes que conversavam no meio do canteiro de acesso a uma das pontes sobre o Arroio Dilúvio. Descemos do carro. Ao notar nossa aproximação, um deles afastou-se rapidamente, desvencilhando-se de Consuelo, que, em vão, tentava alcançá-lo para conversar. Um segundo jovem, após a nossa apresentação, disse que “não estava na rua” e desceu para a parte mais escura sob a ponte. Finalmente, Marcelo, um jovem branco de 27 anos, foi o único que aceitou conversar, enquanto bebia café em uma garrafa plástica. Catador de material reciclável, Marcelo afirmou dormir às vezes naquele local, onde a polícia costumava, segundo ele, agir com violência: *“outro dia eles abriram a cabeça de um colega meu e até levaram os meus documentos, mas eu não denuncio porque sei que depois eles se cobram”*. Em dado momento, avistamos mais três pessoas sob a ponte, que foram se aproximando lentamente e muito desconfiados. Um deles, já sabendo de nossas intenções, explicou que ali é o único espaço onde podem ficar tranquilamente e, ainda assim, são agredidos com frequência, mesmo *“não fazendo mal a ninguém”*. Patrícia, já sinalizando a despedida, entregou-lhes seu cartão com nome e telefone, informando que poderiam entrar em contato quando necessário, garantindo a preservação de suas identidades. Entramos no carro e, ainda estacionados, um dos integrantes da equipe comentou: *“mas esses aí não são de rua, são usuários de drogas ou traficantes”*.

Partimos para um terreno baldio na rua João Alfredo com a Érico Verissimo, local onde, conforme informações de muitos integrantes do MNPR-RS, as “pessoas em situação de rua” e famílias removidas de algumas vilas estavam sendo alocadas pela BM. Já nas proximidades do terreno, Patrícia entrou em contato, pelo celular, com outra equipe que informou já ter visitado aquele espaço minutos atrás. Mesmo assim, resolvemos descer e observar discretamente. O terreno de esquina, em formato triangular, estava cercado com tapumes de madeira e, ao fundo, pelo quintal de algumas residências. Algumas barracas improvisadas com lona e madeira foram dispostas ao longo do terreno, assim como alguns colchões ao chão, separados por pedaços de madeira. O local realmente escondia a presença daquelas pessoas, numa região de muita circulação de veículos e pouca iluminação. Antes de partirmos, Patrícia observou que, de fato, aquele era um *“local tranquilo para ficar”*.

Encontramos outra equipe já na altura da Usina do Gasômetro, localizada no circuito turístico da cidade, às margens do Rio Guaíba. Fernanda Bassani, da CEDECONDH,

Reinaldo Santos, do MNPR e outras duas assessoras do vereador Kopittke já nos aguardavam. Todos juntos, então, nos dirigimos para a estrutura paralisada de um aeromovel sob a qual descansavam três homens, sobre colchões, cobertores e papelões. Esses companheiros estavam cercados por mochilas, sacos plásticos, restos de comida, uma mesa improvisada para sustentar talheres, copos, potes plásticos, algumas frutas e garrafas de bebida, além de um carrinho utilizado em coleta de material reciclável – elementos materiais que informavam a temporalidade da permanência daqueles sujeitos no local.

Pareciam dormir tranquilamente quando chegamos. O mais velho deles, de aproximadamente 50 anos, notou nossa presença e logo nos apresentamos. Fernanda perguntou sobre a relação com a polícia, ao que ele esclareceu que até o momento não teriam sido expulsos do local porque estavam “negociando” com os policiais, “comprovando” estar apenas trabalhando, sem uso de drogas e, portanto, “*sem incomodar ninguém*”. Ouvíamos o constante som de sirenes, que parecia produzir tensão muito mais na equipe da “Patrulha” do que no alvo em potencial da polícia. Fernanda argumentava que seria mais prudente que eles dormissem em albergues e abrigos da cidade, pois, cedo ou tarde, seriam removidos pela polícia. Aquele senhor, então, explicou que nos locais de atendimento não o deixariam entrar com o seu principal meio de sustento: o carrinho de coleta. Uma segunda pessoa, que até o momento estava com a cabeça coberta, protegendo-se do frio, entrou na conversa. Ele estava na cidade há poucas semanas, vindo do interior do Rio Grande do Norte, e de imediato disse que gostaria de dormir em outro lugar, sobretudo pelo frio daquela noite, mas que seria mais prudente levar o seu amigo para o albergue. Referia-se a um companheiro que permanecera deitado, sem interagir conosco, com a cabeça ao lado de uma pequena panela com macarrão: estava aos cuidados de seus amigos, há três dias sem conseguir comer e com fortes dores estomacais.

A descoberta de um “doente” entre o grupo foi crucial. Agora, era uma “vida em risco” que estava em jogo e foi o que, de certa forma, autorizou a iniciativa quase incontestável de leva-lo ao hospital. Entre as conversas paralelas que surgiam, pude ouvir as duas assessoras comentando o impacto que a situação lhes causara, sobretudo pela proximidade com pessoas dormindo sobre papelões, cercadas por “lixo” e expostas ao frio rigoroso daquela noite. Enquanto isso, Fernanda e Consuelo tentavam, a todo modo, convencê-los a acessar cuidados médicos e abrigo institucional. O mais relutante era o senhor envolvido com a coleta de material reciclável, que não queria abandonar seu instrumento de

trabalho. Foi nesse momento que Fernanda sugeriu: *“quem sabe, então, vocês vão para aquele terreno com tapumes, onde a polícia está deixando ficar e que é quase um condomínio horizontal”* – referindo-se ao terreno baldio, para onde muitos já haviam sido encaminhados. *“Eu não vou para lá me juntar com gente que usa drogas”* respondeu o homem, ainda sentado ao chão. Nesse instante, a terceira equipe, formada pelos acadêmicos Pedro Leite e Gabriela Jacobsen e pela promotora Fernanda Hahn, da DPU, chegou ao local. Éramos, então, onze pessoas em pé ao redor de três ao chão. Multiplicavam-se sugestões para “resolver o caso” até que, enfim, aquele que estava doente aceitou ser conduzido ao Pronto Socorro pela promotora Fernanda. Em pouco tempo, o serviço de abordagem social da prefeitura foi acionado e em quinze minutos já contávamos com outra equipe no local, agora formada por agentes que conduziriam o restante do grupo para o albergue municipal – isso após convencê-los a deixarem o carrinho de coleta escondido sob uma lona plástica.

\* \* \*

Negociando com agentes da segurança pública, três homens expuseram suas intenções positivas em relação ao trabalho e à ausência de uso de drogas, fato que serviu, também, como principal justificativa para não se deslocarem para o “condomínio horizontal”, com “pessoas que usam drogas”. Ainda poderíamos sugerir que relutavam ingressar em espaços institucionais porque também negavam as tecnologias normalizadoras que, de forma híbrida e heterogênea, situam a racionalidade governamental entre a hospitalidade e a hostilidade no interior de suas instituições (DE LUCCA, 2013). Mas também continuavam em uma zona potencialmente turística e corriam o risco real de remoção. Não imaginavam, porém, que seria tão cedo. Tampouco desconfiavam que as motivações para a intervenção sobre suas permanências no espaço público viriam de reações provocadas pela situação de “sofrimento” e precárias condições de alimentação, saúde e higiene.

Eram condições de “vulnerabilidade” declaradamente insuportáveis naquele anedótico encontro noturno, quando sensibilidades “externas” tiveram seus limites corporais, espaciais e morais questionados. Os efeitos dessas reações ocorrem, sobretudo, quando regras, valores e identidades estabelecidas são drasticamente perturbadas (RUI, 2014), o que concede inteligibilidade aos esforços dos integrantes da “Patrulha” em encaminhar aquelas pessoas

para locais supostamente mais acolhedores, onde teriam uma noite tranquila, fosse no “condomínio horizontal”, em albergues ou na fila de um hospital de pronto socorro. Essas motivações “humanitárias” ficariam por aqui, não fosse o impressionante tom de inevitabilidade da ação policial, que a qualquer momento daria vida ao seu conhecido poder ordenador, diante do qual a fuga para determinados esconderijos seria a solução mais eficaz para os integrantes da famosa Patrulha dos Direitos Humanos.

A comoção com o “sofrimento” e a preocupação com “corpos vulneráveis”, nesse caso, também produziu a gestão daqueles corpos. É Fassin (2014) quem nos alerta para o fato de que a avaliação do outro é sustentada por sentimentos de compaixão, sempre enlaçados com práticas repressivas, como nos processos de gestão de imigrantes na Europa, em que o humanitário engloba o político a partir da combinação de políticas de ordem e políticas de sofrimento que visam, de um lado, a proteção da *polis* e, de outro, o tratamento compassivo aos “escondidos” em campos de exceção (FASSIN, 2014). Mesmo a construção de “zonas de proteção” guarda suas ambiguidades na concomitante formação de espaços de confinamento e evitação, onde “não há cuidado sem controle” (AGIER, 2008, p.14).

Ao estudar a complexa atuação do “governo humanitário” em campos de refugiados dispostos na África do Norte, Agier (2008) constatou que a gestão dos “indesejáveis” envolve a produção lexical e estatística de categorias identitárias e de espaços que lhes são associados, onde o humanitário e o repressivo se articulam em um dispositivo de controle sobre fluxos migratórios de toda sorte. Nessa maquinaria, o humanitário adquire duas caras. A primeira (pública) corresponderia à imagem cosmopolita de compaixão, de valores e ideais focalizados na ajuda aos refugiados; a segunda (privada), reafirmaria a segregação como condição necessária para o acesso à “ajuda externa”. Na dimensão cotidiana dessa espera, os “beneficiários” ingressam numa eterna insegurança: nem repatriamento, nem reintegração, apenas esparsos retornos forçados (AGIER, 2008).

A estas alturas, o leitor está certo ao se questionar sobre a pertinência dessas contribuições etnográficas para o caso em foco neste capítulo. Obviamente, não estávamos em contexto de campos de refúgio e, tampouco, de organizações internacionais de ajuda humanitária. O que conseguimos visualizar é que as pessoas estavam sendo removidas da região central da cidade, afastadas, encurraladas, aterrorizadas entre ameaças boatos e violência física real. Lembremos, então, que os agentes da assistência social foram fortemente recomendados pelo MP a acompanhar as abordagens policiais e “ajudar as pessoas a buscar



abrigo” em Porto Alegre. Claro, agentes dos serviços social e policial não realizavam abordagens em conjunto o tempo todo. Mas ambos, à sua maneira, receberam recomendações para gerir o espaço público em nome da ordem urbana, muitas vezes vestida com discursos de cidadania e proteção e, no caso específico aqui tratado, com garantias inflamadas sobre “direito a ter direitos” “direito de permanecer nas ruas” e “proteção contra abusos e higienização social”.

A disseminação discursiva da garantia de proteção e de direitos, por parte dos representantes que compunham a “Patrulha dos Direitos Humanos”, parece ter cumprido, assim, o papel de “humanizar” aquela equação prática entre “limpeza” e “proteção”, amenizando seus efeitos sobre o reconhecimento público de que Porto Alegre estava servindo de palco para ações higienistas. No máximo, a cidade teria sido cenário de “ações isoladas” que precisavam ser apuradas com informações concretas e não, apenas, com “relatos de movimentos sociais”. Ao mesmo tempo, a construção ou a permanência de uma “estrutura de campo”, como sugere Fassin (2014) para o contexto de imigração europeia, corresponderia a uma resposta específica para um problema de ordem pública, calcada na instituição de pequenos territórios de exceção, justificada por uma situação emergencial que faz da junção de pessoas uma solução aceitável. Sem a pretensão de arriscar comparações, tão somente sugiro que o consenso informal de que a “polícia estava deixando as pessoas ficarem”, de que “era um lugar tranquilo para ficar”, fez com que aquele espaço de relativo confinamento servisse, a um só tempo, como *campo de tolerâncias e evitações*, onde aquelas existências eram suportadas mediante a condição de serem evitadas, empurradas para um escuro incerto de uma espera duvidosa.

A despeito disso tudo, Porto Alegre, publicamente, livrou-se do fantasma da higienização social. Onze dias após a experiência acima descrita, o jornal digital Sul21 publicou a matéria intitulada: “Grupo que avalia situação de moradores de rua durante a Copa descarta higienização em Porto Alegre”. Novamente, Alberto Koppttike é o porta voz na afirmação de que *“não há nenhuma denúncia concreta [...] o que percebemos é a ocorrência de problemas históricos como a violência policial, especialmente de dois brigadianos [policiais militares] que ficam no centro da cidade, mas nada específico sobre a Copa”*. Ainda assim, o mesmo vereador reconheceu a existência de *“registros de retiradas de moradores de rua dos pontos turísticos, por meio de ameaças, porém, deixando-os ficar em*

*locais de pouca visibilidade, como terrenos cobertos com tapumes*”<sup>84</sup>. Com essas declarações é como se pudéssemos visualizar um percurso publicizado do Estado às suas *margens* e o quanto esse deslocamento, propiciado pelo clamor pela garantia de direitos humanos, foi extremamente produtivo. Produziu Estado, produziu classificações, explicitou moralidades e potencializou a gestão da pobreza urbana sob uma roupagem que borrou o fato de que as práticas conduzidas pela Patrulha de Direitos Humanos acabaram por se articular à atuação policial no ocultamento de sujeitos indesejáveis do espaço urbano.

Vimos que o desfecho final destas ações de “superexposição estatal” foi alimentado pelas solicitações de “provas concretas”, nomes, números, dias, horários, locais, marcas, câmeras, fotos, gravações, capturas exatas de atos, cenas e sujeitos em ação. Essa constante conclamação de registros e documentos especificou a potencialidade direta do Estado no controle de sua legibilidade e das narrativas de violência que o apontavam como algoz. Ninguém esperava, no entanto, que no meio desse “caso de sucesso” das instituições públicas contra a “higienização social”, um rumor mais potente ainda surgiria, desta vez trazendo à tona a narrativa de um assassinato brutal, o que demandaria uma nova saga na busca por documentos que produziriam, ao final, a inexistência de uma vida, um assassinato e um corpo.

### **5.5 Sem documento, não tem corpo**

*“Cláudio Fonseca, 39 anos, negro, morador de rua, foi espancado por cinco policiais na madrugada do dia 23 de junho de 2014, no interior do Parque da Redenção, no centro da cidade. O corpo aguarda documentação no IML para identificação”*. Transmitida por uma integrante do Comitê Popular da Copa, a descrição acima foi repassada por *e-mail* aos participantes da Patrulha dos Direitos Humanos em 25 de junho, por intermédio de Pedro Leite, bolsista de iniciação científica em Ciências Sociais (UFRGS) e apoiador do MNPR. *“Denúncia urgente: pessoa em situação de rua assassinada”*, era o assunto daquela mensagem, impactante pelos requintes de crueldade e extremamente contrastante com as

---

<sup>84</sup> PASINATO, Nicolas. Zero Hora. *Grupo que avalia situação de moradores de rua durante a Copa, descarta higienização em Porto Alegre*. Porto Alegre, 21 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/grupo-que-avalia-situacao-de-moradores-de-rua-durante-a-copa-descarta-higienizacao-em-porto-alegre/>

declarações midiáticas, publicadas há quatro dias, que negavam qualquer ação de “higienização social” na cidade.

Uma reunião na câmara dos vereadores foi marcada dois dias depois e contou com a presença de representantes da DPU, da OSP, da UFRGS, de centros de referência em direitos humanos da capital e região metropolitana, de vereadores e militantes vinculados ao MNPR. O início das discussões foi marcado pela sobreposição de informações sobre o “caso Cláudio” e pela indignação com o que seria, para Adriana, a manifestação clara da “*violência de Estado*”. Curiosamente, os dados sobre a morte vieram de todos os lados como possibilidades a serem investigadas, embora tivessem sido supostamente confirmadas por um advogado vinculado ao Movimento Negro da cidade, que teria conversado com uma testemunha. Os militantes vinculados ao MNPR estávamos visivelmente indignados – diria que Adriana estava consternada – com a notícia e cobravam atitudes imediatas, enquanto Fernanda, da CEDECONDH, erigia, aos nossos olhos, indagações que de alguma forma racionalizavam a emoção manifesta ante a brutalidade daquele relato e explicitavam as imensas dificuldades em tomá-lo como “verdade”.

Um primeiro eixo de informações, cujas fontes eram incertas mas que as autoridades ali presentes já possuíam, foi sistematizado pela psicóloga Fernanda: a família de Cláudio não queria denunciar, apenas manifestava o desejo de ter acesso ao corpo; uma pessoa teria testemunhado as agressões da janela de um apartamento e acionado a SAMU; antes disso, outra pessoa (ou a própria testemunha) teria retirado do bolso de Cláudio um boleto de energia elétrica na qual constava o endereço de seus familiares, o que permitiu que fossem localizados e informados sobre o ocorrido. Por fim, surge o desencontro de informações sobre a data em que Cláudio teria sido internado em hospital: alguém detinha a informação de que ele teria “agonizado” de 16 a 23 de junho, quando fora internado no HPS. Essa possibilidade foi contestada por mim e por Pedro Leite, quando sugerimos ser impossível alguém permanecer uma semana com “crânio afundado”, “olhos perfurados” e “costelas quebradas” até receber atendimento médico.

A promotora pública Liliane Pastoriz ficou encarregada de solicitar à SSP o acesso às câmeras de monitoramento (que jamais foram obtidas), enquanto Fernanda ponderou não ser de nossa alçada investigar o caso. Em relação a isso, a vereadora Fernanda Melchionna manifestou sua posição sobre uma possível denúncia na OSP: “*todos nós sabemos que as denúncias chegam na ouvidoria, são arquivadas e a pessoa que denuncia ainda é*

*processada*”. Como possível alternativa ao impasse, Fernanda Hahn, da DPU, sugeriu a federalização das investigações para que, de fato, os “agressores” fossem punidos, caso contrário, a *“brigada seria investigada pela brigada, e já sabemos no que isso vai dar”*. Fernanda, da CEDECONDH, reiterou sua posição, já defendida em outras ocasiões, de que *“não se deve generalizar a violência e a imprudência policial”*.

Em meio a tantos detalhes recheados de incertezas, nos faltava a “materialidade do homicídio”, o que impossibilitava qualquer questionamento sobre a ilegitimidade estatal, pois se “não tem corpo, não tem crime” (ARAÚJO, 2016). Ao mesmo em que não nos cabia “investigar”, também não poderíamos denunciar, nos registros formais da burocracia estatal, sem a produção de “dados concretos” que permitissem ultrapassar narrativas sem “provas materiais”. Faríamos, assim, uma investigação “por conta própria”, reunindo todas as informações possíveis, dividindo tarefas e estudando o “caso” a partir de seus problemas e possibilidades de resolução.

Embora estivéssemos partindo do pressuposto de que a morte teria sido provocada pelas agressões cometidas por cinco policiais, a maioria das indagações conduziam-nos à investigação sobre a existência de Cláudio e sobre a veracidade do ocorrido. Isso porque, pelos procedimentos administrativos, era impossível que qualquer policial fosse interrogado pelos agentes da OSP, encarregados tão somente de encaminhar denúncias à Corregedoria Geral, órgão responsável pela apuração de responsabilidades criminais da polícia militar. Assim, a investigação de denúncias não é atribuição da OSP, mas como seus agentes estavam engajados em um contexto de amplo debate, alimentado por rumores e casos reais de violência policial, bem como pela campanha nacional lançada pelo CNMP, houve um esforço daquele órgão em buscar elementos que fundamentassem a abertura de um expediente junto à Corregedoria. Por isso, documentos de Cláudio precisavam ser encontrados, assim como o corpo, as testemunhas e os familiares. Disso dependia o acesso a informações que jamais foram obtidas, como a identificação dos policiais em plantão e as filmagens das câmeras de vigilância.

Frente à complexidade para fazer com que a “morte de Cláudio” se transformasse em um “caso”, Marcos, lembrando os efeitos considerados positivos sobre as declarações de Wagner, pontuou a urgência de outro seminário sobre a “população em situação de rua”, pois *“assim as pessoas têm coragem de falar, de denunciar... como fez o Wagner”*. Ao contrário das agressões relatadas por Wagner, em nenhum momento a “morte de Cláudio” veio a

público nos meios de comunicação, figurando como uma incógnita entre os integrantes do MNPR-RS e a rede de interlocutores constituída no contexto da Copa do Mundo. Certamente, um novo seminário faria com que essa história ganhasse visibilidade e ressonância na cidade, mas também – e esse passou a ser, a meu ver, o ponto crucial – deslegitimaria todo o trabalho realizado pela Patrulha dos Direitos Humanos, acompanhado, em todas as suas etapas, pela imprensa local.

Conforme a promotora Liliane Pastoriz, para solicitar acesso às câmeras de vigilância, era imprescindível saber exatamente o local e o horário do ocorrido. Nesse momento da reunião, me dirigi a um agente da OSP para saber de que forma poderíamos contatar a testemunha e identificar o local exato das agressões. Para ele, no entanto, o foco das investigações deveria ser a irmã e a mãe de Cláudio – as quais, já sabíamos, não queriam falar sobre o caso. Naquela sexta-feira, a reunião foi finalizada com a divisão de algumas “tarefas investigativas” e indicação de outra reunião na semana seguinte, quando deveríamos ter reunido o máximo de informações possíveis que ajudassem na composição de uma denúncia fundamentada em alguma materialidade.

Durante o final de semana, concentrei esforços na interlocução com o Instituto Médico Legal (IML). Por telefone, me apresentei como pesquisador à atendente do Instituto Geral de Perícias (IGP) e solicitei detalhes sobre o registro de entrada de corpos em casos de pessoas sem documentos de identidade. A moça explicou que em tais circunstâncias uma busca é realizada no “sistema” afim de verificar o registro das digitais e que, caso não sejam encontrados, somente os familiares podem fazer o reconhecimento por fotografias. Perguntei, então, se ela poderia verificar se o corpo de Cláudio Luis Santos Fonseca havia sido registrado no dia 23 de junho, ao que respondeu negativamente, esclarecendo que neste dia ela estava de plantão e nenhum corpo sem identificação ou com aquele nome teria dado entrada no IML. Quase num desabafo, como quem pensa alto, respondi: “*mas onde está esse corpo, então!?*”. Em resposta, antes de desligar, a atendente sugeriu que “*ele pode estar internado no hospital*”.

Naquele final de semana eu praticamente não dormi, tomado pela ansiedade de resolução daquele quebra-cabeça, ao mesmo tempo atormentado pela descrição das circunstâncias da morte. Eu imaginava a cena constantemente e me perguntava como seria possível a junção tão intensa entre ódio, desprezo e frieza numa ação permeada por requintes de crueldade. Certamente, muitos envolvidos na investigação sentiram e pensaram o mesmo.

Era impossível imaginar a cena sem pensar que, se algo próximo ao descrito aconteceu, o que o cometeu não era humano. Dias depois conversei com Adriana, quando nos encontramos na rua, horas antes de uma reunião do MNPR, e percebi a transformação em seu corpo, suas roupas, sua fala e expressões faciais: estava visivelmente triste, introspectiva e com as roupas sujas – algo incomum em seu caso. Em nossa curta conversa, ela disse estar deprimida com a “história de Cláudio”, sentindo-se impotente frente a tanta violência e impunidade. Cada qual a sua maneira, todos nós sentíamos um pouco dessa tristeza e impotência que nos movia, dia e noite, em busca de “provas concretas”, solicitadas pelos parceiros institucionais e por nossa própria vontade de “justiça”. A brutalidade contida na descrição do crime envolvia-nos em uma complicada confusão moral, na qual tínhamos que lidar, a um só tempo, com o desafio em representar violações corporais tão extremas que pareciam marcar os limites da vida e da humanidade (DAS, 1999) e com o imperativo de comprovar estes atos: corríamos atrás do que causava dor, raiva, medo.

Ainda naquele final de semana, quando contatei o IGP, me juntei a um grupo de apoiadores e militantes do MNPR para uma conversa com algumas pessoas no entorno do parque da Redenção, no objetivo de coletar qualquer informação relevante sobre o suposto assassinato. Por aplicativo de mensagens de celular, conversei com outros apoiadores do MNPR-RS e, junto com Marcos e Adão, marcamos um encontro às 19 horas, em um ponto do parque próximo à distribuição de comida realizada por um grupo religioso. Eu, no entanto, cheguei ao local sozinho, uma hora mais cedo. No ápice do inverno daquele final de junho, já era noite, fazia frio e uma neblina espessa limitava o alcance da visão, junto com a escassa iluminação pública da Avenida José Bonifácio, limite leste do parque. Adentrei o local costeando a Avenida, na expectativa de encontrar alguém para conversar sobre Cláudio. O primeiro rapaz a quem resolvi perguntar sobre o assunto, visivelmente incomodado com o questionamento, afirmou não ter sequer ouvido falar sobre o caso. Na chuva, em meio à penumbra, com os traços faciais escondidos sob o capuz do moletom, nervoso, inquieto e olhando para todos os lados enquanto falava comigo, aquele jovem – que, depois eu saberia, integrava um grupo de garotos de programa atuantes no local – sinalizava claramente que a minha presença naquele espaço, com perguntas de “teor investigativo” sobre crime e polícia, era indesejada e poderia trazer problemas para mim e/ou para ele. Nesse momento eu entendi o recado, me dei por conta do que estava fazendo ao ultrapassar o limite entre as narrativas sobre um crime violento, ocorrido em determinado lugar, e a composição viva desse mesmo

lugar, marcado por outras ilegalidades, conectando-me com outros sujeitos que, direta ou indiretamente, povoam o parque da Redenção com usos, negociações e moralidades múltiplas. Questionar sobre os envolvidos em um crime naquele espaço era como inquirir sobre toda uma rede de relações a qual eu sequer tive o cuidado de atentar ou conhecer.

Aquela breve experiência foi o suficiente para refletir sobre a obstinação com a qual eu estava conduzindo as coisas, atropelando o mundo e querendo encontrar a todo custo, e até por conta própria, as provas que pudessem incriminar os perpetradores de um crime cruel, marcado por uma violência insuportável e inadmissível. A chuva apertou, assim como os meus passos ao longo da Avenida José Bonifácio, até chegar à parte mais iluminada do parque, nas proximidades com a Avenida Osvaldo Aranha. Ali encontrei o restante do grupo, já conversando com algumas pessoas. Pedro estava com uma sacola de roupas para doação, estratégia que adotou para mediar a busca de informações. Algumas pessoas pareciam frustradas, pois, pelo clima instável, a doação alimentar não aconteceria. Preocupados com o jantar, muitos haviam se deslocado de outros pontos da cidade, estavam com as roupas molhadas, com frio e, talvez por isso, não muito inclinados a conversar, já organizando seus pertences rumo a outros locais da cidade. Dois homens, no entanto, permaneceram conosco. Trabalhavam como guardadores de carro nas proximidades do Hospital de Pronto Socorro (HPS), a uma quadra do parque, e já sabiam sobre a morte de Cláudio. Sentados no encosto de um banco público, circundados por Pedro, Adão, Marcos, Gabriela e eu, eles foram enfáticos na menção de inúmeros casos de violência policial que se multiplicam no interior do parque, destacando que a escuridão e a imensidão do local contribuem para que os policiais façam o que bem entendem com as “pessoas em situação de rua”.

Um deles, no entanto, assegurou ter conhecido Cláudio. Segundo ele, Cláudio era um homem magro, negro, baixinho e muito ágil que costumava guardar carros nas redondezas do parque e do HPS. Por mais que solicitássemos outros detalhes, aquele homem apenas acrescentou que Cláudio era “gente boa” e que nunca mais apareceu. Esse desaparecimento, continua o homem, coincidiria com um episódio no qual um guardador de carros teria sido baleado pela PM na entrada de uma garagem próxima ao HPS e, em seguida, levado ao hospital. Embora também trabalhasse no local, o segundo homem, que relatou episódios violentos da polícia, nada disse sobre Cláudio. Terminamos a noite empolgados, por um lado, pois alguém parecia ter conhecido Cláudio e não estávamos atrás de um fantasma, mas frustrados, por outro: nenhuma dessas informações serviriam para comprovar um assassinato.

Na segunda-feira pela manhã, dia 30 de junho, recebi uma ligação de uma militante do MNPR e advogada integrante do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU), que esteve no IML, onde foi informada que a liberação de um corpo só poderia ser feita pela família biológica, e a informação que tínhamos – mesmo sem conhecer as fontes – era de que Cláudio constava como filho adotivo. Fernanda já sabia da inexistência de registro sobre o corpo entre os dias 16 e 24 de junho. Durante a conversa, compartilhamos a sensação angustiante frente a esse “vazio documental” de Cláudio, como se estivéssemos falando de *“alguém que nunca existiu”* e envolvidos em uma *“paranoia coletiva”*. No mesmo dia, soubemos, por aplicativo de mensagens via celular, que uma reunião havia sido marcada para o dia seguinte, entre o MNPR e um representante da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH), em passagem por Porto Alegre, de quem seria cobrado uma posição mais efetiva na criação de uma política centrada no combate à violência contra “pessoas em situação de rua”. Seria, também, uma oportunidade para compartilhar a teia de incertezas a qual estávamos envolvidos naquela semana e pleitear possibilidades de solução para o impasse.

Na terça-feira, às 9h da manhã, o representante da SNDH não compareceu, alegando que ninguém havia confirmado o compromisso com ele e que, portanto, teria voltado para Brasília. Ainda assim, a reunião ocorreu na sede do SIMPA, com a presença de militantes do MNPR, apoiadores da rede socioassistencial, pesquisadores e estudantes da UFRGS. Na ocasião, relatamos o contato com o IML e as informações desconcertantes obtidas até o momento. Quando eu ainda levantava a possibilidade de verificarmos com mais atenção nos hospitais da cidade, considerando o relato sobre um homem baleado pela PM nas proximidades do Parque da Redenção, inesperadamente apareceram dois agentes da OSP que haviam participado de reuniões anteriores. Contra nossos inúmeros pontos de interrogação, estes agentes trouxeram em mãos um ponto final: para eles, o “caso Cláudio” estava encerrado e, por isso, se faziam presentes naquela reunião, esclarecidos que estavam pelas palavras de uma jovem cozinheira de escola pública chamada Tainã, irmã de Cláudio.

Convencida pela diretora da escola a conversar com os agentes, Tainã teria revelado que uma pessoa havia retirado uma conta de energia elétrica do bolso de Cláudio e, seguindo o endereço, avisado os familiares. Ela também confirmou que seu irmão fora internado na UTI no dia 16 de junho, falecendo sete dias depois, acrescentando que ela e a mãe teriam visitado Cláudio por repetidas vezes durante a internação. Acrescentou ainda que o irmão era natural de Cruz Alta, região centro-norte do estado, e que o único documento que possuía era



a certidão de nascimento. Imediatamente após a conversa, os agentes consultaram o registro de visitas de hospitais públicos e não encontraram o nome dos familiares que teriam visitado Cláudio, assim como não havia dados sobre internação em nome do mesmo. Por fim, os agentes teriam consultado o cartório de Cruz Alta, descobrindo, igualmente, a inexistência de qualquer registro. Para eles, estava claro que Tainã inventara a morte do irmão por algum motivo.

Adão manifestou sua desconfiança com o “encerramento do caso”, pois para ele as explicações ainda eram muito duvidosas. Partilhando a mesma insatisfação, perguntei se a polícia não teria condições de apagar todos os registros de Cláudio durante a internação. Para Célio, no entanto, isso seria praticamente impossível. Para a militante do SAJU, também era impossível que *“uma mulher, branca, de classe alta, tenha metido a mão no bolso de um morador de rua, negro, e subido o morro para encontrar a família”*. Pedro, por sua vez, fez um alerta: deveríamos tomar muito cuidado ao falar do caso, pois correríamos o risco de prejudicar as testemunhas, as pessoas que transmitiram inicialmente as informações e a própria família de Cláudio. Joana, apoiadora do MNPR e técnica da FASC, assegurou que a irmã de Cláudio, por ter *“inventado aquela história”*, poderia até ser *“processada pelo Estado”*, ao que Pedro, novamente, repreendeu: *“não vamos dar ideias para que o MP prejudique pessoas inocentes”*.

\*\*\*

Por mais visível, por mais presente que estivesse nas palavras e nas dores, por mais que pudesse ser verbalizada inúmeras vezes por diferentes atores, a violência não existia para o Estado que estava ali, nas suas margens, mas que mantinha seus enigmas, suas portas muito bem fechadas. Bem sabemos que o encontro do Estado com suas margens é tanto mais profícuo quanto maior é a sua materialização em corpos, carimbos, cartões, formulários e documentos oficiais (BACHTOLD, 2016). Sem matéria e evidência, a verdade da existência é deslocada ao reino das invenções monstruosas. Como elucidada Peirano (2009) sem esses objetos poderosos que são os documentos, com vida e dinâmica próprias, é impossível comprovar que somos quem afirmamos que somos. Eles são meios de identificação, de controle e, quando potencializados por políticas de segurança pública, fornecem vias para a

iluminação de certas zonas sombrias da criminalidade (PEIRANO, 2009). Ao mesmo tempo, podem abrir caminhos para a ilegalidade ou ilegibilidade de certas práticas, quando são duplicados, falsificados, eliminados, ou quando possuem forças assimétricas, como em casos em que um “auto de resistência” é mais forte que um exame cadavérico: uma verdadeira guerra documental.

Debruçado sobre os fenômenos de desaparecimento forçado no Rio de Janeiro, Araújo (2016) constata: quando as denúncias apontam para a participação de policiais ou ex-policiais em homicídios, seja em colaboração ou em disputa com as milícias do tráfico, a grande barreira erigida é o corporativismo policial. Nesse processo, a facilidade com a qual se registram “autos de resistência” ressalta a recorrência de uma classificação administrativa pela qual a investigação das mortes é dispensada. Mas enquanto o “auto de resistência”, como documento, produz legalidade para os autores da morte, encerrando qualquer investigação – mesmo quando exames cadavéricos apresentam fortes indícios de execução – o desaparecimento dissolve as materialidades do homicídio e os “segredos do Estado” criam barreiras praticamente intransponíveis no acesso a documentos. O resultado é que a dimensão do terror se inscreve em “corpos virtuais” que podem ter sido torturados e esquartejados, mas cuja corporalidade é desmaterializada a ponto de seus rastros serem refeitos unicamente por suposições (ARAÚJO, 2016).

Enquanto Araújo (2016) explora a intimidade entre homicídio e desaparecimento, concluindo que crimes se alimentam de corpos, as reflexões possíveis a partir do “caso Cláudio” instauram a interdependência de documentos, corpos e crimes. A conclusão de que a morte fora uma invenção da irmã por motivo banal não exclui o fato de que a morte, se não é inventada, é, no limite, construída por uma série de percursos institucionais e agenciamentos coletivos. Como explica De Lucca (2016), o encontro do Estado com o corpo é o primeiro passo nessa “invenção da morte”. Em seguida, agentes autorizados devem analisar e confirmar o falecimento, apontar o horário, o local, a causa e transformar, legalmente, o corpo em cadáver. Além dessa codificação mortuária, é necessário construir um saber sobre a vida interrompida: nome, origem, parentela, documentação pessoal. Uma vez que nenhum saber se conforme e que nenhum familiar reconheça o corpo, a vala comum ou as instituições de pesquisas biomédicas são os principais destinos dos que terminam a vida “nas ruas”.

Em parte, isso explica a busca incessante dos registros documentais de Cláudio, uma vez que o primeiro passo para a “invenção da morte” não fora dado: o encontro com o corpo.

Ou seja, o percurso para a construção de um cadáver estava desfalcado, sem a principal materialidade que lhe confere sentido e, por isso, documentos que atestassem sua passagem pelo mundo institucional eram tão valiosos. No entanto, as narrativas sobre o caso mexeram com outras questões que ultrapassam os problemas meramente relacionados à burocracia da morte. Não estávamos falando de uma morte qualquer, ainda que, em se tratando de “pessoas em situação de rua”, sabemos que o que se manifesta como problema público são suas vidas e não as suas mortes (DE LUCCA, 2016). Não investigávamos mais um caso de “mendigo queimado” no Brasil, onde o ato parece ganhar contornos difusos de limpeza, purificação e solução limite para um “problema” irresolúvel, perpetrado por “sujeitos anônimos” dificilmente identificados e punidos. Não tínhamos um corpo vitimado, mas tínhamos agentes estatais sendo apontados como algozes de um ato brutal, cuja descrição parecia tornar insignificante a inexistência real ou virtual de materialidade. Sabíamos que identificar ou mesmo assumir publicamente os rumores sobre um corpo com crânio afundado, costelas quebradas e olhos perfurados, decorrente de uma ação policial, traria sérios problemas aos órgãos públicos em um contexto de intenso debate midiático sobre a violência contra “pessoas em situação de rua”. Definitivamente, não era qualquer morte.

Ao longo dessa caçada aos registros de Cláudio, vimos que nenhum órgão público obteve ou cedeu qualquer informação. No IML, nos hospitais e nos cartórios, Cláudio não existia. Graças à barreira dos procedimentos burocráticos, guardião de segredos estatais que evitam liberação e publicização de dados (ARAÚJO, 2016), as câmeras de vigilância não foram acessadas e policiais que trabalhavam no 9º Batalhão, no momento do suposto ocorrido, não foram identificados e interrogados – justamente porque nenhuma denúncia pôde ser encaminhada à Ouvidoria, ante a carência de detalhes sobre as circunstâncias e características do fato. No meio de um deserto documental, foi dado veredicto à inexistência de uma vida. Vida e morte potencialmente inventadas por familiares, por instituições, por dispositivos de gestão.

Nessa luta por versões e invenções, um desequilíbrio de forças destarte transmuta vítima em algoz, colocando familiares sob suspeita de uma invenção realizada ao avesso das criações legais e legítimas do poder estatal. Nas palavras de Lacerda (2015, p. 208), a existência de materialidade de um crime, sua tipificação como delito penal e mesmo sua descrição “são construções e interpretações como todas as outras, mas passam à etapa jurídica posterior como ‘verdades’”. O poder de tal legitimidade inventiva foi sentido na constatação

de que era melhor, por bem ou por mal, encerrarmos o assunto. Não porque as provas inexistiam, mas pelo fato de estarmos produzindo outras provas contra os familiares interrogados, que poderiam ser “processados pelo Estado”. É justamente essa inversão súbita na correlação de forças que surpreende e atormenta a apreensão dos desfechos finais arrematados pela maquinaria estatal.

Buscando entender o processo pelo qual acontecimentos marcados por crimes brutais contra meninos em Altamira (PA) potencializaram causas políticas envolvendo familiares e agentes estatais, Paula Lacerda (2015) mostra com detalhes o modo como as perguntas formuladas na investigação revelavam quem poderia ser incriminado. Os delegados preocupavam-se menos com possível envolvimento dos acusados do que com a condição financeira, a relação com os filhos e a rotina dos pais – o que para os familiares representava uma intromissão ofensiva em suas vidas, assim como um desinteresse e omissão dos órgãos responsáveis. No “caso Cláudio”, localizar, procurar, questionar, interrogar e averiguar foram verbos que ganharam vida numa relação muito específica entre Estado e família, quando, malgrado suas intenções “humanitárias”, os agentes da OSP localizaram na periferia uma jovem negra a ser interrogada na presença de sua superior, a diretora da escola onde trabalhara. Em uma simples conversa, de acordo com os agentes, as perguntas incidiram sobre a composição familiar, a vida laboral da suposta irmã, a relação com o irmão no período em que esteve hospitalizado e sobre as possibilidades de encontrar registros institucionais de Cláudio. Desde então, o caso “encerrou-se” pela afirmativa de que a família inventara a morte por algum motivo. O vazio documental foi o que legitimou esse desfecho no qual a família aparece como autora de um engano, pois as instituições estatais, na percepção dos agentes da OSP, não teriam a pretensão ou o “poder desaparecedor” (ARAÚJO, 2016) para eliminar os rastros de uma pessoa.

É oportuno notar que nos casos analisados por Lacerda, era recorrente a adoção de mecanismos policiais de inferiorização, desmoralização e responsabilização da família pela violência cometida contra seus filhos. Outras pesquisas etnográficas apontam para fenômenos semelhantes. Ainda em Araújo (2016), verifica-se a relação intensa entre inferioridade de casos de desaparecimento e a inferioridade atribuída à favela e seus habitantes, reforçada na proliferação de discursos oficiais nos quais o consumo e o tráfico de drogas parecem justificar o desaparecimento e desresponsabilizar os órgãos incumbidos de solucioná-los. Tal discurso é parte de um dispositivo de gestão que combina territorialidades, condições sociais e

suspeições, revelando os mecanismos de forças, situados entre a violência estatal e criminal, que fazem do desaparecimento uma tecnologia de poder em disputa entre diferentes atores. Evidenciando a construção do desaparecimento de pessoas como um problema social no Brasil, Ferreira (2013) também demonstra que, registrado nas delegacias como um “fato de menor importância”, o desaparecimento é compreendido pelos policiais como um “problema de família”, pelos gestores públicos como um problema de “famílias desestruturadas” e pelos familiares como um “problema de polícia e de Estado”. Esse conjunto de ausências e o debate entre elas é o que impulsiona, para a autora, a construção do desaparecimento como um problema público a ser combatido.

Há, portanto, um jogo desigual de forças em torno da “verdade” sobre a violência e a personificação de seus perpetradores. Casos semelhantes ao de Cláudio descambam para a inferioridade atribuída e justificada por uma territorialidade inferior, cravejada de estigmas, desconfianças e ilegalidades que vinculam o desaparecimento aos “desvios” de uma família monoparental, “desestruturada” (FERREIRA, 2013) e negligente no cuidado e criação dos filhos (LACERDA, 2015). Por mais de uma vez ouvimos que Cláudio era adotado. As figuras femininas da mãe e da irmã estiveram o tempo todo em evidência, sem nenhuma referência masculina, tributária do difuso modelo de família nuclear, deixando vazios que foram preenchidos pela atribuição muda de falhas, ausências e invenções sombrias sem motivos evidentes. A arapuca estava armada: o caso, uma vez “encerrado” pela atribuição de uma invenção – que impedia outras invenções – silenciava a publicização de contestações mais enérgicas. Era como se, caso continuássemos com “aquela história”, outras pessoas seriam prejudicadas. Sem corpo, sem documentos, sem crime.

## **5.6 O Estado em demasia**

Um dia antes da publicação da matéria pelo Sul21, na qual a higienização foi descartada, os integrantes do MNPR realizaram uma reunião de avaliação sobre as ações da “Patrulha”. Joana, apoiadora do movimento e técnica da rede assistencial, ponderou que até o momento a relação com os policiais “estava tranquila”. Mas a contraposição a essa tranquilidade apareceu de forma imediata em muitos relatos daquela tarde: Marcos disse ter presenciado, na noite anterior, a ação de um *“camburão que levou todo mundo que estava*

*sem documento*". Mateus, advogado e apoiador do MNPR, acrescentou que em Sapucaia do Sul, região metropolitana, houve um aumento de 20 para 200 "pessoas em situação de rua" e que *"a maioria disse ter vindo de Porto Alegre"*. De fato, desde o início de minhas pesquisas com o MNPR e mesmo em pesquisas anteriores, as chamadas "prisões para averiguação" de pessoas sem documentos eram experiências quase cotidianas, que vinham à tona em relatos de reuniões e conversas informais. Não raro, esses casos eram relatados a partir da situação violenta com que eram conduzidos e mesmo pela destruição de carteiras de identidade e pertences pessoais. Por essas razões, os parceiros institucionais que se aproximaram do MNPR-RS durante a Copa do Mundo estimulavam as pessoas a confeccionar seus documentos, de modo a evitar ou minimizar prisões ou abordagens violentas.

A partir dessa centralidade dada aos documentos, é possível endossar assertivas que aproximam Estado e bruxaria (BORGES, 2012) e concebem documentos como amuletos protetores (PEIRANO, 2009). Para Borges, assim como a bruxaria, o Estado existe como ficção abstrata e conjuntural (por meio das definições de burocracia, violência, direitos, governo, território e fronteira), mas também como entidade visível na medida em que seus efeitos interventivos são sentidos e dinamizados na realidade. Documentos e estatísticas, que produzem controle burocrático e administrativo, possuem estatuto de realidade semelhante a qualquer outro oráculo (BORGES, 2012). Em um processo no qual o "sistema" é consultado a fim de cadastrar, verificar, identificar, confirmar ou solucionar injustiças (BACHTOLD, 2016), os "amuletos documentais" podem proteger algumas pessoas contra os males lançados pelos próprios enigmas do funcionamento estatal (PEIRANO, 2009). Nem todos, porém, serão neutralizados e, nos casos que aqui me interessam, os objetos de proteção podem ser apagados, destruídos ou mesmo envenenados quando investidos de uma proteção oficial em nome dos "direitos humanos". O veneno, ou o feitiço camuflado de proteção, é acionado por autoridades policiais que maximizam a violência de suas intervenções quando encontram, entre os pertences dos abordados, cartões institucionais com números telefônicos da DPU, da CEDECONDH, do Disque 100 ou qualquer folheto referente aos direitos humanos. Segundo muitas narrativas sobre a abordagem policial, um "amuleto" desses no bolso *"é uma surra a mais"*.

Informações sobre esses "envenenamentos" continuavam a circular em reuniões, em nossas conversas e interações pelas ruas da cidade em diferentes circunstâncias, instaurando uma desconfiança constante e quase generalizada a respeito de todas as garantias de apoio,

proteção e engajamento institucional. Nesse clima de suspeições, com frequência perguntávamos por onde estaria Wagner no meio disso tudo? Poucas notícias soubemos além daquelas proferidas em tom de preocupação por Consuelo, advogada responsável por sua inserção no PPDDH, após seu conhecido depoimento na câmara dos vereadores. Segundo a advogada, Wagner estava causando problemas a si mesmo, pois não se adaptara às regras do programa de proteção, que incluíam contato mínimo com o mundo externo e permanência em uma cidade do interior. Posteriormente, ela retornou às reuniões do MNPR para pedir ajuda na localização de Wagner, que havia “fugido” da proteção oferecida pelo programa. Em 11 de junho, finalmente, os dois apareceram juntos em uma festa de aniversário que realizamos ao ar livre para um militante do MNPR. Naquela tarde de festejos, que ocorreu no Largo do Zumbi, centro de Porto Alegre, três policiais apareceram a cavalo e, segundo Wagner, um deles era o *Steve*. Ao vê-lo, Wagner entrou em pânico e foi aconselhado por Consuelo a não demonstrar medo nessas horas, pois “seria pior”. No final daquele ano, Marcos transmitiria uma informação preocupante: a barraca onde Wagner dormia nas ruas fora queimada por *Steve*.

Da mesma forma que Wagner era orientado a não demonstrar medo para não atrair uma violência incontestada, as pessoas foram o tempo todo alertadas sobre os perigos de permanecer nas ruas. Era preciso redobrar o cuidado e buscar lugares seguros, escondidos, afastados dos holofotes da grande festa, da diversão e do lucro. Era preciso não dar motivos para a manifestação da brutalidade: um conselho pedagógico que deixa claro os limites dos aparatos de proteção e que realoca a responsabilidade sobre o indivíduo que, com frequência, fica à mercê das forças ordenadoras do espaço público. Os “inquilinos” do “condomínio horizontal”, por exemplo, foram “despejados” assim que a poeira baixou. Em pouco mais de um mês, a instalação daquelas pessoas no terreno baldio foi anunciada como um problema que impedia o “sonho da casa própria” de um dos mais importantes grupos teatrais da cidade, que aguardavam a construção, pela prefeitura, da sede para a instalação de um centro experimental de atores.

No dia 30 de julho, as famílias que lá estavam (muitas originárias de remoções forçadas que ocorreram durante a Copa), foram “convidadas a se retirarem” com a presença da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, da Guarda Municipal e da FASC. Alguns grupos resistiram, mas teriam sido “convencidos” por assistentes sociais a saírem do local com a garantia de vagas em abrigos. Assim que partiram, as barracas improvisadas foram demolidas.



Imagens 12 e 13: “Ocupação de terreno impede obras da Terra da Tribo na Cidade Baixa”. Jornal zero Hora. Porto Alegre, 23 de julho de 2014.



Tudo nos leva a concordar que quanto mais aparatos de proteção e ajuda emergencial, maior a ameaça. Quanto mais amuletos de proteção, maiores são os casos de envenenamento. Taniele Rui (2014), em pesquisa sobre a trama social que envolve o consumo de *crack*, constatou, em diálogo com outras investidas etnográficas, que é justamente a presença das forças estatais que produz o sentimento de abandono entre os usuários de *crack*, sobretudo quando os responsáveis pela garantia de uma ética do espaço e do uso da substância são



presos ou fogem. Ironicamente, é isso que nos permite questionar se o exagero de práticas e discursos de proteção e denúncia de violência de toda sorte não produziria, também, o transbordamento da repressão estatal e a complexificação de *tessituras de evitação*, tramadas por enunciações ambíguas e muito produtivas quando se trata de “gerir os indesejáveis” (AGIER, 2008). Nessa linha reflexiva, ganham mais sentido e potência as palavras tanto de Marcos, militante do MNPR, quanto de Fassin, antropólogo francês: para o primeiro, “*quanto mais querem ajudar, mais nos tiram*”; para o segundo, a expressão da ajuda aos indesejáveis “traz menos benefícios a essas figuras que a nós mesmos, uma vez que demonstramos o quão humano realmente somos” (FASSIN, 2014, p. 17).

Sem comprovações oficiais, relatos de remoções e assassinatos impulsionaram a visibilidade de uma violência histórica contra “pessoas em situação de rua”, mas legitimaram, sobretudo, as instituições estatais que descartaram a culpabilidade de suas ações na reprodução do terror – efeito causado pelo controle de mensagens e pela rejeição das experiências ao mundo dos “relatos sem comprovação”, comumente transfigurados em “falsidades” e “intrigas” pelo controle estatal sobre narrativas de medo e indignação (TRAJANO-FILHO, 1993).

Assim, as operações lançadas pela “Patrulha” especificaram a multiplicidade de atores envolvidos na mediação, denúncia e rejeição que envolve a gestão de determinadas “populações” (RUI, 2014). Com um olhar mais próximo, uma cadeia complexa de tensões espaciais e sociais se desvela, dinamizada pela violência policial, pelo poder midiático e pelas estratégias de sujeitos inclinados à concorrência de cargos políticos. Complexidade de atores, interesses políticos e práticas de visibilidade estatal potencializadas por pessoas “em situação de rua”, os espaços que ocupam e os discursos que mobilizam ao reivindicar a intervenção de órgãos responsáveis pela garantia de direitos.

Mas não se pode deixar de reconhecer que engajamentos e responsabilizações eram cobrados o tempo todo. Nessa dinâmica, enquanto o Estado produzia sua ilegibilidade ao interpretar, classificar fenômenos e fazer circular informações “oficiais” (ARAÚJO, 2016), os militantes do MNPR reiteravam constantemente a continuidade da violência policial e das múltiplas formas de agressão no interior dos serviços de acolhimento institucional. Mas não só. Ao acompanhar as reuniões e seminários ocorridos durante a formação e atuação da Patrulha dos Direitos Humanos, assim como os debates em torno do “caso Cláudio”, Schuch, em apresentação de trabalho disponível no canal Youtube (V ReACT, 2015), privilegia o

caráter performativo dos direitos que, por meio de escrachos, denúncias e rumores, dinamizados pelos militantes, bagunça concepções fixas e binárias do fato jurídico. Para a autora, as mesmas narrativas sobre os “galpões de Viamão” e o assassinato de Cláudio expunham certas barreiras dos referenciais dos direitos humanos, escancarando, pelo deslocamento entre fatos e rumores, os limites do fato jurídico individualizado. Nessa dinâmica de denúncias e cobranças que escapam à burocracia estatal, mas que ao mesmo tempo a tencionam e transformam, Schuch aponta para uma forma específica de luta, que se faz contra os direitos (pela potência de escrachos, denúncias e rumores) mas a partir de seus mecanismos disponibilizados (SCHUCH, 2015, *apud* V ReACT, 2015).

De minha parte, considero que as experiências etnográficas vivenciadas durante a Copa do Mundo iluminaram um debate sobre poder, violência e territorialidade que em alguma medida atualiza experiências históricas e confronta sua obsolescência, reiterada nos discursos oficiais. Funcionariam como “pílulas narrativas” que reproduzem a história (TRAJANO-FILHO, 1993), lançam luz sobre uma territorialidade excludente e comunicam processos que criam vazios espaciais e morais, ancorados na retórica do novo que força deslocamentos, produz esconderijos e invisibilidades, atualizando o que vem ocorrendo no espaço urbano desde que o fim do regime escravocrata anunciou que brancos e negros libertos dividiriam a mesma calçada. Já sabemos que o enobrecimento das grandes cidades latino-americanas esteve em sintonia com o temor de que isso se tornasse uma realidade perene. Enobrecimento violento e transformações espaciais que mantiveram as mesmas diferenciações operadas no plano das desigualdades raciais.

Hoje, essa topografia da exclusão não inclui apenas as territorializações já estabelecidas nas periferias, mas também aquelas que insistem em constituir outros territórios existenciais possíveis. É o caso dos corpos que habitam as regiões centrais da cidade e tornam-se alvo de múltiplas ações violentas, uma vez que forçosamente ocupam espaços pensados não só para outras funcionalidades, mas também para outras categorias de sujeitos. Expostos e visíveis nos centros urbanos, estas pessoas não são, como se costuma dizer, os “sem-lugar”. Elas são justamente aquelas que estão no lugar errado, invadindo territórios elevados em serviços públicos e recursos voltados para a circulação de corpos historicamente privilegiados. Enquanto “indesejáveis”, aquelas pessoas, quando “agraciadas” com políticas habitacionais, são repostas em lugares de onde “jamais deveriam ter saído”: as periferias urbanas, onde a perversidade do poder colonial não cessa de se manifestar; da mesma forma,

são massivamente encaminhadas para instituições de acolhimento assistencial ou “aconselhadas” pelo poder público a aglomerarem-se em lugares de pouca visibilidade urbana durante a realização de megaeventos, sob o claro reconhecimento de que, cedo ou tarde, as forças policiais usarão a força bruta – tudo isso em nome de uma proteção fundamentada na retórica dos direitos humanos.

Mas calar, jamais. Temer, jamais. Os militantes e apoiadores do MNPR-RS decidiram que ao menos suas vozes não serão silenciadas. Em um encontro nacional em Brasília, em 2015, com um microfone em mãos, frente a uma plateia de militantes e autoridades governamentais, Luisa, mulher negra e “em situação de rua”, deixou claro que *“nós, negras, não somos prostitutas e os negros não são ladrões. A minha cultura é oral, mas nos albergues nos mandam calar”*. Adriana, quando se viu diante de tantos relatos de violência e tantos empecilhos para denunciá-los, observou que *“o Estado assume que é criminoso e ninguém faz nada”*. Otávio, por sua vez, deixou claro que, diante de todos os relatos de intervenções ostensivas durante a Copa, nada desmoronaria a certeza de que *“o maior violador de direitos humanos é o Estado”*. A experiência, o tempo de interlocução com órgãos públicos – esse tempo que, como agente, trabalha nas relações, transformando-as e reescrevendo-as (DAS, 1999) – mostraram o que era preciso para que formas específicas de captura e escape fossem aprimoradas pelos militantes e potencializadas como verdadeiras “máquinas de guerra”. Mas isso é assunto para o próximo capítulo.

## Capítulo 6

### O Estado tóxico e a máquina de guerra nômade.

#### 6.1 Ouro ao bandido

A Copa do Mundo já havia se retirado de cena há quase um mês e ninguém sabia ao certo a origem da determinação que culminou na “desocupação” do terreno baldio, descrita e analisada no capítulo anterior. A rede de apoiadores, criada naquele contexto específico, continuou se reunindo e tentando desvendar alguns mistérios. Havia uma espécie de acordo firmado entre os integrantes da Patrulha dos Direitos Humanos e a FASC, para que todos acompanhassem e mediassem a retirada das pessoas que lá se encontravam. Quem teria quebrado esse acordo? Era isso que, em 6 de agosto de 2014, os integrantes do GT de Segurança Pública e População de rua (formado pelos mesmos integrantes da Patrulha de Direitos Humanos) queriam saber a todo custo. Em reunião, decidiram solicitar à CEDECONDH o envio de pedido de esclarecimentos às secretarias envolvidas na “desocupação”, assim como a obtenção de informações sobre o exato paradeiro das pessoas retiradas. Nenhum retorno significativo foi obtido.

Alguns dias depois, a promotora Liliane Pastoriz solicitou ao MNPR a realização de uma tarefa peculiar: o mapeamento de todos os locais de aglomeração de pessoas “em situação de rua” na cidade. Diante do que ocorrera com a desocupação do terreno baldio, a intenção da promotora era “identificar para proteger”. As “aldeias” de Porto Alegre precisavam ser mapeadas para barrar possíveis remoções arbitrárias, realizadas sem o diálogo com órgãos, agentes e instituições engajados na garantia dos direitos humanos. A solicitação chegou ao MNPR-RS por intermédio de uma advogada do PPDDH, e logo foi rejeitada. Em reunião, Marcos se contrapôs com firmeza ao que para ele parecia “caguetagem”: uma entrega perigosa do paradeiro de pessoas que, por diversas razões, não gostariam de ser identificadas.

Antes de o assunto ser encerrado de uma vez por todas, uma apoiadora ainda sugeriu que um mapeamento desse tipo até poderia ser realizado, desde que ficasse somente como acervo restrito ao movimento. Na ata da reunião, foi registrado que atender tal solicitação, por mais que expressasse as boas intenções do MP, era o mesmo que “entregar o ouro ao bandido”. Ninguém daria esse tiro no pé.

\*\*\*

Em artigo recente, Schuch (2015) apresentou reflexões importantes sobre a peculiaridade das formas de ação política conduzidas pelo MNPR-RS. Pelo engajamento etnográfico nas reuniões semanais do movimento, além da coordenação de pesquisas censitárias sobre a “população de rua” em Porto Alegre, Schuch mostrou que a produção de tecnologias de legibilidade populacional (como pesquisas censitárias e cartilhas sobre direitos humanos), ao mesmo tempo em que classificam, simplificam e conformam uma população, também a inscrevem em um cenário de visibilidade política e atenção pública. O foco analítico da autora ancora-se, então, sobre mecanismos que inserem as tecnologias de governo em um campo de coproduções heterogêneas entre Estado, movimento social e narrativas transnacionais de direitos humanos, articulados no intento de tornar legível uma população que se declara histórica e socialmente invisível.

Seguindo os usos e efeitos das últimas pesquisas censitárias realizadas em Porto Alegre (nos anos de 2007 e 2011) a autora aponta uma série de ações, situações e interações que lhe permitem formular um argumento central: a luta política levantada pela população em situação de rua é conduzida, simultaneamente, *contra* e a *partir* do Estado, ou seja, contrapondo-se a ele através da crítica e da denúncia, mas sem prescindir de suas tecnologias de governo e legibilidade (SCHUCH, 2015). Das experiências na formulação e aplicação de pesquisas censitárias na cidade, dois exemplos etnográficos citados por Schuch são extremamente potentes na elucidação de seus argumentos.

Em um dos casos analisados, o mesmo indivíduo investigado se apresentou com trinta diferentes perfis de dados, mudando pequenas informações sobre idade, procedência, etc., em cada uma das vezes em que foi questionado. No mesmo sentido, foi possível perceber um substantivo acréscimo de pessoas que simplesmente se recusaram a responder a pesquisa, quando comparamos os números do estudo de 2007, que foi coordenado e executado por uma equipe significativa de profissionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o

número de recusas a responder a pesquisa em 2011, quando esta foi realizada pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), através de seus profissionais e estagiários (SCHUCH, 2015, p. 135).

A autora considera esses casos não como resultado de falhas na coleta de dados da pesquisa, mas como poderosos mecanismos de contrariedade à individualização de informações – imprescindíveis à legibilidade estatal – e como práticas de resistência a certas tecnologias de governo. Contraposições desta natureza, no entanto, não desqualificam a visibilidade política que as pesquisas censitárias permitem que se produza a nível nacional. Nos últimos anos, a contagem nacional de pessoas “em situação de rua” vem sendo celebrada como mais uma conquista da mobilização social. Ao mesmo tempo, os militantes não deixam de questionar os resultados dessas pesquisas ou de transformá-las em armas potentes contra o próprio Estado – como ocorreu durante a configuração de uma ação civil pública contra a FASC, movida por uma rede heterogênea de militantes e apoiadores da luta pelos direitos da população em situação de rua. A ação civil pública...

visava questionar a estruturação dos serviços de assistência social em relação à população em situação de rua em Porto Alegre e, sobretudo, a capacidade dos abrigos e albergues em acolher tal população. [...] A ação foi julgada procedente ao fim de 2013, em função da inadequação das políticas estatais de acolhimento às pessoas em situação de rua. [...] Tal condenação foi imensamente celebrada pelos militantes e pelo movimento social e [...] pode-se ver através dela um efeito bastante inesperado das pesquisas censitárias: promovidas a partir da FASC/Prefeitura Municipal de Porto Alegre para possibilitar suas formas de governo, foi finalmente utilizada *contra* estas, numa dinâmica de articulação entre movimento social, órgãos jurídicos e influências das narrativas dos direitos humanos incidentes em normativas legais e entidades não governamentais de promoção e proteção dos direitos (SCHUCH, 2015, p. 138).

Finalmente, Schuch aponta para as formas de evitação do Estado, promovidas por diferentes práticas de resistência às suas tecnologias de legibilidade. São essas práticas de contraposição que, para a autora, aproximam-se das forças de conjuração ao Estado – tão bem elucidadas por Pierre Clastres em meio a sociedades “primitivas” –, mas que, no caso estudado em Porto Alegre, atuam sem prescindir de seus mecanismos legítimos de intervenção. Conforma-se, a partir da referida pesquisa, a compreensão dos modos como operam táticas e estratégias políticas, habitando instrumentos e categorias e, a um só tempo, transformando e produzindo o próprio Estado (SCHUCH, 2015).

Na trilha dos caminhos e possibilidades apontados por Schuch (2015), pretendo, neste capítulo, levar os mecanismos de conjuração ou evitação do Estado às últimas consequências para mostrar que as forças pedagógicas e interventivas analisadas até aqui, não encontram

apenas resistências ou contrapontos momentâneos, facilmente transponíveis pelo convencimento. De fato, nos capítulos etnográficos anteriores, o peso analítico pendeu sobre (1) os discursos voltados à produção de sujeitos ideais à mobilização social e sua potencialização enquanto arma política que busca, ao menos, deslegitimar concepções depreciativas sobre pessoas “em situação de rua”; (2) sobre debates cotidianos entre as declaradas intenções de *capacitação política* (cristalizadas em documentos oficiais) e outros “saberes militantes” que mantêm acesa uma discussão em torno de hierarquias, igualdades e diferenças; e, por fim, (3) sobre a articulação entre discursos de direitos humanos e motivações humanitárias, com enfoque em seus efeitos produtivos singulares: Estado engajado e comprometido e formas de gestão populacional sustentadas por proteção e repressão (a exemplo da Patrulha de Direitos Humanos).

Ao longo de todas estas investidas etnográficas, a dimensão combativa de vários atores vinculados ao MNPR-RS (apoiadores e militantes) esteve presente nas contestações, nas denúncias ou nos simples e potentes comentários cotidianos sobre as formas com as quais a intervenção estatal incidia sobre corpos e vidas. Acredito, contudo, que finalizar a tese dando ênfase total aos mecanismos individuais e coletivos que, ao mesmo tempo, constroem o Estado e o transformam em uma força a ser evitada ou deslegitimada, é um caminho que me permite explicitar os agenciamentos que os integrantes do MNPR-RS acionam ao longo de suas complexas formas de lutar por direitos – não somente em contextos mais explícitos de políticas de governo e legibilidade de populações (SCHUCH, 2015), mas nos detalhes, nas trajetórias militantes e nas pequenas interações com trabalhadores da assistência social, gestores públicos e autoridades políticas.

Para isso, busquei apreender as interações mais cotidianas da mobilização social conduzida pelo MNPR-RS e identificar, nas suas justificativas e nos seus efeitos, ações que expurgam autoridades, hierarquias e poder de comando dos agentes identificados como pertencentes ao Estado ou que com ele mantêm uma proximidade perigosa, que deve ser estrategicamente evitada na medida em que se sabe (ou se aprende) que as instituições que “prometem” proteção são as mesmas que podem “roubar o ouro” para fins não tão “protetivos” assim. Ao final do capítulo, um dos meus argumentos principais aponta para a transposição de uma dinâmica de relações própria ao “universo das ruas” para mobilização coletiva por direitos, uma vez que, em ambos os contextos, é possível observar insurgências contra a figura da autoridade, da hierarquia e do prestígio individual. Assim, o conjunto

etnográfico das experiências descritas neste capítulo me permite aproximar a “população em situação de rua” de uma genuína *máquina de guerra nômade* (DELEUZE & GUATTARI, 1997). Antes, veremos as razões teórico-filosóficas que embasam tal aproximação.

## 6.2 A máquina de guerra e a fazenda de domesticação

Em seu *tratado de nomadologia*, Deleuze e Guattari (1996; 1997) refletem sobre a formação de poderes concentrados e totalizantes e os mecanismos coletivos destinados à sua inibição ou extermínio. O Estado, para os autores, é um fenômeno de *intra-consistência* que opera por estratificação, formando um conjunto vertical e hierarquizado que atravessa linhas horizontais, cortando suas relações e criando, assim, a exterioridade a ser abarcada e com a qual as relações serão cada vez mais controladas, retardadas ou inibidas. Nesse movimento, o Estado só pode reunir aquilo que isola por subordinação. Ao fazer isso, essa espécie de *aparelho de captura* sobrecodifica, territorializa, combate ou integra as potências nômades e seus fluxos. Sua soberania reina somente sobre aquilo que interioriza, fazendo da exterioridade uma ameaça a ser aniquilada ou apropriada localmente, assentada num espaço estriado, domesticado, domado. Sua principal função: sedentarizar a força, regram o movimento, criar organismos, triunfar sobre uma “vagabundagem de bando” e sobre um “nomadismo de corpo”.

Mas como fenômeno indissociável desse processo, a indisciplina, o questionamento da hierarquia, a constante ameaça de abandono e traição conformam as forças que contrariam e neutralizam a captura estatal – essa potência que anseia pela interiorização de toda a exterioridade possível. Lá onde há qualquer motim, qualquer bando, qualquer fuga, qualquer revide inesperado, uma *máquina de guerra* é formada, criando uma zona de impotência onde poderes ordenadores podem até converter fluxos, mas jamais controla-los e determina-los. Essa máquina tem por inimigo o fenômeno estatal e assume objetivos de aniquilação, conjuração e escape, operando mutações minoritárias, populares, revolucionárias: os corpos coletivos sempre mantêm suas minorias que reconstituem vetores nômades, que implodem as forças de fixação, identificação e sedentarização (DELEUZE & GUATTARI, 1997).

Contudo, essa definição de *máquina de guerra* acaba por bagunçar qualquer princípio de compreensão polarizada entre captura e escape, pois são fenômenos pertencentes a um



mesmo processo, num movimento que ao territorializar fluxos nômades, sedentarizando, cria as condições para fugas e reterritorializações mais potentes e desafiadoras. Capturar é produzir mais fuga; fugir é fortalecer a captura. Desde Pierre Clastres (2011), as “sociedades primitivas” não cessam de investir contra aquilo que é destinado a destruí-las: a centralização do poder e, sobretudo, o respeito ao poder, o desejo de poder. Por isso, o esforço permanente das sociedades indígenas sul-americanas em separar poder e prestígio, de modo que nada – nem mesmo a glória das vitórias da guerra – permita o comando de um sobre outros, se traduz num trabalho coletivo que impede a insistente formação estatal: *“c’est l’effort permanent pour empêcher les chefs d’être chefs, c’est le refus de l’unification, c’est le travail de conjuration de l’Un, de l’Etat”* (CLASTRES, 2011, p. 186).

É bebendo, em parte, nessas assertivas clasterianas, que Deleuze e Guatarri insistem no embaralhamento entre modelos arborescentes e rizomáticos. A árvore enraíza-se, fixando-se em um ponto centralizado ao qual subordina-se toda a sua estrutura então sedentarizada, assegurando uma segmentaridade dura, concêntrica e molar. Rizoma, por sua vez, é rompimento; é um lado que se liberta, que serpenteia; espécie molecular que não se fecha, que não faz contornos, que passa entre as coisas; que pertence a um espaço liso por onde percorre sua multiplicidade nômade, anômala: uma multiplicidade ilegal, em constante devir e transformação. O Uno e o múltiplo aqui se despregam para narrar a oposição complementar entre a captura (o Estado) e a fuga (a potência nômade); entre a sobrecodificação dura e a inventividade fugitiva – processos que, no entanto, são imanentes um ao outro, pois...

Mais do que multiplicidades arborescentes e outras que não o são, há uma arborificação das multiplicidades. É o que acontece quando [...] os caules formam segmentos que estriam o espaço em todos os sentidos, e o tornam comparável, divisível, homogêneo [...]. É também o que sucede quando os movimentos de massa, os fluxos moleculares, se conjugam sobre pontos de acumulação ou de parada que os segmentam e os retificam. Porém, inversamente, ainda que sem simetria, os caules de rizoma não param de surgir das árvores, as massas e os fluxos escapam constantemente, inventam conexões que saltam de árvore em árvore, e que desenraizam: todo um alisamento do espaço, que por sua vez reage sobre o espaço estriado. Mesmo e sobretudo os territórios são agitados por esses profundos movimentos. Ou então a linguagem: as árvores da linguagem são sacudidas por germinações e rizomas. Por isso, as linhas de rizoma oscilam entre as linhas de árvore, que as segmentarizam e até as estratificam, e as linhas de fuga ou de ruptura que as arrastam (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 221).

É nessa processualidade entre a captura e o escape (entre a árvore e o rizoma) que tanto a potência nômade torna-se *máquina de guerra* – na medida em que a guerra só se apresenta como possibilidade ao nômade quando de sua captura – quanto o Estado cria uma imagem indivisa de si mesmo. Em relação a este último ponto, é ainda Clastres (2011) quem nos remete a um dos principais axiomas que guiam o caminhar da civilização ocidental, segundo o qual “*la vraie société se déploie à l’ombre protectrice de l’État*” (p. 164-165). Aqui, as figuras discursivas tão antigas e sempre tão eficazes da “miséria selvagem”, da “inferioridade tecnológica” e da carência absoluta, ganham centralidade ao legitimar o assujeitamento dos homens (*ibidem*).

É precisamente o que James Scott (2013) entende como celebração do Estado através da legibilidade, da recuperabilidade e da docilidade lançadas sobre populações nômades – especificamente aquelas situadas em um vasto território do sudeste asiático, onde a “arte de não ser governado” é cultivada mediante mecanismos complexos de dispersão, mobilidade, fuga e organização social segmentarizada. Contra elas, há todo um léxico discursivo extremamente produtivo: são desprotegidas, estão nas “bordas civilizacionais”, ameaçam a coletividade, são atrasadas e grotescas como diamantes brutos: o Estado é o que lapida a matéria grosseira e preenche todo esse vazio, essa eterna incompletude que lhe dá sentido. E dá sentido a partir do momento que sedentarizar é identificar, é nomear, é tornar legível, é incorporar no seio de um sistema burocrático tudo que é mais “vulnerável” – o bárbaro é antes de tudo uma posição necessária à ideia cultural de civilização (SCOTT, 2013).

É preciso levar vida, luz, lá onde não há mais que morte, vazio, isolamento, abandono. Quando o Estado, então, se apropria da *máquina de guerra*, ele aproxima educação, formação e aprendizado aos supostamente destituídos (DELEUZE & GUATTARI, 1997). Exatamente o que nos mostra o estudo de Piero Leirner (2012) sobre os discursos do Exército a respeito da Amazônia brasileira, representada nos termos de um “inferno verde” e de um “espaço morto” a ser domesticado. Mas, no rastro de Deleuze e Guattari, o autor constrói argumentos que buscam corroer qualquer completude analítica sobre as artimanhas do Estado, compreendido como um espaço com fronteiras abertas, uma *fazenda de domesticação* onde se busca, sobretudo...

[...] domar, atrair, controlar essa força conjurada de um devir selvagem. É um latifúndio, não tem cerca, não se sabe bem onde começa e onde acaba; se sabe que ela quer crescer cada vez mais, e que pode até ser uma sede, mas o processo de domesticação ocorre em todo o seu interior. Sua política, assim, é doméstica. Não há centro preferencial, “centro do centro”; se todos seus espaços se pretendem centrais, nesse nível sua geopolítica se dilui (LEIRNER, 2012, p. 39).

Na *fazenda de domesticação*, o trabalho principal é de criação e de convencimento: o inimigo convencido a ficar, a se aliar: “vem prá cá, é melhor aqui; estamos seguros, nos protegemos, estamos juntos em um contrato...” (*ibidem*, p.61). Mais do que capturar pela força, o convencimento supõe a ameaça constante do colapso, dos movimentos de fuga e é isso que, para o autor, guarda um esforço constante de unificação nunca atingida, sempre incompleta, sempre com fronteiras abertas, quase imperceptíveis e impossíveis de localizar.

Como não há cercados, todos estão sempre fugindo e, ao mesmo tempo, persuadidos a manterem-se próximos. Há, no entanto, uma série de perigos e de efeitos potentes nessa domesticação processual. Leirner (2012), ao retomar Clastres, Deleuze e Guattari, explica que a *máquina de guerra*, por não poupar meios de se reinventar, corre o risco de ser apreendida por movimentos de interiorização. Na possibilidade constante de voltar-se contra a captura e rumar ao exterior, no ímpeto de se tornar cada vez mais eficaz, a *máquina de guerra* cria as condições e as contradições necessárias ao seu próprio convencimento. O que está em jogo, aqui, é a introdução mútua de vetores de potência, uma vez que na domesticação é possível que o Estado aumente o devir guerreiro dos corpos em evasão; ao mesmo tempo em que a “selvagerização” extrema, a fuga levada às últimas consequências, pode potencializar o devir-sedentário, justificando sua inevitabilidade.

Fuga e convencimento, desejo e repulsa. Pensar a “população em situação de rua” na chave da *máquina de guerra* é tentar dar conta, ou melhor, indicar a complexidade das relações ambíguas travadas com os agentes e as instituições estatais, mas sobretudo dos fluxos engendrados para, a um só tempo, acessar e conjurar a potência estatal. Se forças de captura regram movimentos, localizam corpos e coletivos, tentam cristalizar poderes e centralizar saberes; produzem discursos civilizacionais, proliferam práticas salvacionistas, incitam “superações”, “recuperações” e engajamentos múltiplos, nada disso teria sentido sem movimentos outros: aqueles que se voltam contra os insistentes focos de concentração de força, de autoridade, de superioridade, num impulso de impedir o “chefe de ser chefe” (CLASTRES, 2011). E isso parece ocorrer de muitas formas – todas elas manejadas no mesmo instante em que a sempre incompleta captura mostra a sua força. É possível ficar no interior da fazenda e fingir estar convencido de que ali é o melhor lugar, ludibriando e, de sobressalto, revidar e afrontar? É possível que, mesmo no enredo de linhas de captura sedentarizantes, a potência nômade continue a operar nos interstícios do aparelho estatal?

Enfim, tudo o que não foge é, de fato, capturado, ou questiona ao máximo a autoridade dos funcionários da *fazenda*? É possível criar benfeitorias distintas, momentâneas, rizomáticas, dentro da *fazenda de domesticação*?

Como pretendo discutir a seguir, as pessoas “em situação de rua”, engajadas no MNPR-RS, assim como alguns de seus apoiadores, parecem (1) cultivar um horizonte de desprezo por qualquer vínculo de proximidade sólida e permanente com as estruturas estatais: objeto de vergonha e até de ofensa, epicentro de desconfianças e acusações as quais se deve a todo tempo responder e provar o contrário. Ao mesmo tempo, (2) proferem narrativas da perversidade estatal, expondo suas ruínas, apontando a precariedade da *fazenda de domesticação* (abrigo e albergues, que, nas falas “nativas”, tornam-se *campos de concentração*, *locus* de desrespeito e exploração); esforçam-se, do mesmo modo, para (3) minar qualquer saber totalizante sobre suas vidas, contrariando e constringendo falas públicas dotadas de explicações definitivas; o tempo todo, por fim, (4) lutam para que, nas relações estabelecidas entre os seus, o indivíduo não tenha valor maior que a coletividade: importa estar junto na mesma caminhada e partilhar o valor da solidariedade, mais do que aceitar tão facilmente o vetor neoliberal das políticas e das ações destinadas a “garantir os seus direitos” – segmentos sobrecodificados que, mesmo assim, nunca perdem sua capacidade de fazer com que rizomas brotem entre os galhos da formação arborescente.

### 6.3 A toxicidade das palavras

Com pouco mais de 250 mil habitantes, o município de São João<sup>85</sup> integra a região metropolitana de Porto Alegre, distando cerca de 40 km da capital. Foi para lá que nos dirigimos, eu e Diego, em maio de 2016, atendendo ao chamado de um vereador que recebera, cerca de um mês antes, um ofício, assinado por integrantes do MNPR-RS, solicitando uma audiência pública para debater o cenário da assistência social na cidade.

Em contato com funcionários da rede de acolhimento daquele município, o MNPR-RS recebera uma série de reclamações informais sobre a precariedade dos serviços disponibilizados às pessoas “em situação de rua” de São João. À época presidindo a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, o vereador ficou intrigado com a solicitação –

---

<sup>85</sup> Optei por criar um nome fictício para o município, a fim de não identificar o local e nem os atores envolvidos na experiência relatada a seguir.

cujo documento salientava a importância da presença dos responsáveis pelas áreas de cidadania, saúde, habitação, segurança e direitos humanos – e achou melhor conversar com os solicitantes para obter maiores esclarecimentos. Foi quando Diego me pediu que o acompanhasse nesse primeiro encontro com o vereador de São João.

Na primeira hora da tarde, nos encontramos em um terminal rodoviário, em meio à agitação de tantas pessoas circulando, correndo ou aguardando suas conduções. Ao me identificar na multidão, Diego comentou sobre a roupa que eu estava usando – um tom de formalidade incomum nos meus trajes, mas que também se manifestava nas roupas que ele usava especificamente naquele dia. Em tom de deboche, concordamos: estávamos prestes a ficar frente a frente com “autoridades políticas”. Durante a viagem, Diego atendeu o telefonema de uma secretária do vereador e recebeu a informação de que só poderíamos ser atendidos após às 17 horas, pois uma agenda com o prefeito atrasaria os compromissos da câmara naquela tarde. Desconfiado de uma possível estratégia para que desistíssemos da reunião, Diego deixou claro que não haveria nenhum problema e que esperaríamos o tempo que fosse necessário.

Mesmo assim, teríamos que tomar muito cuidado com nossos posicionamentos. Para Diego, era fundamental que não demonstrássemos nenhum sinal de enfrentamento ou discordância. Em um ônibus lotado e faltando percorrer ainda a metade do caminho até o nosso destino, questionei aquela informação, que parecia chegar até mim um tanto em cima da hora. Diego esclareceu que se tratava de uma estratégia: o tom da conversa deveria ser amigável pois, caso contrário, correríamos o risco de ter o pedido de audiência negado. Posteriormente, quando estivéssemos em diálogo público com as autoridades convidadas, poderíamos expor todos os questionamentos e denúncias necessárias. Por hora, teríamos que afirmar ao vereador que a audiência seria uma oportunidade para que conhecêssemos melhor os serviços existentes no município, argumentando que essa tem sido uma política de diálogo importante do MNPR-RS no sentido de contribuir com a visibilidade de ações exitosas no campo socioassistencial, conduzidas na região metropolitana. Em suma, estrategicamente, a nossa linha discursiva deveria ser, naquele momento, de composição e diálogo com o poder público.

Ao chegarmos em nosso destino, fomos identificados na portaria e recebemos um crachá de visitante. Subimos até o terceiro andar onde acessamos um corredor, ao longo do qual estavam dispostos os gabinetes de cada vereador e onde aguardamos por mais de uma

hora e meia a incerta conversa marcada para aquela tarde. Quando estávamos quase desistindo, a porta do gabinete se abriu e a secretária nos convidou a entrar. Acessamos uma pequena sala onde cumprimentamos o vereador e seu assessor e, finalmente, sentamos para conversar. Para a minha surpresa, as primeiras palavras de Diego foram: “*eu acho que o Tiago pode, então, começar a explicar o que nos traz aqui*”. Conhecendo Diego muito bem, eu não esperava que fosse falar muito naquela tarde, muito menos que fosse impelido, de surpresa, a iniciar a conversa. Em saia justa, tive que pensar rápido e, inspirado apenas pelo que havíamos confabulado no ônibus, olhei para o vereador e disse:

*Olha, para lhe explicar melhor o motivo dessa audiência que estamos reivindicando, eu gostaria de contextualizar que eu e Diego somos integrantes do MNPR, que é um movimento social conduzido por pessoas em situação de rua. Em Porto Alegre, desde 2010, esse movimento vem conquistando uma série de melhorias nos serviços socioassistenciais a partir de um diálogo com o poder público, com a FASC e com o MP. Tomando esse diálogo como referência, nós gostaríamos de realizar uma audiência pública aqui em São João por acreditarmos que podemos não só contribuir com os serviços já existentes aqui, mas também aprender com vocês a partir de experiências locais do município. Não sei se o Diego quer acrescentar alguma coisa... (Diário de campo, 19 de maio de 2016).*

Diego reiterou a minha fala e foi além:

*Eu acho que é isso mesmo, Tiago. Na verdade, a nossa posição é mesmo de compor com a gestão, tentando um diálogo que nos permita, sim, aprender com vocês. Muitas pessoas em situação de rua circulam pela região metropolitana de Porto Alegre e já chegou até nós, por repetidas vezes, a informação de que o albergue municipal de São João atende as pessoas com dignidade, como deve ser feito. A nossa visão, por isso, é justamente de diálogo. Sabemos que muitos movimentos sociais têm uma postura de enfrentamento mas nós entendemos que estamos todos do mesmo lado: gestor, trabalhador e usuário e que só assim conseguiremos avançar nas políticas públicas (idem).*

O vereador, que ouvia atentamente as nossas explicações, apresentou uma primeira resistência ao pedido de audiência, explicitando que se quiséssemos nos aproximar das práticas exitosas da assistência social, o mais indicado seria dialogar diretamente com a secretaria responsável pelos serviços direcionados à “população em situação de rua”. Em suas palavras...

*Aqui em São João sabemos que a metade dos moradores de rua está de passagem e não fica aqui por muito tempo. Geralmente eles acessam os serviços por dois ou três dias e são encaminhados. Claro, temos também os que não querem atendimento nenhum e permanecem nas ruas. Para estes, temos a atuação das igrejas que doam sopas, roupas e ajudam da maneira que podem. Então a nossa realidade aqui é bem*

*flutuante nesse sentido, mas o que eu não entendi ainda – e quero perguntar a vocês – é por que, ao invés de fazer uma audiência pública, vocês não se concentram em conversar diretamente com a secretaria responsável pelos serviços de assistência? Eu pergunto isso porque conversar diretamente com os serviços pode, na minha opinião, acelerar o processo de diálogo que vocês querem estabelecer” (Idem).*

Eu não tinha resposta pronta para a questão. Olhei para Diego como quem pede ajuda. Sem titubear, ele já tinha uma resposta na ponta da língua:

*Nós estamos trabalhando com a ideia da audiência pública porque é isso que tem dado muito certo na região metropolitana de Porto Alegre. Em Caxias do Sul, por exemplo, a última audiência foi bem produtiva porque pudemos ouvir diferentes vozes e opiniões a respeito dos serviços e isso ajuda muito em qualquer processo de melhoria. Além disso, pelas nossas experiências, uma conversa direta com os técnicos sempre acarreta certo receio e uma posição de defesa, como se estivéssemos avaliando o trabalho deles, mas a ideia não é essa (Idem).*

Aproveitei esse argumento para compartilhar uma experiência que tivera logo no primeiro ano de trabalho de campo, quando participei de uma reunião entre integrantes do MNPR-RS e os agentes da rede socioassistencial do município de São Leopoldo, também pertencente à região metropolitana, no intuito de fortalecer canais de diálogo entre o movimento social e aqueles profissionais. Salientando as dificuldades que esse modo de aproximação setorial impunha, acrescentei que...

*Em 2013, em outra cidade, tivemos uma reunião com os trabalhadores da rede socioassistencial e a posição deles foi de defesa o tempo todo, como se estivéssemos avaliando o andamento das coisas ou simplesmente contestando o trabalho realizado no município. Isso dificultou o diálogo e impediu que construíssemos algo mais produtivo. Por isso que acreditamos que a audiência pública nos afasta dessa posição de enfrentamento e permite dialogar com mais potência, valorizando vozes e opiniões distintas, incluindo as dos usuários daqueles serviços (idem).*

A composição de nossas falas, nada ensaiadas e incrivelmente bem articuladas, não deixou dúvidas sobre nossas boas intenções: o vereador mostrou-se satisfeito, cumprimentou-nos em tom de despedida e afirmou que em breve entraria em contato com Diego para combinar a melhor data para a audiência pública. Conversamos rapidamente com o assessor, que confirmou nosso contato e avisou que em breve acertaríamos os detalhes para a realização do evento. Saímos, fechamos a porta e, ainda no corredor, Diego comentou em voz alta: “*isso é que é uma gestão comprometida*”.

Mas bastou entrar no elevador para que toda a encenação fosse por água abaixo. Assim que a porta se fechou, Diego manifestou dificuldades para respirar e teve náuseas. Preocupado, perguntei o que estava acontecendo e ele disse que o mal-estar era consequência

de tudo aquilo que acabávamos de falar ao vereador – palavras e argumentos que nos posicionavam ao *lado* deles e não *contra* eles. Para Diego, o pior de tudo foi insinuar a criminalização dos movimentos sociais, ao frisar que a nossa postura era de diálogo e não de enfrentamento. Ainda no elevador, confessei que o mais atormentador para mim foi elogiar os serviços locais voltados à “população em situação de rua”, quando o que sabíamos era que esses espaços tinham muitos problemas de maus tratos, alimentação e instalações precárias, suspensões e expulsões constantes dos “usuários” – motivo pela qual o próprio vereador caracterizou a “realidade” dessa população como “flutuante”: entrada e saída constante dos espaços institucionais, circulação entre os municípios da região metropolitana e mesmo a recusa em acessar os equipamentos institucionais.

O mal-estar foi amenizado quando já estávamos na rua e resolvemos caminhar cinco quarteirões até a praça central da cidade, onde pegaríamos o ônibus de volta para Porto Alegre. Digerindo tudo que tinha acontecido naquele curto espaço de tempo, nos impressionamos com a sincronização das nossas falas, o encaixe dos argumentos e a nossa capacidade de encenação sem nenhuma brecha para contrapontos. Rimos muito da situação e Diego passou a comemorar o fato de que tínhamos colocado o vereador “no bolso” muito facilmente. As mesmas palavras que intoxicavam – causando mal-estar e repulsa – tinham um gosto de vitória: a audiência pública seria marcada, mas, ironicamente, concluímos que possivelmente “não sairíamos vivo” dela, pois havíamos utilizado as ferramentas e benfeitorias da *fazenda* para encenar uma captura totalizante, um posicionamento dialógico, harmônico e pacífico ao lado dos que são construídos e representados como inimigos do MNPR-RS, aqueles nos quais jamais se deve realmente confiar.

Vivenciada já no último mês de trabalho de campo, essa anedótica experiência com Diego, um dos destacados militantes do MNPR-RS e por quem nutro um respeito e admiração imensuráveis, me fez retomar os diários de campo dos anos anteriores e atentar para as notas que me passaram despercebidas, mas que guardavam caminhos que levavam a um reiterado desprezo pelo Estado, ainda que fossem seus agentes e suas instituições os principais interlocutores daquele movimento social. Essa repulsa manifestava-se em todas as denúncias sobre a precariedade das instituições socioassistenciais, mas também – e principalmente – na manifestação do potencial tóxico das relações cordiais com seus representantes: o perigo em ultrapassar a linha tênue entre as estratégias que dissimulam o devir guerreiro (mas não o



abandonam) e a possibilidade de se deixar convencer de que não há lugar melhor do aquele oferecido pelas autoridades e pelas instituições estatais.

#### **6.4 Desintoxicações**

Foi ficando nítido que, ainda que os militantes do MNPR-RS se valham das estruturas, da linguagem e dos instrumentos de legitimidade estatal (como uma audiência pública), a composição pacífica e passiva é perigosa, preocupante e vergonhosa. Chegar muito perto pode trazer problemas. Não é à toa que, em diferentes situações, alguns apoiadores do MNPR-RS, principalmente os que trabalham no campo da assistência social, passam por situações um tanto constrangedoras por pertencerem ao quadro de funcionários da FASC. Nesse fogo cruzado, é preciso desconstruir e desvencilhar-se de um “rótulo”, argumentar o contrário, evidenciar o apoio aos direitos das pessoas “em situação de rua” e, em alguma medida, expressar os desafios constantes dessa espécie de desintoxicação a ser comprovada. Se “sair das ruas” é um imperativo dos esforços estatais, “sair do Estado” ou não estar ao seu lado, é, também, condicionalidade imposta a alguns apoiadores do movimento.

Dentre outras questões, no capítulo 3, detive-me sobre o caráter incompleto e incerto dos apoiadores que “penetram outros mundos”, mas que são sempre questionados quanto às suas reais intenções – o que passa pela verificação da intensidade de seus compromissos e engajamentos com a mobilização social. Exemplos de lealdade, demonstrados na temporalidade dos vínculos, preparam as condições para que certos “saberes” das ruas, íntimos ou coletivos, sejam aos poucos revelados, de alguma forma construindo a própria figura do “apoiador ideal”: aquele que abandona a posição de quem também pretende capacitar, que se dispõe a cruzar certas fronteiras existenciais e adentrar outros mundos sem esquecer de onde veio e os limites que essa “origem” impõe – como “muleta”, como “apoio” ou como quase “morador de rua”, mas nunca como o detentor da última palavra.

Existem, no entanto, outros aspectos deste processo que eu quero aprofundar a respeito da relação entre apoiador e militante, e eles dizem respeito às situações de conflito, de embate, de discussões acaloradas nas quais uma tensão específica é trazida à baila: aquela relativa aos que trabalham nas instituições socioassistenciais gerenciadas pela FASC. É curioso que certas acusações ocorram sempre em circunstâncias tensas, justamente quando

desconfianças em relação à *intoxicação* de alguns apoiadores são levantadas periodicamente, quase que operando como um dispositivo que testa lealdades. Nessas situações, parece que o lugar ocupado por alguns apoiadores é extremamente ambíguo: por atuarem nas estruturas estatais, precisam comprovar uma transformação de perspectiva, uma “mudança de lado”, ao mesmo tempo em que precisam explicitar o “sacrifício” que fazem para atravessar certas fronteiras.

Tudo parece sugerir que é necessário desvencilhar-se da associação com um “grande inimigo”. Para isso, a diferenciação entre Estado e trabalhadores sociais é importante. Como disse certa vez uma apoiadora e educadora social: “*nós não somos a FASC, nós somos trabalhadores da assistência social*”, abrindo uma fenda entre a construção transcendente da instituição e as possibilidades práticas, abertas e moleculares de seus agentes. O preço que se paga por isso é avaliado como alto demais e com sérias consequências aos que se juntam aos que se voltam contra as instituições estatais para apoiar o MNPR-RS: estão sempre expostos e sujeitos a retaliações por atuarem “ao lado dos usuários”. Nas palavras daquela mesma apoiadora, os trabalhadores da assistência social estão sempre se sacrificando, correndo riscos, mas também abrindo mão de suas vidas pessoais, da família e de outros compromissos que relegam a segundo plano para apoiar a mobilização social.

Com isso, temos alguns sinais de que produzir contrapontos ao Estado é também correr riscos, do mesmo modo que estar ao seu lado é arriscado demais na visão das pessoas “em situação de rua” que integram o MNPR-RS. O mais interessante é que a exacerbação desse antagonismo discursivo, construído e mobilizado nas interações cotidianas, acaba por marcar diferenças que permanecem, que são acionadas algumas vezes, a despeito de todos os esforços imagináveis para subsumi-las. Mesmo com ações e argumentos contrários a essa vinculação indesejável, alguns posicionamentos mediadores são, em situações específicas, atacados e confrontados por sugerirem uma postura compreensiva (e indesejável) em relação às instituições assistenciais. O excerto de diário de campo a seguir, no qual registrei uma reunião do MNPR-RS ocorrida em abril de 2014, relata exatamente o quanto qualquer sinal de concordância com a dimensão ordenadora das instituições de acolhimento pode incendiar as discussões:

No debate sobre as punições desenfreadas nos abrigos e albergues, Joana, apoiadora e educadora social, interveio considerando que era complicado trabalhar nestes locais, pois existem afastamentos que são necessárias por causa das agressões que ocorrem dentro dos espaços, argumentando que se o agressor não for expulso, a

vítima, que fica lá dentro, vai pressionar os técnicos e monitores para que o façam. Em contrapartida, Adriana, militante em situação de rua, afirmou que os problemas são estruturais e acabam respingando nos usuários: *“se muitos brigam, é porque dormem 12 pessoas dentro de um quarto; é porque alguns homossexuais ameaçam as mulheres lá dentro, porque dormem no mesmo quarto”*. Ana Paula procurou mediar o conflito e defendeu Joana no que se refere às situações delicadas dentro dos equipamentos. Neste exato momento, Adriana levantou-se e cruzou os braços numa expressão de indignação. Ana Paula continuou seu argumento, inferindo que também é preciso entender o lado do trabalhador social: *“as pessoas acham que somos a FASC. Nós não somos a FASC, nós somos trabalhadoras da política de assistência! Tem gente que não deveria estar trabalhando com população de rua, que tinha que estar fazendo outra coisa, porque não tem perfil, não tem sensibilidade, não tem jogo de cintura. Quantas vezes eu já tentei dialogar com técnico, com monitor que não queria deixar o cara entrar por causa de 15 minutos de atraso! Então a Joana também não é FASC, ela é trabalhadora. Nós somos mal vistas dentro da própria FASC porque estamos sempre do lado do usuário”*. Neste exato momento, Adriana, ainda em pé e parecendo ignorar a explicação de Ana Paula, lançou uma pergunta certeira para Joana: *“Joana, nesse assunto dos serviços de atendimento, o quanto tu és conservadora”*? Silêncio total na reunião. Joana não entendeu a pergunta. Adriana repetiu. Ana Paula, antes mesmo que Joana pudesse formular uma resposta defensiva, observou que *“a Adriana sempre acha que nós somos a FASC, mas nós somos trabalhadoras”*. Joana, então, defendeu-se: *“eu acho que eu não sou conservadora, como posso ser se eu estou aqui no movimento? Isso é no mínimo incoerente”* (DIÁRIO DE CAMPO, 11/04/2014).

Dessas interações, destaco uma espécie de zona de ambiguidade sobre a qual esses apoiadores e profissionais transitam. Por estarem ao lado dos usuários, e não da FASC (ou seja, não compactuam com a forma como ocorre a gestão de suas instituições), precisam, no entanto, dialogar com o ordenamento dos espaços institucionais onde trabalham. Mesmo assim, Ana Paula diferencia-se de pessoas que não deveriam estar trabalhando nessas instituições, pois são absolutamente intransigentes no que se refere às normas institucionais. Os trabalhadores que, no entanto, estão ao lado dos usuários, são os que se empenham na flexibilização dessas regras, desenvolvendo um “jogo de cintura” e cultivando uma sensibilidade que os distancia da lógica normativa do Estado. Como defendeu Joana, ser conservador e apoiar o MNPR-RS é uma incoerência gritante. Estar “ao lado do usuário”, portanto, é o que permite construir os aliados da *máquina de guerra*.

Tal situação insere, novamente, os profissionais em espaços fronteiriços, onde precisam negociar e mediar suas posições políticas e seus pertencimentos institucionais: se o movimento social deve, de certa forma, cobrar suas demandas do poder público e das instituições responsáveis, um olhar mais atento e compreensivo para a realidade dos agentes e das instituições também deve ser cultivado. Foram incontáveis as vezes em que Joana e Ana Paula defenderam a importância de se *“compreender o lado dos trabalhadores dos serviços”*, que realizam “sacrifícios” para engajarem-se numa luta coletiva, que ousam burlar ou

flexionar a normatividade estatal no interior de suas próprias instituições, mas que, por isso mesmo, precisam que os “usuários” também estejam ao lado deles, que os escutem e os respeitem como parceiros de militância e não como inimigos, como Estado ou como aliado deste – posições destinadas somente aos que não se posicionam “ao lado dos usuários” e não questionam o campo institucional.

Esse arcabouço argumentativo, no entanto, parece produzir uma reflexividade sobre as posições e o poder de fala e de atuação no interior do MNPR-RS. Isso também faz com que os apoiadores encarem tal contexto através da inevitabilidade de seus julgamentos. Após as críticas de Adriana, Ana Paula contou-me que Joana havia telefonado algumas vezes durante a semana, demonstrando preocupação e, ao mesmo tempo, frustração com as críticas realizadas por alguns militantes. Para tranquilizá-la, Ana Paula respondeu que essas críticas sempre acompanhariam o trabalho delas, como um inevitável preço a pagar por todo o esforço que fazem ao se colocarem contra a gestão da FASC.

E ela tinha razão. No dia 15 de agosto de 2014, Marcelo Soares, à época presidente da FASC, compareceu a uma reunião do MNPR-RS. Mais de 20 pessoas estavam presentes, entre apoiadores e militantes. Para estes, Marcelo afirmou, em sua fala inicial, que *“não existe pessoa mais interessada em ouvir vocês do que eu”*. No entanto, ao invés de atender a demanda do MNPR-RS (como todos esperavam) que era a de acessar os regimentos internos de todas as instituições socioassistenciais, Marcelo esforçou-se em enfatizar as ações conduzidas pela referida fundação e as reuniões realizadas com promotores e defensores públicos, concluindo, com isso, que *“é justamente onde as políticas públicas falham que entra a FASC”*. Frente a esse discurso conciliador, que parecia fugir ao real motivo daquela reunião, Marcos lembrou que o “trato” era que determinados documentos fossem entregues aos militantes, o que de fato não ocorreu naquela tarde.

Quando um apoiador se manifestou, formulou argumentos que apontavam para as necessárias mudanças institucionais que estimulassem o “protagonismo dos usuários” e incentivassem a adesão dos trabalhadores aos espaços de reivindicação, exemplificando que foi justamente esse diálogo que possibilitou a criação de uma rede de proteção durante a Copa do Mundo. Frente a essas colocações, alguns militantes ficaram visivelmente inquietos e não tardaram a se manifestar – pois parecíamos fugir cada vez mais do objetivo da reunião: analisar e discutir as normas consideradas abusivas dos abrigos e albergues da cidade. Adriana pediu a palavra, reconheceu o valor dos profissionais que estavam presentes, pois

“sabemos que não é fácil”, e desabafou sobre as experiências de desrespeito que vem passando no interior do albergue onde vive:

*Eu fotografei as regras do albergue que foram coladas na parede e levei para o MP. Quando eu voltei o cartaz já não estava mais na parede. Já que os funcionários não querem trabalhar conosco, então que eles sejam substituídos. Hoje de manhã eu me senti extremamente desrespeitada mais uma vez pela equipe. São quatro anos de desrespeito, de violação. As mulheres estão dormindo nas piores camas, enquanto 100 homens dormem nos melhores lugares. Eu não suporto mais essa situação! (DIÁRIO DE CAMPO, agosto de 2014).*

Da conciliação ao enfrentamento, na velocidade da luz. Era justamente pela reprodução desse “desrespeito” e “humilhação” evocados por Adriana, que os militantes e apoiadores do MNPR solicitaram à FASC os regimentos internos de suas instituições, os quais não foram entregues naquele momento. Fazendo coro à tensão promovida por Adriana e apoiando o combate àquelas práticas perversas no interior dos serviços públicos, Seco, militante e jornalista do Boca de Rua, apontou aquilo que, para ele, era inadmissível para o “morador de rua”: o abuso de poder.

*Eu queria perguntar para os trabalhadores da FASC: se não fossem os moradores de rua, vocês estariam ganhando o salário de vocês? O que o morador de rua não quer é o abuso de poder, e quando isso acontece o morador de rua usa as suas armas e a sua ferramenta acaba sendo a agressão física (Idem).*

De um lado, a zona de ambiguidade apreendida na prática: profissionais da assistência social e apoiadores do MNPR-RS dinamizando discursos conciliatórios, apresentando alternativas possíveis para transformar a postura de trabalhadores contrários à mobilização social, ao mesmo tempo tendo de conduzir esse trabalho sob certas desconfianças de associação com o inimigo *tóxico*. Mas parece que o problema é que, se não for confabulado, se não for antecipado como estratégia – tal como me explicou Diego em nossa viagem para São João – posicionamentos demasiadamente amigáveis precisam ser combatidos, desfeitos, arruinados.

Enquanto Joana solicitava o mínimo de compreensão com as regras internas, Adriana questionava aquela solicitação; enquanto um apoiador propunha alternativas para o diálogo com os “trabalhadores da assistência”, Adriana falava em substituí-los, renovar completamente o quadro de funcionários do albergue; enquanto a FASC era, pela boca de seu presidente, apresentada como instituição que atua nas falhas das políticas públicas, fazendo

com que elas recobrem o êxito desejado, Adriana e Seco escancaravam a humilhação perpetrada no interior das instituições sob os olhos da FASC.

Nesse desmoronamento da conciliação não-estratégica, o próprio vetor guerreiro é recobrado e fortalecido pela enunciação do abuso de poder, o qual deve ser aniquilado. É quando a postura guerreira vem suplantar o tom conciliador, fortalecendo fronteiras e diferenças que, em outros momentos eram quase esquecidas ou subsumidas pelas relações de afeto e lealdade entre apoiadores e militantes. Anunciar a agressão como ferramenta no revide contra *“tudo que o morador de rua não quer”*, isto é, o abuso de poder, é reposicionar a *máquina de guerra* diretamente contra a formação arborescente, que reúne e enraíza um poder concêntrico (DELEUZE & GUATTARI, 1997), uma autoridade deliberada e uma hierarquia que naturaliza desrespeitos, camuflados nas entrelinhas dos regimentos institucionais. É assim que essas pessoas operam desterritorializações e dissolvem a produção legítima do Estado, afrontando discursos que positivam suas ações, desprezando relações amistosas e lembrando, constantemente, que qualquer proximidade fora das estratégias políticas é extremamente nociva.

Enfim, o Estado parece ser constantemente fundado e refundado nessa oscilação de posições entre parceiros, apoiadores e inimigos. Mesmo a reconhecida “rede de parceiros” que atuou durante a Copa do Mundo, não teve uma de suas solicitações atendidas: o mapeamento dos locais de concentração de pessoas “em situação de rua”. Em um movimento semelhante, sobre alguns apoiadores incide uma desconfiança manifesta a qualquer sinal de defesa ou cordialidade com as instituições mais desprezadas: a FASC, seus equipamentos e a polícia. Não foi por acaso que, quase dois anos depois, quando Ana Paula leu a primeira versão do capítulo 5 desta tese, sua reação foi elogiar o texto, mas sem deixar de enfatizar que *“nós não somos Estado, nós somos trabalhadores da assistência e estamos na luta com a população de rua”*.

Essa zona de ambiguidade cambaleante, na qual “estar ao lado do usuário” e engajar-se no movimento exige uma vigilância constante de certos posicionamentos políticos, funciona como um território no qual a *máquina de guerra* permite a circulação e atuação daqueles que, apesar de seus “vínculos indesejáveis”, amontoam e efetuam novos agenciamentos (Ibidem, 1997). É desse espaço ambíguo que pode brotar, a qualquer momento, o Estado, refundado nessa relativa e situada diferenciação entre quem está “do nosso lado” e “do lado deles”.

## 6.5 Espiões e reféns

Em janeiro de 2016, ao final de uma reunião do MNPR-RS, cinco militantes conversavam sobre o recente ingresso de alguns deles no grupo de “facilitadores da FASC”, atuando junto à equipe de abordagem de rua do município. Dois destes militantes selecionados para o trabalho junto à instituição, relataram que, ainda no curso de capacitação para os facilitadores, questionaram a coordenadora dos serviços de acolhimento institucional sobre a razão pela qual assembleias não estavam mais ocorrendo no Centro-Pop, uma vez que, “por lei”, a “população em situação de rua” deveria ter a sua participação garantida na formulação e avaliação das políticas públicas. Contaram que, após o questionamento, a responsável pelo serviço, que teria ficado extremamente constrangida, garantiu que providências seriam tomadas para que as assembleias fossem reativadas. Antes de partir para outros rumos, os narradores deste curto diálogo afirmaram que “*nós estamos lá, seja trabalhando para eles, seja como usuários do serviço, mas também estamos lá como espiões*”.

Ficamos em um grupo menor, mas ainda tocados pelo assunto há pouco iniciado pelos “facilitadores da FASC”. Outro militante entre nós partilhou sua opinião sobre uma espécie de “efeito refém” provocado pela relação com as instituições estatais. Em suas palavras...

*Tem muitas formas de ficar refém deles. Por exemplo, no Centro-Pop não pode tomar banho, mas se eu vou tomar banho na casa do fulano, eu já fico refém. Se eu vou numa reunião com os vereadores ou com os candidatos a prefeito, se eu aceito isso ou aquilo, eu já me torno refém. Então tem muitas formas de estragar o movimento, de detonar a luta. Se o cara da FASC vem aqui no movimento e oferece um apartamento do Minha Casa, Minha Vida, todo mundo pega. Eu não vou mentir: até eu pego! Isso é uma forma de facilitar o acesso ao serviço, mas facilita para poder cooptar. Todos que conseguiram o Minha Casa, Minha Vida saíram do MNPR (Diário de campo, 8 de janeiro de 2016).*

De fato, ao longo de todo o trabalho de campo, sempre ouvi histórias sobre militantes que haviam se retirado de cena por terem tido acesso facilitado a políticas de moradia, como retribuição por apoio dado a eleições e reeleições de determinados candidatos à presidência da FASC. Pelo mesmo motivo, esses “beneficiados” teriam se afastado da mobilização social, seguindo suas próprias vidas, ou expulsos do MNPR-RS. São histórias difusas, geralmente

sem rostos, sem nomes e sem datas, mas que, de certa forma, incidem sobre a atenção e a reflexão que os atuais militantes privilegiam quando o assunto é a relação com agentes, órgãos e instituições de Estado e de governo. São essas mesmas narrativas pretéritas, contadas em tom de reprovação, que incitam os sujeitos a se autoafirmarem como “espiões”, que adentram a sede da *fazenda de domesticação* apenas para espionar e questionar sua administração.

Torna-se necessário evitar, a todo custo, os perigos de um movimento em cascata, acionado quando as pessoas se tornam reféns de uma relação de troca desigual, que produz dependência, “estraga o movimento” e “detona uma luta”. Um simples banho ou a aquisição da casa própria, quando adquiridos na chave da troca de favores – e não pela garantia efetiva de direitos – têm a potência de um efeito desagregador, que recai tanto sobre o indivíduo que ingressa em um modo de vida distante dos “circuitos da rua”, quanto sobre o coletivo, que corre o risco de se desintegrar quando esse mesmo sujeito passa a ser investido de certo prestígio e destaque concedidos pela interlocução amistosa com as instituições estatais.

Narrativas similares foram identificadas na pesquisa de Pedro Leite (2016), também entre os militantes do MNPR-RS. Sem deter-se com profundidade nesta questão, Leite refere a polêmica que se cria em torno de sujeitos que investem na autopromoção e que atuam em espaços institucionais para tirar “proveitos individuais”, sugerindo que atuações desse tipo promovem o afastamento e a destituição de legitimidade para falar em nome dos coletivos de mobilização. Mencionando casos semelhantes para o mesmo contexto de pesquisa, Schuch (2015) mostra que os militantes que buscam se autorrepresentar ou encontram caminhos alternativos à rua, também são lembrados negativamente e, em algumas situações, são expulsos da mobilização ou fazem com que o próprio grupo se desarticule, tal como ocorreu com o Movimento Aquarela no final dos anos 2000.

Os motivos apresentados para tais acontecimentos, mencionados por Leite (2016) e Schuch (2015), são similares aos que justificaram o único caso de expulsão que pude acompanhar de perto: tentativa de concentrar poder, autoridade e representação nas mãos de uma única pessoa. Foi o que aconteceu com Ricardo, em setembro de 2014. Este homem de aproximadamente 40 anos, sempre esteve envolvido em diferentes coletivos de mobilização e visibilização da “população em situação de rua” na cidade, como o Boca de Rua, o MNPR-RS, o Fórum Rua e o Orçamento Participativo. Sempre que se apresentava publicamente, ele mencionava tais vinculações. Uma conversa informal com o pesquisador e colega Bruno



Fernandes, que acompanhou de perto a circulação de Ricardo entre diferentes organizações, sobretudo no Boca de Rua, me esclareceu que a sua inserção no Programa Fome Zero exigia uma série de mediações com serviços disponibilizados pelos gabinetes de alguns vereadores, como impressão de documentos e uso de telefones, além de parcerias com algumas secretarias municipais, no objetivo de angariar apoio e recursos para ações voltadas a pessoas em situação de “vulnerabilidade social”.

A sua trajetória de vida não deixa de ser instigante. É ainda Bruno Fernandes quem nos deixa a par de alguns de seus aspectos biográficos. Originário do estado da Bahia, Ricardo ficou em “situação de rua” logo que chegou em Porto Alegre, momento em que ingressou em instituições da FASC, onde entrou em contato com assistentes sociais, universitários e membros de ONG’s, envolvendo-se em projetos que lhe inseriram em uma rede diversa de interlocução e lhe garantiram alguma renda. A sua passagem por universidades públicas e privadas é uma experiência sobre a qual não costuma entrar em detalhes, embora seja evocada por ele na maioria de suas falas públicas. O fato é que ele conhecia todo o funcionamento da assistência social de Porto Alegre, dominava as normativas legais que a regulavam e defendia a superação da “situação de rua” – por meio do acesso às políticas públicas – tal qual ele mesmo havia procedido, quando utilizou, por algum tempo, os serviços de acolhimento de albergues e abrigos, passando, posteriormente, a viver em pensões e em residências de amigos. Com essa narrativa biográfica, contada na chave da “superação”, Ricardo seria o exemplo de que “as políticas públicas deram certo”.

A sua saída do MNPR-RS ocorreu em uma única reunião, quando, nos meses subsequentes à Copa do Mundo, os militantes discutiam com o secretário municipal de direitos humanos, Luciano Marcantônio, a reabertura do Restaurante Popular na cidade. Em uma dessas reuniões, os militantes e apoiadores anunciaram a decisão consensual de que Ricardo não representava mais o movimento, uma vez que vinha firmando vínculos com a FASC, no âmbito dos projetos executados pelo Fórum Rua, e concedendo entrevistas na mídia, explicitando aquelas parcerias e falando em nome do movimento, sem o consentimento de seus integrantes.

O ponto central a destacar como razão pela qual a participação de Ricardo vinha sendo desqualificada no MNPR-RS é a extrema proximidade com determinados partidos políticos e com alguns órgãos da administração municipal. Ou seja, o seu desligamento ocorreu não apenas por ter exercido uma política de autorrepresentação, mas sobretudo pela publicidade

concedida a vínculos institucionais indesejados, que faziam dele uma pessoa não digna de confiança e que, ao mesmo tempo, apresentava-se como um “sujeito que deu certo” e que correspondeu às expectativas mais comuns da *fazenda de domesticação*: a “recuperação”. A postura de Ricardo, no entanto, foi muito simples: aceitou o desligamento e continuou a atuar no Fórum Rua, não deixando de manifestar o quanto, na sua opinião, a mobilização social deixaria de ganhar visibilidade ao evitar certas parcerias.

A meu ver, o que ocorreu com Ricardo expressa uma relação complexa entre os esforços coletivos para “tirar as pessoas das ruas” e a lógica individualizante e neoliberal que perpassa e conduz as ações e os discursos estatais, sobretudo no campo da assistência social – quando o Eu se sobrepõe ao Nós. De fato, “superar a situação de rua”, desenvolver “processos de saída das ruas” e promover o seu “enfrentamento”, construir “autonomia” e “independência” por meio do acesso à renda, à educação e à moradia; ingressar no mercado de trabalho por meio de programas de qualificação profissional e incentivar a “convivência familiar” (BRASIL, 2013, 2009) são objetivos apresentados por órgãos governamentais nacionais, como o MDS, e organizações internacionais, como a UNESCO, como indispensáveis para a “erradicação da pobreza” e para o “desenvolvimento social”. Em parte, Ricardo dava carne e sangue a esses ideais e, embora não estivesse trilhando um caminho distante dos que passam por experiências semelhantes, era extremamente significativo o fato de apresentar-se, em algumas ocasiões, como um “vencedor”, estando à frente de projetos voltados à doação de alimentos, à confecção de documentos de identidade e a oficinas de trabalho e renda – sempre aberto às mediações e diálogos com entidades e instituições estatais, como a FASC.

Tal atuação implicava um posicionamento específico em relação aos órgãos estatais. Ricardo não poderia ser acusado de ter “virado as costas” ou “abandonado seus companheiros”, mas a posição que ocupava nesse campo nebuloso de intervenção sobre a questão da “situação de rua” era problemática porque lhe concedia certa distinção e prestígio, fazendo com que se destacasse em relação aos demais.

Estou ciente que existem perigos nessa evidente redução da experiência de Ricardo ao campo institucional. Não tive acesso, e talvez poucos militantes do MNPR tenham tido, à complexidade de tal inserção e do quanto essas mediações poderiam significar um território estratégico de militância política, no qual, talvez, ele atuasse sabendo muito bem de sua *toxicidade*, desvencilhando-se dela na dimensão prática e cotidiana de suas ações. O que me é

possível inferir, no entanto, é que o desligamento de Ricardo sinaliza a reprovação não de suas decisões e opções individuais, mas de um processo de formação de indivíduos que se destacam em relação ao coletivo. Repelir esse processo era uma forma de evitar estreitos canais de comunicação e, conseqüentemente, de dependência, subordinação e controle.

Ainda é possível sugerir que, quando se critica a postura de Ricardo, também se afasta qualquer referência ou vinculação que se possa fazer entre os integrantes do MNPR-RS e certas instituições. Vivenciei diferentes situações marcadas por relatos sobre sujeitos supostamente “cooptados” pela FASC – como supostamente ocorreu com Ricardo. Ironicamente, eram esses casos – vistos por muitos como resultado positivo das políticas públicas – que se tornavam alvo de recusa. Com esses mecanismos de controle e rejeição do indesejado, os militantes e apoiadores do MNPR mantinham a afronta à autoridade e legitimidade estatal e reduziam as possibilidades de total domínio sobre a mobilização social.

## **6.6 Forças que se cruzam, mas não se fundem**

A mesma lógica que parecia operar sobre o desligamento de Ricardo replicava-se na insistente preocupação com o uso dos símbolos do MNPR-RS: a bandeira e a camiseta. Circulando pelo país nas cores azul ou vermelha, tendo ao centro os contornos territoriais do Brasil, esses símbolos são, igualmente, objetos que devem ser protegidos de qualquer *contaminação* que não seja estratégica. Não foram raras as experiências de campo nas quais pude visualizar um exímio cuidado para que os símbolos do MNPR estivessem no “lugar certo” e sendo utilizados pelas “pessoas certas”, garantindo que, quando seus usos fugissem a essa “regra”, tudo não passasse de uma estratégia política.

Uma dessas experiências ocorreu durante a cerimônia de reabertura do Restaurante Popular em Porto Alegre, realizada no dia 25 de fevereiro de 2016. Às 11h da manhã, em um prédio localizado no Bairro Floresta, distante a meia hora a pé do centro da cidade, aglomeravam-se pessoas muito bem vestidas para a solenidade, a maioria vinculada aos governos municipais e estaduais, funcionários da rede socioassistencial, além de policiais militares, seguranças, fotógrafos e repórteres de rádio e TV que, por repetidas vezes, entrevistavam o secretário municipal de direitos humanos. Nesse cenário de múltiplas interações, muitas outras pessoas começavam a formar uma fila para almoçar no primeiro dia

do novo restaurante popular. Essas pessoas, que se encostavam nas paredes externas ao prédio, distinguiam-se dos que aguardavam a solenidade em “trajes finos” na porta principal, pois vestiam uniformes dos serviços privados de limpeza urbana, outros não se separavam de seus carrinhos de coleta de material reciclável, e tantos outros eram acompanhados por seus “companheiros de rua”.

Aparentando ter não mais do que 40 anos, dois homens aproximaram-se da porta central do restaurante e ali ficaram, entre os assessores de imprensa e de governo estadual e municipal. Um deles vestia a camiseta vermelha do MNPR. Por carregar este símbolo no corpo, aquele sujeito logo atraiu a maioria dos repórteres que cobriam o evento e que passaram a entrevistar o até então desconhecido “militante”. Entre as perguntas que eram realizadas pelos profissionais de imprensa, identifiquei uma linha especulativa comum: a transformação que a reabertura do restaurante popular provocaria na vida das pessoas “em situação de rua”. Com uma voz mansa e quase inaudível, aquele homem, cercado de gravadores, câmeras e microfones, humildemente explicou que, a partir daquele dia, ele teria um lugar onde poderia se alimentar, sem gastar muito e sem precisar “pedir comida nas ruas”. Ao mesmo tempo, era possível ouvir o secretário de direitos humanos afirmar, para outros repórteres, que a abertura do restaurante representava um importante passo rumo à construção da dignidade das camadas mais pobres da população, simbolizando a luta contra uma sociedade injusta e desigual.

Alguns minutos depois, integrantes do MNPR-RS começaram a marcar presença no local. Uma apoiadora e educadora social chegou de táxi já lamentando a ausência de militantes “em situação de rua”, uma vez que, segundo ela, eram eles os principais interessados na reabertura do restaurante. Mas seus lamentos deram lugar a uma forte indignação assim que identificou um “desconhecido” vestindo a camiseta do movimento e concedendo entrevistas. Sua primeira reação foi sugerir que ele certamente teria sido “comprado” pela FASC para estar ali e para tecer somente elogios sobre aquele empreendimento. Assim que um militante do MNPR-RS apareceu, a apoiadora logo o incentivou a dar entrevistas para que não ficasse registrada “*apenas a visão governamental*”. Vestindo a camiseta do MNPR-RS, escoltado pela bandeira do movimento que a apoiadora prontamente amarrou em uma das janelas do prédio, o militante declarou aos repórteres que “*o restaurante só está sendo reinaugurado porque nos mobilizamos. Isso é resultado de muita briga*”.



Imagem 14: Entrada do restaurante popular. Jornal do Comércio, 2016

Outros militantes do MNPR-RS chegaram ao prédio assim que essa entrevista foi concedida. Um deles, quando soube que havia alguém usando indevidamente os símbolos do movimento, quis de imediato saber quem ele era e onde estava. Mas fomos surpreendidos pela chegada do prefeito José Fortunati (PDT) e do governador José Sartori (PMDB), que adentraram o prédio levando consigo a multidão de profissionais que os aguardava. Nessa movimentação, nosso grupo se dispersou e fiquei sozinho por alguns minutos, quando pude deter-me nos detalhes daquele espaço, equipado com aparelhagens de som, microfones e câmeras no rol de entrada; ao longo das paredes laterais, estavam dispostos alguns *banners* com logotipo dos governos ali representados e com informações sobre o Centro de Referência em Segurança Alimentar, que também funcionaria no segundo andar daquele prédio.

Quando consegui atravessar essa primeira aglomeração de pessoas, encontrei militantes e apoiadores do MNPR-RS conversando com o homem que vestia a camiseta, questionando a origem daquela aquisição e alertando sobre o fato de que ele não deveria estar falando em nome da “população em situação de rua”. Respondendo vagamente algumas questões, aquele interlocutor demonstrou estar assustado com a situação, parecendo realmente não saber muito bem o que estava acontecendo. Outros apoiadores intervieram para acalmar os ânimos, sugerindo que o grupo convidasse aquele sujeito para participar das reuniões semanais do movimento, passando, de fato, a integrar o MNPR-RS.

Eram posicionamentos distintos que estavam em jogo: vestindo a camiseta do MNPR-RS e legitimando “a visão governamental” sobre o papel inquestionável de suas ações rumo à

superação da “pobreza e desigualdade”, aquele sujeito fazia com que, na visão de militantes e apoiadores, o movimento fosse alvo de uma estratégia política que colocava seus integrantes publicamente ao lado das autoridades governamentais, numa posição indesejada, na medida em que ocultava o peso de suas mobilizações na reinauguração do restaurante.

Nas falas públicas que compuseram o ritual de inauguração, os militantes do MNPR não tiveram nenhum espaço para se colocar. O primeiro a falar foi o secretário de direitos humanos, evocando, em seu discurso, a injustiça de uma sociedade que vira o rosto para a “população de rua”. Explicou, em seguida, que aquele espaço não seria apenas um ponto de alimentação, pois ali também seriam oferecidas oficinas de capacitação profissional e acompanhamentos nutricionais que fizessem com que as pessoas se “libertassem” da dependência dos serviços de assistência social. Emocionado, o secretário finalizou a sua fala, passando o microfone para o prefeito de Porto Alegre, que rapidamente saudou os esforços realizados pela parceria entre os governos estadual e municipal, repetindo que o restaurante estava sendo reinaugurado para que funcionasse como um espaço de construção de cidadania para as pessoas em situação de “vulnerabilidade social”. O último a se pronunciar foi o governador José Ivo Sartori (PMDB), retomando conceitos e categorias-chave, como “fome” e “exclusão”: *“esta é uma ação que atende as pessoas que mais precisam. Para mim, é um ato de nobreza, pois mesmo com dificuldades, resgatamos essa parceria inclusiva [...]. Como [o sociólogo] Betinho já nos ensinou: quem tem fome, tem pressa. Estamos fazendo a nossa parte, e continuaremos fazendo com alegria e satisfação”*.



Imagem 15: cerimônia de abertura do Restaurante Popular. Jornal do Comércio, 2016

Tendo funcionado de 2005 a 2013, nos arredores da Rodoviária, o restaurante popular foi interditado por falta de Plano de Prevenção Contra Incêndios. Três anos depois, após uma série de negociações, entre os anos de 2014 e 2015, envolvendo integrantes do MNPR, da FASC, da secretaria de direitos humanos e da CEDECONDH, o restaurante foi finalmente reinaugurado, passando a servir 600 refeições diárias. Como vimos, a cerimônia de reinauguração contou com a presença de autoridades governamentais que celebraram e positivaram aquela ação como um avanço rumo a “construção da cidadania”. No entanto, o bônus deste “avanço” foi discursivamente depositado na conta dos representantes políticos presentes, que não referenciaram a mobilização realizada pelo MNPR-RS para que aquele dia, tão esperado, chegasse, após anos de desinteresse do poder público.

Acontece que os militantes e apoiadores já esperavam esse desenrolar dos fatos, pois a prefeitura não enviou nenhuma notificação ou convite formal ao movimento. Por isso, muitos decidiram marcar presença na cerimônia e, também por isso, tiveram certeza de que aquele homem desconhecido, estampando no peito os símbolos de uma luta nacional pelos direitos da “população de rua”, era um “convidado especial”, estando ali no objetivo único de substituir o posicionamento crítico dos integrantes do MNPR-RS e legitimar a “visão governamental”. Dois meses depois, em entrevista ao Canal Paralelo<sup>86</sup>, alguns militantes expuseram seus contrapontos, trazendo a mobilização promovida pelo movimento para o centro da discussão. Vestindo a camiseta vermelha do MNPR, Marcos declarou:

Nós ajudamos a construir tudo, e no fim, quem está tomando consciência e peso de tudo é a prefeitura, é o atual governo que também está fazendo propaganda para eleger os próximos. [...]. Nós fizemos tantas reuniões, umas três, quatro audiências públicas. Imagina tu chegares e não te convidarem para nada! É como eu ajudar tu fazer a festa de aniversário e depois não ser convidado. Está faltando é o governo reconhecer o nosso trabalho, porque nós não ganhamos nada, eu não ganho nada para fazer isso. O que eu ganho é a minha moral (Canal Paralelo, 17 de abril de 2016).

Foi preciso fazer uma espécie de retoque, de correção discursiva, de revide. O que não se poderia admitir era a cristalização hierárquica de uma posição subalterna sobre um contingente populacional que recebe passivamente as “benesses do Estado”, sem contestar ou reivindicar reconhecimento de sua inserção ativa, propositiva e combativa na formulação das políticas públicas. Inverter este quadro, fortalecido pela voz titubeante de um sujeito

---

<sup>86</sup> A entrevista está disponível na íntegra no site do Canal: <https://www.youtube.com/watch?v=DvVsUf2oCdI>

“cooptado pelo governo”, tornou-se fundamental para que os elementos de composição, de harmonia, de concordância e de subalternidade fossem desfeitos ou, ao menos, abalados. Por isso, foi necessário estampar a camiseta do MNPR no peito, marcar a dimensão da luta e do enfrentamento sem o qual a reabertura do restaurante popular não teria ocorrido, afirmar que toda aquela performatividade estatal (BLÀZQUEZ, 2012) guardava interesses políticos e, ainda, sugerir que o protagonismo dos militantes e apoiadores foi ocultado e desprezado pelas autoridades públicas. Na voz de Marcos e de outros integrantes do MNPR-RS, nenhuma palavra foi dita a respeito de “transformações” que aquele equipamento público provocaria na vida das pessoas. Todos sabiam muito bem que era exatamente isso que “eles” queriam ouvir.

Assim como seus integrantes, os símbolos da *máquina de guerra* também não devem chegar tão perto do *aparelho de captura*. Podem estar juntos, nos mesmos espaços, nos mesmos discursos, nos mesmos eventos, mas suas diferenciações, assim como o caráter agonístico de suas relações devem ser ressaltados, lembrados, estampados o tempo todo. Lembro muito bem quando, alguns dias antes da publicação da entrevista pelo Canal Paralelo, os militantes do MNPR participaram do *Curso de Extensão População em Situação de Rua: Lutas, Políticas e Desafios para as Políticas Públicas*, oferecido pela FASC e pelos departamentos de Sociologia e de Antropologia da UFRGS, como parte da programação da última Pesquisa Quali-quantitativa da População em Situação de Rua em Porto Alegre. Na presença de estudantes e muitos trabalhadores da FASC, a mesa de abertura foi composta por representantes do Boca de Rua e do MNPR-RS, pelos professores Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen e por Marcelo Soares, presidente da FASC. Enquanto anotava os nomes dos integrantes, Marcos dividiu seu desconforto comigo: a bandeira do MNPR, estendida sobre uma parte da mesa, estava quase ao lado de Marcelo Soares. Sem nenhuma discricção, Marcos levantou-se e pediu para que outro militante, que estava à mesa, afastasse a bandeira do local onde os representantes da FASC estavam acomodados.

No dia seguinte, a última mesa do evento, intitulada “Direitos dos mais e menos humanos”, contou com debates e reflexões promovidos pela antropóloga Cláudia Fonseca (PPGAS/UFRGS) e pelo sociólogo José Tavares (PPGS/UFRGS). Fonseca estruturou a sua fala sobre a assimetria e a seletividade que perpassa as políticas de direitos humanos a partir do que observou nos últimos dois dias de participação no evento. Para ela, toda aquela interação entre órgãos estatais e movimentos sociais sugeria uma transformação em curso: conhecimentos estavam sendo coproduzidos por fluxos e parcerias entre movimento social,



gestores, profissionais e técnicos que, juntos, intercambiavam saberes e transformavam a própria produção do conhecimento sobre a “população em situação de rua”. O que ela percebia, era a superação de um diagnóstico do problema pautado pelo “sujeito malcomportado” e pelo “funcionário indiferente”: o que parecia interligar a todos era a vontade de lutar contra um sistema precário e dar visibilidade ao tema em questão.

Sem dúvida, as observações de Fonseca apontam para a própria constituição da “população em situação de rua” como “sujeito de direitos” e, por isso mesmo, de participação e militância. Já vimos no capítulo 1 que a conformação e a visibilidade de suas mobilizações foram produzidas por uma série de mediações técnicas, políticas e discursivas agenciadas por uma multiplicidade de vozes, atores, instituições, interesses, valores morais e religiosos que trouxeram para a cena pública a latência de um sofrimento das ruas, de um “povo de sofrendores”. E, não por acaso, a primeira junção de pessoas “em situação de rua” para debater direitos, na capital gaúcha, ocorreu no interior de uma instituição pública de acolhimento, na década de 1990, e com o apoio e incentivo de trabalhadores da assistência social.

O que, no entanto, insisto em destacar é que esse cruzamento entre movimento social e tantos outros agentes mais ou menos atrelados aos centros institucionais de governo – tão presente na dinâmica de mobilização do MNPR-RS – quando experimentado em sua dinâmica cotidiana, parece nos ensinar que as pessoas procuram manter uma distância mínima, que possibilite o diálogo sem sobreposições e sem fusões: são linhas que se cruzam, mas não se fundem e jamais se fecham em círculos concêntricos e ideais, dispostos igualmente em um território compósito e unificado no qual todos falam a mesma língua e estão do mesmo lado (DELEUZE & GUATTARI, 1997).

Cruzamento sem fusão pode ser compreendido como um fenômeno no qual forças estão situacionalmente do mesmo lado, contra ou favor de outras forças, sem, no entanto, comungar das mesmas armas de luta, evitando que, no seio das relações produzidas nessa encruzilhada, hierarquias de poder e saber se consolidem. O sociólogo José Vicente, também à mesa naquela tarde de abril, concentrou sua fala no que chamou de “paradoxo dos países latino-americanos”, conformado por políticas de inclusão social e de violência estatal. Em sua fala, o especialista em sociologia da violência ressaltou a urgência na construção de um contingente policial humanizado, em sintonia com princípios democráticos e de cidadania, para atuar nas instituições de segurança pública. Em seguida, o pesquisador comparou dados do Rio de Janeiro e de São Paulo referentes a homicídios cometidos por policiais, concluindo

que, no Rio Grande do Sul, apenas 5% dos homicídios são cometidos pela polícia militar. Imediatamente, Marcos interrompeu a explanação: “*eu posso te dizer, com certeza, que aqui no nosso estado não são apenas 5% dos homicídios policiais. Sem dúvida, é muito mais do que isso*”.

Ora, é bem verdade que discordâncias, críticas e questões são absolutamente normais quando apresentamos ou assistimos apresentações de pesquisas acadêmicas. É claro que o pesquisador, com anos de experiência no tema, falava com propriedade, baseando-se em dados oficiais e em décadas de pesquisa empírica que lhe permitiam afirmar que São Paulo e Rio de Janeiro ultrapassavam, em muito, os homicídios cometidos em solo gaúcho por agentes de segurança pública. Mas na situação narrada, a interação tornou-se preche de especificidades: Marcos falava sob outro ângulo, pelo qual vivenciava a violência policial na própria carne e não na abstração dos números que lhes eram apresentados. Penso que essa diferença lhe permitia demarcar fronteiras mais fortificadas entre quem falava e quem ouvia, ao mesmo tempo, evitando que, em um evento no qual o MNPR-RS estava presente à mesa, expondo sua bandeira, publicizando suas lutas e reivindicações, a violência das forças repressivas do Estado fosse minimizada pela objetividade quantitativa da pesquisa científica.

## **6.7 Eu já fui morar na rua para não ser mandado.**

O que, a meu ver, se impõe do início ao fim nas experiências etnográficas acima descritas, são esforços individuais e coletivos contra a cristalização de autoridades e hierarquias que permitam o avanço dos latifúndios da *fazenda de domesticação*. Do desligamento de Ricardo ao confronto com um desconhecido vestindo a camiseta do MNPR, temos o fantasma da liderança, ou melhor, de um processo que guarda essa vontade de “formar chefia” e representação por parte do Estado: alguém com quem se possa dialogar e, sobretudo, assentar um formato arborescente no seio de uma mobilização social que se quer sem chefes e sem mandos, que tem no coletivo um de seus principais valores. Falar por si sem a construção coletiva e estratégica do que e para quem falar, é falta gravíssima, pois corre-se o risco de falar o que “eles”, os que não estão “do nosso lado”, querem ouvir. Por isso, entende-se que o sujeito que se destaca corre o risco de não só negligenciar a discussão coletiva, mas

principalmente, de aderir, como refém (e não como espião), aos discursos que legitimam as instituições estatais.

É inegável a semelhança entre a regulação sobre certos militantes e a dinâmica de circulação de bens entre pessoas “em situação de rua” na cidade de Pelotas, explorada em minha dissertação de mestrado (LEMÕES, 2013). O que, à época, me impressionava era a inexistência de conflitos graves entre os companheiros “em situação de rua” que, mesmo sabendo quem havia furtado seus bens, jamais identificavam os alvos de suas desconfianças, tampouco insurgiam-se contra eles. Sabendo que a ostentação de um relógio ou de um celular feria alguns dos valores cruciais naquele contexto – a partilha e a coletividade – o sujeito lesado tinha ciência de que o objeto que antes o distinguia, mas que desapareceu, retornaria para o grupo em que estava inserido, sob a forma de alimento ou outros itens a serem compartilhados entre todos. Tais considerações me levaram a concluir que...

[...] possuir determinados bens soa como uma traição. É como se o detentor estivesse simbolicamente passando para o “outro lado”: o lado dos “desiguais”, daqueles que ostentam em demasia, que acumulam cada vez mais e exibem-se aos olhos dos que nada possuem. Nesse sentido, o roubo teria o papel de regular a igualdade material entre os pares de rua, sem, contudo, acarretar conflitos com o poder de romper as relações (LEMÕES, 2013, p.208-209).

O desprezo pela acumulação de bens nas mãos de uma única pessoa é combatido porque eleva uns sobre os outros, apresentando sinais de poder e hierarquia que, mesmo passageiros e simbólicos, destacam indivíduos, ferem a reciprocidade entre os iguais e aproximam aquele que acumula ao universo dos que, em posição “superior”, ostentam frente aos que “nada possuem”. Contrapor-se ao acúmulo de bens e, no caso do MNPR-RS, ao acúmulo de poder, prestígio e destaque, parece caminhar para o mesmo intento: evitar o cruzamento com linhas que tudo enraízam, ao invés de fazer com que as coisas circulem, sejam elas objetos de valor ou poder de fala e visibilidade. Bens demais, poder demais, perigo demais.

Voltemos rapidamente para setembro de 2014, quando nada convenceu Marcos a comparecer em uma confraternização do grupo de “teatro de rua”, do qual participou por um tempo. O grupo, composto por alguns militantes e apoiadores do MNPR e estudantes de teatro da UFRGS, ao longo de suas apresentações, recebeu contribuições espontâneas em dinheiro e, ao final, marcou uma janta em uma conhecida pizzaria da cidade. Alguns dias antes, Marcos dividiu comigo a sua decisão irrevogável de sair do grupo, uma vez que os demais

componentes se negaram a pagar o rodízio de pizzas para a sua namorada e seus outros “companheiros de rua”. Frustrado com o ocorrido, Marcos foi claro ao justificar a sua decisão: “*eu não vou comer do bom e do melhor, sabendo que os outros, que estão comigo na caminhada, vão comer mal*”. O militante não conseguiria viver “momentos de privilégio”, distintos do que os seus pares – aqueles que o acompanhavam no cotidiano, integrando uma dinâmica de organização coletiva necessária à vida na “aldeia” – passariam. Nem que fosse por uma noite apenas, nada o faria voltar atrás no rompimento com vetores inclinados a produzir certo prestígio individual em relação aos seus companheiros.

A etnografia de Leite (2016), realizada nesse mesmo contexto de pesquisa, nos brinda com uma experiência elucidativa sobre a potência da formação coletiva “das ruas” e sua combatividade frente a violência estatal.

Foi uma noite chuvosa, muito intensa, que mudou minha relação com a rua e com as pessoas que a habitam. Pegamos um ônibus no Campus do Vale (UFRGS) e fomos para a região da Praça da Matriz [...]. As conversas com os grupos que ali estavam se davam através da mediação de Adão e Marcos, quase todos já os conheciam como Tinga e Beijo, e eu começava a conhecê-los dessa maneira. Nessa aproximação inicial, eles contavam sobre a atividade que tinham participado na UFRGS, quem eram os estudantes que os acompanhavam e o que estávamos fazendo ali. Em certo momento, nos levaram até a *aba* onde estava a aldeia de Tião, um dos antigos facilitadores sociais, que conhecia de perto a FASC e os atores que se relacionavam com a população de rua. Quando chegamos, Tião logo se levantou bem espiado [desconfiado], e estava acompanhado por mais cinco pessoas. Tinga explicou que estávamos ali pelo MNPR e Tião respondeu que não queria papo com movimento da FASC. Tinga então explicou que não éramos da FASC [...] e que só queríamos “trocar uma ideia” sobre as ações de remoção durante a Copa do Mundo. Ele falou: *esse bagulho da copa é papo de peregrino, vão levar uns que andam vagando sozinho por aí, todo molambento e fedido, mas daqui ninguém nos tira, nem a Brigada, nem o Exército*. Nisso, raspou um facão na parede de pedras, fazendo sair faíscas (LEITE, 2016, p. 66-67).

Tal experiência direciona nossas atenções para modos indesejados de individualização. Seja aquele que abandona a mobilização social após acessar certos benefícios e adquirir moradia e emprego fixo ou que, permanecendo no movimento social, passa a atuar em programas e projetos governamentais que lhes concedem destaque individual; ou mesmo aqueles que negam a vinculação aos “agrupamentos de rua” e trilham caminhos solitários que lhes deixam mais suscetíveis às ações truculentas do braço repressivo do Estado – todos parecem trair, aos olhos dos que habitam as ruas e lutam por direitos, o valor, a força e a potência da coletividade, abrindo espaço para a ampliação das intervenções práticas e discursivas que legitimam o *aparelho de captura*.

Há muitos anos, Clastres (2011 [1974]) nos mostrou que o guerreiro só acessa o prestígio (sempre passageiro) de suas vitórias, quando o seu desejo de guerra coincide com o desejo coletivo de guerrear, caso contrário, o chefe guerreiro pode utilizar a sociedade para atingir objetivos individuais, transmutando prestígio em poder. A morte física (ou social) é, com frequência, o destino de guerreiros que assim procedem, uma vez que *“le pouvoir politique séparé est impossible dans la société primitive, il n’y a pas de place, pas de vide que pourrait combler l’Etat”* (CLASTRES, 2011, p. 179). Como já apontou Schuch (2015), as mobilizações que precederam a fundação do MNPR-RS apresentavam dinâmica semelhante à demonstrada por Clastres, quando uma interlocutora, militante e jornalista do Boca de Rua, afirmou que essas formas de mobilização se traduzem num “movimento que se movimenta”, ou seja, que se desagrega toda vez que líderes destacam-se de diferentes formas.

Essa mesma dinâmica é, também, esparramada pela rede de relações tecidas no “universo das ruas”, mostrando que o líder, aquele que se torna referência em cada aldeia, não tem poder de mando e autoridade. Ele pode aconselhar, propor regras, mas jamais se permite ou deseja a posição de domínio sobre o grupo. Marcos, mais uma vez, deixou isso explícito quando nos encontramos em um sábado de novembro de 2015, numa feira ecológica do centro da cidade, ocasião em que ele vendia jornais do Boca de Rua. Enquanto conversávamos em meio ao vaivém de pessoas, um casal aproximou-se de nós e entregou dois pacotes de macarrão integral a Marcos, que agradeceu e perguntou se eles iriam em sua aldeia no domingo. O homem, de aproximadamente 50 anos, respondeu que teria outro compromisso e, em seguida, orientou Marcos a cuidar melhor da sua horta. Foi então que consegui entender minimamente do que se tratava o diálogo: o casal era vinculado a algum movimento de agroecologia, e há algum tempo vinha estimulando Marcos e seus companheiros a cultivar uma horta no terreno em que estavam alojados. Em tom de repreensão, ele continuou:

*Tem que limpar na volta, tirar a palha e usar o carrinho para aguar. Tu tens que liderar, Marcos! Tem que ter um líder para fazer as coisas acontecerem. A limpeza vocês fazem só três vezes por semana, mas tem que fazer mesmo! Imagina se depois dá certo e tu começa a espalhar essa ideia para as outras aldeias, os caras vão fazendo também. Quem sabe depois tu vais lá para o nosso encontro nacional e consegue espalhar isso nacionalmente. E tu vais ser o cara que vai começar isso, mas tem que ter liderança (Diário de campo, 14 de novembro de 2015).*

Marcos ouvia com atenção e, vez ou outra, sinalizava concordância. Assim que os conselhos foram dados, o casal despediu-se de nós. Quando nos vimos sozinhos novamente,

Marcos comentou comigo: “*ele só pode estar louco! Como vou liderar as pessoas lá na aldeia? Quem sou eu para mandar nos outros? Eu já fui morar na rua para não ser mandado, como é que eu vou mandar agora?*”.

Ao descrever essas interações, argumento a respeito da possível transposição de uma dinâmica de organização coletiva das ruas para a mobilização social por direitos. Essa transposição insurge-se contra a figura da autoridade, da hierarquia e do prestígio individual que, a todo tempo e por diferentes vias, insiste em criar raízes no seio de um coletivo inclinado a funcionar como *máquina de guerra*, desterritorializando tendências arborescentes, rígidas, centralizadas e produtoras de sujeitos ideais à lógica neoliberal, centrada na figura do indivíduo autônomo, “recuperado” e “empoderado”. Nos termos de José Carlos dos Anjos (2006), o que essa disposição nômade desafia é a forma como a cultura ocidental representa o poder: sempre unívoco, baseado no exercício espetacular do poder estatal, obcecado por uma comunicação rostificada, representada em corpos individuais e individualizados. Isso explica, em parte, a sede estatal na busca de um líder, de uma concentração de força personificada e que organize a ressonância dos centros de poder com a mesma natureza concêntrica estruturada pelo Estado (BARBOSA, 2001; BIONDI, 2009; MARQUES, 2010).

Nada disso, no entanto, insinua que as pessoas “em situação de rua”, militantes do MNPR-RS ou não, estejam deixando de lado as “oportunidades” de lutar efetivamente pela conquista e garantia de seus direitos, ao erigirem mecanismos para barrar os aspectos que consideram nocivos dessa proclamada parceria construtiva com as instituições estatais. Ninguém melhor do que eles, sujeitos que narram com a voz, com o corpo, com a memória, as marcas da violência estatal, perpetrada por agentes das instituições de segurança pública, assistência social, habitação, saúde e tantas outras, sabe que se deve confiar desconfiando.

Acrescida às biografias marcadas pelo desrespeito e pelo não-reconhecimento dos direitos fundamentais, tivemos, na experiência recente de mobilização social, um grande aprendizado em relação às garantias publicizadas pela Patrulha dos Direitos Humanos e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que no plano discursivo proclamaram e firmaram compromissos em nome dos direitos da “população em situação de rua” e, na prática, todos nós já sabemos no que deu: remoções “aconselhadas”, esconderijos “temporários” e, ao mesmo tempo, midiaticização de uma Porto Alegre livre de ações higienistas.

Frente a essas experiências, movimentar-se como *máquina de guerra* é conduzir uma luta nômade pelos direitos, que invade latifúndios da *fazenda de domesticação*, exige

participação nas colheitas, mas não deixa de denunciar o veneno, a toxidade encharcada no solo pelos grandes produtores. É o que, minimamente, possibilita a produção de fissuras em imagens humanitárias que o Estado constrói sobre si tão logo surge a oportunidade de atuar conjuntamente com grupos e populações marcadas pela violência de seu braço repressivo. Por essas fissuras, também se criam possibilidades para reduzir as coordenadas institucionais que, por todos os lados, buscam nortear os passos de uma luta que se faz contra e a partir do Estado (SCHUCH, 2015). Por fim, oscilando entre a denúncia e a reivindicação, essas pessoas declaram guerra aos favorecimentos e negociação de “migalhas” oferecidas em troca de lealdades, e exigem respeito, dignidade e visibilidade, nem que para isso precisem atuar como espiões e vestir-se com as armaduras de um guerreiro nômade.

## **Considerações finais: o luto, a luta e os efeitos da pesquisa**

Em 5 de abril de 2017, eu interrompi a escrita para reencontrar os militantes e apoiadores do MNPR-RS no centro de Porto Alegre. Não para complementar dados de pesquisa ou apenas rever grandes amigos, mas para, novamente, partilhar um sentimento de revolta, tristeza e pesar, em mais um dos atos de extermínio contra população “em situação de rua” no Brasil, que vêm ocorrendo desde 2004, quando o Massacre da Praça da Sé produziu, a um só tempo, lágrimas de luto e vidas que lutam.

Em 20 de março de 2017, quinze minutos após ser abordado pela PM, às 17 horas, Paulo, 36 anos, “em situação de rua”, fora assassinado com cinco tiros à queima roupa, enquanto descansava em um acampamento improvisado na Praça da Matriz, a poucos metros do Palácio Piratini, do Palácio da Justiça e da Assembleia Legislativa – região que também abriga os principais prédios históricos da cidade e onde reside uma seleta classe de afortunados. O autor dos disparos desapareceu imediatamente e, na fuga, deixou cair seu celular, ação que foi registrada pela única câmera de segurança pública no local.

Nos dias subsequentes, alguns veículos de imprensa noticiaram o ocorrido, enfatizando, basicamente, duas vertentes complementares de argumentação: o escândalo da violência urbana e da precária segurança pública nos espaços centrais da cidade, principalmente pelo fato de tudo ter acontecido aos olhos dos poderes legislativo e judiciário. Relatos de pessoas que testemunharam o assassinato foram transmitidos no claro objetivo de reforçar tal argumento. Ao Brasil Urgente, da TV Band, um homem, com uma criança nos braços, afirmou que ouviu os disparos enquanto brincava com a filha na praça – “só deu tempo de pegar a minha filha no colo e sair correndo”; uma mulher de meia idade também exclamou indignada aos repórteres: “Eu ouvi cinco tiros! Quer dizer: a nossa segurança é nenhuma! ”. O segundo viés midiático sugeria o envolvimento de Paulo com o tráfico de drogas, insinuando que o homicídio ocorrera em função de um acerto de contas com traficantes da região.



Em pouco tempo, apoiadores e militantes do MNPR-RS, assim como os jornalistas do Boca de Rua, uniram esforços para visibilizar aquele assassinato desde outra perspectiva: a importância e o valor de uma vida humana. Pelas redes sociais, marcaram e divulgaram um ato de “Luto e luta contra o extermínio da população de rua”, alertando para a intensificação da violência contra aquelas pessoas e para a ineficácia das políticas públicas e dos direitos humanos. Em um texto de divulgação, os organizadores manifestaram a intenção de realizar para o Paulo “um sepultamento decente, para que ele não vire mais um número invisível entre tantas pessoas em situação de rua que morrem e são atiradas num buraco, virando mais um número invisível, assim como foram para a sociedade em vida, enquanto a mídia cumpre seu papel reforçando a criminalização da pobreza”. Ao longo das duas semanas que antecederam o ato, os apoiadores e militantes do MNPR-RS e do Boca de Rua divulgaram, em suas redes sociais, textos, imagens e desenhos de Paulo, mostrando tudo aquilo que a grande mídia ocultava: Paulo era “um exímio artista e um ótimo jornalista”; “ministrava oficinas de desenho”; “militava através de pinturas e histórias em quadrinho”; era “um cidadão comprometido com a comunidade onde vivia” e que, por isso, “todos gostavam dele”.

Alguns dias depois, na Praça da Matriz, vestidos de preto, portando, cartazes, velas e palavras de contestação, realizamos uma cerimônia pública em homenagem ao Paulo, lembrando sua existência, seus feitos, a sua personalidade amigável, a sua criatividade e, sobretudo, a resistência com a qual conduzia a sua própria vida. Apoiadores e militantes, como Ana Paula, Joana, Diego, Otávio, Marcos e um público de quase cem pessoas, entre trabalhadores da assistência social, estudantes, ativistas religiosos e jornalistas, contribuíram para a produção de um ato de memória, que, pela visibilidade de uma violência histórica, também produzia uma perda e uma dor pública (LACERDA, 2015). Seguida por aproximadamente cem pessoas, com um megafone em mãos, Ana Paula cobrava responsabilidade dos órgãos públicos e denunciava a continuidade do preconceito e da violência contra as pessoas “em situação de rua”, assim como a ineficácia das políticas públicas e a indiferença da população, que se preocupava muito mais com a “sua segurança” do que com as vidas que eram apagadas diante de seus olhos.

Nos dirigimos até o amplo saguão de entrada do Palácio da Justiça, onde expusemos os desenhos de Paulo, algumas homenagens em cartazes e estendemos dois grandes pedaços de tecido preto, sobre o qual deitamos nossos corpos, formando uma cruz. Enquanto isso, homenagens ao Paulo foram feitas, com leitura de poemas e mesmo declarações de alguns de

seus amigos mais próximos. Ao cair da tarde, retornamos, enfim, para a Praça da Matriz, onde finalizamos o ato de uma forma extremamente emocionante: ao redor do local onde Paulo foi baleado, cada um de nós acendeu uma vela, de modo que todo um canteiro da praça ficou completamente iluminado, chamando a atenção de todos que por ali passavam ao findar do dia.

Na manhã seguinte, o ato em memória de Paulo e em protesto contra o “extermínio da população de rua” estava estampado nas redes sociais e nas mídias alternativas. Uma edição do jornal Boca de Rua também foi publicada algum tempo depois, abordando o caso, descrevendo a manifestação, comunicando o luto e denunciando o aumento de mortes, agressões, espancamentos e linchamentos.

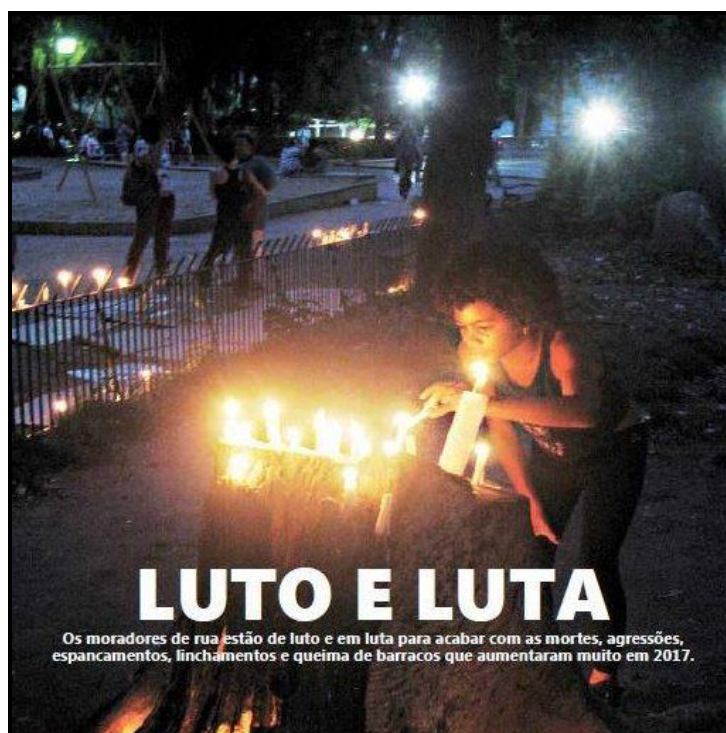


Imagem 16: Jornal Boca de Rua, n. 63, abril-junho de 2017.

Paulo deixou de ser “apenas um número” ou simples pivô de uma discussão rasa sobre segurança – que vem justificando, ao menos desde o final do século XIX, as políticas de remoção forçada na capital gaúcha (como vimos no capítulo 2). Através da ênfase nas qualidades, nas sensibilidades, na existência e no valor de uma vida que importa, os participantes do ato fizeram com que a imagem de Paulo servisse, a um só tempo, como denúncia de uma violência coletiva e como potência para afrontar discursos, categorias e

percepções deformantes, que insistem em apreender os “habitantes das ruas” pela chave da criminalização e da culpabilização, negando-lhes, inclusive, o próprio sentido de humanidade.

\*\*\*

Ao longo da tese e da descrição do ato político que a encerra, espero ter mostrado que, a despeito de seus impasses, a mobilização dos apoiadores e militantes do MNPR-RS volta-se, primordialmente, contra os efeitos perversos dos inúmeros enquadramentos que humilham, degradam e estimulam olhares, atitudes e intervenções arbitrárias e violentas que marcam, definitivamente, o cotidiano das pessoas que vivem nas ruas de Porto Alegre, tal como Paulo e tantos outros. O meu esforço, portanto, foi de explicitar a complexidade dessa batalha, assim como a ambiguidade na qual é conduzida (entre garantias de direitos e políticas de extermínio), apontando para estratégias e recursos que abarcam desde a construção de certas condutas (fundamentais para deslegitimar discursos depreciativos) até os agenciamentos e dispositivos que se voltam contra o enraizamento total das forças estatais no direcionamento de suas ações.

Estou absolutamente convencido de que a mobilização na qual estive imerso por um longo período, teve incidência direta na forma como a tese foi escrita e nas condicionalidades e negociações que permearam o meu engajamento etnográfico – compreendido, na acepção de Fassin (2011), como um engajamento com as pessoas e com o debate público concernente às problemáticas implicadas no trabalho de campo. Procurei não somente analisar e refletir sobre a trama de agentes e instituições em luta, mas também contribuir, de alguma forma, com a mobilização social e política daqueles que lutam pelo poder de fala, reconhecimento e visibilidade no campo das correlações de forças políticas.

Localizando a minha posição ao lado dessa mobilização, o meu esforço foi o de sintonizar a escrita com um objetivo mais amplo, que move os integrantes do MNPR-RS: **explicitar a continuidade de regimes violentos de intervenção e a potência da ação coletiva contra múltiplas formas de aniquilamento de suas vozes e existências.** E foi justamente por isso que procurei manter uma postura de compartilhamento em relação ao conhecimento que produzi, partilhando os capítulos etnográficos com os apoiadores e militantes do MNPR-RS, como forma de restituição, mas também, e principalmente, em respeito às suas preocupações em evitar a reprodução de termos, ideias e concepções que

possam, de alguma forma, prejudicar o coletivo. Por isso, antes de entregar a versão final da tese para os membros da banca, Ana Paula, Joana e Diego – os mesmos que, há quatro anos, retomavam a luta pelos direitos da “população de rua” na cidade – marcaram uma reunião para que eu pudesse ouvir suas opiniões, impressões, acréscimo de dados, correções, críticas e sugestões sobre o texto, mas para que eu também explicasse algumas afirmações, defendesse algumas interpretações e excluísse passagens que julgavam desnecessárias ou futuramente nocivas.

Posteriormente, em uma reunião geral do MNPR-RS, faltando duas semanas para a defesa da tese, eu apresentei os capítulos do trabalho, resumindo o argumento e a contribuição que cada um deles poderia trazer para o debate sobre os direitos da “população em situação de rua”. Algumas pessoas que já haviam lido o material, aproveitaram a oportunidade para se manifestar, partilhando algumas reflexões. Uma apoiadora enfatizou a ambiguidade de tudo que senti, ao se ver na posição de militante, mas também de Estado – o que lhe causou desconfortos que, ao mesmo tempo, lhe fizeram refletir sobre sua posição e a forma como conduzia suas ações no seio do MNPR-RS. Outra apoiadora afirmou que a mistura de crítica e de afeto, para ela tão presente no texto, lhe permitiu visualizar a sua transformação enquanto profissional e o quanto ela conseguia permanecer fiel às suas concepções de trabalho comprometido com a luta das pessoas. Uma terceira apoiadora apontou um diferencial: o diálogo aberto e a disposição do autor em alterar o texto conforme a demanda dos interlocutores de pesquisa – o que, de fato, ainda não havia acontecido na relação com tantos pesquisadores que passaram pelo MNPR-RS. Em consenso, foi decidido, a partir daquele momento, que todos os estudantes engajados na mobilização deveriam disponibilizar os seus trabalhos para os militantes e apoiadores, para que tivessem controle do que estava sendo escrito sobre eles. Ao final, após um militante “em situação de rua”, em tom de brincadeira, dizer que eles eram muito mais *máquina mortífera* do que *máquina de guerra*, o coletivo decidiu que todos estariam presentes na cerimônia de defesa da tese.

Considero que essa “pré-defesa” da tese foi uma experiência *sui generis* porque me fez repensar algumas perspectivas adotadas em minhas análises e, sobretudo, entender que engajamento etnográfico, responsabilidade e comprometimento com os sujeitos de pesquisa, dependendo da natureza do campo de investigação – como os contextos de luta por direitos – podem não ter efeitos satisfatórios somente com a restituição posterior do material escrito e concluído. É imprescindível, como alerta Víctora (2011, p. 111), “que os sujeitos de pesquisa

sejam tratados como interlocutores que compartilham do mesmo espaço e tempo corporal/cultural dos pesquisadores”. Buscando, assim, estabelecer uma relação colaborativa sobre o material produzido, percebi, ao final, que assim como me coloquei totalmente à disposição para rever minhas análises, percebi, naquela reunião, que também contribui com reflexões importantes, pois, como disse Ana Paula, algumas descrições e interpretações “*não me incomodam, mas me desacomodam*”.

Encerro essa tese apontando para a continuidade do diálogo com o MNPR-RS, e para a expectativa de contribuir para um debate mais amplo sobre o tema. Reconhecendo a “vida social ativa” das ideias contidas em nossos textos (FASSIN, 2011), espero que elas possam sempre ser reapropriadas, contestadas ou potencializadas, mas que contribuam com outros caminhos, desafios e perspectivas construtivas e colaborativas com o debate sobre as políticas públicas para as pessoas “em situação de rua” no Brasil.

## Referências bibliográficas:

ANJOS, José Carlos dos. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina (1800-2000)**. Trad. Magda Lopes. São Carlos,SP: EdUFSCar, 2007.

ARBEX, Daniela. Holocausto brasileiro. **Vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

AGIER, Michel. **Gerer les indésirables**. Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire. Paris: Flammarion, 2008.

ARAÚJO, Fábio. Não tem corpo, não tem crime: notas sociológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 22, n. 46. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p 37-64.

ALVES, Jolinda. História da assistência aos pobres em Londrina: 1940-1980. Universidade Estadual de São Paulo. Tese de doutorado em História. São Paulo, 2002.

AZEVEDO, Celia Maria. **Onda negra, medo branco**. O negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AMPARO-ALVES, Jaime. Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo. **Revista da ABPN**. V. 1, n. 3, fev. de 2011, p. 89-114.

BAUMGARTEN, Britta. Political Participation of the Homeless in Brazil. **CIES, e-working**, Paper n. 1721, 2013.

BACHTOLD, Isabele. Quando o Estado encontra suas margens: considerações etnográficas sobre um mutirão de estratégias de busca ativa no Estado do Pará. **Horizontes Antropológicos**, ano 22, n. 46. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p. 273-301.

BLÁZQUEZ, Gustavo. Fazer cultura. Fazer-se Estado. Vernissages e performatividade de Estado em Córdoba. **Mana**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, pp. 37-61, abril 2012.

BATES, Karine. La mouvance des droits humains. In: SAILLANT, F.; TRUCHON, K. (Orgs). **Droits et cultures en mouvements**. Quebec : Presses de L'Université Laval, 2013, p. 27-39.

BARBOSA, Antônio Rafael. Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Alceu** – v.2, n.3, 2001.

BIEHL, João. Antropologia do devir: psicofármacos – abandono – desejo. **Revista de Antropologia**, v. 51, n. 2, São Paulo, USP, 2008.

BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**. Nômades, Excluídos e Viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BRUNETEAUX, Patrick; PRYSKA, Águeda; LEMÕES, Tiago. Le processus de sous-prolétarianisation en Europe dans le cadre du néolibéralisme mondialisé: le rattrapage des « pays pauvres » du Sud au risque d’une comparaison France Brésil. **Penser la question sociale en Europe à partir des expériences des pays émergents ?** », PACTE/IEP de Grenoble, 10, 11 et 12 juin 2015.

BERNARDO, Kátia. Envelhecer em Salvador: uma página da história (1850-1900). Universidade Federal da Bahia. Tese de doutorado em História Social. Salvador, 2010.

BEDNARZ, Adriana. Beco da Desordem: Rua 3 de novembro e as reformas na administração José Loureiro da Silva (1937-1943). Trabalho de Conclusão de Curso em História. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado. Uma etnografia do PCC**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BORGES, Antonádia. Ser embruxado. Notas epistemológicas sobre razão e poder na antropologia. **Civitas**, v. 12, n. 3. Porto Alegre: 2012, p. 469-488.

CASTEL, Robert. A nova questão social. In: **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CAMPOS, Richard, *et al.* “A luta é constante”: do Movimento Aquarela da População de Rua ao Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017 (*no prelo*).

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. Rio de Janeiro: Editora Unicamp, 2001.

CLASTRES, Pierre. **La société contre l’État**. Paris : Les Éditions de Minuit, 2011.

CRIEKINGEN, Mathieu Van. Marginalité avancée et politiques urbaines. Une lecture située de *Parais urbains* au prisme de la gentrification urbaine. In : HILGERS, M. (Org). **État**

**neoliberal et regulation de la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant.** Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2013, p. 41-54.

CUNHA, Olívia. **Intenção e Gesto.** Pessoa, cor e produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1942). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

COMERFORD, John. **Fazendo a luta.** Sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, abr./maio/jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. **Lua Nova**, n. 79, p. 71-110, 2010.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Diretrizes de atuação.** Brasília, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/hUdXU5>

DAS, Veena e POOLE, Deborah. State and its Margins. *In*: DAS, V. e POOLE, D. (Orgs). **Anthropology in the Margins of the State.** Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DAS, Venna. The signature of the State : the paradox of illegibility. *In*: *In*: DAS, V. e POOLE, D. (Orgs). **Anthropology in the Margins of the State.** Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, 1999, p. 31-42.

DE LUCCA, Daniel. **A Rua em Movimento:** experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 240f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. Vidas de Rua em Jogo: políticas públicas, segurança e gestão da população de rua em São Paulo. *In*: **Seminário Nacional População em situação de rua**, 2008, São Carlos. Anais do Seminário, 2008.

\_\_\_\_\_. Nem dentro nem fora do albergue: transformações de um dispositivo da assistência. *In*: CUNHA, N.V.; FELTRAN, G. (Orgs). **Sobre periferias. Novos conflitos no Brasil contemporâneo.** 1ª Edição – Rio de Janeiro: Lamparina e FAPERJ, 2013.



\_\_\_\_\_. Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. In: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: Edufscar, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DINIZ, Ariosvaldo. **A maldição do trabalho**. João Pessoa: Manufatura, 2004.

DUCLOS, Bénédicte. L'intervention militante em faveur de pauvres: un encadrement brutal indépassable? In: BRUNETEAUX, P.; TERROLE, D. **L'arrière-cour de la mondialisation**. Ethnographie des paupérisés. Broissieux : Éditions du Croquant, 2010.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu. Trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

EPELE, Maria. Sobre o cuidado de outros em contextos de pobreza, uso de drogas e marginalização. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 247-268, 2012.

ETCHEVERRY, Daniel. A atuação dos mediadores da promoção da cidadania e a problemática da visibilidade do fenômeno migratório. In: JARDIM, D.; LOPES, L. (Orgs). **Políticas da Diversidade. (In)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Porto: Paisagem, 1975.

FASSIN, Didier. Compaixão e repressão: A economia moral das políticas de imigração na França. **Ponto Urbe**, São Paulo v.15, 2014.

\_\_\_\_\_. **La force de l'ordre**. Une anthropologie de la police des quartiers. Paris: Éditions du Seuil, 2011.

FAVRET-SAADA, Jeane. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n.13, 2005.

\_\_\_\_\_. **Les mots, la mort, les sorts**. Paris : Gallimard, 1977.

FERREIRA, Jaqueline; SCHUCH, Patrice. Apresentação. In: FERREIRA, J. e SHUCH, P. (Orgs). **Diretos e ajuda humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

FERREIRA, Leticia. De problema de família à problema social: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo. **Anuário Antropológico**, v. 1, 2013, p. 191-216.

FONSECA, Cláudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e dos menos humanos. In: **Horizontes Antropológicos**, n. 10. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 83-121.

FONSECA, Cláudia. Os direitos da criança – dialogando com o ECA. In: FONSECA, Cláudia; TERTO Jr, Veriano; ALVES, Caleb. **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. Lá onde, cara pálida? Pensando as glórias e os limites do campo etnográfico. **Revista Mundaú**, n. 2, 2017.

FRANGELLA, Simone. **Corpos Urbanos Errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio De janeiro: Paz e Terra, [1979], 2014.

\_\_\_\_\_. **Do governo dos vivos**. Curso no Collège de France, 1979-1980. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, Poder-Saber**. Michel Foucault: organização e seleção de textos. Manoel Barros da Motta (Org). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 2 – O uso dos prazeres**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 3 – O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

FLAUZINA, Ana Luiza. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado em Direito. Brasília, 2006.

FERNANDES, Bruno. A Gente Vai Continuar se Escondendo da Sociedade? Notas Etnográficas Sobre a Situação de Rua, a Violência e a Discriminação em Espaços Urbanos. **Ponto.Urbe (USP)**, v. 1, p. 1-11, 2015.

FILHO, Walter. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. São Paulo/Salvador: Hucitec/UFBA, 1995.

GAMALHO, Nola. A Produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga - Porto Alegre/RS. Dissertação de mestrado em Geografia. PPGG – UFRGS, 2009.

GRAZZIOLA, Roque. As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização. Dissertação de mestrado em Educação. UFRGS, Porto Alegre, 2011.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração. Experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GENARD, Jean-Louis. Que peut nous apprendre l'ouvrage Punishing the Poor sur la régulation de la pauvreté dans le contexte européen ? In: HILGERS, Mathieu (direction). **État neoliberal et regulation e la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant**. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2013.

GILROY, Paul. “A escravidão e o projeto iluminista”. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes, 2002.

GIAROLA, Flávio Raimundo. Racismo e teorias raciais no século XIX: Principais noções e balanço historiográfico. **Revista História e-história** (on-line), Campinas, agosto de 2010. Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=313>

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia**. Uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GUTTERRES, Anelise. **A resiliência enquanto experiência de dignidade**: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre e Rio de Janeiro). 373 f. Tese (doutorado) - Programa de pós-graduação em Antropologia Social, UFRGS, Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

\_\_\_\_\_ O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. **Mana**, 22 (1) : 179-209, 2016.

HALL, Stuart. “Quando foi o pós-Colonial? Pensando no Limite”. In: **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, pp. 9-22.

HOFBAUER, Andreas. **Uma História de Branqueamento ou o Negro em Questão**, 1999. Tese de Doutorado em Antropologia Social, FFLCH-Universidade de São Paulo.

HILGERS, Mathieu. La production de l'Etat néolibéral. In: HILGERS, M. (Org). **État neoliberal et regulation e la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant**. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2013, p. 79-92.

HÉBERT, Martin. Les droits des peuples autochtones – Rapports avec l'État, mobilisation des instruments transnationaux de reconnaissance et nouvelles subjectivités politiques au Mexique et au Canada. In : *In*: SAILLANT, F.; TRUCHON, K. (Orgs). **Droits et cultures en mouvements**. Quebec: Presses de L'Université Laval, 2013, p. 41-57.

JAENISCH, Samuel. Vozes de uma gente invisível: o jornal Boca de Rua como espaço de mediação. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P.; FONSECA, C. **Antropólogos em Ação: Experimentos de Pesquisas em Direitos Humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.121-131.

KARVAT, Erivan. Discursos e práticas de controle: falas e olhares sobre a mendicância e a vadiagem (Curitiba, 1890-1933). Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica** / Latour, Bruno; tradução de Carlos Irineu da Costa. – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LACERDA, Paula. **Meninos de Altamira: violência, luta política e administração pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LAMOUREUX, Diane. Le droit d'avoir des droits - Que faisons-nous politiquement lorsque nous revendiquons des droits? *In*: SAILLANT, F.; TRUCHON, K. (Orgs). **Droits et cultures en mouvements**. Quebec: Presses de L'Université Laval, 2013, p. 41-57.

LARA, Silvia. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América Portuguesa setecentista. In: Regina Xavier (org). **Escravidão e Liberdade**. Temas, problemas e perspectivas em análise. São Paulo: Alameda, 2012.

LANNA, Marcos. **Notas sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva**. In: Revista Sociologia e Política, Curitiba, 14: p.173-194, jun. 2000.

LANDER, Edgardo. (Coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LIMA, Marcos. A vadiagem e os vadios: controle social e repressão em São Luís (1870-1888). Universidade Federal do Maranhão. Dissertação de Mestrado em História Social. São Luís, 2014.

LIMA, Cristiane; OLIVEIRA, José Oswaldo. Participação popular dos moradores de rua na gestão pública do município de Porto Alegre, RS. **Revista Univap**. São José dos Campos-SP, v. 18, n. 32, 2012.

LYON-CALLO, Vincent. Medicalizing homelessness: the production of self-blame and self-governing within homeless shelters. **Medical Anthropology Quarterly**, 14 (3): 328-345. American Anthropological Association, 2000.

LEITE, Pedro. Na luta com os peregrinos. Uma etnografia experimental com a população em situação de rua de Porto Alegre. UFRGS. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre, 2016.

LEAL, Giuliana F. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú – MG, 2004.

LEIRNER, Piero. O Estado como fazenda de domesticação. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 4, n.2, p. 38-70, 2012.

LEMÕES, Tiago. **A família, a rua e os afetos**: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

\_\_\_\_\_. A corporificação do sofrimento e o trânsito entre vítima e algoz: novas reflexões a partir de etnografias com população em situação de rua. **Cadernos do Lepaarq**, Pelotas, v. 11, n. 21, pp.47-61, 2014 (a).

\_\_\_\_\_. População em situação de rua e a linguagem dos direitos: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, 2014. **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal: 2014 (b).

MARQUES, Adalton. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**, v. 14, n. 2, 2010.

MAGNI, Cláudia. **Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e Moralidade. Imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. **Etnográfica**. V.10, n. 1. CRIA, Lisboa, 2006.

MARTÍNEZ, Marco Julián. Entre a violência e a paz pelo caminho da cultura: produção de cidadãos na economia familiar. In: LOBO, A (Org). **Entre fluxos**. Brasília: Editora da UnB, 2012.

MELO, Tomás. Memória, trauma e sofrimento: a construção de uma identidade militante no Movimento Nacional de População de Rua. **Anais da X Reunião de Antropologia do Mercosul**, GT 23, Córdoba, Argentina, 2013.

\_\_\_\_\_. A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Curitiba, 2011.

\_\_\_\_\_. “Da rua pra rua”: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: Edufscar, 2016.

MIAGUSKO, Edson. A produção das margens no estado de São Paulo: sem-teto nas ruínas de um presídio abandonado. **Etnográfica**, v. 18 (1), 2014, p. 33-52.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (coord.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

MONTEIRO, Charles. A construção das imagens dos outros sujeitos urbanos na elaboração da nova visualidade urbana de Porto Alegre nos anos 1950. *Revista Urbana*, ano 2, n.2, CIEC, Unicamp, 2007.

MÜLLER, Meire. A educação profissionalizante no Brasil – das corporações de ofício à criação do SENAI. **Estudos do Trabalho**. Ano 3, n.5, 2009.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Melusina: Espanha, 2011.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**. Nômades, Excluídos e Viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NEVES, Delma. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. **Ciência Hoje**. SBPC. (s/1); jan/fev, ano 1, n.4, 1983. p.28-36.

\_\_\_\_\_. Habitantes de Rua e vicissitudes do trabalho livre. *Antropolítica* (UFF), v. 2, p. 100-130, 2011.

NUNES, Mariana. Imposição e resistência: cotidiano dos miseráveis em São Paulo na Primeira República (1889 – 1930). **Revista de História**, v.4, n.2, 2012.

ONG, Aihwa. **Buda is Hiding**. *Refuges, Citizenship and the New America*. Berkeley, University of California Press, 2003.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar, ECKERT, Cornelia e FRY, Peter (Orgs). **Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau, Nova Letra, 2007

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Pluralizando tradições antropológicas. Sobre um certo mal-estar na Antropologia. **Cadernos do Leme**, v.1, 2009.

PAUGAM, Serge. Les sciences sociales face à l'exclusion. In: Serge Paugam (org) **L'exclusion, l'état des savoirs**. Paris. La Découverte, 1996.

PESAVENTO, Sandra. Crime, violência e sociabilidades urbanas. **Estudos Ibero-americanos**, PUCRS, v. 30, n.2, 2004.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, pp. 117-133, 2008.

PIZZATO, Rejane. A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: DORNELES, Aline; OBST, Júlia e SILVA, Marta (Orgs). **A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. 1ed. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012, v. 1, p. 11-25.

PEIRANO, Marisa. O paradoxo dos documentos de identidade: relatos de uma experiência nos Estados Unidos. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n.32. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p. 53-80.

PREDEBON, Krishna. Sem pouso e sem rumo: mendigos e sem-teto em Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940. Trabalho de Conclusão de Curso em História – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

QUEIROZ, Jean-Manuel de. Exclusion, identité et désaffection. In: Serge Paugam (Org) **L'exclusion, l'état des savoirs**. Paris. La Découverte, 1996.

QUIJANO, Aníbal. 2000. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Edgardo Lander (ed.), *La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. pp. 201-245. Caracas: Clasco.

RIBEIRO, Gustavo L. Cultura, Direitos Humanos e Poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico. In: FONSECA, C. (Org.) **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.29-48.

ROSA, Cleisa. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do Eu? **Revista Educação e Realidade**, n. 26 (1), jan/jul 2001.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack**. Etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. Introdução. In: RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: Edufscar, 2016.

RUI, Taniele; MALLART, Fábio. Por uma antropologia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle. **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu-MG, 2015.

SAID, Edward. “Prefácio”; “Introdução”. IN *Orientalismo*. Lisboa, Ed. Cotovia: 2004.

SAILLANT, Francine. Pour une anthropologie critique des droits humains. In: SAILLANT, F.; TRUCHON, K. (Orgs). **Droits et cultures en mouvements**. Quebec: Presses de L’Université Laval, 2013, p. 7-22.

SCOTT, James. **Zomia**. Ou l’art de ne pas être gouverné. Paris: Editions Seuil, 2013.

SILVÉRIO, Valter. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos. In BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Orgs). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVEIRA, Alexandre. De Colônia Africana a bairro Rio Branco: desterritorialização e exílio social na terra do latifúndio – Porto Alegre (1920-1950). Dissertação de Mestrado em História, PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2015.

SILVA, Cláudia. Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica? Dissertação de Mestrado em Serviço Social, PUCSP, São Paulo, 2012.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2012, v. 55, n.2.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

SCHUCH, Patrice; MAGNI, Cláudia; GEHLEN, Ivaldo; KUNDEL, I. População em Situação de Rua em Porto Alegre: especificidades sócio antropológicas. In: GEHLEN, Ivaldo; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos. (Org.). **Diversidade e Proteção social: estudos quanti-qualitativos das populações de afro-brasileiros, coletivos indígenas, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e remanescentes de quilombos**. Porto Alegre: Century, 2008, v. 1, p. 31-70.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça. Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, Cláudia; MACHADO, Helena (Orgs). **Ciência, Identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.

\_\_\_\_\_Tecnologias da não-violência e modernização da justiça no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v.8, n.3, 2008.



STRAPASSON, Karoline; PAMPLONA, Danielle. O direito em contradição: direitos humanos, atuação estatal e população de rua. **Revista de Políticas Públicas**. V. 18, n. 2, jul-dez 2014.

SEGATO, Rita Laura, “Los Cauces Profundos de la Raza Latinoamericana: Una relectura del mestizaje” en Revista Crítica y Emancipación 2/3, 2010, p. 11-44.

SCHWARCZ, Lilia. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*. 8 (20), 1994.

TRAJANO-FILHO, Vilson. Rumores: uma narrativa da nação. **Série Antropologia**, Brasília, 1993.

VÍCTORA, Ceres. Uma ciência replicante: a ausência de uma discussão sobre o método, a ética e o discurso. **Saúde e Sociedade**, USP, v.20, 2011.

WACQUANT, Loïc. Marginalité, ethnicité et pénalité dans la ville néolibérale: une cartographie analytique. In: HILGERS, M. (Org). **État neoliberal et regulation de la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant**. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2013, p. 17-39.

#### **Fontes Documentais :**

BRASIL. **Política Nacional para a População em situação de rua**, Decreto n. 7.053, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm)

\_\_\_\_\_. **Código Criminal do Império**. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)

\_\_\_\_\_. **Código Criminal da República dos Estados Unidos do Brasil**. Decreto n.847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>

\_\_\_\_\_. **Diálogos sobre a população de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres**, Brasília, SDH, 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Cartilha de direitos do cidadão em situação de rua**. Rio de Janeiro, 2013.

EM DEFESA DOS MORADORES DE RUA. **Programa Conhecendo o Ministério Público**. Porto Alegre: TV Justiça, 16 de junho de 2014. Programa de TV.

MAPA DA VIOLÊNCIA – OS JOVENS DO BRASIL. Flacso, Brasil, 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Direitos do morador de rua: um guia na luta pela dignidade e cidadania**. Belo Horizonte, 2012.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. **Conhecer para lutar: cartilha para formação política**. Brasília, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Ordem de Serviço n. 10**. Porto Alegre, 1996.

V REACT. Mesa 3 - Patrice Schuch: "A Produção Performativa dos Direitos". **Youtube**, 11 de julho de 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=C6fpB9-\\_nI8](https://www.youtube.com/watch?v=C6fpB9-_nI8)